

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

O JORNAL E A PRISÃO

**UMA ANÁLISE DA COBERTURA DOS ATAQUES DO PCC EM 2006
PELA FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO**

JAIRO CAMILO

São Paulo

2009

JAIRO CAMILO

O JORNAL E A PRISÃO

**UMA ANÁLISE DA COBERTURA DOS ATAQUES DO PCC EM 2006
PELA FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em
Comunicação na Contemporaneidade, da linha de
pesquisa Produtos Midiáticos: Jornalismo e
Entretenimento, da Faculdade Cásper Líbero, como
requisito à obtenção do título de Mestre.
Orientação: Prof. Dr. Laan Mendes de Barros.

São Paulo

2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Roberto Alves

Prof. Dr. José Eugenio de Oliveira Menezes

Prof. Dr. Laan Mendes de Barros

DATA DO EXAME: ___/___/___ .

Tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e violência se fará.
As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime,
cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro estórias absurdas de prisões,
celas, altos muros, de um tempo superado.

Cora Coralina

À minha esposa Jaqueline,
aos meus filhos Guilherme e Emmanuela
e à memória de minha mãe Iracy.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao Deus Trino, Pai, Filho e Espírito Santo, que pela sua infinita graça me acompanhou em todos os momentos desta caminhada.

Ao prezado amigo Prof. Dr. Laan Mendes de Barros, que foi muito além do que se poderia esperar de um orientador.

À companheira de Pastoral Carcerária, Rezilda Bezarría de Araújo, que me abriu as portas da prisão e do coração para esse desafio.

À amada Igreja Presbiteriana Independente, particularmente a IPI do Jd. Piratininga, em Osasco, na qual sou pastor e pastoreado.

Aos amigos caríssimos, que especialmente me ajudaram diretamente neste mestrado, Emílio Okamoto, Gilma Maria Rossafa e Padre Sebastião Miranda dos Reis.

Aos professores do Programa de Mestrado da Cásper Líbero, aos colegas de empreitada e aos funcionários da secretaria da pós-graduação.

E por fim à minha família pela paciência e apoio nesses vários meses mais delicados da minha vida.

MUITO OBRIGADO!

CAMILO, Jairo. **O jornal e a prisão: uma análise da cobertura dos ataques do PCC em 2006 pela Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo**. 2009. 230 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Faculdade Cásper Líbero, São Paulo / SP.

RESUMO

O presente estudo analisa a relação entre imprensa e sistema carcerário a partir da cobertura que os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo realizaram dos ataques da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) em maio de 2006. Esta pesquisa pretende confirmar a hipótese de que a imprensa apóia um sistema prisional enquanto “empresa de modificação dos indivíduos” (Foucault, 1979), defendendo a manutenção da “ordem” em detrimento dos direitos individuais e o endurecimento das políticas penais, desconsiderando que a criminalidade seja reflexo das injustiças sociais e argumentando que a solução para a crise na segurança depende da retomada do crescimento econômico. Este trabalho se identifica com as pesquisas no campo da comunicação empreendidas no contexto da ação cultural revolucionária (Paulo Freire) e, portanto, propõe que a imprensa se reconheça como instrumento essencial para promover a transformação do processo de desumanização que marca não apenas aqueles cuja humanidade foi roubada, mas também os que a roubaram. Com isso, esta dissertação espera contribuir para o fortalecimento dos ideais do jornalismo voltado para a paz (Dov Shinar) bem como a melhoria das representações da realidade e da consciência crítica, promovendo e encorajando o desenvolvimento das estruturas democráticas, reduzindo as desigualdades e aumentando o respeito social para com os componentes mais fracos da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE – Comunicação. Jornalismo. Sistema Carcerário. Direitos Humanos. Violência. Primeiro Comando da Capital (crime organizado).

ABSTRACT

The present study analyzes the relation between journalism and prison system from the coverage the *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* newspapers accomplished about the PCC (Primeiro Comando da Capital) criminal faction's attacks on May of 2006. This research purposes to confirm the hypothesis that: the press backs a prison system as a “enterprise for modification of the individuals” (Foucault, 1979), defending the maintenance of the “order” to the detriment of the individual rights and the hardening of the penal politics, ignoring that criminality is reflex of the social injustices and arguing that the solution for the crisis on security depends on the recapture of the economic growth. This work identifies with researches at the field of communication undertaken at the context of revolutionary cultural action (Paulo Freire) and, therefore, it proposes that the press declares itself an essential instrument for promoting the transformation of the dehumanization process that marks not only those which humanity was robbed, but those which robbed it too. This way, this dissertation hopes to contribute for the strengthening of the ideals of the journalism bent upon peace (Dov Shinar) as well as the improvement of the representations of the reality and of the critic conscience, promoting and encouraging the development of the democratic structures, reducing inequalities and increasing the social respect for the weaker components of the society.

KEY-WORDS – Communication. Journalism. Prison System. Human Rights. Violence. Primeiro Comando da Capital (organized crime).

SUMÁRIO

Introdução, 10

CAPÍTULO I

Marco teórico para o estudo da imprensa,	15
1. Imprensa e controle social,	17
1.1 Delinquência útil,	17
1.2 Aparelhos ideológicos e repressivos,	22
1.3 Sob um novo principado,	26
2. Cultura e massa crítica,	30
2.1 Híbridas culturas,	30
2.2 Metáforas de transformação,	32
2.3 A pedagogia da crítica,	35
3. Contra toda resignação,	37
3.1 Resistência cotidiana,	37
3.2 Saberes indispensáveis à imprensa,	39
3.3 Por uma comunicação libertadora,	41
Fechamento,	43

CAPÍTULO II

Panorama dos sistemas de segurança,	44
1. O tripé da segurança pública,	47
1.1 A polícia,	47
1.2 A justiça,	50
1.3 A prisão,	51
2. Repensando as políticas penitenciárias,	54
2.1 As primeiras políticas penais,	55
2.2 Retrospectiva do sistema brasileiro,	59
3. Os ataques do PCC em São Paulo,	63
3.1 Novos contornos da criminalidade,	65
3.2 Facções organizadas nos presídios,	67
Fechamento,	68

CAPÍTULO III

A Folha na cobertura de uma “guerra urbana”,	71
Sábado, 13 de maio,	75
Domingo, 14 de maio,	75
Segunda-feira, 15 de maio,	77
Terça-feira, 16 de maio,	81
Quarta-feira, 17 de maio,	87
Quinta-feira, 18 de maio,	93
Sexta-feira, 19 de maio,	99
Sábado, 20 de maio,	105
Domingo, 21 de maio,	109

CAPÍTULO IV

O Estado de S. Paulo e a “crise na segurança”,	120
Sábado, 13 de maio,	124
Domingo, 14 de maio,	125
Segunda-feira, 15 de maio,	126
Terça-feira, 16 de maio,	129
Quarta-feira, 17 de maio,	134
Quinta-feira, 18 de maio,	139
Sexta-feira, 19 de maio,	142
Sábado, 20 de maio,	146
Domingo, 21 de maio,	150

CAPÍTULO V

Análise do discurso da Folha e do Estadão,	160
1. Hipótese de trabalho,	164
2. Classificação dos principais assuntos,	166
3. Fase de análise,	167
4. A cobertura dos três temas selecionados,	167
4.1 Manutenção da ordem,	168
4.1.1 Folha de S. Paulo,	168
4.1.2 O Estado de S. Paulo,	171
4.2 Endurecimento das políticas penais,	174
4.2.1 Folha de S. Paulo,	175
4.2.2 O Estado de S. Paulo,	176
4.3 Raízes da criminalidade,	178
4.3.1 Folha de S. Paulo,	179
4.3.2 O Estado de S. Paulo,	183
Fechamento,	185
Considerações finais,	190
Bibliografia,	194
Anexos,	198

INTRODUÇÃO

O verdadeiro ato de conhecer é sempre um ato de engajamento.
Paulo Freire

Paulo Freire (1977) nos ensinou que nem todo óbvio é tão óbvio quanto parece e que não se tem como desvincular a busca pelo conhecimento da experiência do pesquisador. Para este educador, as pesquisas no campo da comunicação devem ser compreendidas no contexto da ação cultural revolucionária, engajada na luta contra o que ele entendia como a principal questão da atualidade: a desumanização. Inspirada nessa certeza, eis, portanto, o alvo desta dissertação ora apresentada: repensar um novo olhar à imprensa na sua relação com o sistema carcerário, cujo processo de desumanização marca não apenas aqueles cuja humanidade foi roubada (os oprimidos), mas também os que a roubaram (os opressores).

Não obstante o nosso posicionamento, consideramos a recomendação do professor Laan Mendes de Barros, orientador desta dissertação, sobre os riscos que assumimos. Acatamos as suas ressalvas sobre a importância do pesquisador articular a experiência com a consciência, o fazer com o pensar, o sujeito e o objeto de pesquisa. Com isso, esperamos que esta pesquisa alcance o equilíbrio recomendado e apresente uma reflexão teórica que dê consciência e sentido crítico à atividade prática e aproveite a experiência prática para

contribuir com algo mais que a mera pesquisa de gabinete.

O fato é que precisamos fazer pesquisa com resultados. As soluções dos problemas das pesquisas precisam também ser soluções de problemas reais, da universidade, da comunidade, do aparato comunicacional, do contexto social. Ocorre que tais resultados podem ser concebidos desde uma perspectiva funcionalista e pragmática – quando o que se coloca é a questão das funções da pesquisa na sustentação do sistema – ou desde uma perspectiva dialética e crítica – quando a academia confronta a realidade e se vê por ela confrontada (BARROS, 2003: 233).

O pesquisador Perseu Abramo, referência neste aspecto, reafirmou que a pesquisa “aplicada”, como o próprio nome indica, precisa apresentar soluções a problemas concretos: “É a obtenção do conhecimento para a transformação da realidade” (Abramo, 1988: 34). Barros acrescentou que se o pensamento é fruto do tempo histórico e lugar social nos quais está inserido o pesquisador, é para este contexto que o seu texto deve ser devolvido: “É nesse sentido que teoria e prática se articulam, que pensamento e existência se complementam” (Barros, 2003: 238).

Esperamos, portanto, que esta dissertação seja enriquecida pela militância no campo da defesa dos direitos humanos, particularmente acompanhando a Pastoral Carcerária na Diocese de Osasco, assumindo o compromisso de analisar a relação entre imprensa e sistema prisional mediante um exercício autocrítico que, sem negar a participação do pesquisador no processo, é indispensável para manter a objetividade fundamental ao fazer científico.

A presente pesquisa analisa a relação jornal e prisão tomando por base a cobertura que os jornais Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo quando a complexidade carcerária ganhou uma nova dimensão durante os ataques da facção criminosa que domina os presídios paulistas, o PCC (Primeiro Comando da Capital). Em maio de 2006, os atentados vitimaram 439 pessoas, conforme laudos necroscópicos elaborados por 23 Institutos Médico-Legais e examinados pelo Conselho Regional de Medicina. Essas mortes foram acompanhadas de ondas de violência, como rebeliões em 73 presídios do Estado, agressões e ataques contra agentes públicos, sobretudo policiais e agentes penitenciários, contra civis e prédios privados, como bancos, e públicos, como postos policiais; além de incêndios de veículos de transporte público como ônibus.

O mais surpreendente foi a paralisação temporária das atividades na maior cidade do país, exacerbando sentimentos de medo e insegurança há muito disseminados entre seus habitantes. Embora tenha havido trégua após os dias que se seguiram a 20 de maio, as ações

persistem ainda hoje, em menor escala, embora os jornais não mais nomeiem o PCC, preferindo identificar as ações a “uma facção criminosa”.

Esta pesquisa, portanto, pretende demonstrar como a Folha e o Estado interpretaram os atentados daquela semana, delimitada desde a madrugada do dia 13 (quando surgiram as primeiras informações sobre os ataques) ao domingo, dia 21, quando os dois jornais apresentaram suas conclusões sobre a crise instalada em São Paulo.

Nossa hipótese de trabalho é que, guardadas as devidas proporções, os dois jornais brasileiros, embora não tenham assumido um discurso extremista, acabaram endossando a proposta de um sistema prisional que funciona como “empresa de modificação dos indivíduos” (Foucault, 1979), haja vista a defesa da manutenção da “ordem” e da imposição das “leis” condensada no convencimento da sociedade de que a restauração do “bem comum” estava acima das garantias individuais (Althusser, 1999).

Na exaustiva descrição realizada nos capítulos 3 e 4, ficou nítida esta predisposição tendenciosa. Ressalte-se que o país estava em pleno período de aquecimento das campanhas eleitorais majoritárias e, por essa razão, o tema da segurança ganhou destaque ainda maior. Como veremos, as ondas de violência daquela semana transformaram as páginas dos jornais numa arena onde várias opiniões debateram as raízes da criminalidade sob a tônica de que a causa não estava relacionada à injustiça social e sim ao desempenho econômico da nação.

Para a análise do discurso proposta neste trabalho, recorreremos a três linhas básicas de estudo sobre jornalismo nos últimos anos: as pesquisas sobre a construção da notícia (*newsmaking*), o poder de definição da pauta pública (*agenda setting*) e o enquadramento da notícia (*framing*). Grosso modo, essas linhas de pesquisa têm revelado como os enquadramentos podem distorcer as notícias e influenciar a longo prazo a construção das agendas pública e política.

Antes de realizar a análise do discurso da imprensa sobre a questão carcerária, esta dissertação introduz um marco teórico bastante enriquecido e um panorama sobre os sistemas de segurança no Estado de São Paulo, sem os quais a proposta de análise ficaria em muito prejudicada.

No capítulo 1, achamos por bem dividir as teorias em três blocos. No primeiro discutindo como o discurso jornalístico incorpora os mecanismos de controle. Para tanto,

obviamente começando com as conotações propostas por Michel Foucault entre saber e sistema punitivo, passando pelos “aparelhos ideológicos de Estado” de Louis Althusser e pelo “Príncipe Eletrônico” de Octavio Ianni. No segundo bloco, aproveitamos os debates sobre os estudos culturais encabeçados por Néstor Garcia Canclini, Stuart Hall e Douglas Kellner. Por fim, na terceira parte fechamos o marco teórico inspirados em três pensadores que se nutrem da esperança quando estudam a complexidade contemporânea: Michel de Certeau, Edgar Morin e Paulo Freire.

No capítulo 2, comentamos cada parte do tripé sobre o qual se assentam os sistemas de segurança do Estado: polícia, justiça e prisão, demonstrando como esses aparatos sempre são considerados departamentos estanques e resgatando antigas propostas de integração dessas três atividades, com uma Polícia prevalentemente preventiva, uma Justiça mais atenta à pessoa do preso e uma política penal que minimize a prisão e dê ênfase à reabilitação (Bicudo, 1994). Ainda neste segundo capítulo, destacamos um estudo de dois importantes pesquisadores, Sérgio Adorno e Fernando Salla, que analisam as várias vertentes da criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC em São Paulo.

Nos capítulos 3 e 4, há a exaustiva descrição de tudo que foi publicado nos jornais Folha e Estadão, respectivamente, entre os dias 13 e 21 de maio de 2006. E no último capítulo pretendemos confirmar nossa hipótese de trabalho, ou seja, que os dois jornais defenderam: (1) a manutenção da “ordem” em detrimento dos direitos individuais e (2) o endurecimento das políticas penais para atingir o crime organizado nos presídios, bem como (3) desconsideraram que a criminalidade fosse reflexo das injustiças sociais e defenderam que (3.1) a solução para a crise na segurança dependia meramente do desempenho econômico.

Como pano de fundo, esperamos sinceramente poder contribuir para o fortalecimento dos ideais do jornalismo voltado para a paz, sintetizado nas estratégias defendidas por Dov Shinar que visam à melhoria das representações da mídia na construção da realidade e da consciência crítica. Esperamos que os jornais entendam e assumam o seu papel em termos mais amplos, mais justos e mais precisos do que aqueles ditados pela cultura dos índices de audiência e de interesses particulares. Que em relação ao sistema carcerário, as informações e opiniões veiculadas respeitem os processos e efeitos mais transparentes e democráticos, chamando a atenção e opinião do público para o impacto e

ameaças que representa a precariedade carcerária. E que os jornalistas exerçam o seu ofício com um otimismo que corresponda à demanda por cobertura mais equilibrada, interpretações alternativas e reflexões mais críticas.

Enfim, almejamos por uma imprensa voltada para a paz que se reconheça como instrumento essencial para a promoção e o fortalecimento das estruturas democráticas, que combinadas com os ideias de um jornalismo independente se reflitam na eficácia de programas de desenvolvimento que reduzam a desigualdade sócio-econômica e incrementem o respeito social e o respeito pessoal para com os componentes mais fracos das sociedades.

CAPÍTULO I

MARCO TEÓRICO PARA O ESTUDO DA IMPRENSA

Esta pesquisa quer aprofundar o pressuposto de que a imprensa, como parte da imensa superestrutura da sociedade, seria “apenas mais uma das tantas peças dessa ubíqua engrenagem econômica do capitalismo, um aparelho ideológico que trabalha essencialmente para manter o equilíbrio e a ordem do sistema” (Marshall, 2003). Por isso, abrimos o debate teórico com as conotações propostas por Michel Foucault entre saber e sistema punitivo para compreender como as “microfísicas” incorporam-se no discurso jornalístico, transformado no principal instrumento de inserção da “verdade” nas micro-relações diárias. Assim também, quando incluímos na segunda parte desse bloco a concepção de “aparelhos ideológicos de Estado”, de Louis Althusser, queremos aproveitar especialmente o contraponto entre aparelho ideológico (imprensa) e aparelho repressivo (prisão). Por fim recorremos a Octavio Ianni para ressaltar como a imprensa veio a se tornar o “príncipe eletrônico” da atualidade, absorvendo e recriando as representações do real muitas vezes de forma equivocada e distorcida.

Mas estes não os únicos pontos de vistas que nos interessam nessa pesquisa. Por isso, no segundo bloco recorremos a outros referenciais dos estudos culturais, a começar por Néstor Garcia Canclini com seus conceitos de “culturas híbridas”, “desterritorialização” e “transnacionalização dos mercados simbólicos”, que demonstram como o poder no contexto metropolitano não está centralizado unicamente nas mãos de grupos poderosos, posto que o caráter multicultural se manifesta também nas relações divergentes e subversivas. Outro pensador da contemporaneidade, Stuart Hall vem nos mostrar como as “metáforas de transformação” têm produzido uma renovação das identidades sociais e das mediações culturais. Por fim, Douglas Kellner, em sua “pedagogia crítica da mídia”, nos fornece um instrumental contra-hegemônico e de resistência ao dizer que sabendo “ler e criticar a mídia, avaliando seus efeitos e resistindo à sua manipulação, os indivíduos poderão fortalecer-se em relação à mídia e à cultura dominantes” (2002: 10).

Por fim, o terceiro e último bloco enriquece o tom crítico na análise do discurso inspirado em três pensadores que estudam a complexidade contemporânea, mantendo uma esperança viva e contundente. Michel de Certeau, por exemplo, considera a cidade como o “lugar” propício para as novas práticas da reinvenção comunitária e demonstra como pessoas comuns se reapropriam das representações e até subvertem as mensagens dominantes. Já Edgar Morin propõe-nos uma nova compreensão sobre os desafios contemporâneos. E, por fim, temos o projeto de comunicação libertário de Paulo Freire que nos desafia a empreender a comunicação a partir da luta contra o que ele considera o principal problema da atualidade: a desumanização.

1. IMPRENSA E CONTROLE SOCIAL

Neste primeiro bloco, discutiremos as ideias de Michel Foucault, Louis Althusser e Octavio Ianni. Queremos especialmente aproveitar a relação entre saber e sistema punitivo, a conotação entre aparelhos “ideológicos” (jornal) e repressivos (prisão), destacando, sobretudo, como o “Príncipe Eletrônico” absorve e recria as representações da realidade muitas vezes de forma equivocada e distorcida.

1.1 Delinquência útil

Qualquer pesquisa que investiga as relações entre imprensa e violência, ou mais precisamente o sistema carcerário, terá um bom ponto de partida nas reflexões do filósofo Michel Foucault sobre as relações entre saber e controle do sistema punitivo, que produzem no corpo do condenado a forma acabada da ideologia de submissão de todos os vigiados, corrigidos e utilizados na produção material das sociedades modernas. Assim, resta-nos averiguar como se dá a contribuição da imprensa nessa relação de constituição recíproca: o poder produz o saber que legitima e reproduz o poder.

A história documenta como a imprensa paulista retratou a construção da

delinquência no início do século XX¹, em consonância com as intenções das classes dominantes que buscavam impor um controle rígido para que a massa operária não se tornasse uma ameaça real à ordem estabelecida. Tornara-se premente um projeto que impedisse o acesso igualitário das classes trabalhadoras ao processo de concentração da riqueza e, nesse sentido, a prisão assumiu uma função social bem definida, que

Longe de transformar os criminosos em gente honesta, (a prisão) serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. (...) A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa (...) Tornou-se necessário este alibi, que funciona desde o século XIX, que diz que se se impõem um castigo a alguém, isto não é para punir o que ele fez, mas para transformá-lo no que ele é (FOUCAULT, 1979: 131-132 e 138).

Sublinhando que a cadeia não serve apenas para punir o delinquente, “mas para transformá-lo no que ele é”, percebemos que o estudo da abordagem que os jornais fazem do sistema carcerário trata-se de uma tarefa complexa, cheia de variáveis e complicações. Por isso, as revelações de Foucault em sua “história da violência nas prisões” nos parecem pertinentes e atuais. Com a substituição da ilegalidade dos corpos da economia feudal de subsistência pela ilegalidade dos bens da economia capitalista de privação, o gênio de Foucault formula a primeira grande hipótese sobre o sistema penal que parece escapar ao crivo jornalístico: a prisão como um instrumento de gestão diferencial da criminalidade – e não de supressão da criminalidade.

Foucault demonstra como os mecanismos de vigilância e de controle funcionam mediante a imposição do medo, do temor e da insegurança. Mecanismos facilmente identificados nas páginas policiais da atualidade, quando cobram punições mais severas, justificam a violência policial ou ignoram as violações dos direitos humanos mais elementares. Fazem-nos lembrar os mecanismos encontrados desde a antiguidade nas descrições dos suplícios:

Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; (...) Além disso, o suplício faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva, e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se a (...) tornar infame aquele que é a vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar (...). E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo (FOUCAULT, 1987: 31-32).

¹ O historiador Boris Fausto, em sua obra “Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)”, narra uma época em que os “vilões” não eram líderes de facções, sequestradores ou traficantes, mas *caftens*, gatunos, negros, crianças vadias ou imigrantes anarquistas.

A necessidade de ostentação dos suplícios servia (e serve) para sustentar a política do medo, reativando o poder. E hoje a identificação das manifestações de poder e a representação da sustentabilidade destas determinações ficam evidentes numa leitura rápida das editoriais de polícia. A propósito, é preciso ter em mente que Foucault não localiza o poder unicamente no aparelho do Estado, mas sobretudo nos mecanismos que funcionam em um nível muito mais elementar, cotidiano.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem a função maior de “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (...) “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1987: 143).

Posto isto, se o poder é muito mais que um mero elemento do Estado, constituindo assim as relações de força, podemos afirmar que o poder constitui verdades e as implicações que isso traz. E na medida que o poder não está localizado exclusivamente no aparelho do Estado, “nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados” (Foucault, 1979: 173).

E se as relações de poder são determinadas por relações de força – esta podendo ser apontada em distintos níveis –, também podemos concluir que o discurso (incluído aqui o discurso jornalístico) é um dos principais instrumentais de inserção de noções de verdade na realidade que se insere nas micro-relações e/ou nos grupos em que se enquadram. Estas relações de força, que se tornam tão eficientes no campo do discurso, podem ser identificadas nas distintas etapas dos processos de interação social, fabricando identidades e relações de troca.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 1996: 10).

Para Foucault, o discurso pode ser interpretado de várias maneiras, assim como as consequências que ele gera no cotidiano. A perspectiva repressiva do discurso, por

exemplo, é determinante para a eficácia da sua intencionalidade, permitindo ou evitando a formulação de verdades e/ou mentiras determinadas, geradas pelos efeitos de poder.

Dentro desse raciocínio, a imprensa pode ser enquadrada como instrumental de poder. Podemos dizer até que as estruturas midiáticas da sociedade atual transfiguraram-se no panóptico discutido por Foucault (1987: 209-211). Os sistemas de “vigilância” da imprensa permitem que, a cada momento, a sociedade e os cidadãos sejam controlados e acompanhados em seu cotidiano. A propósito, a perspectiva funcionalista de Harold D. Lasswell, no texto “A Estrutura e a Função da Comunicação na Sociedade” (1948), também descreve essa estrutura da comunicação a partir de cinco perguntas (quem, diz o quê, em que canal, para quem, com que efeito?). Trata-se de uma visão positivista, distante da que adotamos nesta pesquisa, mas concordamos quando Lasswell aponta as funções que a comunicação cumpre na sociedade, isto é, a de mantenedora do equilíbrio do sistema: 1) a vigilância sobre o meio ambiente; 2) a correlação das partes da sociedade em resposta ao meio; e 3) a transmissão da herança social de uma geração para a outra.

Quando examinamos o processo de comunicação em qualquer Estado na comunidade mundial, observamos três categorias de especialistas. Um grupo abrangente, com sua atenção, o meio político do Estado como um todo; outro, relaciona a reação do conjunto do Estado ao seu meio ambiente; e o terceiro transmite padrões de reação dos idosos aos jovens. Os diplomatas, adidos e correspondentes estrangeiros são representativos daqueles que se especializam no meio externo. Os editores, jornalistas e oradores vinculam-se à reação interna. Os educadores, na família e na escola, transmitem a herança social (LASWELL, 1971: 107-108).

Como se pode ver, essas leituras encontram eco nas reflexões de Foucault. Ou seja: os meios de comunicação têm se tornado tão comuns ao cotidiano da população e a sua característica de mediador e refletor da sociedade tem sido tão aceita – consideradas as ressalvas em relação da mediação sem interferências do comunicador – que o panóptico, a vigilância eficaz e o controle pelas estratégias de instituição e manutenção do poder vêm, a cada dia, se legitimando mais e mais.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1987: 209).

Outras ideias expressas por Michel Foucault em “A arqueologia do saber”, livro lançado em 1969, nos oferecem uma revisão teórico-analítica importante, que pode ser resumida em cinco pontos: 1) o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas; 2) os dizeres e fazeres

inserem-se em “formações discursivas”, cujos elementos são regidos por determinadas regras de formação; 3) o discurso é um jogo estratégico e polêmico, por meio do qual se constituem os saberes de um momento histórico; 4) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente); e 5) a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar aquilo que pode ser dito em certo momento histórico.

A partir dessas premissas, Foucault analisa as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Isso significa que, em um momento histórico, há algumas ideias que devem ser enunciadas e outras que precisam ser caladas. Silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades. Essas condições de possibilidade estão inscritas no discurso – elas delineiam a inscrição dos discursos em “formações discursivas” que sustentam os saberes em circulação numa determinada época.

Mediante essa análise, o filósofo estabelece explicitamente as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas que materializam as ações dos sujeitos na história. A discursividade tem, pois, uma “espessura histórica”, e analisar discursos significa buscar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, se quisermos buscar as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados jornalísticos, em vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, devemos buscar os “efeitos discursivos”.

Foucault analisa as práticas discursivas para demonstrar que é o “dizer” que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico. A análise dessas práticas mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma “verdade” é um fato histórico. O sujeito do discurso, ao ocupar o lugar de jornalista, está submetido a outras ordens disciplinares – o dizer da política, da imprensa e do leitor.

Como lembra Foucault “que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1971: 9), logo o jornalista não é dono do seu dizer, ou seja, não é totalmente livre para dizer o que bem entende. Longe de ser um discurso transparente ou

neutro, o discurso jornalístico vai exercer um papel preestabelecido a ponto de Louis Althusser considerar a imprensa como “aparelho ideológico de Estado”.

1.2 Aparelhos ideológicos e repressivos

Na concepção de Estado pela tradição marxista, os instrumentos de manutenção do poder ganharam a denominação de aparelhos de Estado. Tais aparelhos se desdobram em “aparelhos ideológicos” e “aparelhos repressivos”, que para Louis Althusser justificam ou exercem o seu poder como se fossem “máquinas de repressão que permitem à classe dominante assegurar sua dominação sobre as classes operárias para submetê-las ao processo de extorsão, quer dizer, a exploração capitalista” (Althusser, 2003: 62). Embora esta pesquisa não concorde com a visão marxista linear, aproveitamos os conceitos de Althusser para analisar até que ponto a imprensa enquanto, digamos, aparelho ideológico, colabora para manter um aparelho repressivo comprovadamente superado como o sistema carcerário.

Não obstante, reconhecendo a complexidade da relação imprensa / sistema carcerário, consideramos importante pontuar as várias nuances desse movimento de negação da construção e desconstrução do discurso hegemônico, haja vista o fracasso das prisões enquanto mecanismo de repressão à criminalidade. Neste sentido, queremos analisar até que ponto o discurso da imprensa dá sustentação ao esse aparelho repressivo reconhecidamente superado, inclusive por ela. É uma questão que queremos ressaltar quando resgatamos as ideias de Althusser sobre a construção da hegemonia na atualidade.

Althusser desenvolveu o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) para explicar como a ideologia dominante se constrói na sociedade a partir da submissão de classes, através do convencimento, e não apenas pelos instrumentos tradicionais repressores do Estado, os aparelhos policiais, judiciais e prisionais.

A principal obra de Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, foi elaborada numa fase conturbada e intensa disputa nas lutas de classes, na qual a polarização da guerra fria entre os EUA e a então URSS repercutiu dentro das academias. O embate político e ideológico levou à radicalização na construção e desconstrução dos argumentos. Foi neste contexto que esse filósofo argelino-francês exerceu forte influência entre os intelectuais de esquerda ao desenvolver, a partir de Marx, o aprofundamento da formulação

sobre a superestrutura e sua relação com as bases materiais da sociedade (infra-estrutura ou base estrutural).

No entanto, as ideias Althusser precisam ser atualizadas se quisermos entender de forma mais profunda quais são os instrumentos utilizados pelas classes dominantes para exercer a função de maioria na atualidade. Até porque, ao interligar os instrumentos de dominação ideológica (superestrutura) e os instrumentos de dominação econômica (infra-estrutura), foi Althusser quem iniciou o processo de inovação do pensamento marxista. Seguindo as pistas de Gramsci, ele identificou a necessidade de esclarecer e desenvolver mais amplamente, à luz da realidade de seu tempo, as mudanças existentes sob o caráter ideológico da luta de classes. O sentido de aparelhos ideológicos de Estado está diretamente influenciado por Lênin quando este define ideologia como a construção das ideias a partir do fundamento classista (diferente de Marx que conceituava ideologia como a formulação utópica do pensamento e de Gramsci, que desenvolveu o conceito de hegemonia na sociedade).

Neste ponto, destacamos a contribuição da Escola de Frankfurt, pioneira dos estudos críticos em comunicação. Embora não adotemos sua postura “apocalíptica”, reconhecemos os esforços de Adorno e Horkheimer, como em “A Dialética do Esclarecimento” (1985). Os dois retornam à época das luzes (século XVIII), período onde a razão teve a sua primazia, para demonstrar como o esclarecimento – processo pelo qual uma pessoa vence as trevas da ignorância e do preconceito em questões de ordem prática (religiosas, políticas, sexuais etc.) – foi suplantado por um outro processo, a indústria cultural, que fundiu o econômico com o cultural.

Sendo assim, dentro do raciocínio de Althusser, perguntamos como agem esses aparelhos ideológicos e se a imprensa dos nossos dias se enquadra categoricamente dentro desse conceito. Bom lembrar, contudo, que Althusser já ofereceu uma óbvia distinção entre imprensa e os “aparelhos repressivos de Estado”, que abrangem toda a máquina governamental (ministérios, exército, polícia, tribunais, presídios, etc). O “repressivo”, dirá ele, age pela força e violência. O sistema carcerário, nessa lógica, se enquadraria como “repressão administrativa”, enquanto que a imprensa funcionaria de maneiras distintas e especializadas. Enquanto os aparelhos repressivos pertencem inteiramente ao domínio do Estado, Althusser afirma que a grande maioria dos aparelhos ideológicos (igrejas,

sindicatos, algumas escolas, boa parte dos jornais, empreendimentos culturais) seria fruto de iniciativas particulares. A despeito dessa aparente dispersão, Althusser ressalta que

Se os AIEs “funcionam” maciça e predominantemente pela ideologia, o que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da “classe dominante”. Dado que, em princípio, a “classe dominante” detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através das suas próprias contradições (ALTHUSSER, 1999: 114-116).

Entre os instrumentos que consolidam a hegemonia em qualquer sociedade destacados por Althusser, os jornais aparecem como um dos aparelhos ideológicos de Estado mais influentes para a manutenção da hegemonia dominante. E para compreendermos a elaboração das ideias hegemônicas em nossa sociedade seria preciso identificar qual momento histórico e quais as condições colocadas para a construção e a consolidação dessas ideias, seu funcionamento e legitimação diante das amplas massas sociais.

A propósito, a tese de uma imprensa ideológica é recusada taxativamente pela maioria dos jornais, rádios e TV's e na sustentação dos argumentos dos colunistas, articulistas e editoriais da imprensa. Caso da Folha de S. Paulo, por exemplo, que destaca essa recusa em seu manual de redação:

Em documentos anteriores a este, a Folha cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apertado. Tais valores adquiriram a sua característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas (Folha, 2001: 17).

Assim, aceitando que a manutenção do sistema de exploração de classe depende necessariamente da imposição das leis sobre o funcionamento social, aplicada pelo Estado, e que o convencimento da maioria da sociedade se dá através dos instrumentos disponíveis dentre os quais os meios de informação ainda mantêm a primazia, concordamos com Althusser de que a disputa hegemônica em nossa sociedade não se dá de maneira abstrata ou meramente subjetiva, mas se desenrola numa arena onde incontáveis grupos tentam impor suas vontades:

É por isso que os AIEs não são a realização da ideologia em geral, nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina, nem em virtude da simples tomada do poder estatal. É através da instauração dos AIEs, em que essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante.

Mas essa instauração não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô, de uma luta de classes muito acirrada e contínua, primeiro contra as classes dominantes anteriores e sua posição nos velhos e novos AIEs, e depois contra a classe dominada (ALTHUSSER, 1999: 140).

Em outras palavras, Althusser sublinha que é a partir dos conflitos existentes dentro dos próprios AIEs que se justificam as diferenças de classes e nas classes sociais, permitindo a disputa pela hegemonia nesses aparelhos. Mas esse argumento se aplicaria na atual crise do sistema carcerário paulista? Estaria o PCC, de forma muito amadora, tentando entrar na disputa pela consciência coletiva quando sequestrou, em agosto de 2006, o repórter Guilherme Portanova, da Rede Globo de Televisão, somente o libertando após a veiculação de um vídeo com a sua versão da facção sobre os ataques? Pela oportunidade, vale a pena observar o teor desse discurso do PCC, registrado pelo jornalista Percival de Souza no livro “O Sindicado do Crime: PCC e outros grupos”:

Como integrante do Primeiro Comando da Capital, o PCC, venho por meio único encontrado por nós para transmitir um comunicado para a sociedade e os governantes. (...) Queremos um sistema carcerário em condições humanas, não um sistema falido, desumano, no qual sofremos inúmeras humilhações e espancamentos. Não estamos pedindo nada mais do que está dentro da lei. Se nossos governantes, juízes, desembargadores, senadores, deputados e ministros trabalham em cima da lei, que se faça justiça em cima da injustiça que é o sistema carcerário, sem assistência médica, sem assistência jurídica, sem trabalho, sem escola, enfim, sem nada. (...) Queremos que as providências sejam tomadas, pois não vamos aceitar e não ficaremos de braços cruzados pelo que está acontecendo no sistema carcerário. Deixamos bem claro que nossa luta é contra os governantes e os policiais. E que não mexam com nossas famílias que não mexeremos com as de vocês. A luta é entre nós e vocês (SOUZA, 2006: 101-102).

Interessante nesta alegação do PCC como o sequestro do repórter da Globo fora o “meio único encontrado” para apresentar o seu ponto de vista contra a versão veiculada pelos meios de comunicação. Após os ataques do PCC, a própria Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal enviou um documento ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, também ligado ao Ministério da Justiça, que de certa forma concorda com o conteúdo do vídeo do PCC. Percival de Souza transcreve esse documento ignorado pela imprensa, assinado pelo deputado federal Luiz Eduardo Greenhalg e que reforçava que

O transbordamento dos muros das prisões para ganhar as ruas é uma característica das rebeliões atuais. No começo de julho, agentes penitenciários de São Paulo foram assassinados diariamente. As facções de criminosos engendraram, a partir das prisões, redes organizadas com ex-presos, familiares e outras pessoas submetidas à sua influência. Esse método de atuação é potencializado por ódios decorrentes da violência e da corrupção policial. (...) Não há sensibilização suficiente para provocar mobilização eficaz face às condições de saúde deploráveis, os ambientes superlotados, a ausência de atividades laboriais e educativas. A crise no sistema prisional não é um problema só dos presos. É um problema da sociedade, que passará a sofrer o agravamento das consequências de sua própria omissão (SOUZA, 2006: 177).

Portanto, tanto o comunicado do PCC quanto o documento da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional apenas apresentaram um outro lado da questão pouco enfatizado pela imprensa. Assim, se hesitamos em enquadrar os grandes jornais como aparelhos ideológicos de Estado, instrumentalizados para o exercício do poder, não podemos ignorar o fato de que eles acabam reforçando uma “representação imaginária do mundo” que condiciona o olhar que a sociedade tem do sistema prisional. “Essa matéria-prima de sofrimento é forte aliada do PCC”, como bem destacou Percival de Souza: “O nascimento da organização foi inspirado, no discurso retórico, na situação desumana que muitos (presos) vivem” (Souza, 2006: 179). A isso, Althusser acrescentaria que

Não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens se representam” na ideologia, o que é nelas representados é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É nesta relação que está a “causa” que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. Ou melhor, deixando de lado a linguagem da causa, é preciso adiantar a tese de que é a *natureza imaginária* desta *relação* que sustenta toda a deformação imaginária observável em toda ideologia, se não a vivemos em sua vontade (ALTHUSSER, 1983: 87).

Posto isto, nosso próximo passo teórico será analisar a evolução do comportamento dos meios de comunicação, ao ponto de serem considerados como “Príncipe Eletrônico” pelo sociólogo brasileiro Octavio Ianni.

1.3 Sob um novo principado

A princípio, parece exagero atribuir aos jornalistas a culpa pela deformação imaginária do sistema carcerário. Na verdade, não há como negar certa imprecisão diante das diferentes representações no discurso jornalístico. Ressalte-se que os jornalistas, ao mesmo tempo em que são funcionários de uma empresa capitalista, são também uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite falar em nome do interesse público. Mas até que ponto os jornalistas assumiram o papel de intelectuais responsáveis pela articulação s funções hegemônicas dentro das instituições midiáticas de nossos dias?

Não é fenômeno recente os intelectuais coexistirem ao lado do poderes político e econômico, mas teriam os profissionais de comunicação ascendidos sobre outras categorias de intelectuais da atualidade? Quanto a isso, Gramsci já ressaltou que os intelectuais

orgânicos não se constituem pela concepção de um “saber superior”, mas pelas funções que assumem nas relações sociais, condicionando novas superestruturas:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”, significa também, e, sobretudo, difundir criticamente as verdades descobertas, “socializá-las”, por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1995: 13).

Se é verdade a afirmação de que os intelectuais sempre estiveram intimamente ligados a grupos dominantes, garantindo-lhes a homogeneidade dos seus interesses, também é verdade que eles adequam função prática a forças que disputam a hegemonia na sociedade, até mesmo de grupos sociais sem expressão aparente. Mas isso não é novidade, uma vez que os intelectuais “tradicionais”, segundo Gramsci, às vezes se tornam autônomos e independentes e em outros momentos desempenham funções subalternas de hegemonia para outros grupos. Na terminologia de Gramsci, os intelectuais oscilam entre classe corporativa e classe dirigente na medida em que são capazes de responder melhor aos desafios histórico-sociais de sua época. Assim, tornaram-se mentores do “moderno príncipe” (o partido político) ou, na concepção maquiavélica², articularam qualidades próprias (virtù) às condições socio-políticas (fortuna) em que atuam.

Mas hoje as condições históricas são outras, e mudou a forma como o arquétipo do príncipe é concebido. A tese de Octavio Ianni é que no atual estágio do capitalismo, onde o conhecimento se configurou como categoria central, um novo príncipe ganha a cada dia mais destaque em nossa sociedade. Ele analisou três indícios que determinaram o “envelhecimento” dos antigos príncipes nas atuais condições históricas: 1) o processo de formação de uma sociedade civil mundial; 2) o surgimento de novas tecnologias que agilizam os processos sócio-culturais e político-sociais em todo o mundo; 3) a emergência de uma nova configuração histórico-social da vida, trabalho e cultura.

² Para Maquiavel, o príncipe é o líder ou condottiero capaz de articular inteligentemente as suas qualidades de atuação e liderança (virtù) e as condições sócio-políticas (fortuna) nas quais deve atuar. A virtù é essencial, mas se defronta todo o tempo com a fortuna, que pode ser ou não favorável, a ponto de ser tão adversa que a virtù não encontra possibilidades de realizar-se. Mas a fortuna pode ser influenciada pela força (leis e armas), embora tanto Maquiavel quanto Gramsci concordem que o Príncipe deva exercer o seu poder pela construção da hegemonia e da soberania, a exemplo daquela pessoa que constrói diques para conter rios enfurecidos: “Os homens prosperam quando a sua imutável maneira de proceder e as variações da fortuna se harmonizam, e caem quando ambas as coisas divergem” (Maquiavel, 1946: 161).

Neste novo cenário surge o “príncipe eletrônico”, uma nova figuração capaz de articular teoria e prática política numa era mundializada: “Já não se trata apenas do ‘quarto poder’, do qual se começou a falar no século XIX. Trata-se de um desenvolvimento novo, intenso e generalizado, abrangente e predominante da mídia no âmbito de tudo o que se refere à política” (Ianni, 2000: 144).

Na opinião do sociólogo, este “príncipe eletrônico” teria subordinado, recriado e absorvido os outros príncipes como nova entidade hegemônica que expressa formas e visões alternativas do que acontece no mundo. “Assim se enriquece o príncipe eletrônico, tornando-se mais sensível ao que vai pelo mundo, desde as perspectivas das classes e mundos sociais e grupos subalternos quanto de permeio à perspectiva de classes e grupos sociais dominantes” (Ianni, 1998: 10). Nesse sentido, constatamos como a imprensa acaba marginalizando ou instrumentalizando as instituições políticas tradicionais, sintetizando o processo catártico de indivíduos e coletividade, grupos e classes sociais:

Ao lado das suas atividades pluralistas e democráticas, favorecendo o debate, a controvérsia e a mudança social em geral, é inegável que a mídia influencia mais ou menos decisivamente a integração, isto é, a articulação sistêmica de uns e outros, contingentes e ideias, em escala local, nacional, regional e mundial (IANNI, 1998: 22).

Como instituição central na sociedade globalizada, a mídia ocupou seu espaço político e cultural, articulando-se com as massas, ao mesmo tempo em que define uma visão de mundo hegemônica. Sua centralidade, contudo, é ancorada também na ação dos intelectuais orgânicos que lhes garante unicidade e produzem um discurso midiático universalizante, calcado no ideal de interesse público. Por conseguinte, um papel relevante neste processo será atribuído aos jornalistas.

Utilizando perspectivas teóricas distintas, vários pesquisadores já haviam apontado para a emergência dos intelectuais-jornalistas, responsáveis por estabelecer referências culturais e modificar a pauta cotidiana numa reconstrução de uma realidade que vai além da mera representação. Um estudo interessante foi empreendido por Beatriz Sarlo (1997), numa perspectiva ligada aos estudos culturais, que constatou como dois fatores diluíram os saberes intelectuais numa espécie de “pluralismo midiático”: 1) a ascensão dos saberes técnicos em detrimento dos saberes filosóficos-morais; 2) o fim das utopias políticas. Dentro desse novo contexto, Sarlo afirma que “ninguém mais próximo que eles (os jornalistas) de um senso comum coletivo que interpretam e, ao mesmo tempo, constroem, a

cuja exigência atendem e a cujas inquietações interpretam sem deixar de doutriná-los” (Sarlo, 1997: 168).

Essa proximidade se reflete no discurso dos jornalistas, por exemplo, quando eles traduzem o discurso oficial para uma linguagem popular. “Pode-se considerar que a mídia de notícias efetua o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta” (Fairclough, 2001: 144). Justamente nisso consiste a grande responsabilidade do jornalista como “intelectual orgânico” da atualidade, haja vista sua capacidade de difundir uma concepção hegemônica de mundo.

Sendo assim, se o príncipe eletrônico não é nem “condottiero” nem partido político, a mídia se apresentará como uma “entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade” (Ianni, 2000: 148). Isso devido à concorrência acirrada entre os meios de comunicação, com seus variados enfoques e interpretações, onde a mídia assume as características cada vez mais plural e democrática dos inúmeros os intelectuais que a compõem:

Há jornais, revistas, livros, rádios, televisões e outros meios que expressam formas e visões alternativas do que vai pelo mundo, desde o narcotráfico e o terrorismo transnacionais às guerras e revoluções, dos eventos mundiais da cultura popular aos movimentos globais do capital especulativo. (...) Em geral, no entanto, o príncipe eletrônico expressa principalmente a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados. (...) Registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza o que poderia ser realidade e o imaginário. Muitas vezes, transforma a realidade, seja em algo encantado seja em algo escatológico, em geral virtualizando a realidade, em tal escala que o real aparece como forma espúria do virtual (IANNI, 2000: 148-150).

Para Ianni, o príncipe eletrônico se tornou o arquiteto desta nova “ágora eletrônica” na qual todos nós estamos “representados, refletidos, defletidos ou figurados, sem o risco da convivência nem da experiência” (Ianni, 2000: 155) e onde “identidades, alteridades e diversidades” não precisam desdobrar-se em “desigualdades, tensões, contradições, transformações” (Idem), pois tudo que nos incomoda será imediatamente espetaculizado e estetizado, até os temas inquietantes e problemáticos como o caótico sistema carcerário:

O que parece neutro, útil, positivo, logo se revela eficiente, influente ou mesmo decisivo, no modo pelo qual se insere nas relações, processos e estruturas que articulam e dinamizam as diferentes esferas da sociedade. (...) São organizados, mobilizados, dinamizados e generalizados como técnicas de comunicação, informação, propaganda, entretenimento, mobilização e indução de correntes de opinião pública, mitificação ou satanização de eventos, figuras, partidos, movimentos e correntes (IANNI, 2000: 155).

2. CULTURA E MASSA CRÍTICA

Este segundo bloco traz os referenciais teóricos dos estudos culturais: Néstor Garcia Canclini, Stuart Hall e Douglas Kellner. Pretendemos aprofundar o debate sobre a contemporaneidade, particularmente num contexto metropolitano marcado por intensas relações divergentes e subversivas, revelando uma renovação das identidades sociais e das mediações culturais a partir de um instrumental contra-hegemônico e de resistência constante.

2.1 Híbridas culturas

Néstor Garcia Canclini reconhecidamente é uma referência indispensável no estudo das questões da contemporaneidade na América Latina. Suas reflexões valiosas sobre as “culturas híbridas” ultrapassam uma visão linear presente em muitos estudos sobre a mídia. Portanto, estudar a relação entre mídia e sistema carcerário pressupõe arriscar-se num terreno repleto de variantes e complicações, precisamos assumir a mesma postura abrangente de Canclini:

Não se trata, é claro, de retornar às denúncias paranóicas, às concepções conspirativas da história, que acusavam a modernização da cultura massiva e cotidiana de ser um instrumento dos poderosos para explorar mais. A questão é entender como a dinâmica própria do desenvolvimento tecnológico remodela a sociedade, coincide com movimentos sociais ou os contradiz. Há tecnologias de diferentes signos, cada uma com várias possibilidades de desenvolvimento e articulação com as outras. Há setores sociais com capitais culturais e disposições diversas de apropriar-se delas, com sentidos diferentes (CANCLINI, 1997: 284).

Professor de História da Arte na Universidade do México, Canclini transita entre diferentes manifestações artísticas (passeatas, pintura, arquitetura, música, grafite, histórias em quadrinhos e até a simbologia dos monumentos) a fim de desconstruir os argumentos reducionistas e paradigmas binários (subalterno / hegemônico, tradicional / moderno) que balizam vários estudos culturais. Diante da aparente dispersão cultural na modernidade urbana, Canclini investiga a principal causa da intensificação da heterogeneidade cultural. Para ele, é na cidade, portanto na realidade urbana, que se processa uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação. E isto não é atribuível unicamente à concentração populacional das metrópoles, haja vista o acesso que a grande massa tem à informação e ao entretenimento, seja pelo rádio e televisão para uns, ou pela Internet para outros.

Ao contrário, viver em uma grande cidade não implica dissolver-se na massa e no anonimato. A violência e a insegurança pública, a impossibilidade de abranger a cidade (quem conhece todos os bairros de uma capital?) levam a procurar na intimidade doméstica em encontros confiáveis, formas seletivas de sociabilidade. Os grupos populares saem pouco de seus espaços, periféricos ou centrais; os setores médios e altos multiplicam as grades nas janelas, fecham e privatizam ruas do bairro (...) Habitar as cidades, diz Norbert Lechner em seu estudo sobre a vida cotidiana em Santiago, tornou-se “isolar um espaço próprio”. Diferentemente do observado por Habermas, nas primeiras épocas da modernidade, a esfera pública já não é o lugar de participação racional a partir da qual se determina a ordem social (CANCLINI, 1997: 286).

E com isso as comunidades periféricas, principalmente, criam vínculos locais de afetividade e de condescendência que acabam se formando “estruturas microssociais da urbanidade” (o clube, o café, a associação de bairro, a igreja local, o comitê político, etc), que antes se interligavam com uma continuidade utópica dos movimentos sociais e que hoje estão cada vez mais desarticuladas e, portanto, cada vez mais dependentes da intervenção midiática.

Uma organização diferente do “tempo livre”, que o transforma em prolongamento do trabalho e do lucro, contribui para essa reformulação do público. Dos cafés da manhã de trabalho aos almoços de negócios, para ver o que nos oferece a televisão em casa, e alguns dias aos jantares de sociabilidade rentável. (...) As identidades coletivas encontram cada vez menos na cidade e em sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo. As informações sobre as peripécias sociais são recebidas em casa, comentadas em família ou com amigos próximos. Quase toda a sociabilidade e a reflexão sobre ela concentram-se em intercâmbios íntimos. Como a informação sobre os aumentos de preços, o que fez o governante e até sobre os acidentes do dia anterior em nossa própria cidade nos chegam pela mídia, esta se torna a constituinte dominante do sentido “público” da cidade, a que simula integrar um imaginário urbano desagregado (CANCLINI, 1997: 288).

Da ideia de urbanidade e “teleparticipação”, Canclini passa a investigar a questão da memória histórica a fim de desfazer a perspectiva linear segunda a qual a cultura massiva e midiática substitui a herança do passado e as interações públicas. Sua investigação da presença dos monumentos e a sua relação ambivalente em meio às transformações da cidade demonstram como eles subvertem a cada instante a velha ordem estabelecida³.

A vida urbana transgride a cada momento essa ordem. No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver. Enquanto nos museus os objetos históricos são subtraídos à história, e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem graças à propaganda ou ao trânsito: continuam lutando com os movimentos sociais que sobrevivem a eles (CANCLINI, 1997: 300-301).

³ Em São Paulo a chacina do Carandiru, incidente que chocou o Brasil e o mundo, transformou o maior complexo penitenciário da América Latina em monumento impactante do contexto paulista, transformado pelo governo do Estado em ponto de cultura.

Aprofundando essa análise da problemática urbana, Canclini introduz o conceito de “desterritorialização” para descrever o processo da desarticulação cultural. Como ilustração, ele analisa a “transnacionalização dos mercados simbólicos” (como ocorre nas migrações, por exemplo) e, com isso, desfaz antagonismos simplistas tipo “colonizador vs. colonizado”, “nacionalista vs. cosmopolita”. Canclini defende que o poder não está mais centralizado unicamente nas mãos de grupos poderosos que manipulam a uma multidão totalmente passiva, como sugerem algumas teorias comunicacionais.

Pelo contrário, a disseminação dos produtos simbólicos pela eletrônica e pela telemática ou “o uso de satélites e computadores na difusão cultural também impedem de continuar vendo os confrontos dos países periféricos como combates frontais com nações geograficamente definidas” (Canclini, 1997: 310). Rejeitando posições maniqueístas, lembrará que a difusão tecnológica também permitiu a países dependentes a registrarem um crescimento notável de suas exportações culturais.

Outro fator importante para a desterritorialização seriam as migrações multidirecionais tão marcantes nas grandes cidades. Tal realidade é muito bem ilustrada no estudo sobre os conflitos interculturais empreendido por Canclini em Tijuana, uma emblemática cidade mexicana na fronteira com Estados Unidos. Preservadas as peculiaridades locais, poderíamos dizer que São Paulo também pode ser considerada, a exemplo de Tijuana, um grande laboratório da pós-modernidade (Canclini, 1997: 315). Tanto na capital paulista como em Tijuana, o caráter multicultural se expressa nas relações divergentes e convergentes que se dão entre as várias culturas coexistentes.

O pós-modernismo não é um estilo mas a co-presença tumultuada de todos, o lugar onde os capítulos da história da arte e do folclore cruzam entre si e com as novas tecnologias culturais. (...) Sem roteiro nem autor, a cultura visual e a cultura política pós-modernas são testemunhas da descontinuidade do mundo e dos sujeitos, a co-presença melancólica ou paródica, segundo o ânimo de variações que o mercado promove para renovar as vendas e que as tendências políticas ensaiam... para quê? (CANCLINI, 1997: 312).

2.2 Metáforas de transformação

Nenhum outro pensador da contemporaneidade abordou com tamanha pertinência as questões sobre a identidade social a partir das mediações culturais como Stuart Hall. Filho de uma família jamaicana classe média que viveu o modelo social inglês, Hall logo cedo descobriria que o que era encenado em sua família, em termos culturais, “era o conflito entre o local e o imperial no contexto colonizado” (Hall, 2003: 386), e passou a defender o

estudo da identidade cultural como um posicionamento, assumido por cada indivíduo (e não fixo), uma identificação resultante de formações históricas específicas.

Assim, Hall assume uma postura crítica em relação aos estudos da comunicação fundamentados na linearidade emissor/mensagem/receptor. Para ele, essa visão não possibilita a compreensão mais ampla da complexidade que envolve os processos comunicacionais, que abrangem o conjunto dos significados decodificados que “influencia, entretém, instrui ou persuade, com consequências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas” (Hall, 2003: 368). No entanto, embora negue uma cultura popular íntegra, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominações culturais, Hall parece não discordar com o argumento frankfurtiano de que se as massas a escutam, compram, lêem, consomem, as pessoas são influenciadas pela força e poder da indústria cultural. Não obstante, suas reflexões assumem uma perspectiva marxista mais ampla e ambivalente:

O povo versus o bloco de poder: isto, em vez de “classe contra classe”, é a linha central da contradição que polariza o terreno da cultura. A cultura popular, especialmente, é organizada em torno da contradição: as forças populares versus o bloco de poder. Isto confere ao terreno da luta cultural sua própria especificidade. Mas o termo popular – e até mesmo o sujeito coletivo ao qual ele deve se referir – “o povo” é altamente problemático. O termo se torna problemático, digamos, pela capacidade da Sra. Thatcher de pronunciar uma frase do tipo: “Temos que limitar o poder dos sindicatos, porque é isso que o povo quer” (HALL, 2003: 245).

Entretanto, várias outras forças também vão querer impor seus interesses ao “povo”, razão porque a cultura popular se transforma numa arena entre defensores e opositores à cultura dos poderosos. Hall, portanto, vai atribuir grande valor a essa cultura engajada dentro da arena do consentimento e da resistência. Voltamos, assim, a uma questão recorrente nesta pesquisa: até que ponto a imprensa influencia a população em geral? Que outras forças “contra-hegemônicas” disputariam as mentes e corações das massas? Neste aspecto, Hall destaca um estudo sobre o “carnaval” de dois jovens pesquisadores, White e Stallybrass⁴, que aprofunda o debate sobre as “metáforas de transformação”.

O carnaval é a metáfora da suspensão e inversão temporária e sancionada da ordem, um tempo em que o baixo se torna alto e o alto, baixo, o momento da reviravolta, do “mundo às avessas”. (...) Na verdade, o que é surpreendente e original a respeito do “carnavalesco” de Bakhtin enquanto metáfora de transformação cultural e simbólica é que esta *não* é simplesmente uma metáfora de inversão – que

⁴ Stuart Hall analisa com generosidade a obra de Allon White, “A política e a Poética da Transgressão”, e a utiliza em homenagem ao amigo recém-falecido ao proferir uma palestra na Universidade de Sussex. Em parceria com Peter Stallybrass, os estudos de Withe registram como as práticas de classificação cultural – “alto” e “baixo” – são transcodificadas e hierarquicamente interligadas ou, segundo a metáfora de transformação que Mikhail Bakhtin faz do “carnaval”, como alto perturba o alto.

coloca o “baixo” no lugar do “alto”, preservando a estrutura binária de divisão entre os mesmos. No carnaval de Bakhtin, é precisamente a pureza dessa distinção binária que é transgredida. O baixo invade o alto, ofuscando a imposição da ordem hierárquica (HALL, 2003: 210-211).

De fato, não há como ignorar a grande movimentação que ocorre nas camadas subalternas paulistas, numa espécie de reação revolucionária no campo das ideias. Alheios aos ditames da indústria cultural, fenômenos como Mano Brown ou bailes funk, sempre disputados, fazem a cabeça da juventude das periferias, alguns até fazendo apologia declarada a um poder paralelo cada vez mais forte e ameaçador. Exemplo disso é a letra de um CD pirata, no estilo “funk proibidão”, amplamente vendido nas barracas de camelôs, sob o título “Funk do PCC 2006”, transcrita por Percival de Souza:

Vou embaçar a sua vida / Já sou seu pesadelo / Se você não acredita / Escuta aí, é o baile inteiro / Quem manda é o PCC / Fez São Paulo estremecer / Daqui pra frente é só terror / A guerra vai começar / Todos os presídios vão se levantar / Sou CV-PCC / Preparado para o duelo / E se fechou tudo / Foi o poder paralelo / Tu ta ligado, amigo / Nessa parada / Nós mete bala / Pisa em cima / e Sai dando risada / Eu vou chegar chegando / Representando os irmãos do Primeiro Comando / Sempre atendo aos *salve* / Quem vem do monstrão / Sequestro, assalto / ou Atentado à corporação (SOUZA, 2006: 173).

São metáforas alternativas como essas, segundo Hall, que fazem todo sentido numa realidade de opressão e exclusão, num relacionamento estreito entre o social e o simbólico onde o jogo de poder se faz presente, nem sempre através de ações e sim na negociação de sentido, pelo menos na maneira como a população os concebe. E é justamente nessa reviravolta na ordem simbólica que o de baixo (ou o criminoso, no nosso caso) tenta promover uma poderosa metáfora de transformação social e simbólica.

O baixo invade o alto, ofuscando a imposição hierárquica; criando, não simplesmente o triunfo e uma estética sobre a outra, mas aquelas formas impuras e híbridas do grotesco; revelando a interdependência do baixo com o alto e vice-versa, a natureza inextrincavelmente mista e ambivalente de toda a vida cultural. (...) O baixo não é mais a imagem refletida do alto, aquele que espera nos bastidores para substituí-lo, como nas metáforas clássicas da revolução, mas numa outra figura, relacionada mas diferente, que tem assombrado e perseguido a metáfora paradigmática do baixo enquanto “local dos desejos conflituosos e representações mutuamente incompatíveis” (HALL, 2003: 211-212).

Essas “metáforas de transformação”, como Hall demonstrou, trazem em seu bojo os elementos do “festival dos oprimidos”, do “mundo às avessas” e, quando recuperadas na perspectiva do “diálogo”, podem produzir uma renovação da sociedade. A esse elemento não explicado, ou excedente, Hall atribuirá grande valor, pois “como os sintomas e representações da vida psíquica, elas estão destinadas a ser sobre ou subdeterminadas” (Hall, 2003: 221).

2.3 A pedagogia da crítica

Não poderíamos encerrar este bloco sem considerar a Pedagogia Crítica da Mídia, de Douglas Kellner, sobre as relações estruturais de desigualdade e opressão denunciadas pelos estudos culturais críticos. Ou seja, de como a cultura da mídia afeta o público e que espécie de potenciais efeitos contra-hegemônicos e que possibilidades de resistência e luta também se encontram nas obras da cultura da mídia (2001: 64). Importante frisar como Kellner não subestima a inteligência do receptor, ressaltando que a absorção das informações varia de pessoa para pessoa. Mas ele também não superdimensiona a noção de receptor ativo, que estaria condicionado pelo contexto sócio-cultural.

Por isso, Kellner vai formular uma pedagogia crítica da mídia com uma proposta direta: “aprendendo como ler e criticar a mídia, avaliando seus efeitos e resistindo à sua manipulação, os indivíduos poderão fortalecer-se em relação à mídia e à cultura dominantes” (2002: 10). Assim, “criando seus próprios significados e usos e fortalecendo-se com a matéria-prima extraída de sua própria cultura” (2001: 12), as pessoas terão plenas condições de discernir o conteúdo midiático, produzindo novas formas de cultura:

Esses estudos explorarão algumas das maneiras como a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo que fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta. Afirmamos que a cultura da mídia é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas através de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia (KELLNER, 2001: 10-11).

Destaquemos uma indagação pertinente formulada por Kellner dentro da realidade de uma teoria crítica da sociedade atual, decorrente desta dominação da cultura produzida pela mídia na sociedade: Quais são os processos e os contextos históricos, sociais, políticos e econômicos em que se desenrolam as produções do discurso midiático e quais são seus reflexos na sociedade? Em outros termos, Kellner está propondo uma releitura política e cultural da mídia que

Significa não só ler essa cultura no seu contexto sócio-político e econômico, mas também ver de que modo os componentes internos de seus textos codificam relações de poder e dominação, servindo para promover os interesses dos grupos dominantes à custa de outros, para opor-se às ideologias, instituições e práticas hegemônicas, ou para conter uma mistura contraditória de formas que promovem dominação e resistência (KELLNER, 2001: 76).

Percebe-se clara influência de Gramsci quando Kellner atenta para a dominação exercida por determinadas instituições e/ou grupos, que se utilizam, muitas vezes, da força para manter o poder. Neste processo, ele afirma que aparelhos de Estado como a religião, a escola e a imprensa reforçam, de maneira mais sucinta, a ideologia dominante. Contudo, nessa realidade surgem forças antagônicas, de resistência, que contestam a ordem vigente. Assim, Kellner desenvolve um conceito de diagnóstico crítico a fim de detectar “o que está por trás” da cultura da mídia.

Em sua análise das mensagens, valores e ideologias da mídia, Kellner levanta questões como estas: Qual é o enfoque dado pela imprensa a determinado fato ou objeto? O embate é real ou ilusório? Qual é o discurso utilizado para promover a formação de determinados tipos de identidades? E na busca por resposta a estas indagações, Kellner constatará que a ideologia transmitida pela mídia “é (geralmente) a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são as posições que vêem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes” (Kellner, 2001: 83). Haveria, portanto, uma nítida separação em “dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder” (Idem).

Com isso, Kellner conclui que para assumirmos uma perspectiva multicultural crítica pressupõe uma interpretação da cultura e da sociedade que leve em conta as relações entre “poder, dominação e resistência, articulando as várias formas de opressão em dada sociedade por meio de perspectivas multiculturais” de modo que “seja possível abordar criticamente textos culturais” (2001: 124) e detectar posicionamentos relacionados nestes conflitos.

Para tanto, devemos adotar normas e valores que possibilitam fazer um estudo crítico dos “textos, produções e condições que promovam opressão e dominação”. Nesse sentido, valorizar “positivamente fenômenos que promovam a liberdade humana, a democracia, a individualidade e outros valores que, por ele adotados, são defendidos e valorizados em estudos e situações concretas” (Kellner, 2001: 125).

Todavia, o estudo crítico multicultural da cultura da mídia tem o objetivo de relacionar suas teorias com a prática, “contribuindo para desenvolver uma contra-hegemonia à hegemonia conservadora dos últimos anos” (Kellner, 2001: 125). Em

compasso com as formas de resistência e contra-hegemonia, essa perspectiva crítica (“multiculturalismo insurgente”) posiciona-se de maneira contrária à dominação, analisando não só as desigualdades estruturais, mas também as lutas dos oprimidos contra os dominantes no sentido de libertação.

Um texto é constituído por suas relações internas e pelas relações que mantém com sua situação social e histórica, e quanto mais relações estiverem expressas numa leitura crítica, melhor poderá ser a compreensão do texto. O método multiperspectívico deve necessariamente ser histórico e ler seus textos em termos de contexto social e histórico e pode também optar por ler a história à luz do texto (KELLNER, 2001: 128).

Por isso, nesta pedagogia libertadora, Kellner valorizará as contribuições “marxista, feminista, estruturalista, pós-estruturalista, psicanalítica e outras”, que possibilitam “uma leitura mais completa e potencialmente mais sólida” (Kellner, 2001: 130). Quanto mais elementos forem utilizados em uma pesquisa – desde que pertinentes ao estudo – provavelmente melhor será o entendimento de “todo o espectro de dimensões e ramificações ideológicas de um texto” (Idem).

3. CONTRA TODA RESIGNAÇÃO

Neste último bloco teórico, ressaltamos a contribuição de Michel de Certeau, Edgar Morin e Paulo Freire com a intenção de demonstrar como as pessoas comuns se reapropriam das representações sociais, o que pode ser valorizado se a comunicação assumir uma nova compreensão sobre a complexidade da contemporaneidade, a partir do contexto da ação cultural revolucionária, engajada na luta contra o a desumanização que marca não apenas tanto *oprimidos* quanto *opressores*.

3.1 Resistência cotidiana

As reflexões de Michel de Certeau sobre os lugares e os espaços abrem um novo horizonte para a pesquisa sobre os desafios da realidade metropolitana. Mais do que tudo, demonstram como pessoas comuns podem se reapropriar das representações sociais (tradições, linguagem, símbolos, etc) em situações cotidianas. Certeau vê nessa atividade

do re-uso uma abundância de oportunidades para pessoas comuns subverterem os rituais e representações que as instituições buscam impor sobre elas.

Aliás, Certeau considera a cidade um grande laboratório da contemporaneidade, um lugar onde novas práticas comunitárias são reinventadas. Ressalte-se, porém, que ele não oferece um modelo fechado para o estudo cultural. Antes, admite que “nossas categorias do saber são ainda muito rústicas e nossos modelos de análises muito pouco elaborados para nos permitir pensar a abundância inventiva das práticas cotidianas” (Certeau, 2000: 361). Isso não quer dizer que ele também despreze a influência da mídia na formação de grupos sociais. Em “O ordinário da comunicação”, Certeau resume a sua percepção sobre os processos midiáticos: “Na miséria de situações de penúria, o ordinário da comunicação tira proveito da presença da mídia” (Josgrilberg, 2005: 95).

O “ordinário”, na ênfase de Certeau, são os pequenos processos, as mudanças às vezes imperceptíveis. Quando as pessoas se apropriam das mensagens recebidas não de maneira passiva, mas produtiva e criativa. Assim, ele demonstra que sua posição é, antes de tudo, de esperança em relação à utilização da mídia. Isso quer dizer que Certeau é otimista, e não ingênuo quando afirma que as pessoas buscam na antidisciplina uma forma de resistência ao poder que lhes oprime. Embora a produção midiática ajude a compor esse “lugar controlado”, será o “movimento tático” (dos receptores) que vai atualizar o significado dessa produção, validando ou não essa atualização. Estudioso de Certeau, Fábio Josgrilberg conclui como essa atividade de recepção não é livre de tensões. Segundo ele, Certeau considera o “movimento tático” sempre a partir de um lugar estabelecido. “Ainda que ocorra a atualização, ela estará em tensão com o lugar” (Josgrilberg, 2005: 97).

É essa compreensão do ato enunciativo, enquanto retomada do lugar para novas reorganizações espaciais, que permitirá a Certeau destacar os relatos (*récits*) como organizadores do espaço social. Como atos performativos, os relatos, na forma de estruturas narrativas, “têm valor de sintaxe espacial” (IQ1, p. 70). Eles criam e recriam o que Certeau chama de “teatro de ação” (Ibidem, p. 182). O relato é uma ação descritiva, mas também criativa e com um caráter fundador (Ibidem, p. 181). (...) Essas características dos relatos antecipam a análise, são uma pré-condição para o julgamento que tem por objetivos regulá-las – “os relatos caminham à frente das práticas sociais para lhes abrir um campo” (Ibidem, p. 185). Ora, mais uma vez mais, há uma dinâmica circular (JOSGRILBERG, 2005: 80).

Portanto, já que os discursos produzidos na sociedade derivam dos relatos, Certeau definirá a cidade como o lugar da “guerra dos relatos” afirmando que “são os relatos que tornam a cidade crível” (citado por Josgrilberg, 2005: 97). Um grande o risco, segundo Certeau, seria a possibilidade dos “grandes relatos” esmagarem os “pequenos relatos” ou

um enunciador passar a ser um “Enunciador Universal” e ignorar os diversos enunciadores em jogo (Idem).

Ao enfatizar essa relação dialética (“poder” versus “sujeitos”), Certeau se aproxima bastante do pensamento de Michel Foucault sobre o aparato disciplinar, pois as suas “funções estratégicas” sugerem uma correspondência com as “microfísicas do poder”. Neste ponto, Certeau lamenta que o filósofo que desnudou as artimanhas das “micropolíticas” tenha ignorado justamente as práticas cotidianas que fazem o contraponto com os princípios “panópticos” que organizam o discurso. “A partir de agora, a identidade depende de uma produção, de uma caminha interminável (...) O ser se mede pelo fazer” (Certeau, 2000: 203).

3.2 Saberes indispensáveis à imprensa

O pensamento complexo de Edgar Morin vem trazer novas perspectivas aos debates sobre a contemporaneidade. Indo além de conclusões simplistas e unilaterais, Morin demonstra que o tecido social é interligado por “circuitos incessantes” entre interações que emanam de baixo e coerções dominadoras provenientes de cima. Evitando ações cegas que “cortam, talham e retalham, deixando em carne viva o tecido social e o sofrimento humano” (Morin, 1986: 119),

Então, poderemos conceber a complementaridade do que parece somente antagônico e o antagonismo do que parece somente complementar. Então, poderemos partir da ideia de que a sociedade, embora seja uma emergência oriunda das interações organizadoras entre indivíduos e grupos, é uma realidade coerciva que retroage sobre estes. Então, poderemos conceber o circuito recursivo da autoprodução antropossocial em que os seres humanos façam parte de uma sociedade que faça parte deles. Então, poderemos compreender que, quanto mais complexa for uma sociedade, quanto mais potenciais de desordens, antagonismos, conflitos ela conviver, quanto mais ela comportar, ao mesmo tempo, potencialidades de inovações, de estratégias, de respostas às forças de desagregação, tanto mais ela deverá conter, para compensar sua fragilidade orgânica, a comunicação fraternizante que transforma a desordem em liberdade (MORIN, 1986: 121-122).

Assim, quando nos propomos a estudar a relação entre imprensa e sistema carcerário não poderíamos abrir mão dessa perspectiva multidimensional. Não podemos temer, como nos recomenda Morin, o paradoxo em que “os homens são, ao mesmo tempo, fantoches, bonecos, objetos e agentes que tomam decisões, sujeitos da história” (Morin, 1986: 131). Portanto, nessa dissertação, não poderíamos ignorar o pensamento complexo Morin – lembrando que *complexus*, no latim, significa “o que foi tecido junto”. Só assim conseguiremos observar se discurso da imprensa reconhece essas ambiguidades ou se anula

as incertezas a fim de se adaptar às circunstâncias, assumindo um pensamento mutilante:

O pensamento mutilante atualmente devasta todos os setores do conhecimento e da ação. Mas é na política que se torna um desastre porque se une estreitamente à ingenuidade, à ignorância, à magia, ao mito, à ética maniqueísta. Ele promove a destruição de tudo aquilo que ignora, despreza ou não compreende. Hegel dizia: “O pensamento abstrato só vê no assassino essa qualidade abstrata e (destrói) nele, com o auxílio dessa única qualidade, todo o resto de sua humanidade”. E é ao produzir “assassinos”, “facistas”, “comunas”, que a mutilação política arranca, aos humanos do campo adversário, seus caracteres morais e, por essa destruição moral, prepara o caminho para a destruição física (MORIN, 1986: 143).

E com Morin encontramos algumas pistas que nos ajudam a “enfrentar as incertezas”, o inesperado dos nossos dias. “A realidade não é facilmente legível”, ele alerta, acrescentando que as teorias não refletem, mas traduzem a realidade e, por isso mesmo, podem traduzi-la de maneira errônea. “Nossa realidade não é outra senão nossa ideia da realidade” (Morin, 2000: 85).

A pedido da Unesco, Morin sistematizou um conjunto de reflexões que repensam a educação do século 21, os “Sete saberes indispensáveis à educação do futuro” igualmente indispensáveis à imprensa na atualidade. Numa circunstância em que facções criminosas impõem o terror a toda sociedade de dentro dos presídios e quando toda a Grande São se viu atônita durante os ataques do PCC em 2006, as reflexões de Morin ganham uma importância ímpar:

O inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e ideias, e estas não têm estrutura para acolher o novo. Entretanto, o novo brota sem parar. Não podemos jamais prever como se apresentará, mas deve-se esperar sua chegada, ou seja, esperar o inesperado. E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo (MORIN, 2000: 30).

Ao discutimos a relação entre imprensa e sistema carcerário, assumimos a posição recomendada por Morin, quando diz que a compreensão deve aceitar “apreender em conjunto”, como no latim “comprehendere” que sugere uma compreensão que “abrace junto” o texto e o seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno. Nesse entendimento, Morin inclui um novo processo de empatia, de identificação e de projeção e, com isso, uma compreensão sempre aberta, simpática e generosa:

A comunicação não garante a compreensão. A informação, se for bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, condição primeira necessária, mas não suficiente, para a compreensão. (...) A compreensão pede, por exemplo, que não se reduza o ser humano a seu crime, nem mesmo se cometeu vários crimes. Como dizia Hegel: “O pensamento abstrato nada vê no assassino, além dessa qualidade abstrata (retirada do seu complexo) e (destrói) nele, com a ajuda desta única qualidade, o que resta de sua humanidade”. (...) Aquele que sente repugnância pelo vagabundo encontrado na rua simpatiza de todo coração, no cinema, com o vagabundo Carlitos. Enquanto na vida cotidiana ficamos quase indiferentes às misérias físicas e morais, sentimos compaixão e comisseração na leitura

de um romance ou na projeção de um filme (MORIN, 2000: 94, 98-99 e 101).

3.3 Por uma comunicação libertadora

O professor Venício A. de Lima abre sua obra “Mídia: teoria e política” dedicando dois capítulos sobre o conceito de comunicação em Paulo Freire, confirmando a atualidade das ideias desse educador brasileiro, que podem trazer grandes contribuições na nova configuração do campo da comunicação na atualidade. Formuladas há mais de 30 anos, Freire já naquela época ensinava que “a experiência nos ensina que nem todo óbvio é tão óbvio quanto parece” (Lima, 2004: 56). O pensamento comunicacional latino-americano recebeu muitas influências do educador brasileiro a ponto de Martín-Barbero, por exemplo, atribuir a Freire muito de sua teoria das mediações.

Uma conclusão básica de Freire é que os homens não são “objetos” (por natureza), mas Sujeitos criativos. Eles até podem ser tratados como meros “objetos” por sistemas sociais opressivos, ou desumanizados, para utilizar uma terminologia preferida por ele, mas isso não altera a “vocação ontológica” da pessoa humana, que é ser Sujeito, consciente de si mesma e que interage com o mundo e com as outras pessoas pela comunicação.

No ensaio “Extensão ou comunicação?”, Freire argumenta que “o mundo social humano não existiria se não fosse um mundo capaz de comunicar; (...) o mundo dos seres humanos é um mundo da comunicação” (Lima, 2004: 65). Em uma nota de rodapé do texto “Educação como prática da liberdade”, Freire afirma que “uma pessoa só poder existir em relação a outras que também existem, e em comunicação com elas” (Freire, 1971: 41). No clássico “Pedagogia do Oprimido”, Freire vai mais além e declara que

Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado (...). Os homens (...) não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas especialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o homem à condição de “coisa”. (FREIRE, 1977: 73 e 149).

Freire recorre ao filósofo espanhol Eduardo Nicol para denominar a “relação dialógica”, conceito-chave de suas reflexões das práticas comunicativas, pela qual não existe ser humano isolado, assim como não existe pensamento isolado. Dada essa característica, Freire conclui que

Não é possível compreender o pensamento sem referência à dupla função: cognoscitiva e comunicativa (...) O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que

ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. (...) A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam significação dos significados (FREIRE, 1971: 67-69).

O professor Venício Lima sintetizou o conceito de comunicação em Freire em três pontos principais: 1) que não há comunicação sem a co-participação dos Sujeitos no ato de pensar; 2) que o objeto de conhecimento não pode se construir no termo exclusivo do pensamento mas, de fato, é seu mediador; 3) e que o conhecimento é construído mediante as relações entre os seres humano e mundo. Com isso, Freire define a comunicação “como situação social em que as pessoas criam conhecimento ‘juntas’, transformando e humanizando o mundo, em vez de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo” (Lima, 2004: 62). Portanto, a comunicação para Freire nada mais é que uma interação entre sujeitos iguais e criativos, portanto, fundamentada no diálogo. Então,

Dialogar não significa invadir, manipular, ou “fazer slogans”. Trata-se, isto sim, de um devotamento permanente à causa da transformação da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para o outro” por homens que são falsos “seres para si”. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1971: 43).

Não podemos desconsiderar a militância católica de esquerda de Freire quando ele afirma que “o verdadeiro ato de conhecer é sempre um ato de engajamento” (Lima, 2004: 63), e isto em nossa discussão significa dizer que a comunicação tem de ser compreendida no contexto da ação cultural revolucionária, engajada na luta contra o que Freire considerava o principal problema da atualidade: a desumanização. E, portanto, o alvo de uma comunicação libertadora deve ser o combate à desumanização, compreendida por Freire como um processo que marca não apenas aqueles cuja humanidade foi roubada (*os oprimidos*), mas também os que a roubaram (*os opressores*) (Freire, 1977):

Assim, no processo de libertação (ação cultural revolucionária) “os oprimidos não devem, ao procurar reconquistar a sua humanidade, se transformar, por sua vez, em opressores de seus opressores, mas sim restaurar a humanidade de ambos”. Freire define a libertação como “processo (ou luta) pela humanização”, ou seja, “pela emancipação do trabalho, pela superação da alienação, pela afirmação dos homens enquanto pessoas”. Para ele, “a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos” torna-se então a de “libertar-se a si próprios e seus opressores” (PO, cap. 1, *passim*) por meio de um permanente processo histórico de libertação (LIMA, 2004: 65).

Enfim, se escolhemos Paulo Freire para fechar esse capítulo teórico, não foi por acaso. Reafirmamos nossa opção por uma comunicação dialógica neste momento delicado para a sociedade paulista, que se vê acuada diante de uma facção criminosa que impõe o

terror à maior metrópole da América Latina. Enfim, ao propor uma análise entre a imprensa e sistema carcerário publicamos nosso desejo por uma comunicação relacional e transformadora que represente uma referência criativa e desafiadora para todos que acreditam na prevalência de um modelo social comunicativo libertador.

FECHAMENTO

Vimos como esta pesquisa assume um tom crítico e esperançoso na análise do discurso jornalístico sobre o sistema carcerário. Primeiramente com Michel Foucault demonstrando como as “microfísicas do poder” são catalisadas pelos meios de comunicação, denominados por Louis Althusser como “aparelhos ideológicos de Estado” e por Octavio Ianni como “príncipe eletrônico”. Depois, recorreremos aos principais expoentes dos estudos culturais – Néstor Garcia Canclini, Stuart Hall e Douglas Kellner – a fim de ressaltar a complexidade que envolve o debate sobre a contemporaneidade, sem tirar conclusões lineares.

Procuramos, por fim, introduzir as esperanças de Michel de Certeau, Edgar Morin e Paulo Freire para ressaltar a urgência de repensarmos o retrato que a imprensa faz da questão carcerária, especialmente numa metrópole que convive com uma facção criminosa tão violenta como o Primeiro Comando da Capital. Ressaltamos ainda o estranhamento dos jornalistas em cobrir o assunto a partir de uma ideia fixa que considera a prisão como meio único instrumento de combate à criminalidade. Enquanto a imprensa ignora as propostas como as penas alternativas insistindo nesta equação comprovadamente inócua – a justiça condena, a polícia prende e a cadeia pune –, facções criminosas como o PCC tende a se fortalecer cada vez mais.

CAPÍTULO II

PANORAMA DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA

Ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões.
Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados,
mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos.
Nelson Mandela

A prisão, por si só, não resolveu o problema da criminalidade e da ressocialização do delinquente e o assunto sequer foi abordado com a seriedade necessária, principalmente porque não se cogitou a existência de modelos alternativos para garantir a segurança pública (Bicudo, 1994). Além disso, os aparelhos policial, judicial e prisional sempre foram considerados departamentos estanques, mesmo quando o bom-senso aponta para a integração dessas três atividades, com “uma Polícia prevalentemente preventiva, uma Justiça mais atenta à pessoa do preso e uma política penal que minimize a prisão e dê ênfase à reabilitação” (Idem: 82).

De fato, nada pode ser feito se mantida a situação atual. Nesse sentido, em resposta aos que defendem a experiência dos Estados Unidos, Bicudo adverte que a privatização do sistema carcerário não passaria de outro grande equívoco, útil apenas para caracterizar a filosofia (já falida, segundo ele) que determina uma única solução para o problema da criminalidade: a prisão. Com a descentralização de cada uma das três atividades (policial, judicial e prisional), integrando-as entre si, o jurista defende a sua concentração em pequenas comunidades. Assim,

com um policiamento permanente no tempo e nos espaço – quer dizer, os mesmos policiais atuando sempre nas mesmas áreas, todo o tempo –, chegaremos à integração Polícia-povo capaz de afastar os perigos da delinquência. O trabalho desses policiais será, sem dúvida, fundamental para a qualificação da Polícia como órgão de prevenção, e irá se refletir nas atividades judiciário-penais desenvolvidas no mesmo espaço físico. Além dos benefícios inerentes à integração com o povo – sem o qual o policiamento se torna impraticável –, a mera presença policial poderá coibir a maioria dos surtos de violência. A atuação conjunta também facilitará a fiscalização (em especial sobre a esfera policial) exercida pelo juiz, ou pelos representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados, ajudando, por extensão, a conter a violência no Estado. E, coroando tudo, haverá o aperfeiçoamento da própria administração da justiça, com julgamentos baseados na realidade criminal, e não mais na vontade quase exclusiva das partes (BICUDO, 1994:82).

A integração permitiria a individualização da pena, com a aplicação preferencial de punições qualificadas pela imposição da prestação de serviço à população. Um juiz

integrado à comunidade deixa de julgar a partir de folhas de papel e passaria a julgar, realmente, pessoas. Em vez de enviá-las a grandes conglomerados penitenciários, pela proposta de Bicudo, o juiz que presidiu a formação da culpa e a impôs poderia acompanhar, *pari passu*, o seu cumprimento. “Ele será o juiz da execução e, auxiliado por conselhos da própria comunidade, irá orientar a política de recuperação do réu condenado, com objetivo de reintegrá-lo à sociedade” (Bicudo, 1994: 83). Em outras palavras, o jurista está propondo uma nova caminhada marcada por uma distensão inicial do aparelhamento primitivo:

Nada de penas duras, nada de crimes hediondos concebidos subjetivamente. Deixa-se para trás a prisão fechada, que está falida, e evolui-se para um estágio intermediário, capaz de traçar os contornos do ideal da pena sem prisão. Para isso, tornam-se imprescindíveis as reformas, tanto dos órgãos policiais quanto do poder Judiciário e do sistema penitenciário. Aceita a reformulação, parte-se para a descentralização do trinômio Polícia-Justiça-Prisão, mediante a construção de pequenos módulos que integrem as três atividades. Assim, criam-se reais possibilidades para um policiamento preventivo eficiente e para uma avaliação mais realista do crime e de seu autor. E, em consequência, abrem-se os horizontes para que a pena, a partir de determinado instante, seja reavaliada pelo juiz e pelos representantes da comunidade, e para que seu cumprimento se dê fora do presídio, na forma de trabalho urbano e rural. Nada impede a descentralização da proposta. Nada impede que os estados adotem medidas ágeis para viabilizar julgamentos mais realistas e rápidos. Nada impede a individualização da pena, segundo os princípios inscritos na legislação, ou mesmo seu acompanhamento pelo juiz que a determinou, agora em conjunto com a comunidade (IDEM: 83).

Eis uma nova proposta para a reformulação dos sistemas de segurança pública, podendo, sem dúvida, ser aperfeiçoada. Entretanto, enquanto enxergarmos a segurança dividida em departamentos estanques, o problema não será equacionado. Como Bicudo demonstra de forma competente, Polícia, Justiça, Prisão são parte de um todo e, se não funcionarem como tal, “a Polícia continuará violenta, a Justiça permanecerá como instrumento de opressão e o presídio, fonte de corrupção e de violência” (1994: 98).

No entanto, antes de empreender esta análise dos sistemas de segurança pública, Bicudo percebeu que todo aparelhamento policial, judiciário brasileiro, incluindo-se as leis penais, repousa na tradição de repressão aos segmentos menos favorecidos da sociedade, em benefício das classes privilegiadas. Talvez seja uma herança da colonização portuguesa, como muito bem relembra ele, injustiça que ainda nos primórdios de nossa formação histórica já era denunciada pelo padre Vieira⁵:

Não são só os ladrões os que cortam bolsas ou espreitam os que vão se banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões, que mais própria ou dignamente merecem este título, são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com mancha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam a um homem, estes roubam cidades e reinos. Os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem

⁵ Sermão do Bom Ladrão (*Sermões*, V), proferido na Igreja da Misericórdia de Lisboa, em 1665.

perigo; os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam. Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de Justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: “LÁ VÃO OS LADRÕES GRANDES A ENFORCAR OS PEQUENOS”. Ditosa a Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosa as outras nações, se delas não padecerá a Justiça as mesmas afrontas. Quantas vezes se viu em Roma ir a enforcar um ladrão por ter furtado um carneiro, e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, um ditador por ter roubado uma província! E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes? (*apud* BICUDO, 1993: 99).

1. O TRIPÉ DA SEGURANÇA PÚBLICA

Para aprofundarmos ainda mais o debate sobre a necessária reformulação do tripé sobre o qual se sustentam as políticas de segurança pública, devemos comentar cada uma das partes que compõe o trinômio Polícia-Justiça-Prisão. Trata-se, contudo, de uma visão panorâmica de cada um desses aparatos, que estão mais detalhados na parte final desta dissertação (ver Anexos).

1.1 A Polícia

Com um contingente com quase 25 mil agentes⁶ e um o organograma que abrange desde o DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito) à Polícia Técnico-Científica, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) ainda comanda a Polícia Civil (que investiga os crimes e prepara os respectivos procedimentos legais) e seus respectivos órgãos de repressão à criminalidade, como o DENARC (Departamento de Investigações sobre Narcóticos), o DEIC (departamento que investiga o crime organizado, sequestros e furtos e roubos de veículo e cargas), o D. H. P. P. (que investiga homicídios, latrocínios e até pessoas desaparecidas), além das várias delegacias seccionais e as específicas (mulher, idoso, infância e juventude) e os distritos policiais.

A SSP também integra a Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo, “a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos”⁷. Entre as muitas atribuições, que inclui a dissuasão da perturbação da ordem e as devidas honrarias a autoridades, compete à PM o policiamento do tráfego urbano, ferroviário, rodoviário e fluvial, das instalações de uso público, das florestas, dos locais de eventos vários, dos portos e aeroportos, das partes externas do sistema carcerário, dos prédios e recintos particulares, além das conhecidas competências do Corpo de

⁶ Fonte: portal da Secretaria de Segurança Pública: www.ssp.sp.gov.br.

⁷ Idem.

Bombeiros: combate a incêndios, socorro e salvamento, atender emergência e calamidade pública.

Fazendo um breve retrospecto, as primeiras informações sobre a existência de um aparelho policial no Brasil datam do século XVI, época da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Na ocasião, o alcaide-mor (prefeito) Francisco Dias Pinto encarregava-se de todas as atividades policiais, acumulando inclusive a função de carcereiro. Tempos depois, as atribuições policiais foram passadas para os ouvidores-gerais, que tinham competência especial e exclusiva sobre escravos, índios e peões (trabalhadores) brancos, mas também podiam aplicar penas de prisão, até o limite de 6 anos, aos nobres moços da Câmara e fidalgos.

Entretanto, a polícia como instituição surgiu apenas em 1808, com a chegada de D. João VI e a elevação do Brasil à categoria de vice-reino. O alvará de 10 de maio daquele ano estabeleceu ampla e ilimitada jurisdição ao intendente-geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana: em matéria policial, ele pairava acima de ministros criminais e civis, que cumpriam suas ordens e dele recebiam instruções⁸.

Aos poucos essa situação foi se transformando em decorrência da implantação, em todo território nacional, de vários órgãos votados para a segurança pública. A proclamação da República foi, sem dúvida, o marco divisório entre uma concepção difusa da atividade policial e o estabelecimento de uma Polícia profissionalizada. Com a adoção do modelo federativo, as antigas províncias, que se constituíam em Estados autônomos, trataram de se organizar para preservar seu modelo e a autonomia conquistada. Afinal, as Forças Armadas (Exército e Marinha), configuravam corporações nacionais, a serviço da União. Contra elas, era preciso antepor dispositivos capazes de dificultar e até mesmo impedir que o poder central se tornasse incontestável, anulando a autonomia das unidades federadas. Assim, surgiram os pequenos exércitos estaduais, chamados de forças públicas, brigadas ou outras denominações regionais.

Em São Paulo, o governo Jorge Tibiriçá, organizou, em 1891, a Força Pública local, com o objetivo de defender o poder instituído e resguardar os interesses do Estado. Para treinar a sua corporação, o governador Tibiriçá contou com o apoio de oficiais franceses

⁸ Conforme tese de doutoramento de Maria do Carmo Bicudo Barbosa intitulada “Tudo como antes no quartel de Abrantes”.

para tornar a Força Pública um órgão de defesa efetivo e poderoso, que em algumas décadas ultrapassava o do próprio Exército, com artilharia de campo e aviões de combate. Na Revolução de 1932, feriado de 9 de Julho em São Paulo, dispunha de um contingente de 14.224 policiais, ao passo que o Exército contava com apenas 3.675 homens.

A vitória do governo federal marcou o início da formação do Estado unitário e, conseqüentemente o declínio da Força Pública. No mandato do governador Jânio Quadros em São Paulo, organizou-se um grupo de trabalho, com apoio inclusive da “Scotland Yard” (a polícia inglesa), cujo objetivo era o de apresentar propostas para a unificação, com características eminentemente civis, da Força Pública e a Guarda Civil⁹, deixando à Polícia Civil (delegados, investigadores, peritos) a tarefa de oferecer provas necessárias aos procedimentos judiciais.

O golpe de 1964 resolveu o problema. Mediante a ideologia de segurança nacional, seria necessário criar uma força militar auxiliar, adestrada para responder aos atos de guerrilha. Em São Paulo fundiram-se a Guarda Civil e a Força Pública, dando origem à Polícia Militar. Da primeira, a PM “herdou” os enfrentamentos populares e da outra, o policiamento ostensivo e preventivo, sob o comando do Exército¹⁰. No momento em que se interrompeu a guerrilha, como assinala o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro no ensaio “Polícia e crise política: o caso das polícias militares”, elas passaram ao enfrentamento do crime convencional recorrendo às mesmas práticas e valendo-se da mesma impunidade. O jurista Hélio Bicudo, reconhecido defensor dos direitos humanos e denunciador dos Esquadrões da Morte, comenta essa orientação das polícias militares de forma bastante clara:

As populações marginalizadas, as mais expostas a essa “guerra”, são qualificadas com o conceito, advindo da ideologia de segurança nacional, de “inimigo interno”, que cumpre eliminar. Portanto, o *quantum* de violência contido nessa atitude – a extravasar nas prisões ilegais, nas torturas e nos homicídios desde então praticados – não poderia encontrar limites na atuação do poder Judiciário comum. (...) Isso acontece porque, além de se imiscuir em uma atividade essencialmente civil, a PM age segundo concepções militares. E na guerra vale tudo. Por isso, os policiais militares estão sujeitos a uma Justiça especial, muito rigorosa quando se trata de infrações disciplinares, mas complacente ao julgar os chamados “crimes decorrentes das atividades de policiamento” (BICUDO, 1994: 41).

⁹ Não confundir com as Guardas Civas Municipais, criadas a partir dos anos 1990 com ação limitada à proteção dos equipamentos públicos municipais, embora tramite no Senado alguns Projetos de Emenda Constitucional que conferem poder de polícia às GCMs.

¹⁰ Decreto Lei 667, de 2 de julho de 1969. Ainda hoje, o Exército exerce fiscalização administrativa sobre a PM (cf. Regulamento 200, Artigo 23, Parágrafo 3º).

1.2 A Justiça

Quando o Brasil se tornou independente, a Justiça no país era distribuída pelos juízes inferiores, pela Casa de Suplicação¹¹ do Rio de Janeiro e por três relações¹², a de Salvador, a de São Luiz e a de Pernambuco. A Constituição do Império, de 1824, modificou essa estrutura, estabelecendo relações em quase todas as províncias e criando no Rio de Janeiro, além da relação, um Supremo Tribunal de Justiça.

Com o advento da República e a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, o Supremo Tribunal Federal concentrou em suas mãos a defesa de todos os direitos – civis e políticos – de todo povo brasileiro. Na Primeira República (1889-1930), com o triunfo do regime federativo na organização política, impôs-se a divisão da magistratura em dois ramos independentes: o federal (causas de interesse da União) e o estadual (todas as demais), ambos mantendo a instituição do júri para algumas causas criminais.

As três reformas constitucionais subsequentes (1934, 1937 e 1946) aprimoraram o organograma, mas foi o golpe de 1964 que provocou as alterações mais substanciais no aparato judiciário. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, não apenas suspendeu direitos constitucionais, como o *habeas corpus* nos casos de crimes contra a segurança nacional (praticamente todos, até mesmo os mais banais), como cancelou também algumas garantias da magistratura, como vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Depois, o AI-6, de 1º de fevereiro de 1969, engessou ainda mais o poder Judiciário, dando grande ênfase à Justiça Militar em nome da ideologia da segurança nacional.

Há muito se insiste na necessidade de uma ampla reforma do Judiciário, que possa abranger desde as pequenas comarcas até o Supremo Tribunal Federal. Um diagnóstico encomendado pelo presidente Ernesto Geisel, em 1975, já havia constatado o óbvio: “a Justiça brasileira é cara, morosa e eivada de senões” (Bicudo, 1994: 63). O diagnóstico, no entanto, continha omissões ainda hoje não consideradas quando discutimos a reforma do Judiciário: a magistratura compõe apenas um dos ângulos do triângulo judiciário, formado também pelo Ministério Público e pela advocacia. Portanto,

se é imperioso apurar o nível de recrutamento dos juízes e exigir uma reciclagem constante de seus

¹¹ Fundada por D. João VI, em 1808, funcionava como Tribunal de Justiça.

¹² Tribunais de Justiça de segunda instância.

conhecimentos jurídicos, por que não afirmar o mesmo com referência a promotores públicos e advogados? (...) A proliferação desenfreada e irresponsável de faculdades de Direitos, em todo território nacional, (...) legou-nos uma safra nem sempre ociosa de bacharéis. Sem consciência de sua precária capacitação técnica, eles avançam para o exercício da advocacia, do Ministério Público e até da magistratura (BICUDO, 1994: 65).

Pouco também se fez no tocante à elaboração constitucional dos anos 1986-1988. Ainda hoje, o Judiciário representa, dentre os três poderes da República, o único infenso ao controle externo. Essa questão gerou muito polêmica durante a elaboração da Constituição. Argumentava-se que, se o Executivo e o Legislativo sujeitam-se a mecanismos de controle externo – sofrendo a fiscalização dos tribunais de contas, do próprio Judiciário e até do povo mediante eleições gerais – o mesmo não ocorria com o Judiciário.

Justamente esta questão – como estabelecer o controle externo do Judiciário, de modo que esse processo não invada os princípios que resguardam a independência e a autonomia dos juízes – foi tema do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado em 1992, onde se concluiu que “o controle da atividade do poder Judiciário por órgão a ele estranho atenda contra a independência de seus juízes”¹³. Não obstante,

os julgamentos a porta fechadas têm implicado em decisões que nem sempre aprimoram a magistratura. Por isso, as eventuais denúncias de que precisam ser obrigatoriamente processadas, com o acompanhamento vigilante do Ministério Público, da OAB, dos legislativos e da própria comunidade (BICUDO, 1994: 67).

1.3 A Prisão

São Paulo é o Estado com maior número de unidades prisionais do país¹⁴. Em pouco menos de trinta anos, de 1979 até hoje, experimentou um aumento exponencial das unidades prisionais, passando de 15 para 144 estabelecimentos, num crescimento de 980%. Segundo dados do Ministério da Justiça para o mês de maio de 2007, exatamente um ano após os ataques do PCC em São Paulo, enquanto o Brasil atingiu a marca de 419.260

¹³ Conforme salientam Carlos Henrique Miguel Trevisan e Dyrceu Aguiar de Cintra Júnior em “Controle externo do poder Judiciário”, “considera-se *controle externo* igual a *controle estranho*, como se a distribuição da justiça fosse algo que só dissesse respeito aos membros do poder Judiciário” (Trevisan & Cintra Jr, ...).

¹⁴ Mais informações sobre o Judiciário brasileiro na Tabela 3 / Anexos.

encarcerados, São Paulo respondia sozinho por 149.310 pessoas cumprindo pena (36% do total nacional)¹⁵.

O que é inquietante, no entanto, é que no mesmo período da “inflação carcerária” não se registrou um crescimento igualmente proporcional ao número de vagas no sistema paulista. Analisando-se os dados oficiais, existem hoje, em números redondos, cerca de 90 mil vagas no total para uma população carcerária estimada em quase 140 mil, resultando, portanto, numa carência de 50 mil vagas. Caso sejam incluídos nesses números os detidos sob custódia nas delegacias da Secretaria de Segurança Pública (SSP), apesar da superlotação de seus presídios, o Estado de São Paulo precisaria criar ainda outras 10 mil novas vagas.

Considerando-se também que as últimas unidades prisionais construídas no Estado são de um modelo compacto, previstas para acolher em média 768 presos em cada unidade, seriam necessários 77 novos estabelecimentos, cada qual avaliado em R\$ 16 milhões, ou seja, o Estado precisaria investir algo em torno de R\$ 1,2 bilhão para regularizar o sistema, e isso sem levar em conta o fluxo crescente de novas condenações e as novas apreensões de réus condenados pela Justiça.

Analisando as políticas penitenciárias paulistas desde o final dos anos 70 até os dias atuais, constatamos um percurso bastante marcado por diversas concepções cuja linha mestra era promover a ressocialização dos presos pela “ética do trabalho”. Este modelo foi legitimado com iniciativas como a criação da Funap (Fundação de Amparo ao Preso Trabalhador), instituída em 1976, cuja finalidade demonstra claramente suas intenções: “Contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de sua condição de vida, através da elevação do nível de sanidade física e moral, do adestramento profissional e do oferecimento de oportunidade de trabalho remunerado”¹⁶.

Em suma, esse modelo de política penitenciária é fruto de uma concepção de sociedade fortemente moralista e disciplinalizadora, que exige “uma instituição correcional, em que indivíduos moralmente deficientes redescobrirão, pela experimentação indexa de

¹⁵ As informações detalhadas sobre o sistema carcerário paulista encontram-se sistematizadas no site www.observatoriodeseguranca.org e no portal do governo do Estado de São Paulo, particularmente no link www.sap.sp.gov.br.

¹⁶ FUNAP (Lei Estadual nº. 1.238, de 22 de dezembro de 1976).

sofrimento, de privação e, principalmente, de trabalho, um sentido não intuído de integridade moral” (Paixão, 1991: 20-21).

Autores como Loïc Wacquant (2001), David Garland (1999) e Zygmunt Bauman (1999) constataram como a prisão abandonou essa função essencialmente disciplinar para assumir uma função punitiva. Bauman, por exemplo, ressalta que a atual política prisional segue uma tendência mundial de grandes investimentos em construção e manutenção de prisões. Pautada no encarceramento em massa, essa proposta revela um total abandono do discurso reabilitador das prisões que emergiu no início da era moderna. Por isso, ele caracteriza como “pós-correcional” os investimentos no setor prisional, uma vez que a construção de novas prisões tornou-se o principal instrumento de propaganda dos governos no que tange ao combate à criminalidade¹⁷.

Wacquant, por sua vez, demonstra como os Estados Unidos consolidaram um modelo de “Estado-Penitência”, que influenciou o mundo com medidas conhecidas como “tolerância zero” ou “endurecimento penal”. Tais propostas pautam o debate sobre a questão carcerária, como veremos em detalhe nos capítulos 3 e 4, com exigências “linha dura” como o aumento da repressão policial nas ruas, penas mais severas para os delinquentes, diminuição da maioria penal, castigos exemplares para qualquer tipo de delito, etc. Na prática, por trás dessa mentalidade, há a negação ou pelo menos a minimização de questões sociais mais complexas (o desemprego, por exemplo), conferindo a responsabilidade pelos atos criminosos unicamente aos indivíduos.

Consequentemente, medidas altamente punitivas acabam, direta ou indiretamente, liquidando benefícios, subsídios, conquistas sociais, além de reforçar um aparelho de segurança bastante opressor. Wacquant destacou como um Estado punitivo usa esses artifícios para manter o controle sobre os setores populares que estão à margem do consumo e do sistema capitalista, setores geralmente representados por pobres, negros e imigrantes. Paradoxalmente, segundo ele, a prisão surge como um instrumento de controle, punição e de gestão da miséria social.

¹⁷ No ano de 1997, com um déficit de 11.652 vagas, o governo do Estado de São Paulo lançou um projeto de expansão de vagas no sistema penitenciário tendo como principal objetivo a desativação da Casa de Detenção de São Paulo. Mas essa expansão foi acompanhada por crises, violências e rebeliões e, sobretudo, pela descrença na função de ressocialização das prisões por parte da sociedade.

As causas que fazem de São Paulo uma das capitais mais perigosas do país, são reflexo de sucessivas políticas públicas equivocadas: urbanização descontrolada, alta concentração de moradores nos bairros periféricos, desigualdade social acentuada e má distribuição de renda, somados ao pouco investimento em Educação. Esses bairros sofrem problemas crônicos de ausência de serviços públicos, sobretudo, falta de acesso à Justiça, o que permite o surgimento de subculturas onde a solução de conflitos é profundamente privatizada e as relações de apoio mútuo, como associações comunitárias e igreja, por exemplo, perdem espaço para organizações atreladas à criminalidade e ao tráfico de drogas.

2. REPENSANDO AS POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS

Infelizmente, o debate contemporâneo sobre a questão carcerária permite verificar certas tendências das políticas criminais que caminham na direção da expansão da pena de encarceramento, do endurecimento penal, da inflação carcerária (com o aumento dos custos de gestão do sistema prisional), da ampliação dos efetivos policiais e do crescente número de indivíduos (sobretudo arregimentados nas classes populares) presos em flagrante delito e levados a julgamento.

No entanto, algumas pistas que apontam para uma humanização do cárcere. Uma delas seriam as penas alternativas, medidas punitivas de caráter educativo e socialmente útil, imposta ao infrator, em substituição à pena privativa de liberdade. Essa visão parte do princípio de que o delito, enquanto fenômeno social, nasce no seio da comunidade e só pode ser controlado pela ação conjunta do governo e sociedade.

Esta é a bandeira principal do atual responsável pela execução das penas alternativas em São Paulo, Mauro Rogério Bittencourt¹⁸, que baseia seu argumento nas recomendações da Assembleia Geral das Nações Unidas. Para ele, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, com o propósito de reconhecer a dignidade como fundamento da liberdade, da justiça e da paz. Depois, em 1955, com a edição das Regras

¹⁸ Conforme o portal da Secretaria de Administração Penitenciária (www.sap.sp.gov.br), acessado em 10/08/2009.

Mínimas para tratamento dos Presos, a ONU recomendou a aplicação de pena não privativa da liberdade. Em 1966, o pacto Internacional dos Direitos Políticos e Cíveis veio reforçar a implantação, execução e fiscalização das alternativas à pena de prisão.

Bittencourt ressalta também que as “Regras Mínimas para Elaboração de Penas Não Privativas de Liberdade”, redigidas em Tóquio, no ano de 1986, igualmente recomendam a adoção de alternativas penais como a restrição de direitos, a indenização da vítima e a composição do dano causado, além de ressaltar a observância imprescindível das garantias da pessoa condenada. No âmbito nacional, a reforma do Código Penal de 1984 introduziu no ordenamento jurídico as penas restritivas de direitos, entre as quais a de prestação de serviços à comunidade.

Em 1995, também foram criados no país os Juizados Especiais Criminais (Jecrim) objetivando estabelecer novos procedimentos para crimes de menor potencial ofensivo – transação penal e suspensão condicional do processo – aplicação imediata de penas restritivas de direito nas modalidades previstas no Código Penal. Esta lei conceituou crime de menor potencial ofensivo, como sendo aquele que a pena máxima cominada ao delito seja igual ou inferior a um ano. Portanto, as penas alternativas se revelam, pelo menos por enquanto, uma saída para a atual crise do sistema carcerário, pois não afastam o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e de seus familiares e não o expõe aos males do sistema penitenciário, em especial ao domínio das facções criminosas.

Se essa é apenas uma das ênfases eficazes para estancar a crise do sistema carcerário, somos obrigados a perguntar por que então o Estado não as prioriza: Seria a prisão moderna, antes de tudo, uma “empresa de modificação dos indivíduos” (Foucault, 1977: 208)? Ou, perguntando de forma mais simples, por que as políticas penitenciárias, por melhores que sejam, nunca dão certo? Para tentar responder estas questões, precisamos retroceder às primeiras tentativas de reforma do sistema e os seus recorrentes fracassos.

2.1 As primeiras políticas penais

O pesquisador Antônio Luiz Paixão realizou um levantamento das primeiras experiências modelares de reforma das organizações penais e os percalços dos

reformadores e concluiu: “a penitenciária é a instituição do paradoxo” (1991: 21). Percebeu que apesar da ênfase iluminista na ressocialização do criminoso, a realidade prática acabou frustrando totalmente esses ideais. Ele cita, por exemplo, um sacerdote que visitou em 1834 a colônia penal de Norfolk, na Austrália, relatando com horror as perspectivas de sobrevivência dos prisioneiros a quem deu extrema-unção¹⁹.

Ocorre, precisamente em Norfolk, o primeiro caso relatado por Paixão. Em 1840, o capitão A. Maconochie, após uma experiência bem-sucedida de administração penal na Tasmânia, foi designado para administrar aquela colônia onde a morte era uma constante. Lá, ele institucionalizou o “sistema de marcas”, que teria grande influência em políticas penais posteriores. Esse novo sistema era engenhoso: consistia na substituição de sentenças temporalmente definidas por sentenças de trabalho. Assim, um dia de trabalho equivaleria a dez marcas e eliminava um dia sentença.

O capitão Maconochie, porém, não parou por aí: dividiu a sentença dos internos em estágios. O primeiro destes, penal, implicava rigorosa observância da disciplina no trabalho, sob supervisão direta de pessoal custodial. No segundo, social, era dada ao preso a liberdade de organizar seu próprio grupo de trabalho (em torno de seis internos), o que implicava na coletivização das “marcas”. O terceiro estágio concedia ao interno acesso não só a pequenas propriedades, como hortas ou gado, como também à liberdade de comércio. A partir dessa etapa individualizada, ampliavam-se as chances de acumulação de “marcas”, cujo produto final era algo semelhante a um estágio de liberdade condicional.

Assim, estão presentes, na experiência de Norfolk, além das grandes inovações em políticas públicas penais que hoje se difundiram pelas sociedades modernas, ou seja, regime progressivo, liberdade condicional, individualização e indeterminação da pena (...), o preso e sua dignidade como fins morais em si mesmos, que introduzirá novos dilemas na administração de uma organização paradoxal (PAIXÃO, 1991: 24-25).

No entanto, o sucesso dessa mudança foi fatal para o destino político do capitão Maconochie. Sua demissão, após quatro anos na direção da colônia de Norfolk, foi precipitada por um ponche, servido em homenagem ao aniversário da rainha Vitória. Paixão diz que “menos do que a pequena dose de uísque que temperava a bebida”, pesou, para sua exoneração, tanto a inquietação que a substituição que o sistema de marcas provocara no Parlamento Britânico quanto à imposição, na colônia australiana, a um

¹⁹ Sobre a experiência de Norfolk, Paixão recomenda Hickey & Scharf, 1980: 10-31; e Wolfgang, 1979: 5-53.

modelo que, ao lado de mão-de-obra barata, oferecia chances de sobrevivência e liberdade aos prisioneiros²⁰.

Passemos ao segundo relato apresentado. Nas primeiras décadas do século XX, o sistema penitenciário era igualmente desanimador. Neste contexto, em 1913, Thomas O. Osborne, rico empresário liberal, foi nomeado para presidir uma comissão de reforma penitenciária de New York²¹. Ele inovou, antes de tudo, a metodologia de avaliação de políticas penais, pois acreditava serem necessárias informações mais “profundas” e “internas” sobre o sistema, que revelassem sua realidade existencial apenas entrevista nas estatísticas e depoimentos de seus membros a autoridades judiciárias e políticas. Osborne é, pelo que se sabe, o primeiro observador participante intencional do sistema prisional²². Adotando o codinome de Tom Brown, ele experimentou pessoalmente as agruras da vida carcerária em Auburn, New York.

Osborne observou cuidadosamente, por uma semana, o ambiente carcerário de Auburn, incluindo suas “surdas” e celas de castigo, frequentadas por ele ao recusar-se a trabalhar. Aprendeu com os colegas de cela a legitimidade e a relevância, do ponto de vista do interno, de alguns mecanismos de sociabilidade que o capitão Maconochie utilizara na experiência de Norfolk.

Como político, Osborne introduziu em Auburn o controle comunitário do regime disciplinar. Cada oficina de trabalho elegia seu representante numa comissão que cuidava tanto da resolução de disputas e conflitos entre presos, como deliberava sobre as condições de trabalhos dos internos. Após um ano de experiência, os resultados foram tão positivos que induziram Osborne a abandonar o papel de formulador de políticas públicas para assumir a direção de Sing-Sing, uma instituição com sólida reputação de “ingovernabilidade” de seus internos.

A administração de Osborne em Sing-Sing, iniciada em 1916, orientou-se decididamente por objetivos de recuperação do preso, aprofundando os cursos da ação ensaiados em Auburn. O alvo de sua ação foi mudar a estrutura penitenciária, considerada por ele como obstáculo à recuperação dos internos. A experiência de Auburn indicava que a

²⁰ Tomando por base o índice de reincidência como indicador de eficiência de política penal, a experiência de Norfolk foi um sucesso: menos de 3% de reincidência (cf. Hickey & Scharf, 1980: 12).

²¹ Sobre a experiência de Osborne, ver Hickey & Scharf, 1980; Statsny & Tyrnauser, 1982; e Murton, 1979.

²² Diferente de alguns intelectuais que produziram relatos fascinante sobre a vida prisional, involuntariamente, como Dostoiévski, Oscar Wilde, Graciliano Ramos, Jean Genet ou Frei Betto.

institucionalização do controle de grande parte das políticas disciplinares e de trabalho por internos alterava significativamente suas atitudes e comportamentos frente às autoridades prisionais. Em Sing-Sing, ele ampliou a esfera de controle de organizações dos internos sobre aquelas políticas, batizando essa iniciativa como a Liga do Bem-Estar Coletivo.

As ligas, além de arbitrar conflitos entre os presos e regular as condições de trabalho, julgavam infrações disciplinares dos internos e opinavam sobre conflitos de interesse entre eles e a administração. Não eram, entretanto, instâncias decisórias finais nessas esferas de atividade. Os internos podiam recorrer a um tribunal administrativo, composto por Osborne e um médico, em audiências públicas, onde representantes da Liga tinham de justificar suas razões e procedimentos punitivos.

Há um aspecto fascinante nas inovações de Osborne em Sing-Sing e que as adota de um sentido muito forte de contemporaneidade: a noção de cidadania no ambiente carcerário. O interno se representava na Liga, que lhe oferecia esfera institucional de exercício pleno de direitos e deveres coletivamente reconhecidos e implementados. Daí a punição mais severa do tribunal dos internos ser a suspensão da participação do acusado na Liga – o que, praticamente, representava sua sujeição ao sistema disciplinar unilateralmente imposto pela administração ou uma cassação de seus direitos de cidadão na comunidade (PAIXÃO, 1991: 28).

A implementação desse sentido de cidadania foi decisiva para a experiência de Osborne – e as razões de sua queda também nos soam reveladoramente atuais. A população prisional de Sing-Sing não era homogênea e suas diferenciações internas, principalmente de classe, conspiraram contra o sucesso de suas políticas inovadoras. Em pouco tempo, a Liga foi dominada por lideranças organizadas que eficientemente mobilizaram o apoio da massa carcerária mais baixa, excluindo os de *status* social mais elevado dos benefícios das novas políticas. Estes, através de pedidos reiterados de transferência para outras instituições, reforçaram a oposição externa a Osborne, encabeçada por lideranças políticas e religiosas moralistas.

Assim, um caso rotineiro de homossexualismo, arbitrado pela Liga, ofereceu à oposição conservadora, especialmente na imprensa, a oportunidade de um processo contra Osborne, por supostamente acobertar atos imorais. Mesmo absolvido no julgamento, ele se demitiu em 1916 e a experiência da Liga foi rapidamente arquivada.

2.2 Retrospectiva do sistema brasileiro

Adorno & Salla (2007) relacionam a formação e a consolidação do PCC com as medidas de isolamento impostas com a criação de unidades especiais, como o anexo da Casa de Custódia de Taubaté, ou ainda com a criação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Para tanto, realizam uma espécie de retrospectiva das políticas penitenciárias no Brasil e, de modo especial, no Estado de São Paulo.

Segundo eles, as prisões no Brasil, salvo breves momentos na sua história, sempre apresentaram deterioradas condições de habitabilidade com superlotação, privações materiais, violência e arbitrariedades. As inovações introduzidas nos códigos penais (por exemplo, em 1890 e em 1940), em termos de execução da pena, e que poderiam reverter aqueles cenários, só muito limitadamente foram colocadas em prática. Desde meados do século passado, as políticas penitenciárias seguem as mesmas diretrizes, pouco se renovando: são concebidas como respostas às emergências provocadas pelo crescimento dos crimes, por rebeliões e fugas, pelas duras condições do encarceramento, pela instabilidade das instituições prisionais sempre a reboque de mudanças inesperadas em suas direções, o que gera inquietações na massa carcerária, fonte frequente de levantes e motins. Não é estranho que, nesse cenário de pobre inovação, as intervenções do poder público sejam insatisfatórias para enfrentar problemas acumulados no tempo, limitando-se à expansão da oferta de vagas.

Durante a ditadura militar (1964-1985), o sistema prisional foi completamente envolvido pela política de segurança nacional. Adotando como diretrizes a contenção da oposição política e da criminalidade a qualquer custo e o encarceramento arbitrário de suspeitos e perseguidos, essa política colaborou com a superlotação das cadeias públicas e presídios. Nesse contexto de arbitrariedades, torturas e maus-tratos a criminosos comuns, há décadas vigentes nas prisões, parecem ter se expandido (Adorno & Salla, 2007: 18).

A reabertura democrática a partir da segunda metade da década de 1980, contudo, segundo eles, não alterou substantivamente esse quadro, a despeito das mudanças institucionais que foram sendo introduzidas. Por largo tempo persistiram: prisões para averiguações sem ordem judicial; assombrosa atividade clandestina das organizações paramilitares; elevada impunidade nas graves violações de direitos humanos, mesmo

naquelas de responsabilidade direta do Estado, tal como torturas como métodos usuais de investigação nas delegacias e distritos policiais; arbítrio na aplicação das normas regimentais, nisso incluído o uso de celas fortes como instrumento de contenção e repressão da massa carcerária e maus-tratos cotidianos aos presos.

Ademais, a ausência na proteção de direitos consagrados em convenções internacionais (direito ao trabalho, profissionalização, escolarização, tratamento humano digno, assistência jurídica e social) colocou em evidência, nos dez anos seguintes ao retorno do país ao estado de direito (1985-1995), a falência das prisões. Desde a democratização do país, as políticas penitenciárias estão imersas numa dinâmica contraditória: de um lado, pesam as heranças de arbítrio e violência, de gestão autoritária, de invisibilidade dos territórios de encarceramento, de baixos controles sobre a administração; de outro, a vigência do estado de direito impondo a necessidade de ajuste de agências e agentes às diretrizes democráticas, de que as chamadas políticas de humanização dos presídios no Rio de Janeiro e São Paulo, ainda nos anos 1980, nos governos de Leonel Brizola e Franco Montoro, respectivamente, constituem marcos inaugurais (ADORNO & SALLA, 2007: 18-19)

Aos poucos, porém, foram sendo notados tímidos porém significativos avanços quanto aos direitos dos presos, à exigência de mais e maior transparência na administração dos presídios, ao controle da corrupção e da arbitrariedade de agentes públicos na aplicação dos regulamentos e regimentos. Essa tendência prosseguiu na década seguinte com a criação de Secretarias de Administração Penitenciária desvinculadas das Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou mesmo de Justiça, bem como criação de Ouvidorias, concomitantemente à expansão da oferta de vagas como medida capaz de amenizar os efeitos da superpopulação carcerária. Comitentemente, segundo Adorno & Salla, surgiram resistências por parte das forças políticas conservadoras e das corporações encarregadas de aplicar lei e ordem, em especial policiais militares. Estimulados pela impunidade, persistiram casos de tortura e maus-tratos, de corrupção e de outras ilegalidades praticadas pelos agentes públicos (Adorno & Salla, 19). Nesse sentido, o massacre do Carandiru, em 1992, com a morte de 111 presos, e o caso do 42º distrito Policial em São Paulo foram exemplares.

Os pesquisadores consideram que os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, no primeiro mandato de Lula (2003-2006), são herdeiros desse cenário institucional. No domínio da segurança pública e das políticas penitenciárias, administraram no interior de um quadro tenso e delicado: o de ter de aplicar lei e ordem com rigor, não raro respondendo aos apelos das pressões públicas e ao mesmo tempo respeitar direitos humanos de presos sob tutela e custódia da Justiça penal, cumprindo normas firmadas em acordos internacionais de que o país é signatário. Por um lado, agiram

em consonância com as tendências da legislação penal brasileira. Se, no início do processo de reconstrução democrática, haviam sido votadas algumas mudanças na legislação penal e penitenciária visando remover o “entulho autoritário”, a tendência “humanista” da reforma da legislação penitenciária teria sido interrompida no início dos anos 1990, segundo Adorno & Salla. E isso se deve à pressão da opinião pública, insegura ante a sucessão de crimes violentos, sobretudo sequestros seguidos da morte da vítima, ocorridos em todo o país, de que resultou a Lei n.8.072, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, de 25 de julho de 1990, de má sustentação jurídica (Bicudo, 1994). Seu efeito consistiu em ampliar o número de encarcerados, ao prever aumento do tempo das penas privativas de liberdade e por impossibilitar a progressão de regime. Leis posteriores, como as de nº 8.930/94, 9.677/98 e 9.695/98, ampliaram as condutas consideradas hediondas (Bicudo, 1994).

Por outro lado, as intervenções governamentais procuraram modernizar a administração das prisões, respeitando convenções internacionais que regulamentam as regras mínimas para tratamento dos presos. Em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) que trazia um conjunto de propostas de ações governamentais para o sistema prisional, colocando na agenda política do governo federal compromissos explícitos com a promoção e proteção desses direitos para a massa de encarcerados (Adorno, 2000), tendências reafirmadas com a edição do Plano Nacional de Segurança Pública, em 2002. O governo Lula deu prosseguimento a essas iniciativas.

Guardadas as diferenças entre os estilos desses governos, as ações governamentais objetivaram: a) aumentar a oferta de vagas no sistema penitenciário e reduzir drasticamente a superpopulação carcerária; b) criar penitenciárias subordinadas ao governo federal, para o cumprimento de penas determinadas pela justiça penal federal; c) promover e financiar a edificação nos Estados federados de penitenciárias de segurança máxima para conter os chefões do tráfico de drogas e de outras atividades da criminalidade organizada. Decorrente dessas tendências opostas é o expressivo crescimento das taxas de encarceramento, há pelo menos três décadas. A população encarcerada, entre 2000 e 2006, quase que dobrou. Ainda assim, o departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, calculava em 103.433 vagas o déficit só no sistema penitenciário.

QUADRO 1

População encarcerada e taxa por 100 mil habitantes – Brasil, 1969-2006²³

Anos	Presos	Taxa (100 mil)
1969	28.538	30
1988	88.041	65,2
1993	126.152	83,2
1995	148.760	95,4
1997	170.207	108,6
2000	211.953	134,9
2002	248.685	146,5
2003	308.304	181,5
2004	336.358	185,2
2005	361.402	196,2
2006	401.236	214,8

Compreende-se então por que a manutenção da ordem interna das prisões venha se tornando enfraquecida. Compreendem-se igualmente as razões pelas quais os conflitos entre presos e entre esses e os agentes penitenciários venham se acirrando, aliás em resposta ao endurecimento da aplicação de sanções internas como isolamento de lideranças em celas fortes e em regimes de cumprimento de pena bastante rigorosos.

Adorno & Salla consideram as mudanças na forma de administrar os presídios como uma das consequências desse processo de encarceramento maciço. A manutenção da ordem interna vem sendo assegurada à custa de severo controle e disciplina, o que também não está isento de paradoxos. De um lado, criam-se alas de presídios ou unidades especiais disciplinares para conter líderes, grupos organizados. Em dezembro de 2003, a Lei nº 10.792 passou a regulamentar o chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Por essa lei, presos que provoquem rebeliões e atos de indisciplina podem ser mantidos até 360 dias em presídios ou alas especiais de presídios, confinados 22 horas por dia em celas

²³ Fonte: Ministério da Justiça e IBGE.

individuais, sem realização de atividades e com rigorosa restrição de visitas. Assim, em algumas unidades prevalece, pelo menos aparentemente, o controle sobre os presos, a disciplina, a imobilização, o bloqueio das comunicações com o mundo exterior.

De outro lado, no entanto, na maior parte das prisões do país, mesmo naquelas ditas de segurança máxima, os controles sobre a massa carcerária são frouxos, incapazes para conter a organização dos presos, as atividades ilegais, as revoltas e fugas. A insuficiência da segurança dinâmica – isto é, as atividades que favorecem a manutenção da ordem interna, como o trabalho, a educação, esporte, lazer, atividades culturais – acaba por contrapor e anular as expectativas depositadas no endurecimento da disciplina e da contenção do comportamento dos presos. Uma das consequências desse quadro é acentuar a militarização dos sistemas prisionais dos Estados, tendência que reafirma as heranças do regime autoritário. Não é raro encontrar unidades prisionais no Brasil, onde os agentes de segurança penitenciária foram quase que completamente substituídos pelos policiais civis ou militares que controlam, armados, as atividades cotidianas da prisão.

3. OS ATAQUES DO PCC EM SÃO PAULO

Os estudos sobre a complexidade do sistema carcerário paulista ganharam uma nova dimensão após os ataques do PCC entre 12 e 20 de maio de 2006, quando 439 pessoas foram mortas por armas de fogo, no Estado de São Paulo, conforme laudos necroscópicos elaborados por 23 Institutos Médico-Legais e examinados pelo Conselho Regional de Medicina. Comparando igual período em anos anteriores, bem como às semanas anteriores e posteriores a esse período, o volume de mortes é bastante elevado, sugerindo um cenário de excepcionalidade. Essas mortes foram acompanhadas de ondas de violência, como rebeliões em 73 presídios do Estado, agressões e ataques contra agentes públicos, sobretudo policiais e agentes penitenciários, contra civis e prédios privados, como bancos, e públicos, como postos policiais; além de incêndios de veículos de transporte público como ônibus.

O mais surpreendente foi a paralisação temporária das atividades na maior cidade do país, contribuindo, com impressionante rapidez, para exacerbar sentimentos de medo e

insegurança que há muito se encontram disseminados entre seus habitantes. Logo, as ondas de violência foram associadas à ação do PCC, tendo como centro irradiador as prisões que compõem o sistema penitenciário paulista. Embora tenha havido trégua após os dias que se seguiram a 20 de maio, as ações persistiram até meados do mês de agosto, culminando com o sequestro de um jornalista da Rede Globo, cuja liberdade foi obtida após o atendimento de uma das exigências dos sequestradores: a transmissão, pela rede, de um comunicado de cerca de três minutos subscrito pelo PCC.

Também havia um outro lado, conforme destacam Adorno & Salla: as lideranças do PCC estavam sustentadas em uma organização mantida por um quadro hierarquizado de “soldados”, disciplinados e obedientes, capazes de executar ordens sem questioná-las. Possivelmente,

operando à base de redes de apoio disseminadas em distintos pontos móveis por todo o território do Estado, revelou dispor de um hábil e ágil sistema de comunicação entre lideranças, liderados e executantes de ordens, mediante vias protegidas e pouco permeáveis às interferências externas e por meio do emprego de celulares, centrais telefônicas, “pombos-correios”. Esse sistema foi colocado à prova justamente durante as ondas de ataque, mostrando que a organização estava capacitada para controlar o andamento simultâneo de inúmeras rebeliões; para atacar alvos distintos sem uma lógica predeterminada e com elevada dose de surpresa; para estar em qualquer lugar e desaparecer de imediato; para expedir ordens e, logo depois, determinar a suspensão das ações; para negociar com altas autoridades do Estado (ADORNO & SALLA, 2007: 9).

Porém o fato mais surpreendente foi que toda a organização do PCC tinha por território as prisões do Estado de São Paulo, em particular aquelas de segurança máxima onde se encontravam as principais lideranças do PCC. Os debatedores que tiveram voz nos dois jornais demonstraram como a criminalidade organizada estava bem situada nas prisões, à custa mesmo da política de encarceramento maciço posta em execução pelos governos Mário Covas (1995-2001) e Geraldo Alckmin (2001-2006). Também constaram que se a questão se restringisse ao domínio das prisões, seria mais provável que as ondas de violência tivessem gravitado em torno das rebeliões simultâneas, como ocorrera em fevereiro de 2001. Mas, naquele maio de 2006, surgira uma novidade: a funcionalidade das relações entre o intra e o extra-muro das prisões. “A criminalidade organizada, mais propriamente o PCC, tinha urdido uma rede de apoio externa muito sólida” (Adorno & Salla, 2007: 9).

3.1 Novos contornos da criminalidade

Ainda é prematura uma análise exaustiva das razões sociais e políticas que tornaram possíveis aqueles acontecimentos, no entanto um estudo dos dois pesquisadores paulistas – Sérgio Adorno e Fernando Salla²⁴: “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”²⁵ – analisa as ondas de ataques tendo como ponto de partida as condições sociais, políticas e institucionais que presidem a emergência da criminalidade organizada no interior das prisões brasileiras. Reconhecendo a complexidade da questão, eles asseguram que a emergência da criminalidade organizada no Brasil não pode ser descolada das condições e tendências existentes na sociedade contemporânea, em especial a partir dos anos 1970, na esteira das mudanças neoliberais que inauguram a chamada era da globalização econômica e da diluição dos Estados-Nação.

Em suma, essas mudanças promoveram em curto espaço de tempo: a) alteração das tradicionais fronteiras nacionais; incentivo ao fluxo cada vez mais maleável de capitais; b) abertura de espaço para atividades ilegais ao tornar a propriedade do capital anônima; c) circulação monetária livre de constrangimentos institucionais por paraísos fiscais, apta para o financiamento de operações como tráfico de drogas, de pessoas e de órgãos humanos, contrabando de armas, fraudes fiscais e financeiras, pirataria de mercadorias e de serviços, falsificação de medicamentos, difusão de jogos de azar, entre tantas outras modalidades (Adorno & Salla, 2007: 10).

No entanto, nada disso teria tido êxito não fosse o espetacular desenvolvimento tecnológico, sobretudo no campo da informática e das telecomunicações, que estimularam sobretudo a mobilidade de pessoas, de mercadorias e de serviços, “tornando não poucas atividades ocultas, pouco acessíveis e visíveis aos controles institucionais dos Estados-Nação, cada vez mais envelhecidos em seu *modus operandi* e na eficácia de seus resultados (Bauman, 1998; Ziegler, 2003)” (Adorno & Salla, 2007: 10).

Do mesmo modo, a rápida emergência e a disseminação da criminalidade organizada encontraram condições favoráveis nos padrões, também mundiais, de desenvolvimento urbano. O surgimento acelerado de megacidades, com mais de oito milhões de habitantes e com seus sistemas policêntricos instituindo zonas de segregação social e espacial, tem sido palco do surgimento de novos padrões de pobreza e de novas formas de desigualdades sociais (Davis, 2006), em especial desigualdades de

²⁴ Adorno é professor titular do Departamento de Sociologia da (FFLCH-USP), coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP e da Cátedra da Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, sediada no Instituto de Estudos avançados (IEA-USP). Salla é sociólogo e também pesquisador do NEV-Cepid/USP, autor de *As prisões em São Paulo –1822-1940* (Annablume/Fapesp, 1999).

²⁵ In: Revista Estudos Avançados nº 21 (61), Universidade de São Paulo, 2007.

direitos, que condenam parcelas expressivas de populações urbanas de baixa renda à vida social imersa no mundo das ilegalidades (Telles & Cabanes, 2006). No Brasil, esse cenário é ademais agravado pela crise da segurança pública, que vem se arrastando ao menos por três décadas. Os crimes cresceram e se tornaram mais violentos; a criminalidade organizada se disseminou pela sociedade alcançando atividades econômicas muito além dos tradicionais crimes contra o patrimônio, aumentando as taxas de homicídios, sobretudo entre adolescentes e jovens adultos, e desorganizando modos de vida social e padrões de sociabilidade inter e entre classes sociais. Não obstante, as políticas públicas de segurança permaneceram sendo formuladas e implantadas segundo modelos convencionais, envelhecidos, incapazes de acompanhar a qualidade das mudanças sociais e institucionais operadas no interior da sociedade. O crime se modernizou; porém, a aplicação de lei e ordem persistiu enclausurada no velho modelo policial de correr atrás de bandidos conhecidos ou apoiar-se em redes de informantes. E tudo isso, a despeito dos enormes investimentos em segurança pública, promovidos quer pelo governo federal quer pelos governos estaduais na expansão e no treinamento de recursos humanos, bem como no reaparelhamento das polícias (ADORNO & SALLA, 2007: 10).

Resta-nos, então, perguntar por que a maior metrópole da América Latina foi surpreendida pela criminalidade organizada que emergiu à superfície da vida cotidiana e como as ondas de maio de 2006 foram possíveis. Ainda mais porque, ao contrário do que à primeira vista possa parecer, os atentados em São Paulo, a despeito de sua excepcionalidade, não constituem um fenômeno único e tampouco isolado. Havia antecedentes. Os exemplos são inúmeros e devem ser buscados nas diversas rebeliões que sacudiram os sistemas penitenciários de São Paulo e Rio de Janeiro, desde o início dos anos 1990. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, não foi diferente, com a eclosão de duas rebeliões em curto espaço de tempo: a do presídio Bangu 3, em novembro de 2001, e de estabelecimentos penitenciários, em setembro de 2002. Nesta, aliás, parte da cidade foi paralisada com a intimidação do Comando Vermelho, que determinou a interrupção do comércio com o fechamento de lojas até mesmo nos shopping centers, assim como a interrupção das atividades escolares e do transporte coletivo, deixando milhares de passageiros sem condições de locomoção na cidade (Caldeira, 2004: 45).

Embora essas organizações tenham espreado suas atividades e área de influência para além de seus Estados de origem, não há evidências claras de que tenha se constituído uma espécie de congresso entre elas, tal como em certa medida ocorreu nas cidades americanas no início do século passado (Ezensberger, 1967; Gurr, 1989) no sentido de serem adotadas ações comuns, conectadas entre si. É mais provável que a circulação de informações no próprio meio delinquente, facilitada por intermediários de toda espécie, e a veiculação de informações por meio da mídia eletrônica tenham contribuído para disseminar modalidades de ações julgadas pelas principais lideranças como dotadas de êxito porque capazes de surpreender as autoridades responsáveis pela repressão aos crimes.

Para entender como a criminalidade organizada emergiu à cena pública cotidiana de São Paulo é necessário retroceder aos anos 1960 e 1970. Desde essas décadas, a sociedade brasileira vem experimentando o progressivo crescimento do crime urbano violento, além

de outras manifestações de violência nas relações sociais e interpessoais. Guardadas as diferenças regionais e as singularidades sociais, as políticas e institucionais de cada Estado da Federação, os pesquisadores ressaltam que algumas tendências firmaram-se no Brasil a partir de 1988 até recentemente. Os crimes de roubo, tráfico de drogas e extorsão mediante sequestro ao lado dos homicídios foram aqueles que acusaram as maiores taxas de crescimento.

3.2 Facções organizadas nos presídios

Se ainda pouco o que se conhece sobre a criminalidade organizada no Brasil, menos desenvolvido é o conhecimento a respeito da presença organizações criminosas dentro das prisões e, mais propriamente, do controle e da sujeição de amplas massas carcerárias por associações de tipo Comando Vermelho e PCC. Um estudo pioneiro de Paixão (1991) teve o mérito de levantar hipóteses para explicar a emergência da criminalidade organizada nessa sociedade.

A modalidade de criminalidade organizada com sua origem nas prisões se formou nos anos 1970 no Rio de Janeiro, experimentando rápido crescimento na década seguinte. Em São Paulo, todavia, esse processo se expandiu mais tarde, na década de 1990, conquanto houvesse sinais de sua existência na década imediatamente anterior. Até então, as prisões eram povoadas por criminosos que, na sua maioria, atuavam individualmente, em pequenos grupos ou quadrilhas desprovidos de laços de identidade que os sustentassem no tempo.

Paixão já apontava que os primeiros grupos de criminosos organizados, conhecidos nos anos 1980 (Falange Vermelha, Serpentes Negras), tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, mais que o subproduto de uma convivência entre presos políticos e presos comuns – aliás, como muitas vezes sugeriu parte dos estudiosos, eram consequência do que identificou como “modernização da criminalidade metropolitana”. Para Paixão, o assalto a banco e o tráfico de drogas eram atividades criminosas que demandavam cada vez mais “ação organizada como requisito de eficiência” (1991: 77). Essa capacidade de organização foi resultando não apenas em ganhos econômicos, mas igualmente em prestígio de alguns no mundo do crime, os quais passam a ter ascendência sobre a massa de presos, que, no Brasil é, em sua grande maioria, composta por presos pobres, com poucos recursos

personais, suscetíveis às influências do momento e vulneráveis às ações arbitrárias e violentas de quem quer que seja. Essas lideranças, em boa medida, se fortaleceram porque souberam manipular e monopolizar os recursos disponíveis na prisão para acumular riqueza, explorando a partir de dentro atividades ilegais como o tráfico de drogas, a extorsão de outros presos e de seus familiares e o controle de locais e atividades.

O estatuto do PCC, divulgado pela imprensa escrita, é bastante ilustrativo desse modelo de autoproteção. O estatuto fala em lealdade, solidariedade e união na luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões. Em seu item 4, prega a contribuição daqueles que estejam em liberdade com os irmãos que estão dentro da prisão, por intermédio de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate. Ao mesmo tempo, ameaça, com a condenação à morte sem perdão, aqueles que se encontram em liberdade “bem estruturados” e se esqueceram de contribuir com seus irmãos presos. Trata-se de uma organização impregnada de rígidos valores. Ao mesmo tempo que prega solidariedade e proclama luta contra as injustiças, prevê aplicação de pena de morte sem apelação ou julgamento.

Esta, portanto, é a história da ascensão do PCC sobre a massa carcerária de São Paulo. A facção contribuiu para firmar a malha de solidariedade entre os presos, pela imposição da violência e do medo, mas também pela construção de uma percepção de pertencimento, revelada na expressão própria aos membros do grupo como “irmãos”.

FECHAMENTO

Neste amplo debate, podemos concluir que as políticas penitenciárias implantadas pelo governo de São Paulo não conseguiram interromper o ciclo de expansão e enraizamento da criminalidade organizada na sociedade civil. Ao contrário, há fortes evidências de que o encarceramento em massa associado ao propósito de contenção rigorosa das lideranças dos grupos criminosos organizados tem produzido efeitos adversos. Em primeiro lugar, estimula agudas percepções de injustiça entre os presos, favorecendo e legitimando reações violentas arquitetadas pelas lideranças. Não sem motivos, no estatuto do PCC, em seu item 14, afirma-se que a prioridade do comando é “pressionar o

governador do Estado a desativar aquele campo de concentração ‘anexo’ à Casa de Custódia e tratamento de Taubaté, de onde surgiu (sic) a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e tantos sofrimentos atrozes”. No comunicado atribuído ao PCC, exibido pela Rede Globo, em agosto de 2006, como parte da exigência para libertar o jornalista sequestrado, os líderes da facção sentenciam como se estivessem ministrando preleção: “Queremos que a lei seja cumprida na sua totalidade. Não queremos obter nenhuma vantagem”.

Naquela semana de efervescência social (Durkheim, 2000), se polarizaram as distinções entre os assumidos como injustiçados e os outros, considerados seus opressores e inimigos. No mesmo comunicado, os líderes do PCC deixaram claro que a luta era contra governantes e policiais. Naqueles momentos, a solidariedade entre “irmãos” foi reforçada, assim como os vínculos entre aqueles que se encontram encarcerados e o mundo exterior.

No caso de maio de 2006, ressaltamos que a guerra se instaurou entre as três partes que compõem o tripé da segurança em São Paulo: liderados de dentro das Prisões, os membros do PCC não pouparam bases da Polícia e atacaram inclusive os Fóruns de várias comarcas da Grande São Paulo. Tratou-se de uma guerra que vinha sendo preparada, como se mostrou anteriormente. Os confrontos estavam sendo alimentados por desavenças cotidianas, às vezes até banais, em razão, por exemplo, do rompimento de acordos envolvendo interesses em torno de objetos os mais variados.

O estopim foi a ameaça ou a transferência de presos, agravado pela suspensão das visitas em pleno Dia das Mães (Souza, 2006). O ambiente dentro das prisões já estava, havia muito, tenso em virtude das mudanças que vinham sendo operadas na gestão das penitenciárias. Sabe-se que a expectativa de mudanças na gestão administrativa das prisões é sempre percebida com inquietação. Em um ambiente em que as relações sociais são arranjos precários, carentes de reciprocidade, marcados por relações desiguais e hierárquicas, sujeitas a rupturas inesperadas, quaisquer mudanças nos postos administrativos acentuam esses sentimentos. As reações estão sempre de prontidão. A preparação para a guerra é permanente. Não é estranho que a ordem para desencadear os ataques tenha vindo de dentro das prisões.

Agora, mediante este pano de fundo sobre o sistema carcerário em São Paulo, resta saber como a imprensa paulista, em especial os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S.

Paulo, se comportaram na semana dos ataques. A partir da análise dessa cobertura, poderemos concluir se ela ajudou para humanizar o cárcere ou se contribuiu para aumentar ainda mais a precariedade do sistema carcerário, cobrando, por exemplos, penas mais duras e fim do que benefícios conquistados ao longo de vários anos.

CAPÍTULO III

A FOLHA NA COBERTURA DE UMA “GUERRA URBANA”

INTRODUÇÃO

A Folha de S.Paulo, ou simplesmente Folha, é o jornal de maior circulação do Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Ao lado de O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, a Folha é um dos jornais mais influentes do país. Fundada em 19 de fevereiro de 1921 com o nome original de Folha da Noite por Olival Costa e Pedro Cunha, em 1930 apoiou a eleição de Júlio Prestes à presidência da República, sendo por isto deprezada e fechada (na época se dizia empastelada) em 24 de outubro de 1930, quando a Revolução de 1930 saiu vitoriosa. A Folha voltaria a funcionar em 1931 com novos donos e nova linha editorial voltada para o apoio da agricultura, e nesta época contava com o consagrado caricaturista Lelis Viana, o Juca Pato, personagem que sempre criticava a Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

Comprada na década de 1960 pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, sendo rebatizada com o nome atual, inicialmente a Folha apoiou o golpe de 1964²⁶ e a ditadura militar implantada, praticamente até o governo do presidente general Ernesto Geisel, ao contrário de seu concorrente O Estado de S. Paulo, que chegou a sofrer intervenções e censura no período.

No início dos anos 1970, essa postura provocou uma série de atentados contra veículos de entrega de jornais da Folha de S. Paulo, que eram incendiados por grupos de esquerda que faziam resistência à ditadura militar. Segundo Elio Gaspari, hoje colunista da Folha, “carros da empresa (Folha) eram emprestados ao DOI, que os usava como cobertura para transportar presos na busca de ‘pontos’” (Gaspari, 2002: 395).

A ascensão de uma redação renovada e engajada, com a presença de nomes como os de Cláudio Abramo, Clóvis Rossi e Janio de Freitas acabou mudando a linha editorial do jornal, que na década de 1980, ficou marcado pelo apoio imediato em constantes matérias cobrindo o movimento das Diretas Já. Na década de 1980, o jornal foi pioneiro no Brasil na instalação de computadores e informatização da redação.

²⁶ Folha Online, *A trajetória de Frias de Oliveira*, in: www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u89687.shtml. Acessado em 17/08/2009.

Também no final da década de 1990, o jornal inovou ao contratar um ombudsman, uma espécie de ouvidor que anota as críticas e opiniões dos leitores e tem ainda hoje independência para criticar matérias e reportagens do jornal com imparcialidade, sem represálias. O formato era tão pioneiro e revolucionário para a época que provocou muitos conflitos entre o então ombudsman Caio Túlio Costa e o articulista Paulo Francis, expostos numa série de artigos, que acabou se mudando para concorrente O Estado de S. Paulo.

Desde a década de 1980, a Folha também foi pioneira na adoção de infográficos e quadros que explicam, de maneira didática, os detalhes e contextos das principais notícias. No início da década de 1990, a Folha começou a investir na criação de novos produtos e suplementos dentro do jornal, como a Revista da Folha, o caderno Folhateen e a TV Folha. Tendo como aliada uma grande campanha publicitária, em que o próprio diretor de redação Matinas Suzuki Jr aparecia na TV anunciando as novidades do jornal, a Folha passou a liderar as vendas em São Paulo, superando O Estado de S. Paulo. A reforma gráfica em meados da década de 1990 e o lançamento de brindes como o Atlas da Folha e dicionários reforçaram a liderança.

As novidades, além de facilitar a leitura, buscaram aperfeiçoar o conteúdo informativo da Folha, que passou a complementar suas matérias com artigos, análises, entrevistas e boxes didáticos. As mudanças também aprofundam, nos 85 anos da Folha, os fundamentos editoriais do jornal, baseados na independência, no apartidarismo, no espírito crítico e no pluralismo de opinião. Por essa razão, a Folha faz questão de destinar grande espaço às opiniões mais adversas, especialmente concentradas nas primeiras páginas do jornal, A2 e A3, a primeira ocupada por dois editoriais, três artigos de colunistas, a coluna vertical e a seção de frases. A segunda página é ocupada pelo Painel do Leitor, pela seção Erramos e também pela seção Tendências/Debates, que aos domingos e dias de semana publica artigos assinados por personalidades, geralmente com posições contrárias entre si e aos sábados lança uma questão que é respondida com um artigo favorável e outro contra.

Por fim, antes de passarmos pelas páginas da Folha, na cobertura que o jornal fez dos ataques do PCC em São Paulo, de 13 a 21 de maio de 2006, vale a pena destacar a orientação da Folha, em seu manual de redação:

Em documentos anteriores a este, a Folha cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a sua característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas (Folha; 2001: 17).

SÁBADO, 13 DE MAIO

Como o restante da sociedade paulistana, a Folha de S. Paulo também foi pega de surpresa com os ataques do PCC em 2006. Devido ao fechamento antecipado para o fim de semana, tradição entre os jornais impressos, a edição de sábado, dia 13 de maio de 2006, saiu apenas com duas pequenas matérias, com uma pequena chamada na capa. A primeira – “PCC mata e ataca polícia após transferências” – informou que o Governo do Estado colocou policias em estado de “alerta geral” e que dois guardas foram assassinados.

A segunda matéria – “Polícia pretendia isolar a cúpula do PCC” – explicou que os ataques foram uma resposta quase que imediata do PCC à decisão da polícia de isolar suas principais lideranças facção, entre as quais Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, na sede do Deic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado). Tratava-se, segundo a Folha, de uma estratégia para cortar os canais de comunicação entre os líderes e os integrantes da facção, que tinha planos de atacar lideranças políticas.

DOMINGO, 14 DE MAIO

Na edição de domingo, os ataques do PCC ganharam a manchete da capa, com fotos espetaculares e um infográfico intitulado “Guerra Urbana”, que passaria a identificar a cobertura pela Folha da crise em São Paulo. No entanto, a Folha ainda não expressaria a sua opinião na página A2. Mas na página ao lado, por coincidência publicou o artigo do ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi: “Avanços nos direitos humanos”.

Citando Norberto Bobbio, para quem o problema de nosso tempo, com relação aos direitos humanos, não era mais fundamentá-los, e sim protegê-los, o ministro passou a criticar sobretudo a postura da imprensa em preferir pautas negativas como a chacina do Carandiru, motins na Febem, massacre em Eldorado de Carajás, morte de índios, grupos de extermínio, torturas, racismo, agressões a homossexuais, ataque aos moradores de rua, etc.

Mais abaixo, no “Painel do Leitor”, também nenhuma referência aos atentados em São Paulo, apenas uma carta denunciando que dois policiais haviam sido mortos por traficantes na Cidade de Deus e, com isso, criticando quem se propõe a defender os direitos humanos.

A opinião da Folha, se é que se pode considerar assim, foi expressa primeiramente num artigo de Janio de Freitas, “Os benfeitores”. Após criticar o excesso de zelo da imprensa em atribuir os ataques a “supostos bandidos de uma facção criminosa”, o articulista enfatizou que os atentados estaria mostrando a São Paulo que a chamada criminalidade urbana havia subido níveis perigosos no Brasil todo, “e sem a exceção que São Paulo, por seus ilusionismos jornalísticos, parece ser”.

Por causa do fechamento antecipado na sexta-feira, dia 12, a edição daquele domingo teve de sair com um caderno Códitiano extra, específico dos ataques, que a Folha convencionou chamar de “Guerra Urbana”. Os títulos das matérias já davam uma dimensão da crise: 1) Maior ataque do PCC faz 32 mortos em SP; 2) SP não se dobrará ao crime, afirma Lembo²⁷; 3) Rebeliões em 24 prisões fazem 174 reféns; 4) Facção promove 63 atentados em 24 horas; 5) Para policiais, governo paulista é ‘incapaz’²⁸; 6) Agente deixa mulher grávida e filho; 7) Soldado morto em patrulhamento iria se aposentar no fim do ano.

O caderno especial se encerrou com a opinião de Walter Fanganiello Maierovitch, presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone e professor de direito penal da USP, que colaborou com a Convenção das Nações Unidas sobre Criminalidade Organizada. No artigo “Bagdá é aqui”, Maierovitch criticou as autoridades de tentarem passar a falsa imagem de tranquilidade: “O PCC acabava de incorporar a máxima mafiosa, que continua a exhibir: ‘Somos sempre os mais fortes’”. Maierovitch criticou ainda a falta de comunicação entre as polícias Civil e Militar, a inoperância da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Além disso, sem um “código penitenciário”, o fortalecimento da magistratura do Ministério Público, sistema judiciário-policial eficaz e política criminal adequada a enfrentar o estruturado fenômeno da delinquência organizada não haveria esperança para o Estado de São Paulo.

²⁷ Cláudio Lembo (PFL – atual DEM), que assumiu o governo do Estado de São Paulo no lugar de Geraldo Alckmin (PSDB), que deixou o cargo para concorrer à presidência da República. Os dois, Lembo e Alckmin, como veremos, se transformariam nos personagens centrais da crise instalada em São Paulo. Em entrevista coletiva, destacada nesta matéria, Lembo negou qualquer possibilidade de negociação com líderes do PCC, o que seria lembrado insistentemente pela Folha: “A má vida tem de ser tratada como má vida. Nós honrados, que trabalhamos, que temos respeito à vida do outro, aos direitos humanos, não podemos negociar. Temos de ser firmes”, afirmou.

²⁸ Entrevista com o major Sergio Olímpio Gomes, diretor da Associação dos Oficiais da Polícia Militar.

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO

Obviamente que a edição de segunda, seria envolvida quase por completo pelos ataques do PCC em São Paulo. Já na Capa, quase 100% dos destaques faziam referência à crise na capital paulista, e a manchete anunciava: “PCC faz mais de 150 e provoca 80 motins; 74 morrem”. Na página A2, o aguardado editorial da Folha – “Noites de Bagdá” – conclamou seu leitor a “apoiar com ênfase os servidores da segurança pública que estão na linha de frente da batalha e dar todo o conforto possível às famílias das vítimas desses ataques covardes”. Mas também criticou o diálogo das autoridades com os líderes do PCC: “Entre um (o Estado) e outro (a agremiação de bandidos) não pode haver diálogo”, pois “é obrigação do primeiro reprimir o segundo”.

Além disso, para a Folha, a população não acreditaria mais, “se é que algum dia acreditou”, em “verborragia eleitoral” sobre segurança pública²⁹. Posto isto, a Folha defendeu o controle da informação a fim de se dismantelar as organizações criminosas, que dependem de centros territoriais conhecidos: “os presídios”. Mas o controle das comunicações nos centros de detenção – “tarefa que parece trivial, mas não é” – esbarraria na falta de infra-estrutura para silenciar celulares nos presídios; na resistência de advogados a monitoramento mais rígido; na desarticulação entre instâncias policiais e da burocracia estadual; no desconcerto entre Justiça, Ministério Público e polícia sobre a necessidade de manter em regime de exceção os detentos mais perigosos; nas brechas da legislação que facilitam a vida dos líderes de facções; na ausência de presídios federais de segurança máxima que possam acomodar – e silenciar – as lideranças.

Já o articulista Vinícius Torres Freire comentou a imensa rede que envolve o crime organizado ou, como intitulou o seu artigo: “A internet dos bandidos e do terror”. Afirmou que em alguns pontos da conexão dessas redes, há políticos, juízes, doleiros e policiais. “A rede se desenvolveu em um país apodrecido pela falta de crescimento, pela desconexão das policiais, por falta de organização federal contra o crime, pela Justiça adepta de chicanas”.

Fernando Rodrigues preferiu associar “criminalidade e eleição”, antecipando que a fatalidade seria usada contra o PSDB nas eleições gerais que ocorreriam em outubro

²⁹ Referência ao debate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia declarado que “na hora em que você não investe em escola, vai ter de investir em cadeia”, e os tucanos que reagiram criticando o governo federal por não liberar verbas para o combate ao crime.

daquele ano. Para ele, a sorte do PSDB seria o fato do presidente Lula ter investido em segurança pública em 2005 menos que os R\$ 533 milhões do ano anterior³⁰.

Na edição de segunda-feira foram registradas as primeiras manifestações dos leitores, distribuídas da seguinte maneira: 1) Defesa da intervenção federal, decretação de estado de sítio e aplicação violenta do poder militar; com a suspensão de todas as garantias individuais e a eliminação sumária dos responsáveis pelos ataques; 2) Cobrança de uma ação mais enérgica por parte do Estado; 3) Crítica ao governo do PSDB nos últimos 12 anos; 4) Críticas aos organismos de defesa dos direitos humanos; 5) Destaque ao “código de ética” do PCC, cobrando a mesma postura das autoridades paulistas; 6) Reclamação de que a crise seria fruto de posturas eleitoreiras; 7) Crítica à cúpula da segurança do governo Lembo; 8) Crítica aos “oportunistas” que insistiam na demissão dos secretários da Segurança Pública e da Administração Penitenciária; 9) Carta de um promotor de Justiça criticando o “descaso” dos governos federal e estadual e o “laxismo penal” adotado por alguns juristas brasileiros; 10) Defesa da liberação das drogas; 11) Críticas ao governo do Estado pelos baixos salários dos policiais e pela falta de modernas tecnologias nos setores de inteligência.

No caderno Brasil, a coluna Painel foi logo tratando de politizar os ataques em São Paulo. Primeiro criticou o bordão “estávamos preparados” para, em seguida, antecipar uma onda de endurecimento das polícias, com a “eliminação de certas cautelas”. Também comentou o estranhamento entre o governador Cláudio Lembo e seu antecessor Geraldo Alckmin e informou da convocação do secretário de Segurança Pública Saulo de Castro Abreu Filho pela comissão de segurança pública da Assembleia Legislativa. E por fim publicou a opinião do deputado estadual Romeu Tuma Jr (PMDB), discordando de que não se pode negociar com o PCC: “A polícia não pode ceder, mas deve negociar”.

Em sua coluna diária “Toda Mídia”, Nelson de Sá destacou a agitação na mídia, inclusive internacional, naquele fim de semana, como a entrevista ao vivo no “Domingo Espetacular”, da Record, de um major da Polícia Militar, criticando aos brados a política estadual, ao responder uma de várias perguntas do mesmo tipo, do âncora Paulo Henrique Amorim: “Estamos falando de 52 mortes. No Iraque, 32. A culpa é do governador?”. Ou do Jornal Nacional (Globo), que se concentrou na encenação de “controle” do governador

³⁰ Dados oficiais coletados pela ONG Contas Abertas, especializada em gastos governamentais.

Cláudio Lembo, e do Fantástico, entrevistando pré-candidatos à Presidência para nacionalizar os ataques em São Paulo.

Sá observou como nos sites noticiosos as opiniões custaram a aparecer e se concentraram nos eventuais efeitos eleitorais dos ataques. Gilberto Dimenstein, por exemplo, na Folha Online de domingo, postou que “Lula está usando a tragédia como palanque eleitoral” e Jorge Bastos Moreno, no Globo Online, avisou que “se começarem a usar eleitoralmente este momento delicado, irei para as ruas defender o voto nulo”.

Na “Entrevista da 2ª”, página A12, uma das mais experientes estudiosas da violência urbana do país, a antropóloga Alba Zaluar, afirmou que os ataques revelam uma faceta até então oculta do crime organizado em São Paulo: “É muito mais centralizado, muito melhor coordenado e tem uma retórica política por trás”. A antropóloga comparou o discurso dos líderes do crime organizado ao de grupos extremistas de esquerda em atuação na América Latina e criticou as pesquisas sobre o tema da criminalidade por parte de acadêmicos radicados em São Paulo.

Com isso, chegamos ao caderno Cotidiano, que cobriu assim a “guerra urbana”: 1) PCC ataca ônibus e fóruns, promove megarrebelião e amplia medo no Estado; 2) Bancos são novo alvo do PCC, diz polícia; 3) “Celular hoje é mais perigoso do que uma arma”³¹; 4) Agências do Itaú e Bradesco são atacadas; 5) Rebelião envolve 52% dos detentos de SP; 6) Presos do MS fazem rebeliões de apoio ao PCC; 7) Ao menos cinco bombardeiam delegacia em Francisco Morato; 8) No litoral de SP, cinco policiais são assassinados; 9) Em São Miguel, base da GCM é metralhada em praça lotada; 10) Mais de 30 ônibus são incendiados em SP; 11) Ônibus evitam parar em ponto de passageiros; 12) Moradores de SP tentam sair fora da linha de tiro; 13) Filho de policial é morto na porta de casa; 14) Famílias de policiais estão apavoradas; 15) Lembo diz que já esperava ações há 20 dias; 16) União avisou de ataque a atos públicos³²; 17) Lula reduziu gastos com segurança pública; 18) Policiais afirmam que não foram alertados; 19) Até Polícia Ambiental é alvo de ataques; 20) Governo federal oferece ajuda do Exército; 21) Alckmin culpa União por

³¹ Declaração do diretor do Deic, Godofredo Bittencourt, reconhecendo o descontrole sobre a entrada de celulares nos presídios e defendendo que operadoras de telefonia cortem a comunicação por meio desses aparelhos nas regiões das prisões.

³² A Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça, teria encaminhado ao governo de São Paulo gravações telefônicas de líderes do PCC combinando atentados a manifestações públicas no Estado.

insegurança; 22) Gestão Lembo faz negociação com o PCC³³; 23) “Deixem a gente em paz”, afirma o líder do PCC ³⁴; 24) Hinos funks exaltam a organização; 25) Temor e indignação marcam enterros; 26) Para Mariz de Oliveira³⁵, houve desleixo; 27) OAB pede resposta “enérgica” à altura de ataques do PCC³⁶; 28) Ex-secretário pede penas mais severas³⁷; 29) Igreja cobra uma grande reforma no sistema penal³⁸.

Também na edição da segunda-feira, a Folha entrevistou um dos maiores especialistas em segurança pública, Loïc Wacquant. Para este professor de sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e pesquisador do Centro de Sociologia Européia em Paris³⁹, novos atentados como só poderiam ser evitados se as elites políticas brasileiras e o governo do país contra-atacaram no campo social, e não no criminal. Entrevistado pelo correspondente da Folha em Washington, Sérgio Dávila, que lhe perguntou por que a situação havia chegado àquele ponto, Wacquant respondeu acusando as elites brasileiras, que nas últimas décadas teriam se utilizado do estado penal – polícia, tribunais e sistema judiciário – como o único instrumento não apenas de controle da criminalidade mas também de distribuição de renda:

Expandir esse estado não fará nada para acabar com as causas do crime, especialmente quando o próprio governo não respeita as leis pelas quais deve zelar: a polícia de São Paulo mata mais que as polícias de todos os países da Europa juntos, e com uma quase impunidade. Os tribunais agem sabidamente com preconceito de classe e raça. E o sistema prisional é um “campo de concentração” dos muito pobres. Como você pode esperar que esse trio calamitoso ajude a estabelecer a “justiça”? A manutenção do que chamo de estado penal só faz com que a violência institucionalizada alimente a violência criminosa e faça com que as pessoas tenham medo da polícia. Cria um vácuo que o crime organizado sabe muito bem preencher. Isso permite a eles que cresçam e sejam tão poderosos e ousados a ponto de desafiar abertamente o Estado e seu monopólio do uso da violência (FSP, 15/05/2006, pág. C15).

³³ Pessoas ligadas diretamente ao secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, estiveram na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau (620 km de SP), para negociar com o comando geral da facção foram transferidos entre quinta e sexta-feira.

³⁴ Marcola teria declarado isso a um agente penitenciário.

³⁵ Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, criticou a cúpula da segurança de São Paulo por não privilegiar a investigação e a contra-informação no combate à criminalidade.

³⁶ Entrevista com o presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato.

³⁷ Procurador de Justiça e ex-secretário de Segurança de SP, Marco Vinício Petrelluzzi defendeu que crimes contra policiais deveriam ter penas mais severas, já que o policial seria “a personificação do Estado de Direito”.

³⁸ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou nota cobrando “reformas profundas” (nos sistemas judicial, penal e penitenciário) e uma “ação firme” das autoridades.

³⁹ Wacquant, pesquisador francês, estudou no Brasil as desigualdades sociais, o sistema carcerário e o judicial, visitas que renderam livros como “As Prisões da Miséria” (Jorge Zahar, 2001), “Punir os Pobres – A Nova Gestão da Miséria nos EUA” (Freitas Bastos Editora, 2001) e “As Duas Faces do Gueto” (Boitempo Editorial, 2006).

E por fim, entre as várias entrevista do dia, a Folha também ouviu o general Óscar Naranjo, diretor da Polícia Judicial da Colômbia, que participou das principais operações que desbarataram alguns dos maiores cartéis de droga no mundo, como o de Medellín, dominado pelas Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). O sucesso das operações, segundo ele, se deu graças à atuação conjunta entre Justiça, forças especiais e programas sociais nas favelas. Perguntado como evitar que os “chefões” continuem a dar ordens da prisão, Naranjo respondeu que, há sete anos, foram criadas duas cadeias de “altíssima segurança”, cada uma para 1.500 prisioneiros, só para terroristas e narcotraficantes, construídas em zonas isoladas e com disciplina especial: “É proibida a circulação de dinheiro; visitas, só de parentes e advogados”.

TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO

Logo na capa, quase que integralmente dedicada aos atentados em São Paulo, a manchete destacava que “Temor de novos ataques causa pânico e fecha escolas e lojas”. Por isso, o editorial da Folha acabou assumindo um discurso institucional, com um imperativo “Não nos amedrontemos”. Primeiro informou que, em consequência à ofensiva do PCC, a capital, que enfrentava o seu primeiro dia útil depois da crise do fim de semana, vivera na segunda-feira um dia atípico, de “meio expediente”: companhias de transporte público retiraram veículos de circulação, escolas cancelaram aulas, comércio e repartições públicas fecharam as portas cedo. Em meio a uma onda de boatos sobre toque de recolher, a hora do “rush” foi antecipada para o meio da tarde.

A Folha, contudo, ressaltou uma “dupla pedagogia” em curso naqueles “lamentáveis dias de outono”. De um lado, a quadrilha dos presídios e seus seguidores fora das celas ensaiaram dar um passo no rumo das organizações terroristas. Do outro, a população, especialmente a da Grande São Paulo, deparou com uma situação inédita e se viu instada a desenvolver com rapidez novos padrões de reação.

Mesmo considerando “compreensível” que grande parte dos paulistanos tenha fugido das ruas e procurado abrigo em casa, fazendo justamente o que “delinquentes” intencionaram, a Folha conclamou a sociedade e autoridades paulistanas a que dessem “um sonoro basta” àquela afronta. Para tanto, os governantes precisavam transmitir confiança à população, garantindo “a ordem pública”, confrontando com “força máxima” até debelar o

último integrante dos “bandos que violentam o Estado de Direito”. Naquele “momento decisivo”, a Folha foi taxativa: “ou reagimos com contundência”, o que representaria uma “ofensiva contra o crime organizado sem precedentes”, ou a sociedade brasileira estaria condenada a se habituar ao terror.

Logo abaixo, Clóvis Rossi, que acompanhava a crise pelos canais internacionais na “tranquila place Kléber”, Estrasburgo, lamentou: “por que eles têm direito à sua praça e eu, você, nós, não?”. Outro colunista, Valdo Cruz, reclamou da troca de acusações entre as autoridades sobre a crise em São Paulo. Já Carlos Heitor Cony situou a origem da violência: “Basta lembrar que se gastou mais na campanha pelo desarmamento, do que nas prisões, penitenciárias e sistema policial como um todo”.

Na seção “Tendências & Debates”, da página A3, Paulo de Mesquita Neto, representante da Human Rights Watch no Brasil, exigiu “Estado de Direito já”, ressaltando que leis mais duras e uma política agressiva de isolamento de líderes do crime organizado não resolveriam o problema: “O respeito aos direitos humanos, nas prisões e fora delas, é um quesito fundamental da democracia, é a linha que separa o Estado de Direito e a barbárie”.

No “Painel do Leitor”, as opiniões se dividiram assim: 1) A assessoria de comunicação do Ministério da Justiça desmentido matéria da Folha, segundo a qual Lula havia reduzido gastos com segurança pública em 2005; 2) Duas críticas às penas brandas e aos defensores de “bandidos”; 3) Defesa da pena de morte; 4) Duas críticas ao ex-governador Geraldo Alckmin; 5) Sugestão de entrevista com o jurista Hélio Bicudo; 6) Crítica à Folha por amenizar a responsabilidade do PSDB diante da crise, culpando o governo federal; 7) Duas críticas exclusivas a Cláudio Lembo; 8) Crítica a Alckmin, Lembo, PSDB e ao PT; 9) Sugestão para que a sociedade se organizasse e fosse às ruas.

O Painel da página A4 explorou a intenção do presidente Lula de enviar tropas federais a São Paulo, mesmo diante da recusa do governo estadual. Também apostou na queda do secretário Nagashi Furukawa (Administração Penitenciária) e informou que o Ministério Público de São Paulo cobraria providências das empresas de telefonia quanto a uma solução técnica que inviabilize o uso de celulares nos presídios. Comentou ainda o fato do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B), não apoiar a votação de um pacote de medidas na área de segurança como resposta à onda de violência em São Paulo,

considerando que o foco tinha de ser nas medidas administrativas, como controlar o uso de celulares em presídios e reforçar a área de inteligência.

Janio de Freitas criticou em seu artigo “Os criadores da intranquilidade” a falta de prioridade dos sucessivos governos brasileiros, tanto os federais quanto os estaduais, no que se tange à segurança pública em geral e, em particular, a dissolução da violência urbana organizada.

Ainda no caderno Brasil, outras matérias buscaram nacionalizar a crise na capital paulista: 1) PCC abre nova crise entre tucanos e pefelistas; 2) Crise no Estado leva Alckmin a cancelar jantar⁴⁰.

Nelson de Sá, na tradicional coluna “Toda Mídia”, continuou repercutindo a repetitiva cobertura nas redes de televisão, que se limitaram em reproduzir os discursos de personagens como os deputados Luiz Fleury e Conte Lopes. E produziram muito noticiário, com os conflitos da madrugada, os enterros seguidos de policiais, os atentados. Destaque para um “ao vivo” da tv Record, que forjou uma expressão que pegaria fogo: “É uma espécie de toque de recolher”. Em outro ao vivo, a mesma emissora entrevistou o comandante da PM, que criticou todo aquele “sensacionalismo”.

Na coluna “Mercado Aberto” (Dinheiro, página B2), sob o título “Economia ainda não sente violência”, a Folha buscou as impressões de expoentes do mundo empresarial sobre a crise. O economista Paulo Leme, da Goldman Sachs, por exemplo, criticou que uma das poucas coisas que o Estado deveria fazer bem feito, que seria cuidar da segurança pública, não o fazia: “Essa é a maior ironia sobre o papel do Estado na sociedade”. Já o presidente da Ciesp, Cláudio Vaz, mesmo não esperando prejuízos relevantes à economia, disse que, em momentos como aquele, “produzir e consumir deixa de ser prioridade”. E o presidente da Coteminas e do Iedi, Josué Gomes da Silva, afirmou que “a sociedade não pode aceitar esse tipo de comportamento do banditismo”.

No mesmo caderno de economia, o sociólogo Rogério Schmitt, da consultoria Tendências, comentou que a difusão da sensação de insegurança pública seria um fenômeno de opinião que costuma atingir indiscriminada e negativamente as três esferas de governo (municipal, estadual e federal) ao mesmo tempo.

⁴⁰ Cada um dos 300 convites teria sido vendido a R\$ 3.000,00.

O articulista Luís Nassif também expressou sua opinião em relação ao que ele considerou um “Dia de cão”, atribuindo toda responsabilidade ao secretário Saulo de Castro Abreu Filho pelo maior desastre da história da segurança pública do Estado. Segundo ele, boa parte das mortes poderia ter sido evitada, simplesmente se o secretário tivesse avisado a tropa da remoção do alto comando do PCC. Nassif, contudo, defendeu a permanência do secretário Nagashi Furukawa (Administração Penitenciária), “de sólida visão jurídica”. O colunista também responsabilizou o Banco Central por ampliar as facilidades para a remessa de dinheiro para o exterior, assim como Geraldo Alckmin, que, enquanto ainda governador, vetou um projeto de lei que visava coibir as atividades dos bingos e máquinas de apostas.

E com isso chegamos ao caderno Cotidiano e à sua cobertura à “guerra urbana”: 1) Medos de ataques pára São Paulo; 2) Cúpula do PCC ordena fim dos ataques⁴¹; 3) Estação do metrô é alvo de disparos; 4) Governo promete 50% da frota na rua hoje; 5) Ameaça de bomba interdita saguão de Congonhas; 6) Na Oscar Freire, clima é de feriado; 7) Por precaução, shoppings fecham lojas; 8) Alvo de ataques, agências não abrem; 9) Mackenzie manda alunos para casa; 10) 40% das escolas suspendem suas aulas; 11) Bares fecham em Higienópolis; 12) Policiais associam indulto a ataques⁴²; 13) Caos faz os celulares entrarem em pane; 14) Cidades podem ficar sem celular; 15) Em ribeirão, três ficam feridos; 16) Após 4 dias, rebeliões em SP chegam ao fim; 17) Em solidariedade ao PCC, presos do CV suspendem faxina; 18) Na sede do Deic, impera o silêncio; 19) Quinze suspeitos morrem no quarto dia; 20) Familiares acusam policiais por mortes; 21) Ato ecumênico pede “ações rigorosas”⁴³; 22) Para Lula, atentados são “provocação”; 23) Presidentes do Senado e da Câmara divergem⁴⁴; oposição defende Lembo; 24) 1º presídio federal de segurança máxima

⁴¹ A ordem teria sido dada após dois dias de conversas com representantes do governo estadual.

⁴² “Eles saem da cadeia já instruídos”, disse André Di Rissio, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil. O mesmo afirmou o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM, cabo Wilson Moraes. O procurador João Antonio Garreta Prats, presidente da Associação Paulista do Ministério Público, defendeu a criação de leis para punir o “terrorismo” que atingiu São Paulo, como a restrição de visitas a presos e a redução de indultos para melhorar o controle sobre as penitenciárias. Ele considerou a visita íntima uma “criação nossa” que deveria “premiar” apenas o preso que tem bom comportamento.

⁴³ Organizações de direitos humanos estariam preparando um manifesto em solidariedade à polícia, afirmando que não seriam um obstáculo às “ações rigorosas e eficientes em defesa da sociedade”. O rabino Henry Sobel considerou como “prioridade” a defesa dos direitos humanos das “pessoas de bem”.

⁴⁴ Renan Calheiros (Senado) e Aldo Rebelo (Câmara) adotaram posições antagônicas diante da crise. Enquanto o primeiro anunciou que poria em votação um pacote de medidas para segurança pública, este insistia não ser preciso criar novas leis para debelar as ações do crime organizado.

será inaugurado com atraso; 25) Na Av. Paulista, pontos lotados; 26) Governo de SP culpa boatos por pânico; 27) Alckmin prepara ataque contra governo federal; 28) “Antes, a gente só sabia de situação assim pela TV⁴⁵”; 29) Das ruas do Cambuci à “Arte da Guerra”⁴⁶; 30) Advogada de Marcola vai recorrer; 31) Divergência de autoridades retarda reação⁴⁷; 32) Onda de violência comprometeu agenda cultural; 33) Trânsito parado na fuga para casa; 34) Presos do Paraná dão apoio ao PCC; 35) Suspeitos de integrar o PCC são presos em PE; 36) Preso é decapitado durante motim em Campo Grande.

A Folha publicou naquela terça-feira vários artigos assinados, começando pelo dramaturgo Mário Bortolotto – “Não vou morrer na minha quitinete” –, que destacou a impressão de uma estudante norte-americana, que fazia intercâmbio no Brasil, publicada na Revista da Folha: “O que me surpreende não é a pobreza, comum na América Latina, mas sim a riqueza, o número de milionários em um país como o Brasil”.

Alguns cineastas e escritores, com produções que abordam a temática da violência, também foram ouvidos pela Folha. Um deles foi o escritor Marçal Aquino, autor de “O Invasor”, livro que retrata a violência em São Paulo e que foi adaptado para o cinema por Beto Brant: “É a realidade esfregada na nossa cara de maneira compulsória”. Joaquim Nogueira, ex-delegado e autor de livros como “Informações Sobre a Vítima” e “Vida Progressa”, defendeu que “o governo tem que fazer demonstração de força também, porque ele tem maior poder do que organização criminosa”. Já Ferréz, autor de “Manual Prático do Ódio”, que tem como cenário a periferia paulista, atribui a culpa ao Estado, que não investiria em educação nem em segurança pública. E o diretor do documentário “Ônibus 174” e do polêmico “Tropa de Elite”, José Padilha, disse que “o criminoso revoltado”, diante a “situação calamitosa dos presídios” seria “o estopim de um barril de pólvora”. Para o cineasta Sergio Bianchi, diretor de “Cronicamente Inviável” e também de “Quanto Vale ou É por Quilo”, a situação seria culpa da elite: “A elite comete erros catastróficos e, cedo ou tarde, tem problemas enormes para resolver”.

⁴⁵ Afirmação da psicóloga Sheila Souza, única pedestre na calçada da rua Oscar Freire na segunda à tarde.

⁴⁶ Perfil de Marcos Willians Herbas Camargo, que teria começado no crime como batedor de carteiras naquele bairro paulistano e se disse leitor de “A Arte da Guerra”, livro milenar do chinês Sun Tzu.

⁴⁷ Perfil e estilos diferentes da cúpula da segurança de São Paulo: Nagashi Furukawa (Administração Penitenciária) e Saulo de Castro Abreu Filho (Segurança Pública), o delegado Godofredo Bittencourt Filho, diretor do Deic, e o coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, comandante-geral da Polícia Militar.

A psicóloga Rosely Sayão, colunista da Folha, escreveu ainda um artigo ensinando aos pais como explicar às crianças o que ocorreu, ressaltando que “nós não conseguiríamos ocultar a origem de nossas preocupações” e que, portanto, bastaria afirmar que “tem gente grande brigando e que isso é perigoso”.

Demétrio Magnoli, também colunista da Folha, perguntou retoricamente se a culpa era só dos governantes, e ele mesmo respondeu: “Não, mil vezes não!”. Para Magnoli, São Paulo estaria sentindo os efeitos psicológicos da indústria do medo: “A classe média que não deixa os seus filhos circularem de ônibus e metrô, que se cerca de câmeras e alarmes, que passeia apenas em shopping centers e aspira comprar um automóvel blindado correu na direção de seus bunkers domésticos murmurando tolices sobre a pena de morte”.

A Folha ainda publicou um artigo de Frei Betto⁴⁸ sobre “A guerrilha carcerária”, que merece um destaque especial. Ex-presos políticos nos inícios dos anos 70, ele comentou que, 35 anos depois, o sistema prisional só não continua o mesmo porque piorou: “A guerrilha carcerária expõe a precariedade do sistema prisional brasileiro”. Betto criticou as reações das autoridades por quererem imitar os EUA, seja na construção de presídios (supostamente) indevassáveis, na legalização da pena de morte ou no aumento do efetivo policial militar, sem nenhum enfoque nas causas da criminalidade e a ineficiência de nosso sistema prisional:

Nosso regime penitenciário não difere muito do adotado no tempo da escravatura: amontoam-se presos em masmorras exíguas; misturam-se autores de delitos distintos; condenam-se todos à mais explosiva ociosidade. Não há cursos profissionalizantes, nem redução da pena de acordo com a progressão escolar. Nem há atividades culturais, como teatro, pintura e música, ou equipamentos e espaços adequados à prática de esportes. Queijo suíço, nossas prisões estão repletas de buracos por onde entram dinheiro e armas, celulares e drogas. O detento é guardado, não reeducado; punido, não recuperado. E o alto preço da penitência – donde penitenciária – jamais é a absolvição, e sim a exclusão social. O preso cumpre a pena sem que o sistema o prepare à reinserção social, e sem que a sociedade se disponha a acolhê-lo. Daí o alto índice de reincidência (FSP, 16/05/2006, pág. C16).

Outra importante análise da crise em São Paulo foi a entrevista concedida pelo sociólogo Luiz Werneck Vianna, professor-pesquisador do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Segundo ele, o aconteceu em São Paulo pode ser rotulado como “uma revolução social”. Vianna sustentou que a falta de espaços para a “expressão formal dos excluídos urbanos” levou o PCC a ocupar o que ele considerou um “verdadeiro

⁴⁸ Carlos Alberto Libânio Christo, frade dominicano e escritor, que foi assessor especial da Presidência da República (2003-2004).

deserto”: “Eles estão falando de exclusão, estão usando uma linguagem radical das revoluções, certo? E estão se comportando revolucionariamente, de armas na mão”, afirmou o pesquisador do Iuperj. “Ou Estado democrático de Direito se defende agora ou se desmoraliza”, disse ele, acrescentando ser favorável à “reclusão total dos cabeças”.

Por fim, o coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Cláudio Beato, outro entrevistado pela Folha, comparou a ação do PCC a um “urro de animal acuado” que organizou os ataques na tentativa de obter benesses por parte das autoridades. “Eu me preocuparia muito mais com o PCC silencioso, com pleno domínio da situação nas cadeias, na polícia, nos agentes e no sistema judiciário”. O sociólogo definiu a legislação brasileira como sendo “muito leniente em relação a certo tipo de preso” e, posto isto, defendeu que os líderes do PCC fossem encarcerados sob guarda do governo federal: “Botar (os presos) lá no meio do Amazonas, sem celular nem nada; e deixá-los trancados lá; esses caras não têm recuperação”.

A Folha ainda voltaria ao assunto no caderno Ilustrada, primeiro com a colunista social Mônica Bergamo descrevendo o clima de pânico no Tribunal de Justiça e informando que, mesmo com o caos instalado em São Paulo, o jantar o jantar de empresários em apoio a Geraldo Alckmin seria mantido. Ela também explorou as trocas de farpas entre petistas e tucanos, a aventou a possibilidade da secretaria de Cultura cancelar a Virada Cultural. E a coluna de humor assinada por José Simão não poupou a situação caótica e fez piada com a falta de comando demonstrada pelo governo: “Existem dois lugares perigosos: Bagdá e delegacia de polícia! Os bandidos são do PCC, Primeiro Comando da Capital. E o Lembo é do SCC, Segundo Comando da Capital. O Lembo diz que sabia dos ataques há 20 dias. Então esqueceu de avisar a polícia? Não LEMBOU de avisar a polícia!”.

QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO

Os atentados em São Paulo ainda ocupariam quase a toda a capa da Folha daquela quarta-feira, que saiu com a seguinte manchete: “Polícia prende 24 e mata 33 em 12h”. E o editorial do dia criticou a “retórica” que via estreita relação entre o crime e a iniquidade

social no país: “Mais do que discorrer sobre as causas estruturais da criminalidade, contudo, a hora é de agir”.

A Folha então passou a cobrar do governo do Estado uma resposta imediata com um conjunto de ações emergenciais capazes de asfixiar o crime organizado. Na prática isso representaria cortar a comunicação entre a cúpula do movimento e sua base, e a única forma de conseguir isso seria isolar a liderança do PCC em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), em localidades distantes dos centros urbanos e das antenas de telefonia celular.

Além disso, a Folha se dispôs a ajudar a resolver o problema sugerindo uma série de medidas: vencimentos compatíveis com a função de carcereiro; fiscalização mais intensa sobre esses funcionários; uma ação policial que priorizasse a repressão ao tráfico de drogas e ao sequestro, entre outros “crimes rentáveis” à quadrilha; uma comunicação mais eficiente entre a Secretaria da Segurança Pública e o Judiciário estadual; maior investimento na formação de policiais, que deveriam atuar em sintonia com as demais instâncias burocráticas; e, por fim, racionalizar o sistema prisional, reservando a cadeia a quem de fato representasse perigo à sociedade.

Clóvis Rossi comentou as acusações recíprocas entre petistas e tucanos, que não estavam enxergando que o problema da insegurança tinha “aspectos centrais” infinitamente mais complicados: 1) “O poder público brasileiro, em todos os níveis, faliu; pior: a noção de bem ou de serviço público tornou-se risível; pior ainda: a sociedade não reage”; 2) “O crime compensa porque as leis são caudalosas e confusas, e sua aplicação é lenta porque a apuração de crimes é virtualmente inexistente, porque, ainda que haja apuração e ainda que haja punição, não há lugar nas cadeias etc”.

Já Fernando Rodrigues sublinhou que a crise de segurança pública estaria produzindo alguns “quase-consensos” sobre ações que certamente resultariam inúteis, adotadas por causa de governantes incapazes e que seguem o “comportamento de manada” dos eleitores, que, por exemplo, estavam pressionando por uma medida “cara e de eficácia contestável” como os bloqueadores de celulares dentro dos presídios.

Karyna Batista Sposato e Davi de Paiva Costa Tangerino, do Ilanud (Instituto Latino Americano de Política Criminal das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente) apresentaram, em Tendências & Debates, suas “Reflexões

sobre um caos anunciado” e lamentaram que a política de segurança se circunscrevera na adoção de medidas de aparência, em uma imagem de policiamento forte:

Ao revés, dezenas de milhares de presos, amontoados, em sua esmagadora maioria, em celas superlotadas, sem acesso aos serviços básicos de saúde, sem assistência judiciária adequada, sem número razoável de postos de trabalho, enfim, sem tudo o que a Lei de Execução Penal prevê como necessário à ressocialização do preso, motivo pelo qual alegamos prender as pessoas, engendrariam, naturalmente, uma reação violenta (FSP, 17/05/2006, pág. A3).

Mais do que antes, as opiniões dos leitores se dividiram: 1) Elogio do presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos, José Gregori, ao editorial “Não nos amedrontemos”; 2) A Comissão Justiça e Paz de São Paulo ressaltando “o respeito às leis e a existência do Estado de Direito” como condições mínimas e indispensáveis para a vigência dos direitos humanos: “A justiça e a paz fundamentam-se na não-violência e no diálogo digno deste nome”; 3) Cobrança de maior rigor no combate ao uso “tolerável” de drogas; 4) Duas Críticas ao governador Lembo e à sua equipe; 5) Críticas aos defensores dos direitos humanos; 6) Crítica ao artigo de Demétrio Magnoli, “Pânico no galinheiro”; 7) Crítica à imprensa por poupar Lembo e responsabilizar Lula.

O “Painel Brasil” trouxe várias notas sobre a recusa do governo paulista da ajuda federal e sobre projetos estaduais paralisados devido à ausência de repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública. Também criticou o sensacionalismo das tvs no “vale-tudo da segunda-feira” e afirmou que o alto comando da PM, na contramão do discurso oficial, foi pego completamente de surpresa.

No caderno “Brasil”, duas outras matérias nacionalizaram e politizaram mais ainda a crise em São Paulo: 1) Caso PCC abre “guerra fria” entre PT e PSDB; 2) Dos EUA, Mercadante critica governo paulista; em viagem, Serra nada fala.

O colunista Nelson de Sá, que analisa diariamente o comportamento da mídia, comentou: “E tome entrevista de governador, secretário, comandante-geral, delegado-geral – eles todos, o dia todo, para negar o acordo com o PCC”. Além disso, disse que a grande imprensa se limitou a “saudar” a reação da polícia e a contabilizar os mortos.

Luís Nassif divulgou números do custo da violência no país, disponibilizado pelo economista Ib Teixeira (FGV-RJ): em 1995, a violência teria consumido R\$ 35 bilhões, ou 5% do PIB; em 2003, R\$ 112 bilhões (10,2% do PIB). O economista estimou em 15 mil o exército de bandidos, em 340 mil o número de residências desvalorizadas pelo crime, 1.000 km² de áreas imobiliárias em mãos criminosas. Portanto, a conclusão de Nassif: “Daí o fato

de a guerra ser basicamente econômica”, e assim destacou as ações do Gafi (Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro)⁴⁹ e a criação do Coaf (Conselho de Controle das Atividades Financeiras).

No caderno Cotidiano, os títulos das matérias ainda mantiveram o clima de “guerra urbana”: 1) Em 12 horas, polícia mata 33 suspeitos e prende 24; 2) Governador afirma que vai divulgar nome e ficha de mortos; 3) Richard, 20 anos, foi morto com três tiros; 4) Com medo, policiais convertem condomínio em quartel; 5) Comitativa foi de avião negociar com o PCC; 6) Secretário autorizou entrada de TV em prisões; 7) Fechada central onde telefones eram clonados; 8) 55% dos paulistanos culpam o Judiciário⁵⁰; 9) Para 85%, a violência afetou rotina da família⁵¹; 10) Ataques continuam no interior de SP; 11) Em Campinas, 4 ônibus foram incendiados; 12) Ao menos 5.000 presos estão fora das celas em SP; 13) Moradores acusam PM de matar inocente; 14) Alckmin reduziu verba de penitenciárias⁵²; 15) Para secretaria, redução mostra gestão eficiente; 16) Ex-governador diz que não recusaria ajuda; 17) Secretário Furukawa sai abalado da crise⁵³; 18) Comerciantes relatam toque de recolher; 19) Com medo, SP bate recorde de telefonemas; 20) Restaurantes reabrem, mas movimento é fraco; 21) Vendas na segunda caíram 50% em SP; 22) Congresso apressa votação de projetos⁵⁴; 23) Agentes de presídios ameaçam paralisação.

Uma novidade foi um box, no topo das páginas do Cotidiano, com participação de personalidades respondendo à pergunta “Você teve medo?”, como Adriane Galisteu e Ana Maria Braga, o chefe de cozinha Alex Atala, o estilista Alexandre Herchcovitch, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o artista plástico José Roberto Aguilar, os empresários Chiquinho Scarpa e José Orlando Paulillo, as atrizes Beatriz Segall e Lilia Cabral, o

⁴⁹ Grupo formado por representantes de 31 países e governos e duas organizações internacionais, que, desde 1990, estuda maneiras de articular ação conjunta contra o fluxo de dinheiro criminoso no sistema financeiro.

⁵⁰ Pesquisa Datafolha (de 16/05/06, c/ 553 entrevistados). Detalhe: mesmo com os ataques, houve uma leve queda no percentual dos que defendem a pena de morte: de 59%, em 2003, para 56%.

⁵¹ Idem.

⁵² De 2004 para 2005, gasto anual por preso teria diminuído de R\$ 10.494 para R\$ 8.917, segundo a Folha, o que fez agravar problemas como superlotação.

⁵³ A própria matéria informou que o governador Cláudio Lembo avisara a aliados que não demitiria secretários em meio à crise de segurança, mas a Folha pautou o título em conjecturas de alguns pefelistas.

⁵⁴ Trinta projetos foram listados, com prioridade para um que previa a criação do RDMax (Regime de Segurança Máxima). Outras proposituras tratavam da fiscalização por parte da OAB de advogados de presos ligados ao crime organizado, que teriam de passar por revistas nos presídios; e que o uso de celulares em presídios seria considerado crime.

cabeleireiro Mauro Freire, a psicóloga Eleonora Mendes Caldeira, o ator Celso Frateschi e a cineasta Laís Bodansky.

Na tradicional coluna “Urbanidade”, Gilberto Dimenstein trouxe a experiência bem-sucedida de uma escola municipal Campos Salles, na favela de Heliópolis, onde um professor que ensinava caratê a crianças e jovens, “alguns dos quais tenderiam a procurar confusão nas ruas, liderar gangues ou até entrar em grupos como o PCC”. Nesta mesma edição, em outro artigo, Dimenstein acrescentaria “o problema não é o PCC”. Para ele, de pouco adiantaria destruir a facção enquanto sobrasse mão-de-obra disponível ao crime organizado. “É uma mão-de-obra sem perspectiva de vida e, por isso, seduzida a qualquer risco, como vimos nos ataques”. Nos seus cálculos, em 2006, dos cerca de 3,4 milhões de jovens entre 15 e 24 anos de idade existentes na região metropolitana de São Paulo, 950 mil não estudavam e nem trabalhavam.

Em outro artigo, o repórter Ricardo Bonalume Neto narrou a ronda que fizera nas horas mais tensas dos ataques e constatou que “São Paulo recolheu-se como um caramujo”. Havia, testemunhou em estilo literário, “uma tensão no ar que podia ser cortada com faca, para os raros que circulavam pela cidade, em geral a trabalho – policiais, alguns bandidos, jornalistas”. E concluiu que os conflitos paulistanos de maio podiam entrar na classificação geral de “guerra irregular complexa”, a mais nova definição em moda para esse tipo de violência, usada, por exemplo, pelo IISS de Londres (sigla em inglês para Instituto Internacional de Estudos Estratégicos).

A Folha ainda publicou a análise de alguns especialistas em segurança que consideraram que “Estágio do PCC é pré-mafioso”. O primeiro foi William Perry, ex-diretor do Conselho de Segurança Nacional para assuntos de América Latina no governo de Ronald Reagan (1981-1989) e hoje editor da “Jane’s Latin América”, uma das principais publicações do mundo sobre geopolítica e assuntos policiais. Segundo Perry, não apenas o PCC mas também algumas facções cariocas estariam a um passo das máfias e cartéis: “O Brasil está em um nível intermediário”. Thomaz Costa, professor de Assuntos de Segurança Nacional do Centro de Estudos para Defesa do Hemisfério, de Washington, concordou que o PCC estivesse no “primeiro estágio” no caminho que leva à formação das máfias. E o professor de direito penal Walter Maierovitch, presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone (em referência ao juiz italiano assassinado pela máfia em 1992), completou que

organizações como o PCC já haviam edificado “as estruturas para a formação de um Estado mafioso”.

Em outra matéria opinativa, “Fraqueza do Estado provocou o pânico”, a Folha entrevistou o psicanalista Jurandir Freire Costa, um dos principais terapeutas do país, o qual afirmou que a rapidez com que o medo se espalhou indicara a falta de confiança no poder público. “Um bom parlamento é condição *sine qua non* para combater o crime”.

A Folha ainda encomendou a “Visão de um carioca”, de Sergio Costa, que intitulou seu artigo como “Do outro lado do mesmo problema”. O jornalista afirmou como fora “impactante até para o forasteiro acostumado à rotina de uma cidade que não pára de mostrar que o fundo do poço a que chegam é sempre falso”.

Incansável, a Folha abriu espaço ainda para o artigo de Alvino Augusto de Sá, professor da Faculdade de Direito da USP, membro associado do IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais). Psicólogo aposentado da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, Sá observou que se quiséssemos compreender mais a fundo aquela onda de conflitos, teríamos de ouvir e tentar compreender a leitura que dela fazem aqueles que foram segregados pela sociedade. O importante neste artigo foi a transcrição que Sá fez da opinião de alguns líderes do PCC, fruto da sua convivência com eles intra-muros:

“Nós não somos contra a ressocialização. O que não admitimos é traição... Não nos opomos a que preso algum queira se ressocializar, queira participar de trabalhos propostos pela direção do presídio. O que deve haver é um entendimento prévio”; “O mais importante de tudo, na relação entre o Estado e as facções, é o diálogo. Temos que dialogar. Afinal, nós somos todos seres humanos, que temos interesses humanos, pensamos, sabemos conversar”; “O PCC está crescendo muito. A gente não sabe onde vai parar isso. E há o risco de se chegar a uma verdadeira guerra com o tempo. Há necessidade das autoridades, do pessoal do sistema, conversar mais com a gente. Porque a gente, levado às vezes pela emoção, acaba fazendo as coisas sem pensar muito nas consequências. Então há necessidade de alguém orientar a gente e dizer que, se a gente puser a mão aqui ou ali, vai acabar ‘queimando a mão’” (FSP, 17/05/2006, pág C14).

Por fim, na Ilustrada, a Folha trouxe ainda as piadas de José Simão – “Trégua em Sampa! Entrégua tudo pro PCC!” – e a coluna social de Mônica Bergamo informando que alta sociedade paulistana viveu um “dia de periferia”, e citou, como exemplo, o desabafo de Atílio Baschera, dono de um antiquário e figura das mais queridas do circuito Jardins/Higienópolis/Morumbi: “Me deu um ataque de fúria”. Bergamo narrou ainda como a rotina de festas nos bairros nobres se alterou de forma radical. Como o consultor de etiqueta Fábio Arruda decidiu que o melhor a fazer era adiar a festa de seu aniversário, que

seria comemorada em um restaurante dos Jardins. “E lá se foram para o lixo os 40 arranjos de orquídeas que decorariam a festa de Arruda”, sem falar nos 36 kg de patê (fígado, “egg salad”, coalhada) que seriam jogados fora. “Não dá para guardar. Vai estragar! Pedi dois motoristas emprestados de minhas amigas para levar os docinhos (são 1.600, fora o bolo de oito quilos) para instituições de caridade”.

Também na Ilustrada, a seção “Outro Canal” ainda informou que “Pânico em SP” havia superado o “11 de Setembro” no Ibope: o índice de televisores ligados durante todo o 15 de maio (das 7h às 24h) foi de 55% na Grande São Paulo, quatro pontos percentuais acima do 11 de Setembro e sete a mais do que na segunda anterior. Apresentado em São Paulo por William Bonner, o “Jornal Nacional” teria registrado sua melhor audiência desde 2000, com 53 pontos, quase 20 a mais que sua média atual.

Por derradeiro, uma crônica de Marcelo Coelho – “Hora de tomar minhas providências” – ironizando a mudança no comportamento dos paulistanos após os ataques: “Contento-me com o básico: vou comprar um carro blindado”.

QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO

Logo na capa daquela quinta-feira, a Folha destacou em sua manchete a polêmica entrevista do governador: “Lembo culpa ‘elite branca’ por violência”, sublinhando que “governador de SP diz que burguesia precisa deixar de ser cínica e de explorar a sociedade, abrindo o bolso para reduzir a miséria”. Mas o editorial do dia preferiu comentar o “pacote de segurança” aprovado às pressas pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tendo como principal medida a que criava o regime de segurança máxima (RDMax), ampliando o isolamento de presos considerados de alta periculosidade.

Até então, o sistema mais duro era o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), que sujeitava o preso a isolamento total por “apenas” um ano, período, para a Folha, insuficiente para que um chefe do crime perdesse a ascendência sobre sua quadrilha. Os parlamentares duplicaram esse tempo, mas a Folha considerou que melhor fariam se abolissem qualquer limite, como sugeriu o procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo, Rodrigo Pinho, facultando ao juiz arbitrar quanto um preso deve ficar isolado.

A Folha considerou acertada, porém, a instituição da videoconferência em interrogatórios de detentos perigosos e a tipificação da posse e do uso de celulares por

presos como faltas graves. “É positiva, ainda, ideia de retomar o exame criminológico, avaliação pela qual o preso deve passar para que se decida se o regime no qual irá cumprir pena pode ou não ser atenuado”. Outra proposta correta, no entender da Folha, foi a que determinou a revista de todas as pessoas que entrarem nas prisões, terminando com um injustificável privilégio dos advogados até então isentos dessa prática. Além das várias medidas previstas no pacote, a Folha ainda sugeriu o aumento da pena para o homicídio de agentes do Estado e uma nova qualificação para formação de quadrilha, com agravante para prática terrorista.

Um outro editorial, mais abaixo, comentava os números divulgados pelo IBGE naquela semana, segundo o qual 13,9 milhões de brasileiros passaram fome em 2004. Com base no resultado dessa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a Folha criticou o governo por agir como se a transferência de recursos fosse um fim em si mesmo: “Estratégias de desenvolvimento local e geração de renda e a ampliação e a melhoria da oferta de serviços públicos de saúde e educação são medidas que não podem ser preteridas em favor de uma iniciativa meramente assistencialista”.

Clóvis Rossi, de volta a São Paulo, constatou inconformado que “a violência cessou não porque a polícia tenha conseguido controlá-la, mas porque os criminosos decidiram dar um tempo ou reduzir a escala de operações”. E que, à hora que quisesse, voltaria a “sitiar a cidade, o Estado, as autoridades”. Valdo Cruz registrou que, diferente da elite paulista que teve um dia de periferia mas que já estava respirando aliviada, a volta à “normalidade” não estaria tão normal assim para boa parte da população que “vive na periferia real” da cidade, que naquele momento estava insegura com a atuação de policiais decididos a vingar os colegas mortos. Daí a importância, segundo ele, do governado divulgar os nomes dos mais de 70 suspeitos mortos pela polícia.

Demétrio Magnoli, que escreve na Folha toda semana, criticou as “boas de maio” anunciadas pelo ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanuchi, no domingo anterior. Segundo ele, o Brasil só foi o mais votado entre os países que representariam a América Latina no Conselho de Direitos Humanos, recém-criado na ONU, porque os votos recebidos teriam sido negociados num “bazar de apoios mútuos” com Arábia Saudita, China, Rússia, Argélia e Cuba. “Esses países constam em todos os relatórios imparciais como inclementes e maciços violadores dos direitos humanos básicos”.

Na página A3, a seção Tendências & Debates publicou duas opiniões diferentes sobre as razões da crise em São Paulo. O primeiro texto – “Civilização, sim; barbárie, não” – mais pareceu uma espécie de abaixo-assinado de várias personalidades defensoras dos direitos humanos: Antonio Visconti, procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Celso Antônio Bandeira de Mello, professor titular de direito administrativo da PUC-SP, Fábio Konder Comparato, professor titular da Faculdade de Direito da USP, Goffredo Telles Júnior, professor emérito da Faculdade de Direito da USP, Hermann Assis Baeta, presidente nacional da OAB de 1985 a 1987, João Luiz Duboc Pinaud, conselheiro da OAB, José Osorio de Azevedo Júnior, professor de direito civil da PUC-SP, Maria Eugênia Raposo da Silva Telles, advogada pela USP, Plínio de Arruda Sampaio, advogado e ex-deputado federal, e Weida Zancaner, professora de direito administrativo da PUC-SP.

Este artigo coletivo ressaltou que, apesar dos “ânimos exaltados” e da “exaltação plenamente justificável”, naquela hora se tornara “imprescindível” alertar a população para o risco da exploração política do episódio, haja vista o discurso hegemônico reclamando “penas mais rigorosas, mais armamento para os policiais, mais restrições aos presos, mais limites à liberdade dos cidadãos”. Fruto concreto desse movimento reacionário, seria a tentativa dos senadores de associar o episódio com o terrorismo, se comprometendo a votarem “uma legislação penal, processual e penitenciária mais repressiva em apenas 15 dias! É barbárie contra barbárie, truculência contra truculência, poder de fogo contra poder de fogo!”.

Para os signatários do artigo, os atentados daqueles dias eram a explosão de um processo cumulativo, tendo como combustível a extrema desigualdade social do país, e que, portanto, o discurso da truculência estatal visava precisamente esconder essa questão de fundo a fim de manter “privilégios e interesses de gente muito poderosa”. Dentro das “providências” que poderiam coibir imediatamente o surto de violência, eles destacaram primeiro a reestruturação completa – “de cima a baixo” – do aparelho repressivo do Estado, assim como: 1) penas não prisionais para os crimes de menor gravidade; 2) impedir o contato entre presos de diferentes graus de periculosidade; 3) criar mecanismos eficazes para ouvir as queixas das vítimas de violência de agentes públicos; 4) organizar um sistema de reabilitação de presos; 5) fazer funcionar a defensoria pública; 5) constituir conselhos e outras formas de participação popular no planejamento da segurança dos bairros.

O segundo ponto de vista, bem mais reacionário, ficou a cargo do senador Romeu Tuma⁵⁵, que denunciou “O caráter subversivo do atual terrorismo”. Além de assertivas como “a base da segurança pública é criminoso na cadeia e polícia respeitada nas ruas” e das críticas às autoridades por se iludirem com a possibilidade de resolver tudo na conversa e na barganha com bandidos, Tuma fundamentou seu argumento no depoimento de William Lima da Silva, o “Professor”, fundador da facção carioca Comando Vermelho: “Vou aos morros e vejo crianças com disposição fumando e vendendo baseado. Futuramente, elas serão 3 milhões de adolescentes, que matarão vocês (policiais) nas esquinas”⁵⁶. Tuma acrescentou que o embrião dessas organizações criminosas teria sido fecundado durante o contato entre presos “comuns” e “políticos”, nos anos 60 e 70, tanto que o “Professor” se vangloriava de ser “o último comunista preso”, conforme teria declarado sua esposa à imprensa.

Eclodiu, assim, um tipo de terrorismo desprovido de militantes políticos, mas de finalidade igual à do antecessor: ferir o Estado e a sociedade. O que aconteceu em São Paulo é inseparável desse contexto, consolidado por linhas auxiliares nos campos do direito e da imprensa, paralelamente à omissão de sucessivos governantes. Em vez de se ampliar e melhorar o sistema prisional, cadeias foram transformadas em autênticas fábricas de celerados. Não recuperam ninguém. Abarrotadas como pocilgas, destinam tratamento desumano aos principiantes no crime e os obrigam a se promiscuir com experientes marginais. Mas, quando são de “segurança máxima”, proporcionam “hospedagem” digna de hotel aos presos mais perigosos. Fácil é imaginar o que se fixa na mente de um jovem acusado do roubo de um boné ou do furto de um pote de manteiga ao ser jogado no meio de assassinos e traficantes (FSP, 18/06/2006, pág. A3).

No “Painel do leitor”, as opiniões se dividiram em: 1) Comparação do “novo 13 de maio” à sinistra e cruenta comemoração dos “escravos do pó, regada a ódio, bomba e bala”; 2) Crítica ao banco Santander pela homenagem aos policiais assassinados, por considerar as instituições bancárias, com seus juros extorsivos (etc), as grandes fomentadoras de “mão-de-obra” para o PCC; 3) Crítica a “Chicos Buarques e Soninhas da vida”, que “alardeiam por aí que se drogaram”; 4) Crítica ao editorial “Noites de Bagdá” por ser parcial a favor do PSDB; 5) Ironia de um leitor que se identificou como “branco e homem de boa laia”, elogiando a Folha em sondar apenas como pessoas do “seu segmento social” lidaram com o medo; 6) Afirmação de que as condições desumanas nas prisões impulsionam a “revolta”; 7) Defesa da liberação do uso das drogas a fim de desarticular o crime organizado.

⁵⁵ Na época, Romeu Tuma era o corregedor do Senado Federal. Foi diretor-geral da Polícia Federal (1985-92) e secretário da Receita Federal (1992).

⁵⁶ Depoimento à polícia no início dos anos 90, publicado no livro “Comando Vermelho - A História Secreta do Crime Organizado”, de Carlos Amorim (Rio de Janeiro, Record, 1994).

O “Painel” da página A4 continuou comentando a recusa do governador Cláudio Lembo diante da oferta de ajuda federal e destacou a compra pelos advogados do PCC da cópia dos depoimentos secretos do diretor do Deic, Godofredo Bittencourt Filho, e do delegado Rui Ferraz, na CPI do Tráfico de Armas. E sob a rubrica “Eleições 2006” outras matérias do caderno nacional continuaram politizando a crise em São Paulo: 1) Criticado, Alckmin reage e diz que Lula é mesquinho na crise; 2) Lula é “cúmplice” da violência, diz tucano; 3) Tarso⁵⁷ critica negociação com crime; PSDB exige retratação; 4) Alckmin aposta em TV para superar crise.

Janio de Freitas, em sua coluna diária, ressaltou o grande perigo na reação dos policiais em resposta às mortes de 29 agentes de segurança: “Os revides dos revides, uma ciranda em que a retração de um lado leva à ofensiva do outro, que se exaure e passa a ser o atacado até chegar sua nova ocasião. (...) No mesmo caso, então, ficam as chamadas autoridades que permitem ou praticam as mortes a granel, com dezenas de vítimas qualificadas, oficialmente, apenas como suspeitas”.

Nelson de Sá, editor do “Toda Mídia”, considerou um “besteiro” a repercussão nas mídias eletrônicas do projeto de lei que tentou obrigar companhias telefônicas a criar e doar para o governo sistema que bloqueasse os celulares. O colunista também comentou a enorme pressão sobre o secretário de Segurança, que insistia em negar a lista com os nomes dos suspeitos mortos na reação policial.

O caderno Brasil trouxe duas matérias divulgando a pesquisa do IBGE, com dados de 2004, revelando que a fome afeta mais os negros ou pardos e os moradores do Nordeste, com o título “Fome afeta pelo menos 14 milhões, diz IBGE”. Além disso, outra reportagem acrescentou que “Programas sociais só beneficiam um terço dos que passam fome”, ou seja, de acordo os dados da Pnad, dos 18 milhões de domicílios com algum nível de insegurança alimentar, apenas 5,3 milhões (29% do total) eram beneficiários dos programas sociais de transferência de renda.

⁵⁷ O ministro Tarso Genro (Relações Institucionais) havia dito que o presidiável Geraldo Alckmin “preferiu negociar com criminosos do que aceitar ajuda do governo”, o que fez a oposição pedir sua demissão e a bloquear as votações no Senado.

No caderno Cotidiano, a Folha abriu um novo capítulo na cobertura dos ataques em São Paulo: 1) PCC comprou gravação secreta de CPI⁵⁸; 2) Advogados negam terem tido acesso à fita com depoimento; 3) Burguesia terá de abrir a bolsa, diz Lembo⁵⁹; 4) Ataques continuam pelo 6º dia seguido; 5) Nova onda de boatos sobre ameaças faz escolas dispensarem alunos; 6) Bombas e tiros atingem cinco escolas em São Paulo; 7) Polícia já matou mais que em 2 meses; 8) Procurador-geral irá apurar mortes em ações policiais⁶⁰; 9) Para família de morto, elo com PCC é ficção; 10) Parentes de rapaz contestam PM; 11) Testemunhas de chacina acusam policiais; 12) Senado aprova pacote para segurança⁶¹; 13) Governo recebeu TVs do PCC sem nota; 14) Parentes de policiais mortos cobram ajuda; 15) Familiares de soldado morto ainda têm medo; 16) Justiça autoriza o isolamento de Marcola; 17) Governo nega que entrevista seja verdadeira⁶²; 18) Agentes pedem aumento salarial e ameaçam greve; 19) Juiz manda bloquear celular em prisões; 20) Decisão será cumprida, dizem as operadoras; 21) Haverá compensação, diz governo; 22) Custo é de R\$ 100 mi, dizem empresas.

Esta edição de quinta ainda trouxe a análise de Michael Berkow, chefe-adjunto da LAPD, o controverso Departamento de Polícia de Los Angeles, famoso tanto pelas séries de TV que protagonizou quanto por casos de corrupção e brutalidade denunciados pela imprensa americana. O mais famoso ocorreu em 1991, quando policiais foram filmados espancando violentamente o negro Rodney King. A absolvição dos policiais, um ano depois, provocou três dias de violentas manifestações em Los Angeles, que deixaram 40 mortos e prejuízos de mais de US\$ 1 bilhão.

Advogado e pós-graduado em administração, Berkow disse ter acompanhado a “situação de guerra” em São Paulo de Los Angeles, onde lida há anos com líderes de várias gangues que, juntas, somariam quase 40 mil membros. Em entrevista à Folha, ele defendeu sua classe dizendo que “a polícia deve ter salários e benefícios decentes para poder ser

⁵⁸ Em depoimento à CPI do Tráfico de Armas, o técnico de som Arthur Vinicius Silva, disse ter vendido por R\$ 200 dois CDs com o áudio da sessão aos advogados Maria Cristina de Souza Rachado e Sérgio Wesley da Cunha, ligados ao PCC.

⁵⁹ Nesta entrevista polêmica à jornalista Mônica Bergamo, o governador relacionou quadro social a ataques e afirmou que mentalidade da minoria branca do Brasil tinha de mudar.

⁶⁰ O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo César Pinho.

⁶¹ Conforme comentado acima no editorial deste dia 18 de maio.

⁶² A Secretaria da Administração Penitenciária negou que a entrevista divulgada no dia 17/05 pela rede Record com o preso Orlando Mota Júnior, o Macarrão fosse verdadeira.

cobrada”. Berkow reconheceu que o seu país, com o sistema prisional mais rigoroso do mundo, também sofria com a infiltração de celulares nas cadeias.

Outra entrevistada pela Folha foi a brasilianista britânica Fiona Macaulay⁶³, que considerou o reflexo mais perigoso da crise, uma ameaça ao Estado de Direito no país, seria o aumento de execuções sumárias pelas forças policiais. Ao saber que o número das vítimas já ultrapassava a casa dos 70, ela afirmou: “É vingança; os policiais se sentem sob estado de sítio e acham que matar é a única resposta possível, mas também fazem isso pela sensação de impunidade”.

Na Ilustrada, o humorista José Simão continuou brincando com a situação de crise, e Mônica Bergamo trouxe várias notas informando ter “explodido” a procura por blindagem de carros e janelas em São Paulo. Ela também informou a polícia tentava solucionar pelo menos três sequestros em andamento, sem ligação aparente com o PCC, e comentou que governador Cláudio Lembo estava exigindo a liberação imediata de R\$ 176 milhões para modernizar o sistema de rádio-comunicação da polícia.

SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO

A foto principal da capa da sexta-feira é emblemática: mostra um policial à paisana apontando uma espingarda em direção de uma criança no colo do pai. Apesar da legenda informar que o policial dava cobertura para outros policiais que entravam numa favela, a impressão é a de que ele apontou a arma para a criança, o que demonstra estreita relação com a manchete “PM diz que não matou inocentes”.

Já o editorial se ateu ao “desabafo” do governador Cláudio Lembo que identificara no comportamento “cínico” da “minoridade branca brasileira” a causa estrutural do problema. A Folha rotulou de “esquerdista” a sua retórica com afirmações tipo “nossa burguesia devia é ficar quietinha e pensar muito no que ela fez para este país” ou “a bolsa da burguesia vai ter de ser aberta para poder sustentar a miséria brasileira”, frases que, segundo a Folha, seriam “ovacionadas caso ditas no Fórum Social Mundial”, mas que passariam “ao largo das responsabilidades imediatas”.

⁶³ Doutora em ciência política pela Universidade de Oxford, onde ensinou, de 2000 a 2005, no Centro de Estudos Brasileiros da Instituição, Fiona Macaulay também era professora do Departamento de Estudos para a Paz da Universidade de Bradford. Especialista em sistema carcerário brasileiro, foi pesquisadora para o país da Anistia Internacional, para a qual produziu em 1999 o relatório “Aqui Ninguém Dorme Sossegado”. Colaborou com um capítulo no livro “Estado e Violência no Brasil”, publicado em 2006.

Clóvis Rossi, por seu turno, criticou o artigo “Civilização, sim; barbárie, não”, assinado por várias personalidades e “encabeçado pelo único brasileiro que merece estátua em vida, o professor Goffredo Telles Júnior”. Rossi reagiu à afirmação do grupo de que, para “coibir imediatamente o surto de violência”, seria necessária a reestruturação completa do aparelho repressivo do Estado: “Perfeito; pena que inexequível; levaria séculos para extirpar a banda podre da polícia e mais séculos ainda para tornar atraente a profissão de policial ou equivalente”. Análise correta, para ele, foi a do governador ao culpar a mesquinha da “elite branca” pela crise: “Pena que Lembo seja a prova definitiva da mesquinha da elite: só descobriu seus podres agora que está no ocaso. Antes, passou a vida a serviço dela, gostosa e gloriosamente”.

Igor Gielow verbalizou o estranhamento quanto ao silêncio de José Serra: “como político oriundo da cidade central da crise, uma declaração seria desejável; como candidato a administrar exatamente a área afetada, a fala é obrigatória”. Concordando com Demétrio Magnoli, também colunista da Folha, Gielow comparou a covardia dos paulistanos frente à crise com a fibra dos britânicos sob a blitz nazista: “Indivíduo não faz história sozinho, claro, mas, sem Winston Churchill liderando a resistência, talvez a comparação não fosse possível; infelizmente, não há Churchills entre nós”.

Outro articulista, Nelson Motta utilizou seu espaço para elogiar sem ressalvas a política linha dura da Polícia de Nova York, que teria subjugado um tráfico de drogas maior do que em São Paulo e no Rio juntos: “Ninguém morreu em guerras de quadrilhas; nem por balas perdidas; ninguém foi morto em ‘confronto com a polícia’; nenhum policial morreu em serviço”. No combate à criminalidade, que no seu entender “não nasce da miséria, mas da maldade, da ganância e das paixões”, os policiais de Nova York conquistaram “a confiança e a gratidão da população”, por razões justas: “Os casos de abusos e crimes de policiais foram perseguidos e agora são raros, as corregedorias são implacáveis, os delitos de autoridades têm as penas agravadas, a impunidade é zero; a Justiça é rápida e intolerante com advogados chicaneiros”.

O ex-presidente e senador José Sarney, que escreve às sextas-feiras na Folha, também comentou “O saldo da segunda-feira negra”. Diante do “colapso da ordem”, escreveu que “o único instrumento que a sociedade teve para apoiar-se e defender-se foi o medo”. Discutindo as “causas” da crise, Sarney defendeu que “o poder coercitivo das leis e

o receio das penas só se tornam efetivos se elas – lei e pena – forem aplicadas”. Sarney concluiu lamentando o fato das leis protegerem os presos e desprezarem as vítimas, e de que não haveria meios de corrigir nem reprimir o crime.

No “Painel do leitor”, as declarações de Cláudio Lembo atribuindo a culpa pela crise à “minoridade branca” dividiu as opiniões: recebeu seis elogios e três críticas, e apenas uma carta tratou de outro assunto, criticando de forma irônica o artigo de Demétrio Magnoli, “Pânico no galinheiro”.

A entrevista de Cláudio Lembo também repercutiu no “Painel / Brasil”, que destacou os elogios no boletim eletrônico da revista Fórum, ligada ao Fórum Social Mundial, no portal do PT e nos sites de outros petistas como o deputado José Eduardo Cardozo e o ministro Tarso Genro. Outras notas 1) insinuaram a queda de Nagashi Furukawa (Administração Penitenciária), 2) informaram da convocação pela CPI do Tráfico de Armas do funcionário da Câmara que vendeu gravações de depoimentos secretos ao PCC, 3) exploraram a provocação dos petistas contra os tucanos, que teriam preferido a ajuda dos “bandidos” à do governo Lula.

Antecipando a agenda eleitoral daquele ano, sete matérias do caderno Brasil continuaram politizando a crise paulista: 1) Críticas de Lembo agravam crise entre Alckmin e o PFL; 2) FHC reage e diz que seria o “último a jogar pedra” em SP; 3) Bornhausen⁶⁴ declara apoio ao governador; 4) Tucano⁶⁵ evita embate e diz que ligou todos os dias para Lembo; 5) Tarso rejeita retirar críticas “institucionais”; 6) PFL ignora Alckmin e escolhe José Jorge; 7) Intelectual diz que agora tudo é culpa da elite⁶⁶.

Nelson de Sá (“Toda Mídia”) afirmou que a “obsessão” de secretários, delegados-gerais e comandantes-gerais com a cobertura da crise de segurança em São Paulo foi ao limite. Também destacou a repercussão das entrevistas com os líderes do PCC, Marcola (Band) e Macarrão (Record), consideradas falsas pelo governo de São Paulo. Nos dois casos, segundo a Folha Online, a polícia considerou “apologia ao crime”. Falsa ou não, segundo

⁶⁴ O presidente nacional do PFL (atual DEM), senador Jorge Bornhausen (SC).

⁶⁵ O presidenciável do PSDB, Geraldo Alckmin.

⁶⁶ Intelectual filiado ao PSDB, o cientista político Bolívar Lamounier criticou o governador Cláudio Lembo: “A elite virou a explicação para tudo no Brasil, do bicho-de-pé à dor no fígado; tudo é culpa da elite”. Segundo ele, ao dizer que os ricos são culpados do mal, Lembo acabou isentando os pobres: “Não é isso que estamos discutindo, o que estamos discutindo é o crime: os criminosos organizados são empreendedores do crime, empresários do crime”.

ele, a entrevista com “Macarrão” ganhou destaque no “Financial Times” e na “Economist”, que concluíram que o poder público estaria em dissolução em São Paulo.

No caderno Cotidiano, a Folha apresentou uma nova enquete – “O que você acha da reação da polícia?” – com a participação das seguintes personalidades: Carlos Cardoso, promotor de justiça e assessor de direitos humanos do Ministério Público de São Paulo, Luiz Antonio Fleury filho, deputado federal pelo PTB, Conte Lopes, deputado estadual pelo PTB e capitão da reserva da PM, Luiz Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública, Oscar Vilhena, presidente da Conectas Direitos Humanos, José Gregori, presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos, Ademar Gomes, presidente do Conselho da Acrimesp (Associação dos Advogados Criminalistas de São Paulo), Eduardo Capobianco, presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça, Ubiratan Guimarães, deputado estadual pelo PTB, coronel que comandou a PM no episódio conhecido como Massacre do Carandiru, Ariel de Castro Alves, coordenador estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Henry Sobel, presidente do rabinato da CIP (Congregação Israelita Paulista), e Miguel Reali Júnior, ex-ministro da Justiça, advogado e professor de direito penal da Universidade de São Paulo.

A cobertura da Folha da “guerra urbana”, no Cotidiano, se traduziu da seguinte maneira: 1) Polícia diz que SP errou com PCC e ajudou facção a crescer⁶⁷; 2) Advogado diz só fez cópia do que cliente disse⁶⁸; 3) Lembo pede a Deus que governo acabe logo; 4) Ele é neurótico, diz psicóloga da “minoridade branca”⁶⁹; 5) No Pará, Alckmin diz que polícia e governo de SP não vão retroceder; 6) Marcola ameaçou matar Lembo e Furukawa, segundo relatório⁷⁰; 7) Polícia matou 107 suspeitos em sete dias; 8) Quantidade de corpos em postos

⁶⁷ Godofredo Bittencourt, o delegado designado pelo governo de São Paulo para combater o PCC, admitiu em depoimento à CPI do Tráfico de Armas que o Estado cometeu erros ao lidar com a facção.

⁶⁸ O advogado Sérgio Wesley da Cunha, acusado de comprar a cópia da gravação da sessão secreta da CPI e repassar ao PCC, admitiu ontem ter ido a um shopping com o técnico de som Arthur Vinicius Silva e a advogada Maria Cristina Rachado.

⁶⁹ A psicóloga Eleonora Mendes Caldeira vestiu com bom humor a carapuça de “dondoca”, termo usado por Lembo em entrevista à Folha, reagindo às declarações de personalidades que ele chamou de “minoridade branca” e que opinaram negativamente sobre a forma como ele resolveu o conflito com o PCC: “Eu olhei as outras pessoas que deram depoimentos, e vi que a ‘dondoca’ só poderia ser eu”. Outros depoentes, a atriz Beatriz Segall e Chiquinho Scarpa, também tiveram direito à réplica. Scarpa considerou o problema demográfico: “Se cada um voltasse para seu estado, tudo funcionaria. O problema é que 80% do total de votos são de SP – e os nordestinos votam errado”.

⁷⁰ De acordo com o relatório do governo enviado ao juiz Carlos Fonseca Monnerat, corregedor dos presídios da capital. Com base no relatório, Monnerat determinou a reclusão de Marcola por 90 dias.

do IML dobra; 9) Megaoperação prende suposto traficante⁷¹; 10) Polícia não matou inocentes, diz coronel⁷²; 11) Saulo diz que situação está sob controle; 12) Associação de PMs acusa Estado de descaso⁷³; 13) “O Estado tinha obrigação de evitar os ataques”, diz mãe de soldado morto; 14) “Só resta crer em Deus”, afirma filho de policial ferido; 15) 965 presos não voltam de saída provisória⁷⁴; 16) Advogado é preso com bateria de celular em cadeia; 17) Ataques continuam, mas diminuem em SP; 18) Homens armados invadem jornal em São Sebastião⁷⁵; 19) Suspender sinal pode não ser 100% eficaz⁷⁶; 20) Cobertura de torre varia de metros a quilômetros; 21) Corregedoria investiga delegado⁷⁷; 22) Thomaz Bastos diz que governador de SP recusou a transferência de Marcola; 23) CPI quer ouvir líder do PCC na Câmara; 24) Hotéis perdem 60% de hóspedes esperados; 25) Governo diz que entrevista é falsa⁷⁸; 26) Para ombudsman, TVs ajudaram a criar pânico⁷⁹.

Em sua coluna tradicional na Folha, Baraba Gancia resolveu responsabilizar a Igreja Católica pela crise desencadeada naqueles dias: “A desigualdade também é fruto da falta de planejamento familiar, cuja inexistência continua a ser amplamente fomentada pela digníssima senhora Igreja Católica”. Ela comentou o resultado do trabalho de dois

⁷¹ A megaoperação envolvendo pelo menos 300 policiais civis, na favela Elba (zona leste), prendeu Clóvis de Souza, apontado como o gerente do tráfico de drogas no local e colaborador do PCC.

⁷² Declaração do comandante-geral da PM de São Paulo, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges.

⁷³ A Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo chegou a protocolar, na Procuradoria Geral de Justiça, representação criminal contra os secretários Saulo de Castro Abreu Filho (Segurança Pública) e Nagashi Furukawa (Administração Penitenciária).

⁷⁴ 965 presos dos 12.633 de todo o Estado não teriam retornado após a saída temporária para o Dia das Mães. A parcela, de 8,54%, segundo a Folha, foi superior ao mesmo período de 2005, quando 6,41% não regressaram. O benefício da saída temporária é previsto na Lei de Execuções Penais e é dirigido a presos do regime semi-aberto que apresentem bom comportamento.

⁷⁵ Apesar de os criminosos terem mencionado o PCC na ação, os responsáveis pelo jornal e a polícia disseram não acreditar em vínculo com a facção, pois já estavam sofrendo ameaças anteriores.

⁷⁶ Operadoras de telefonia celular e Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) avaliaram que impedir a transmissão de sinais nos presídios seria uma medida complexa, que afetaria a população próxima e não haveria 100% de garantia de que detentos não usariam o celular.

⁷⁷ A Corregedoria da Polícia Civil começou a investigar se o delegado José Augusto Rachado, da 4ª Delegacia Seccional, na zona norte, teria ligação com os ataques ocorridos em São Paulo. O delegado é casado com Maria Cristina Rachado, advogada de Marcola e acusada de ter comprado a gravação do depoimento dos delegados na CPI do Tráfico de Armas.

⁷⁸ O governo reagiu contundentemente ontem contra a cobertura dos ataques do PCC feita pelas TVs, que qualificou de sensacionalista. Em nota oficial, acusou a Record e Band de agirem de “forma criminosa e irresponsável” por terem exibido supostas “falsas gravações com líderes de facção criminosa”.

⁷⁹ Osvaldo Martins, da Cultura, único ombudsman de TV no país. O sociólogo Laurindo Lalo Leal Filho, professor de jornalismo na USP e da Pós-Graduação da Cásper Líbero, concordou com o ombudsman da Cultura. Em sua avaliação, a edição do último domingo do “Fantástico” foi sensacionalista e se utilizou de truques dramáticos, como fundo musical.

pesquisadores norte-americanos⁸⁰ demonstrando que, nos EUA, o aborto legalizado teria contribuído para reduzir o crime em até 50%: “A tese é a de que filhos não desejados e/ou de mães solteiras são mais negligenciados e sofrem abusos maiores; conseqüentemente, têm mais chances de se envolver com a criminalidade”.

A procuradora Flávia Piovesan⁸¹ escreveu um artigo – “Combate ao crime exige ações articuladas” – também defendendo que “o adequado enfrentamento do crime requer informação, inteligência, estratégia e perspicácia; requer a adoção de medidas preventivas e repressivas, sob o prisma da transversalidade da segurança pública”. Piovesan, contudo, recomendou que, “em situações-limite, (...) não se pode combater o terror com instrumentos do próprio terror, fomentando o jogo da mera retaliação, sob pena de instauração de um temerário terrorismo de Estado”.

O psicanalista Luiz Tenório de Oliveira Lima, por fim, ficou com a missão de analisar a sensação de insegurança instalada em São Paulo. No artigo “Pânico acentua risco de soluções destrutivas”, ele explicou que a palavra “pânico” tinha derivado do deus Pan, divindade grega que se divertia com uma flauta assustando os viajantes ao produzir sons em lugares imprevistos na escuridão da noite nos bosques, e com isso avaliou o medo generalizado que se espalhou pelo Estado:

O problema do medo e da insegurança nesses últimos dias em São Paulo acentuou-se na em decorrência de muitos fatores, mas as informações imprecisas, a falta de comunicação confiável e consistente (até compreensível, dada a velocidade dos acontecimentos) parecem ter sido um fator decisivo. A surpresa, o sensacionalismo, a improvisação podem ter contribuído para provocar a ruptura dessa rede tácita entre os indivíduos que constituem o grupo. (...) O pânico é um sentimento que introduz um grau crescente de irracionalidade no comportamento do grupo, tendendo a produzir desorganização e caos, o que acentua perigosamente o risco de soluções destrutivas, tanto para o grupo quanto para o próprio indivíduo (FSP, 19/05/06, pág. C10).

Na Ilustrada, José Simão ridicularizou a trégua entre governo e PCC: “Sampa nas ruas! PCC libera banho de sol!”. E Mônica Bergamo, a colunista social da Folha, cobrou a lista dos mortos durante a reação da polícia, destacando a pouca solidariedade de Geraldo Alckmin e de José Serra a Cláudio Lembo. Bergamo informou também que o diretório nacional do PFL teria escondido, no *clipping* distribuído aos seus “militantes”, a entrevista em que Lembo criticou a “minoridade branca e perversa”. A manchete do *clipping*, segundo

⁸⁰ John J. Donohue, da Escola de Direito de Stanford, e Steven D. Levitt, do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, autores do estudo “O Impacto do Aborto Legalizado sobre o Crime” (2000).

⁸¹ Flávia Piovesan, professora doutora da PUC-SP nas disciplinas de direitos humanos e direito constitucional, procuradora do Estado de São Paulo e membro do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana.

ela, era o artigo do senador Romeu Tuma sobre “O caráter subversivo do atual terrorismo”. Ela disse que revista eletrônica Terra Magazine colocou no ar uma enquete perguntando “Nossa burguesia é cínica?” e 86% de 3.000 internautas responderam que “sim”.

SÁBADO, 20 DE MAIO

Uma semana exata após o início dos ataques, a capa naquele sábado já não trazia imagens espetaculares da violência, mas sim a silhueta de um bailarino ensaiando tranquilamente na frente do Museu do Ipiranga, com famílias passeando ao fundo com a mesma tranquilidade, com uma linha fina explicativa bastante óbvia: “SP vive dia mais tranquilo desde o início dos ataques do PCC”. A manchete, contudo, completava que o Estado ainda restringia visitas a presídios.

Já no editorial principal, a Folha antecipou que o tema da segurança pública constaria da lista de principais discussões nas campanhas eleitorais daquele ano: “É do interesse público que a democracia possa encaminhar uma solução para a contenção da barbárie que o crime vem promovendo nas grandes cidades”. Nada justificava, ressaltou a Folha, “a partidarização irresponsável”, pois “o crime organizado é inimigo comum de todos os políticos comprometidos com o Estado de Direito”. Assim, a Folha criticou as “lamentáveis exposições” do ministro Tarso Genro, um dos principais críticos do governo paulista: “Não caberia a Genro prejudicar, quanto mais quando era o momento de demonstrar união”.

Clóvis Rossi afirmou que São Paulo deveria aprender uma lição com a cidade de Nova York, que há 30 anos era fama devido à violência: “Certamente haverá várias razões para explicar por que NY ficou bem mais segura. Mas eu apostaria que uma delas, essencial, é simples: sua gente nunca dorme diante das autoridades. Cobra, xinga, reclama, exige. Em São Paulo, como no resto do Brasil, aceitamos todos os insultos que os governantes nos fazem, bovinamente mansos”. E Fernando Rodrigues fez um balanço daquela primeira etapa antes das campanhas presidenciais, que seriam impactadas pela crise em São Paulo.

Na seção Tendências & Debates, a Folha propôs a discussão se haveria medidas de curto prazo capazes de minorar significativamente a violência. Entre os defensores do “sim”, o presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e professor de processo

penal da USP, Maurício Zanoide de Moraes, apostou na ação integrada e harmônica das três esferas de poder como única saída da crise: ao Legislativo caberia a reforma da Lei de Execução Penal, a fim de que “os melhores possam progredir, e os piores, regredir no cumprimento da pena”; o Judiciário deveria mudar sua majoritária mentalidade de que todo condenado deve ser preso, passando a valorizar as penas alternativas (aplicáveis a crimes sem violência à pessoa); e o Executivo deveria liberar imediatamente mais verbas para modernizar as estruturas prisionais já existentes, investindo na capacitação de profissionais que trabalham no sistema penitenciário e ensinando uma profissão ao preso, condição mínima para ele se restabelecer.

Já Michel Misse, professor de sociologia da URFJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e autor de “Crime e Violência no Brasil Contemporâneo” (Lúmen Júris, 2006), disse não ter ilusões quanto à possibilidade de se deter essa acumulação social da violência no curto prazo e mesmo no prazo de uma geração. Para ele, os acontecimentos daquela semana não foram unicamente resultantes da capacidade de articulação de uma organização de presidiários e, por isso, defendeu: “profundas reformas” nas instituições da administração da Justiça; a retomada do crescimento econômico de um modo sustentável; o aprofundamento das políticas de resgate da dívida social acumulada em décadas; a oferta de alternativas criativas de horizontes de trabalho e renda para os jovens excluídos; e a universalização do acesso à educação e à garantia de vida digna.

A reação dos leitores naquele sábado se deu da seguinte maneira: 1) Dois elogios ao posicionamento “sincero e independente” de Cláudio Lembo; 2) Apelo à unidade de todos os paulistanos para superar a crise; 3) Crítica à proposta do governo de bloquear os sinais dos celulares nas penitenciárias; 4) Três críticas diretas ao governador; 5) Crítica a Lula pelo não ter cumprido a promessa de gerar 10 milhões de empregos, o que estaria na base da violência no Brasil.

No Painel da página A4, a Folha continuou repercutindo a entrevista “destampatória” de Cláudio Lembo. Informou também que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, cancelara uma reunião do diretório do PT para não ser acusado de partidarizar a questão e trouxe um bate-boca entre Fernando Ferro (PE), vice-líder do PT na Câmara, e Alberto Goldman (PSDB-SP).

No caderno nacional, sob a rubrica “Eleições 2006”, quatro novas matérias continuaram partidarizando a crise paulista: 1) Contra Lula, Tasso defende “grande campanha negativa”⁸²; 2) Lembo reitera crítica e ironiza Alckmin e Serra; 3) Alckmin deve ligar para governador e marcar encontro com cúpula do PFL; 4) Lula deverá falar de educação e segurança em programa do PT.

A Folha também publicou uma reportagem sobre os ataques do PCC no seu caderno de Economia com o seguinte título: “Violência tem pouco impacto, diz ministro”. Pelas projeções de Guido Mantega (Fazenda), o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro deveria crescer entre 4% e 4,5% em 2006. Ou seja: o crescimento daquele ano já estaria “assegurado” graças aos “sólidos” fundamentos macroeconômicos.

No caderno Cotidiano, a Folha enquadrrou suas matérias basicamente no questionamento da reação da polícia, e cobrou explicações do governo: 1) Governo retira laudos de mortos do IML⁸³; 2) Secretaria nega ter pedido para centralizar dados; 3) Comissão vai cobrar lista das 107 vítimas⁸⁴; 4) Chacina amedronta morador da rua dos Policiais; 5) Prisões federais irão abrigar detentos “vips”; 6) Cabrini não sabe se ouviu Marcola⁸⁵; 7) Bloqueio de celular começa com falhas; 8) “Momento delicado exige colaboração”, recomenda Procon; 9) Prefeito de Presidente Venceslau estuda ir à Justiça contra a medida; 10) PMs só receberam alerta geral após ataques⁸⁶; 11) PM diz que não matou mais suspeitos do PCC⁸⁷; 12) Presos suspeitos de organizar ataque em Limeira; 13) Estado vive seu dia de maior “tranquilidade”; 14) Ataque preocupa funcionários de jornal no litoral.

Na seção “Letras Jurídicas”, publicada aos sábados na Folha, o colunista Walter Ceneviva fez do título do seu artigo uma provocação à ministra recém-empossada na

⁸² O presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), considerou o ataque a Lula a única chance do seu partido eleger Geraldo Alckmin, “um candidato sem carisma” e com profundos problemas para contornar o impacto da crise de segurança em São Paulo.

⁸³ A Folha acusou o secretário Saulo de Castro Abreu Filho de mandar recolher nos IMLs (Institutos Médico Legal) todos os laudos de mortes ocorridas em confrontos com a polícia naquela semana.

⁸⁴ Comissão com representantes do Ministério Público e do Legislativo, criada naquela semana durante uma reunião na Assembléia Legislativa, com o objetivo de acompanhar as investigações sobre as circunstâncias em que as mortes ocorreram e, para tanto, exigia que um grupo de peritos independentes acompanhasse o trabalho do IML.

⁸⁵ O jornalista Roberto Cabrini, da Band, admitiu não ter “100% de certeza” se que o criminoso entrevistado era realmente Marcola, mas disse não ter dúvidas de que o interlocutor era um líder do PCC.

⁸⁶ O comandante-geral da PM Elizeu Eclair Borges disse que o alerta geral via rádio para os PMs sobre os atentados só teria ocorrido na noite de sexta, dia 12, depois que dois policiais foram feridos na zona leste.

⁸⁷ Idem.

presidência do Supremo Tribunal Federal (STF): “Ellen Gracie: Judiciário é culpado?”. Comentando o resultado da pesquisa Datafolha que atribuiu “injustamente” culpa preponderante ao Judiciário pela crise detonada pelo PCC, Ceneviva reconheceu entre as mazelas do Judiciário a “culpa de se fechar sobre si mesmo, de não se comunicar com a sociedade”. No discurso de posse na presidência no STF, a própria Ellen Gracie teria dito que a decisão pronta “é eficiente fator de pacificação...”.

Fora isso, a Folha ainda publicou um extenso artigo de Eduardo Bittar, professor da Faculdade de Direito da USP e secretário-executivo da Associação Nacional de Direitos Humanos, ligada ao Núcleo de Estudos da Violência da USP, intitulado “O terrorismo urbano: violência e desordem social”. Numa leitura retrospectiva, Bittar afirmou que, se o restabelecimento da ordem social era urgente e necessário, a ação imediata não poderia substituir uma ação de fundo que penetrasse nas entranhas dos problemas socioeconômicos brasileiros:

No nosso caso brasileiro, nossa guerra não é de natureza étnica, de natureza política ou de religiosa, a exemplo do 11 de Setembro. No nosso caso, nossa guerra é de natureza econômica. A injustiça e a desigualdade encontram tamanha a espantosa proporção que cultivamos, em nossos celeiros sociais, dia-a-dia, a criminalidade que hoje nos atordoa. (...) Vive-se há um certo tempo sob a roupagem de que se está em um Estado de Direito. Trata-se de uma pura ilusão; suas estruturas estão se desmanchando há um bom tempo, se é que chegaram a se consolidar algum dia no Brasil! Crime organizado, corrupção, nepotismo, evasão de divisas, desvios eleitorais, sucateamento do Estado, privatização do público, negligência com causas públicas, crimes fiscais... se querem causas, aí estão. Tudo isso faz parte do samba que enovela e balança, em berço esplêndido, a brasilidade, e, certamente, isso não é de hoje (FSP, 20/05/2006, pág. C7).

Na Ilustrada, as piadas de José Simão foram direcionadas ao mal-estar provocado pela entrevista do governador: “E eu tô com pena do Lembo! Tô com pena do Mr. Burns. O PSDB deixou o véinho sozinho na fogueira. A tucanada tomou Doril e SUMIU! Pegaram um avião pra Nova York e sumiram. São aves migratórias. (...) Avisa pro Lembo que tucano só gosta de duas coisas: jantar e tomar vinho! E agora é assim: vote no PSDB, eleja o PFL e seja governado pelo PCC! E o Lembo entrou pro PSTU? ‘Contra burguês, vote 16!’ Rarará”.

Mônica Bergamo também utilizou cinco notas para explorar a rixa entre tucanos e pefelistas: “Aleluia: o ex-governador Geraldo Alckmin telefonou para Cláudio Lembo na manhã de ontem”, comentou, acrescentando uma lista com várias personalidades que telefonaram, em solidariedade, ao governador.

Além disso, na Ilustrada, uma matéria garantia que a Virada Cultural teria policiamento reforçado: “Sabe-se que haverá mais policiais nas ruas, mas não foram divulgados os números referentes à segurança”. Segundo a Secretaria da Cultura, tratava-se de uma estratégia do comando da PM para evitar que criminosos utilizassem as informações para planejar novos ataques.

Por fim, uma crônica do deputado carioca Fernando Gabeira questionava o mundo ruindo: “Leva consigo toda uma forma de pensar a política que nos reduz ao ridículo de tentar trazer a guerra urbana de São Paulo para o parlamento e ser interrompido por um idiota que está posando de presidente para seus eleitores do Norte”. Para ele, enquanto não se desvendar o elo entre os “bandidos” que os cercavam na Câmara e as quadrilhas que queimam ônibus, metralham policiais e fuzilam inocentes, a humilhação persistiria: “Aqui as matracas, os ‘treisoitões’, as bananas de dinamite transfiguram-se em questões de ordem, permita-me um aparte, regimentos internos”.

DOMINGO, 21 DE MAIO

A edição daquele domingo saiu com uma novidade: inaugurou a reestruturação do projeto visual da Folha, mantido ainda hoje. As páginas foram melhor organizadas e utilizaram recursos gráficos para ajudar o leitor a encontrar rapidamente as principais notícias e os artigos complementares que aprofundam e contextualizam os fatos. Além do título e do subtítulo, as reportagens principais passaram a ter também uma nova entrada de leitura, a “lupa” que destaca antes do início do texto mais um de seus elementos importantes. Com o novo projeto, a começar do logotipo da “Primeira Página”, todos os elementos gráficos do jornal cresceram, por meio do aumento do corpo e/ou da substituição por letras mais robustas.

No destaque principal da capa, no topo da página, o Folha apresentou a reportagem de especial de Mônica Bergamo sobre as maravilhas da “Exposec: International Security Fair”, como armas que disparam eletricidade, portas blindadas e até colete à prova de balas para cachorro. E a manchete, mais abaixo, informando que o “PCC monta rede financeira no Estado”.

No editorial, a Folha lamentou que as “autoridades constituídas” foram “incapazes de ler o momento” e que não estiveram à altura dos acontecimentos: “Uma retórica

emergencial responsabilizou ‘as elites brancas’ na tentativa de encobrir a convivência com forças políticas que sempre descuraram da segurança e da educação”.

Clóvis Rossi utilizou seu espaço para erigir “um épico da mediocridade”, em homenagem a Geraldo Alckmin, e Valdo Cruz seguiu na mesma trilha: “O terror nas ruas de São Paulo não só trincou a imagem de competência e segurança do ex-governador paulista como também gerou um tiroteio entre os pefelistas e os tucanos”. Já Carlos Heitor Cony comentou que “o ideal seria a desnecessidade da negociação (com o PCC)”, mas naquela “situação concreta”, disse, o recurso de um compromisso entre as partes seria de se esperar: “Toda vez que estoura um caso igual ao de agora, com bandidos contra o Estado, a primeira atitude das autoridades é declarar que não haverá negociação com o crime. Uma atitude de macho”. No entanto, no final acabou prevalecendo a constatação óbvia de que “o Estado é quase uma abstração, uma pessoa jurídica” e “quem sangra nas ruas são pessoas físicas”.

Na seção “Tendências & Debates”, o então pré-candidato ao governado de São Paulo, José Serra (PSDB), finalmente rompeu o silêncio para afirmar que “O inimigo é o crime”. De saída, Serra prestou “a imediata solidariedade” aos policiais”, para ele, “o braço da sociedade na luta contra o crime e a primeira muralha que protege o regime democrático”. Ele Serra considerou fora de foco as críticas ao Estado como um todo (Judiciário, governos, polícia, Ministério Público, legislação, desigualdade social, falhas do sistema educacional, etc) e ressaltou a necessidade de se “distinguir o essencial do circunstancial”, caso contrário se cometeriam injustiças e se fizesse “baixa sociologia”.

Serra afirmou que “os pobres, à diferença do que pensam os seus falsos tutores, são dotados de uma severa moralidade” e que os “inimigos da sociedade” não seriam também os promotores, policiais, agentes penitenciários, operadoras de telefonia, secretários de Estado, governadores, ministros e políticos de partidos adversários etc, e concluiu: “Nessa guerra, é preciso ter lado; e não esquecer: o inimigo é o crime”.

Na mesma seção, o senador Jefferson Peres (PDT-AM), aproveitou a oportunidade para propor um “pacto de salvação nacional”, antes que fosse tarde demais: “A salvação pode vir pela ação coletiva de uma elite dirigente dotada de lucidez e senso de perspectiva histórica, capaz de se livrar do imediatismo e de enxergar no longo prazo”. Em sua opinião, o Brasil chegara a uma encruzilhada: “Se fizer a opção errada, irá resvalar para o limbo no

qual vegetam as nações inviáveis”. E então o senador propôs uma “concertación à chilena”, isto é, um resgate da equidade social.

Com a reformulação da Folha, o “Painel do Leitor” trouxe um quadro com os temas mais comentados na semana: 592 mensagens sobre os atentados do PCC (62,1%), 124 sobre a entrevista do governador Cláudio Lembo (13%) e 20 sobre o governo Lula (2,1%). As cartas publicadas foram: 1) Cláudia Matarazzo elogiando Lembo; 2) Duas críticas à defesa da liberação das drogas; 3) Crítica a Chiquinho Scarpa, acusado de alienado e xenófobo; 4) Duas reações em defesa da “elite branca”; 5) Crítica às declarações do rabino Henry Sobel, por considerar normal “um pouco de exagero” da polícia; 5) Apoio ao artigo “Civilização, sim; barbárie, não”, sobre as origens sociológicas da criminalidade.

No “Painel / Brasil”, a colunista Renata Lo Prete continuou antecipando a demissão de Nagashi Furukawa (Administração Penitenciária) e informou que as propostas de Geraldo Alckmin para no que se referia ao combate em nível nacional, copiando a experiência italiana denominada Operação Mãos Limpas.

Na mesma página A4, uma matéria anunciou que Cláudio Lembo seria sabatinado pela Folha na terça-feira subsequente, ressaltando que o “governador desde abril causou polêmica com declarações culpando a elite pela violência e pela desigualdade no país”. Uma outra reportagem informou que a Folha, o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o Institute of Development Studies, da Universidade de Sussex, na Inglaterra, promoveriam também em maio o seminário “Pobreza, desigualdade e desenvolvimento: desafios para as políticas e a pesquisa”, mediado por colunistas da Folha e com a participação de personalidades como Marcelo Neri (FGV-RJ), Ricardo Paes de Barros (Ipea), Sonia Rocha (Iets) e o ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social), Carlos Brito Cruz (Unicamp), Glauco Arbix (USP), Vera Schattan Coelho (Cebrap), Zander Navarro (UFRGS), Marcus Melo (UFPE), Eduardo Marques (USP), o ministro Tarso Genro (Relações Institucionais) e Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV-SP).

Por seu turno, Janio de Freitas informou que, “enquanto a rica São Paulo paralisava-se de terror”, a Bolsa de Valores não havia se abalado com “a vida e a morte à sua volta”: “Nada como uma cidade outra vez serena, pacífica, em ordem; onde a classe média e os afortunados podem usufruir dos seus bens e princípios, certos de que a polícia os protege pelo método simples e prático de eliminar todos os suspeitos, ou nem isso, de terem

praticado, tentado, ainda imaginarem, ou nem isso, atos criminosos contra a tranquilidade dos donos da metrópole”.

A Folha trouxe outra matéria afirmando que “Segurança vira obstáculo para favoritismo de Serra” e, ainda no caderno Brasil, publicou um artigo de José Alexandre Scheikman elogioso à experiência norte-americana de combate à criminalidade. Segundo ele, nos anos 90, houve um declínio formidável do crime nos Estados Unidos, quando a taxa de homicídio per capita caiu 43%. Para esse professor de economia da Universidade Princeton, teria ocorrido nos EUA dois fatores efetivamente importantes: nos anos 90, o número de policiais per capita cresceu 14% nos EUA e 45% em Nova York. O outro fator teria sido o aumento da encarceração, pois a maior chance de punição, com penas mais longas, desencorajara a criminalidade.

O senador Aloizio Mercadante, apresentado como economista e professor licenciado da PUC e da Unicamp, considerou que as altas taxas de criminalidade teriam produzido efeitos menos óbvios no desempenho das economias. Mercadante citou estimativas compiladas pelo Banco Mundial na América Latina para demonstrar que a criminalidade era responsável por reduções do PIB que variavam de 25%, na Colômbia e El Salvador, a 10% no Brasil e a 8%, no Peru. Segundo esse mesmo estudo, 52,2% das empresas instaladas no Brasil consideravam o crime como um forte fator para a inibição de novos investimentos.

Também no caderno Dinheiro, a Folha entrevistou o economista-chefe do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill, que considerou que o perigo potencial da economia brasileira era de caráter doméstico: “Impedir o BC de manter a meta de inflação é a pior coisa que poderia acontecer com o Brasil”. Para ele, a manutenção do sistema de metas de inflação seria o passaporte do Brasil para a entrada no seletivo grupo das grandes economias. Pela sua projeção, o Brasil chegaria à 5ª economia do mundo em 45 anos.

Aproveitando a enorme repercussão das declarações de Cláudio Lembo criticando a elite paulistana, a Folha publicou uma matéria informando que “a classe média brasileira continua trabalhando mais para o Estado do que para si mesma”. Amparada por um estudo do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), a Folha demonstrou como 113 dias de trabalho anuais gastos pelas famílias de classe média custeavam despesas com saúde, educação, previdência privada, segurança e pedágio. Serviços que, segundo ela,

deveriam ser oferecidos adequadamente pelo Estado. O presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, comentou que os gastos com segurança privada se acentuaram ano a ano, de forma a comprometer cada vez mais o orçamento da classe média. Segundo ele, enquanto que na década de 70 tinha comprometido 7% com serviço de segurança, naquele ano de 2006 iria comprometer 31% – quase 3,5 vezes mais.

No Cotidiano, as matérias foram as seguintes: 1) Polícia de SP investiga cem contas do PCC⁸⁸; 2) “Sindicato” arrecada R\$ 700 mil por mês; 3) Uma família destruída pelos atentados do PCC; 4) Os civis mortos na guerra; 5) Em favela, Rota “dá dura” até em crianças; 6) Para secretaria, mortes foram em confronto; 7) Policial não sobrevive ao segundo atentado; 8) Preso é morto ao tentar fuga no interior de SP; 9) Agente penitenciário morre seis dias após ser baleado em ataque; 10) Lista do IML aponta “sobra” de mortos na Grande SP; 11) Grupo mascarado volta a atacar em SP; 12) Governo afirma que é precipitada conclusão a respeito de números; 13) Em um só dia, 39 corpos foram enterrados em cemitério da zona leste; 14) “População fica sem saber de quem vai ter medo”⁸⁹; 15) Cadetes da PM minimizam ação do PCC; 16) Escola forma a cúpula da PM paulista⁹⁰; 17) Delegado da PF defende pena de morte para Marcola⁹¹; PCC e CV não se aliarão jamais, afirma policial⁹²; 18) Apesar do PCC, Virada Cultural abre tranquila⁹³.

Entre as opiniões expressas em meio às matérias que narravam a “guerra urbana” estava o artigo de Danuza Leão, intitulado “O medo”. Segundo ela, quem mora no Rio ou em São Paulo podia ir para onde for, mas não se sentiria seguro em lugar nenhum do mundo: “O medo já está entranhado dentro de nós, e não vamos nos libertar dele tão cedo; talvez nunca mais”.

⁸⁸ O delegado Ruy Ferraz Fontes, do Deic, havia rastreado ao menos cem contas bancárias que o PCC utilizava para movimentar os valores arrecadados com as mensalidades pagas pelos “irmãos”.

⁸⁹ Entrevista com José Afonso da Silva, ex-secretário estadual da Segurança Pública e professor aposentado da Faculdade de Direito da USP.

⁹⁰ É da Academia de Polícia Militar do Barro Branco que saem os principais oficiais da cúpula da PM, com ingresso pela Fuvest desde 1997.

⁹¹ Entrevista o delegado de Polícia Federal Daniel Sampaio, cotado para assumir, a partir de junho, a administração do sistema penitenciário federal: “Defendo até, para esses que não têm recuperação, que o Estado tem que ceifar a vida dele. Pena de morte. A pena tem que ser adequada ao crime”.

⁹² Entrevista com a inspetora Marina Maggessi, da DRE (Delegacia de Repressão a Entorpecentes): “O CV nunca vai ser massa de manobra do PCC; são aliados até a página 2, como a gente diz na polícia”.

⁹³ O evento virou uma espécie de termômetro segundo o qual a grande imprensa e autoridades mediram o “grau de tranquilidade” na capital. A Folha afirmou que “os recentes ataques da facção criminosa PCC não intimidaram o público que prestigiou eventos em palcos montados em praças e ruas do centro”.

A Folha também trouxe a opinião de um ex-detento que passara 31 anos preso, Luiz Alberto Mendes, autor de “Memórias de um sobrevivente”. No artigo “Cultura do desespero”, ele lembrou como o sistema prisional paulista de 25 anos atrás estava bastante “bem aparelhado”, quando “a sociedade se importava com o homem aprisionado”. Segundo ele, a penitenciária oferecia ótimas condições de saúde, de formação profissional, e lamentou o fato do sistema ter ficado tão sucateado:

O colapso se estabeleceu e o preso foi abandonado nas mãos dos diretores e dos guardas de prisão; estes, despreparados, implantaram a lei do cano de ferro (espancamento com cano de ferro), a política da cela forte e do isolamento em prisões cada vez mais duras; violência em cima de violência. (...) A sociedade fez como quem joga uma bomba para cima e espera que ela crie asas e saia voando para o infinito. Enquanto o preso estava atrás das muralhas de grades, pouco lhes importa a condição. Se comprimido, oprimido, espancado, ou estupidificado, não era interessante saber. Importava mantê-lo distante da possibilidade de atacar, ou seja, atrás das grades. Mas veja: surpresa! A bomba não voa. Começa a cair e detonar toda a nitroglicerina acumulada em décadas de abandono. O abandono, o isolamento social e físico, geraram tudo isso que se vê nestes dias de terror em São Paulo (FSP, 21/05/2006, pág. C16).

Gilberto Dimenstein, por sua vez, ressaltou um ponto positivo ofuscado pela efervescência do momento: nos últimos 5 anos, segundo ele, a taxa de homicídio caíra “extraordinários” 60%. Perguntando se o “PCC é mal que veio para o bem?”, Dimenstein criticou a “consequência óbvia do terror” que estimulava a opinião pública à violência policial: “A não óbvia é o aprofundamento da agenda social brasileira, com um esforço de melhoria da aplicação dos recursos públicos e maior envolvimento da sociedade para reduzir a exclusão”. Quando “esfregou na cara de todos o temor da ingovernabilidade das grandes cidades”, onde vive a elite política, econômica e cultural do país, o PCC acabou estimulando a ideia, “tão velha e batida, de que, com esse nível de exclusão, os programas de segurança serão sempre frágeis”.

Na Ilustrada prosseguiram as piadas de José Simão – “Buemba! Quero ver a Copa na cadeia!”. E Mônica Bergamo trouxe uma cobertura da “Exposec: International Security Fair”, com suas novidades como armas que disparam eletricidade, portas blindadas e até colete à prova de balas para cachorro: “É a maior feira do ramo do Brasil, com previsão de negócios de R\$ 90 milhões; o que era objeto de desejo de milionários já é consumido pela classe média”. Um dos destaques que mais impressionou a colunista foram as portas blindadas para apartamentos de classe média, que podiam ser parceladas em até três vezes de R\$ 1.200.

A Ilustrada também informou que a série “Ser ou Não Ser?”, do Fantástico (Globo), reestrearía questionando o sistema penitenciário brasileiro. Apresentado pela psicóloga, psicanalista e filósofa Viviane Mosé, o programa fez uma busca histórica da exclusão, sob os conceitos de Foucault. Enquanto explodiam imagens das rebeliões, o roteiro colocava o sistema em xeque. Mosé explicou que a ênfase não seria dizer para não internar ou soltar os presos, “mas é preciso saber que esse mecanismo falíu”.

Ainda na Ilustrada, Bia Abramo criticou do sensacionalismo da TV. Na cobertura dos ataques do PCC, segundo ela, o jornalismo televisivo teria se portado entre o “desorientado e o excessivo”, enveredando-se “pela fantasia e pela manipulação barata do medo, ajudando a alimentar o pânico”.

Ainda nesta edição dominical, a revista da Folha trouxe um artigo de Ricardo Bonalume Neto sobre “A arte da guerra”, livro de cabeceira de Marcola, ou, como ele sublinhou, “de como Sun Tzu, guru de campos, cadeias e corporações, executou 10 concubinas do seu imperador (inclusive as favoritas)”.

A Folha ainda reservou boa parte do caderno especial denominado “A+”, que realiza uma espécie de balanço analítico dos fatos que marcaram a semana, para comentar a crise em São Paulo. Para tanto, a Folha recorreu aos seguintes especialistas renomados: Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência e professor da USP, Renato Mezan, psicanalista e professor da PUC de SP, o historiador Nicolau Sevcenko, Francisco Alambert, professor de história social da arte e história contemporânea na USP, Carlos Lessa, economista e ex-presidente do BNDES, a geógrafa Vania Ceccato e Marcos Rolim, consultor de segurança pública e ex-deputado que presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara em 2000.

Sérgio Adorno, há anos dedicado ao estudo da violência, lembrou-se de uma época quando podia entrar nas prisões para fazer pesquisa. Depois da ascensão do PCC, ele disse que se voltasse a frequentar o sistema carcerário correria o risco de “virar uma moeda de troca valiosa”. Durante a entrevista, Adorno afirmou que, embora conhecesse a capacidade de mobilização do PCC, se surpreendeu com a onda de violência naquela semana: “A capacidade de se organizar para fora das grades, de coordenar um processo de queima de ônibus e ataque a prédios e bancos e de desorganizar a vida na cidade para mim foi uma grande surpresa”.

Já o psicanalista Renato Mezan afirmou que os paulistas não incorporaram culpa decorrente da leniência do Estado. Pelo contrário, o ataque do PCC às instituições e à população teriam desencadeado reações positivas: “Prova disso são as críticas dirigidas à incúria do governo, à incompetência dos órgãos de segurança, à legislação complacente ao extremo com criminosos de alta periculosidade”. Segundo ele, a população soube distinguir de onde vem a ameaça, haja vista “o divórcio entre o bom senso da população e a atitude pusilânime do governo, dos políticos e do Judiciário”, traduzido na exigência de propostas sensatas para combater as organizações criminosas.

E o economista Carlos Lessa propôs com urgência que se reequacionasse o debate sobre os direitos humanos. Se preso tem direitos humanos, disse na entrevista à Folha, “a população também; tem direito a andar na rua e não receber uma bala na cabeça”. Para o economista, o Brasil estava “apodrecendo” e os recentes distúrbios de São Paulo seriam fruto da política econômica falha dos últimos governos, que não priorizou a questão social e a geração de emprego. Na opinião de Lessa, autor de “O Rio de Todos os Brasis” (Record, 2001), São Paulo muito em breve superaria o Rio de Janeiro no imaginário popular como cidade mais violenta do país. Em tons irônicos, o economista elegeu os chefes do PCC como “os executivos do ano”, devido à competência gerencial que demonstraram.

Especialista em geografia do crime, vinculada ao Instituto de Criminologia da Universidade de Cambridge (Inglaterra) e ao Departamento de Estudos Urbanos do Instituto Real de Tecnologia de Estocolmo (Suécia), Vania Ceccato responsabilizou as empresas de segurança que faturam com a crescente sensação de pavor da população. Segundo ela, a tolerância cultural do Brasil à violência e o isolamento dos ricos em “bolhas de segurança” estariam no cerne do caos que tomou a cena em São Paulo. Ceccato ainda disse que o grande equívoco dos governantes do país seria desvincular a segurança pública das demais políticas sociais: “No Brasil, muitos não consideram o contexto em que a violência é gerada, como se ela surgisse do nada”.

Francisco Alambert escreveu um belíssimo artigo analisando como a construção ideológica da “paulistanidade”, desde “a cidadezinha tacanha da segunda metade do século 19”, descrita por Álvaro de Azevedo⁹⁴, entrou em crise na pós-modernidade:

Enquanto a burguesia idealizava sua identidade nas cadeiras do Teatro Municipal, os imigrantes e migrantes trabalhavam, aproveitando-se de um período de desenvolvimento do qual não estavam excluídas péssimas condições de vida em bairros “novos”, insalubres, vítimas de alagamentos constantes e doenças. Os presos viviam sob a violência extrema da polícia (que à época era reconhecida pela elite “como uma das melhores do mundo”), trancafiados em prisões que recebiam epítetos significativos como “geladeiras” ou “postos da morte”. Em 1919, presos enviaram uma carta ao redator do jornal “O Estado de São Paulo”, recolhida por Sevcenko, em que relatavam estar “detidos inopinadamente (...) recolhidos às dezenas em prisões que não comportam nem a metade desse número e o nosso leito é o chão duro” (FSP, 21/05/2006, caderno A+, pág. 6).

Outro entrevistado pela Folha, Nicolau Sevcenko afirmou que São Paulo passou a viver, a partir dos ataques do PCC, uma nova etapa de sua evolução histórica e social. Para o historiador, a “elite branca” de São Paulo a que se referiu o governador Cláudio Lembo viu ruir os limites físicos e mentais que a separavam dos bolsões de miséria da periferia. Autor de “Orfeu Extático na Metrópole” (Cia. das Letras), importante estudo sobre o impacto das novas tecnologias nos processos de urbanização da São Paulo dos anos 20, Sevcenko comentou a ética individual na formação da sociedade brasileira e reivindicou uma “operação mãos limpas”, nos moldes italianos, e uma revolução educacional, nos moldes da Índia e da Coréia do Sul.

E, por fim, o pesquisador Marcos Rolim, que acabara de publicar um estudo sobre segurança⁹⁵, afirmou que quem gerou o PCC foi “a dura política penitenciária de São Paulo”, até porque a facção se formou logo depois do massacre do Carandiru: “Esse tipo de política violenta do Estado tem como subproduto mais violência”. Rolim também criticou a “esquerda” por não ter apresentado historicamente políticas de segurança e por imaginar a violência e a criminalidade como subprodutos de uma ordem social injusta: “Isso é um erro; é claro que as desigualdades sociais produzem tensões, mas não se resolve o problema apenas com políticas sociais”.

Deixamos à parte, nesta dissertação, as impressões do ombudsman da Folha. Marcelo Beraba afirmou em sua coluna dominical que a cobertura sobre a “guerra em São Paulo” tivera vários pontos positivos. A única ressalva que fez foi a pouca atenção que a

⁹⁴ Alambert citou trechos de “Macário”, no qual Álvares de Azevedo apresenta o diálogo entre o Macário e Satã.

⁹⁵ “A Síndrome da Rainha Vermelha” (Jorge Zahar, 2006) foi resultado de uma pesquisa efetuada na Universidade de Oxford.

Folha deu à tragédia dos policiais assassinados. Das 153 mensagens que recebeu, um recorde de mensagens sobre um mesmo tema em seus dois anos de mandato, os leitores destacam como ponto mais sensível da cobertura da Folha justamente o tratamento dado à polícia. Depois de anos e anos de críticas (justas, na sua opinião) à ineficiência e à corrupção na Polícia, a impressão do ombudsman foi que a Folha perdera qualquer empatia em relação aos policiais, a ponto de não perceber o tamanho da tragédia diante dela: “41 servidores públicos (policiais militares e civis, guardas municipais, agentes penitenciários e bombeiros) caçados e assassinados covardemente, principalmente nos três primeiros dias”.

Beraba comentou que os leitores sentiram esse tratamento frio e burocrático, e essa percepção teria aumentado consideravelmente quando, a partir de quarta-feira, o jornal passou a questionar, e com razão, a reação violenta da polícia, como expressou uma das cartas: “É lamentável que o maior jornal do país, num momento de crise de segurança, incite a população contra os policiais”. Para ele, o descompasso no tratamento dado aos dois momentos – o dos policiais morrendo e o dos policiais matando – teria criado no leitor a ideia de que o jornal estava mais preocupado com os bandidos mortos do que com os policiais mortos.

Para não ficar apenas nas impressões suas e dos leitores da Folha, Beraba entrevistou o ouvidor da Polícia de São Paulo, Antonio Funari Filho, que não reclamou da cobertura que a imprensa em geral fez da crise em São Paulo. O ouvidor criticou apenas a divulgação de boatos pelas emissoras de TV.

O auge da reação contra o jornal, segundo Beraba, ocorreu na sexta-feira, por conta da foto da primeira página que mostra um soldado apontando uma arma e diante dele um homem com uma criança no colo. A primeira impressão foi a de que o policial aponta a arma para a criança, o que permite a leitura de que ameaçava os moradores. A legenda informou, porém, que o policial dava cobertura para outros policiais que entravam numa favela. Diante de indagações como “qual é a intenção, colocar a população contra a polícia?” ou “é correto fazer isso justamente no momento pelo qual estamos passando?”, o ombudsman ofereceu as suas conclusões:

O momento pelo qual estamos passando é crítico e acho que a imprensa de São Paulo nunca teve um desafio deste tamanho. A cobertura da Folha teve, na minha avaliação, vários pontos positivos: foi rápida (o que nem sempre acontece quando os fatos explodem sexta-feira à noite e nos finais de semana), criou um padrão gráfico de edição de qualidade, jogou uma boa parte dos seus repórteres nas ruas em busca de histórias, fez uma ótima cobertura fotográfica (principalmente na segunda-feira do pânico), esteve bem informada sobre negociações do governo com o PCC, fez uma entrevista com

o governador Cláudio Lembo que continua a repercutir e abriu espaço aos especialistas, com entrevistas e análises. Não teve sensibilidade, no entanto, para tratar do drama policial e não havia produzido, até sexta-feira, uma avaliação crítica do que foram os oito anos de política de segurança dos governos do PSDB que, conforme já diagnosticou em editorial, “fracassaram na tarefa de debelar o PCC” (FSP, 21/06/2006, pág. A4).

CAPÍTULO IV

O ESTADO DE S. PAULO E A “CRISE NA SEGURANÇA”

INTRODUÇÃO

O Estado de S. Paulo nasceu com base nos ideais de um grupo de republicanos, em 4 de janeiro de 1875. Com o nome A Província de São Paulo, foi o pioneiro na venda avulsa no país, fato pelo qual foi ridicularizado pela concorrência, uma vez que as vendas avulsas eram impulsionadas pelo imigrante francês Bernard Gregoire, que saía às ruas montado num cavalo e tocando uma corneta para chamar a atenção do público, transformando-se até hoje no símbolo do jornal.

Quando surgiu, o Estadão tinha apenas quatro páginas e uma tiragem de 2.025 exemplares⁹⁶. O nome “Província” foi conservado até 31 de dezembro de 1889, um mês após a queda da Monarquia e instituição da República no Brasil, mas, embora tivesse apoiado a troca de regime, o jornal não se alinhou a qualquer partido político, nem mesmo ao ascendente Partido Republicano Paulista.

O jovem redator Julio Mesquita assumiu efetivamente a direção do Estado quando o então redator-chefe Francisco Rangel Pestana se afastou para trabalhar no projeto da Constituição, em Petrópolis. Mesquita deu início a uma série de inovações, contratando, por exemplo, a agência Havas, na época a maior do mundo, para dar mais agilidade às notícias internacionais. Ao final do século 19, o Estadão já era o maior jornal de São Paulo, superando em muito o Correio Paulistano. Propriedade exclusiva da família Mesquita a partir de 1902, o jornal apoiou a causa aliada na Primeira Guerra Mundial, sofrendo represália da comunidade alemã na cidade, que retirou todos os anúncios do jornal. Mesmo assim, Mesquita manteve a posição de seu diário e, durante a guerra, lançou a edição vespertina do jornal, conhecida como “Estadinho”, dirigida por Júlio de Mesquita Filho.

O Estadão foi impedido de circular pela primeira vez em 1924, após a derrota do levante tenentista que sacudiu a cidade. Julio Mesquita, que tentara intermediar um diálogo entre os revoltosos e o governo, chegou a ser preso e enviado ao Rio de Janeiro, sendo libertado pouco depois. Com a morte do seu pai em 1927, Julio de Mesquita Filho assumiu a redação com o irmão Francisco, que se dedicou à parte financeira do jornal. Em 1930, o Estadão, ligado ao Partido Democrático, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas pela

⁹⁶ “133 anos de lutas pela democracia”, Grupo Estado: Relatório de Responsabilidade Corporativa 2007, 2008, Grupo Estado, pág. 4.

Aliança Liberal. Derrotado nas eleições, Vargas assumiu o poder com o golpe de 1930, saudado pelo jornal como um marco do fim de um sistema oligárquico. Em 1932, o Estadão participou ativamente da revolução constitucionalista e, com sua derrota, boa parte da sua diretoria foi enviada ao exílio.

Anos depois, com a eclosão do Estado Novo, o jornal manteve sua oposição ao regime e, em março de 1940, foi invadido pelo Dops, que simulou a apreensão de armas na redação. O jornal foi inicialmente fechado e depois confiscado pela ditadura, sendo administrado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) até 1945, quando foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal aos seus proprietários. Os números publicados durante a intervenção foram desconsiderados pelo Estadão.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o jornal viu enorme progresso, com o aumento da tiragem e de seu prestígio nacional. Durante a República Nova (1946-1964), o Estadão aliou-se à União Democrática Nacional, de Carlos Lacerda, e fez oposição a todos os governos, em especial ao de João Goulart. Em 1962, o diretor Julio de Mesquita Filho chegou a escrever o “Roteiro da Revolução”, procurando unir a oposição civil aos militares, o chamado “partido fardado”, que desde o início da República costumava intervir na política brasileira. Em 1964, o Estado apoiou o golpe militar e a eleição indireta de Castello Branco, mas após o Ato Institucional nº 2, que dissolveu os partidos políticos, o Estadão rompeu com o regime.

Em 13 de dezembro de 1968, uma edição do Estadão foi apreendida em razão da recusa de Mesquita Filho de excluir da seção “Notas & Informações” o editorial “Instituições em Frangalhos”, em que denunciava o fim de qualquer aparência de normalidade democrática. A partir de então, o jornal passou a contar com censores da Polícia Federal em sua redação, ao contrário da Folha de S. Paulo e de outros grandes jornais, que aceitaram a auto-censura⁹⁷.

Com a morte de Mesquita Filho, em 1969, o Estadão passou a ser dirigido por Julio de Mesquita Neto, período em que ganhou visibilidade mundial ao denunciar a censura prévia com a publicação de trechos de “Os Lusíadas”, de Luís de Camões, no lugar de

⁹⁷ “Ruy Mesquita: O grande desafio da liberdade”, entrevista a Eduardo Martins. In: Master em Jornalismo (http://www.masteremjornalismo.org.br/entrevista_ruy_02.php). Acessado em 20/07/2008.

matérias proibidas pelos censores. Em 1974, recebeu o Prêmio Pena de Ouro da Liberdade, conferido pela Federação Internacional de Editores de Jornais.

A partir da década de 1970 o jornal endividou-se para a construção de sua nova sede na Marginal Tietê e passou por severa crise financeira, disputando o mercado com o novo padrão de jornalismo representado pela Folha de S. Paulo. Em 1986, o Estado contratou o jornalista Augusto Nunes para assumir o posto de diretor de redação. Ele renovou o noticiário do jornal e empreendeu uma série de reformas gráficas, que redundariam na adoção, em 1991, de cores no jornal e de edições diárias – até então o Estado não circulava às segundas-feiras e dias seguintes a feriados.

Em 1996, ano em que Julio de Mesquita Neto morreu, o jornal passou a ser dirigido por seu irmão, Ruy Mesquita, até então diretor do Jornal da Tarde, pertencente ao Grupo Estado. Atualmente, o jornal é o quarto em circulação no Brasil, com uma média diária de 250 mil exemplares em dezembro de 2007, e o primeiro na Grande São Paulo, com média diária de 159,9 mil exemplares⁹⁸.

Além do jornal O Estado de S. Paulo, o Grupo Estado publica o Jornal da Tarde (1966) e detém controle sobre a OESP Mídia (1984), empresa que atua no ramo de Publicidade por meio de Classificados. Pertencem ao Grupo Estado as rádios Eldorado AM e FM (1958) e a Agência Estado (1970), maior agência de notícias do Brasil.

SÁBADO, 13 DE MAIO

Igual aos seus concorrentes, o sempre atento O Estado de S. Paulo também foi surpreendido pelos ataques do PCC, tanto que na capa do primeiro dia dos atentados, sábado, apenas uma pequena chamada no topo fez referência aos atentados: “PCC faz 19 ataques à polícia e mata oito em SP”.

No caderno Metrópole trouxe uma breve matéria informando que a ação fora uma resposta à transferência de líderes do PCC ao Presidente Venceslau. Uma segunda matéria, menor ainda, acrescentou que o governo descobrira que a “Facção preparava megarrebelião”, o que o levou a isolar a cúpula dos PCC na sede do Deic em São Paulo. E uma nota mais abaixo detalhava que “Motim de dois dias destrói presídio em Valparaíso”, cidade do interior.

⁹⁸ “Circulação dos jornais cresceu em 2007” (OESP, 28/1/2008, pág. B9).

DOMINGO, 14 DE MAIO

A intensificação dos ataques do PCC obrigou o Estadão a refazer a capa de domingo, fechada antecipadamente na sexta. Destacou uma foto com a vidraça esvaçada de uma delegacia de Parada Taipas, bairro da zona norte, e anunciou: “Guerra do PCC espalha terror e deixa 32 mortos”. A exemplo de seus concorrentes, o Estadão também utilizou uma rubrica – “Crise na Segurança” – para identificar suas reportagens sobre a crise em São Paulo, concentradas no caderno Metr pole, além de utilizar infográficos e outros recursos visuais para facilitar a compreensão do leitor.

Se o Estadão não expressou sua opinião em rela o aos atentados naquele domingo, não deixou de explorar ao máximo a crise em 18 matérias e dezenas de fotos espetaculares: 1) Guerra do PCC deixa 32 mortos na maior ofensiva do crime; 2) Governo admite “momento de crise”⁹⁹; 3) Lembo diz que não foi surpreendido; 4) Estado quis evitar ataques. E falhou¹⁰⁰; 5) Polícia toda nas ruas de SP para mostrar força; 6) PCC queria TVs para ver a Copa; 7) Lula faz crítica a mote de Alckmin¹⁰¹; 8) Na Câmara, dois projetos mudam código e investiga o criminal¹⁰²; 9) Ministério põe Polícia Federal   disposi o do Estado¹⁰³; 10) Ex-governador: “Polícia não retroceder  1 milímetro”¹⁰⁴; 11) Escuta do PCC: “Matem o pessoal do PSDB”¹⁰⁵; 12) Rebeliões articuladas por celular; 13) Para funcionários, cadeias estão fora de controle; 14) Policiais pedem a cabeça de secretário de Segurança; 15) Morar ao lado de delegacia costumava ser bom; 16) Pavor e revolta no

⁹⁹ Entrevista coletiva concedida no sábado pela cúpula de segurança de São Paulo, a saber: o governador Cláudio Lembo, os secretários Saulo de Castro Abreu Filho (Segurança Pública) e Nagashi Furukawa (Administra o Penitenciária), o delegado Godofredo Bittencourt Filho, diretor do Deic, e o coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, comandante-geral da PM.

¹⁰⁰ Segundo a matéria, para tentar impedir uma nova megarrebelião e novos atentados planejados pelo PCC, o governo decidiu transferir 765 presos ligados à facão e isolar a sua liderança no Deic antes de enviá-la ao presídio de Presidente Venceslau.

¹⁰¹ O presidente atribuiu alta da violência   falta de investimento em educa o e de sensibilidade dos governantes paulistas.

¹⁰² A Comissão de Segurança Pública da Câmara estava apreciando dois projetos de lei, um que alterava o Código Penal para reduzir de tr s para duas ou mais pessoas o crime de forma o de quadrilha e, outro, já aprovado pelo Senado, autorizava a intercepta o e análise para investiga o criminal da correspondência de presos condenados ou os que ainda aguardassem julgamento.

¹⁰³ O Ministério da Justiça, comandado por Márcio Thomaz Bastos, prontamente se ofereceu para ajudar.

¹⁰⁴ Geraldo Alckmin, presidenciável do PSDB.

¹⁰⁵ Diálogo de criminosos determinou interrogatório de líderes da facão no Deic. A mensagem que a Polícia Civil interceptou na sexta-feira,   tarde, dizia: “Matem o pessoal do PSDB. Os irmãos que não cumprirem a missão também ficam sujeitos à morte”.

velório de Tito¹⁰⁶; 17) “Meu irmão foi metralhado com 15 tiros e recebia um salário de porcaria”; 18) Ataques começaram após um ano de megarrebelião¹⁰⁷.

Em meio às matérias, o Estadão intercalou frases com opiniões de pessoas conhecidas e populares, como: 1) Célia Maria Parra, mãe de policial morto; 2) Mensagem do PCC interceptada pela Polícia Civil; 3) José Vicente da Silva, ex-secretário nacional de Segurança Pública; 4) Governador Cláudio Lembo; 5) Policial que não quis se identificar, durante velório de um companheiro; 6) Secretário Saulo de Castro Abreu Filho.

O Estadão também publicou um boxe “O que disseram”, repercutindo a crise com as seguintes personalidades: 1) Dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo; 2) Walter Maierovitch, presidente do Instituto Brasileiro Giovanni Falcone – em referência ao juiz italiano assassinado pela máfia em 1992; 3) Luiz Flávio Borges D’Urso, presidente da OAB de São Paulo; 4) Rodrigo Pinto, procurador-geral do Estado de São Paulo; 5) Alberto Goldman, deputado federal; 6) Sidney Beraldo, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo; 7) Ariel de Castro Alves, coordenador estadual do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE MAIO

A crise na capital paulista ocupou quase totalmente a capa do Estadão daquela segunda-feira, que teve a seguinte manchete: “PCC ataca alvos civis e queima 28 ônibus. Guerra faz 77 mortos”. As páginas opinativas, contudo, ainda não trariam nenhum posicionamento do Estadão em relação aos atentados, e nem ao menos de seus leitores no fórum do rodapé das páginas A2 e A3. Apenas uma caricatura de Cláudio Lembo, na seção “Sinais Particulares”, com o governador em meio a um tiroteio ao estilo velho este norteamericano.

No caderno Metrópole, mais fotos espetaculares página mostrava os piores momentos do caos que dominara todo o Estado: 1) PCC queima ônibus e ameaça economia. Mortos chegam a 77; 2) A reação policial: 23 mortos em 24 horas; 3) Polícia:

¹⁰⁶ Reportagem sobre o velório do investigador José Antonio Prada Martinez, conhecido como “Tito”.

¹⁰⁷ A primeira onda de atentados do PCC ocorreu em 2002, em “comemoração” ao primeiro aniversário de uma megarrebelião deflagrada em 29 presídios do Estado.

para calar PCC é preciso desligar celular¹⁰⁸; 4) Alvo agora é civil: facção vai atacar poder econômico¹⁰⁹; 5) A maior rebelião da história¹¹⁰; 6) Em volta da P1 de Avaré, casinhas e verde; 7) Presos queimam diretor de cadeia; 8) Em MS, 4 mortos e mais de 150 reféns; 9) Facção ordenou motins na Febem Vila Maria; 10) Era dia de festa. Virou lágrimas e dor¹¹¹; 11) PCC retorna a Venceslau e deixa moradores acuados; 12) Bandidos queimam 41 ônibus na capital; 13) PM é baleado em frente da filha em Santos; 14) Casal morto tinha dinamite; 15) Bases da PM são desativadas para evitar ataques; 16) Militares agora crêem em crime organizado¹¹²; 17) Bombeiros mudam hábitos após crime e agora usam colete à prova de balas; 18) A ordem dos chefões aos policiais: não tenham dó¹¹³; 19) Filho de policial morto na Zona Norte; 20) Revolta silenciosa para Tito; 21) O pior Dia das Mães para Maria¹¹⁴; 22) Dízimo rende R\$ 1 milhão por mês ao “banco do crime”; 23) Mais organização, menos mortes¹¹⁵; 24) Justiça decidiu que Marcola não é líder do PCC¹¹⁶; 25) Marcola é levado para Bernardes; 26) Câmera filmou dois homens que participaram de ataque; 27) No Estado, marcas da barbárie¹¹⁷; 28) Um domingo de cão no Palácio¹¹⁸; 28) Integração das comunicações da GCM e PM deve sair logo; 29) Governo Federal pode intervir; 30) “Reação violenta não resolve”¹¹⁹; 31) Sindicato culpa governo e pede saída do secretário¹²⁰.

O Estadão também repercutiu a “crise na segurança” com outras personalidades: 1) Roberto Bussato, presidente nacional da OAB; 2) Alberto Zacharias Topon, advogado

¹⁰⁸ O diretor do Deic solicitou às autoridades de Brasília que fechassem temporariamente as Estações Rádio-Brase de Telefonia Celular (ERBs) próximas a presídios.

¹⁰⁹ Este mesmo diretor do Deic considerou que os ataques a ônibus, agências bancárias, postos de gasolina etc seriam intensificados pelo PCC a fim de afetar o poder econômico na capital paulista.

¹¹⁰ Dos 105 presídios no Estado de São Paulo, 71 teriam se rebelado em obediência ao PCC.

¹¹¹ Referência à comemoração suspensa do Dia das Mães, na Penitenciária Feminina do Estado.

¹¹² Após aos ataques, o órgão de inteligência militar reconheceu oficialmente a existência do crime organizado em São Paulo

¹¹³ Entrevista com delegados e pessoas do alto escalão das polícias civil e militar, não identificados.

¹¹⁴ Maria Bernardo da Silva, mãe do policial civil Paulo José da Silva, metralhado dentro do próprio carro, junto com sua noiva, a balconista Daniela Souza.

¹¹⁵ Delegados não identificados na matéria relacionaram a queda de homicídio com o fortalecimento do PCC, que segundo Estadão não tinha amparo em números ou estatísticas oficiais.

¹¹⁶ Em março de 2006, a 12ª Vara Criminal de São Paulo absolveu Marcola da acusação de formação de quadrilha no processo em que ele era acusado de liderar o PCC: “Dessa maneira, o criminosos pôde continuar liderando a facção”.

¹¹⁷ Sete imagens espetaculares ocuparam a página inteira.

¹¹⁸ O Estadão acompanhou o domingo caótico no Palácio dos Bandeirantes: “Nos bastidores da guerra contra o crime, o governador Cláudio Lembo monitorava dados - e se dizia calmo”.

¹¹⁹ Entrevista com Luis Eduardo Soares, ex-secretário nacional de Segurança Pública, que defendeu o cumprimento da Lei Penal.

¹²⁰ O presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo (Sindasp), Cícero Sarnei dos Santos exigiu a demissão do secretário da sua área, Nagashi Furukawa.

criminalista; 3) Jorge Maurique, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; 4) Dom Geraldo Magella Agnelo, presidente da CNBB e cardeal de Salvador; 5) Ítalo Cardoso, deputado estadual e presidente da Comissão dos Direitos Humanos na Assembleia Legislativa de São Paulo; 6) Romeu Tuma Jr., deputado estadual e delegado da Polícia Civil; 7) Ariel de Castro Alves, coordenador estadual do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

E com isso chegamos aos dois únicos artigos publicados nesta edição de segunda-feira, ambos assinados por dois jornalistas da editoria de polícia do Estadão, Bruno Paes Manso e Josmar Jozino, ambos com livros publicados sobre a criminalidade em São Paulo¹²¹.

O artigo de Manso – “Silêncio que foi estratégico para o PCC” – tratou da surpresa dos paulistanos, até então apenas acostumados com as guerras de facção criminosas no Rio de Janeiro: “Para terror e surpresa da maioria, hoje sabemos que o silêncio do PCC, longe de ter sido uma demonstração de fraqueza, era uma opção estratégica”. Segundo ele, teria sido “longe dos holofotes” que a facção ganhou força para lançar mão da maior afronta ao Estado na história da criminalidade no País.

Manso fez um retrospecto da história do PCC, desde os primeiros passos em 1993, quando a criminalidade já estava madura no Estado: “As quadrilhas de roubo de carro, roubo de carga, tráfico de drogas e assaltos, apesar de muitas vezes serem bem estruturadas, nunca responderam a uma liderança incontestável, capaz de comandar as ações do crime no Estado”. E como resultado, conforme ele frisou, a criminalidade cresceu em São Paulo de forma atomizada, com bocas e quadrilhas pequenas em guerras permanentes entre si. Comparando o PCC com facções cariocas, como o Comando Vermelho, o Terceiro Comando e Os Amigos dos Amigos, Manso salientou que, enquanto no Rio a guerra era de facção contra facção, em São Paulo a disputa ocorria entre criminosos, cada um por si:

Esse cenário de anomia, no entanto, era propício para o aparecimento de uma organização que fosse capaz de dar um basta a essa guerra entre “irmãos”. (...) A partir de 2003, com Marcola à frente da organização, dando ordens de dentro da prisão, sem rivais para abalar o seu comando, o PCC finalmente conseguiu formar um comando capaz de direcionar seus seguidores com legitimidade. (...) Dessa maneira, para espanto geral, nesse final de semana, o PCC mostrou sua força. Uma organização criminosa com mais de cem mil seguidores, sem rivais no crime paulista, capaz de colocar o Estado em xeque diante de uma decisão de sua principal liderança (OESP, 15/05/2006, pág. C11).

¹²¹ Josmar Jozino é autor de “Cobras e Lagartos” e Bruno Paes Manso, do livro “O Homem X - Uma reportagem sobre a alma do assassino em SP”, cf. bibliografia.

Na mesma página, Josmar Jozino descreveu com mais detalhes o que considerou uma “ameaça terrorista”. Disse que os integrantes do PCC, concebido em 1993 na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, o Piranhão, no Vale do Paraíba, desde aquela época sempre alegaram que a facção criminosa fora criada para lutar contra a opressão e os maus-tratos no sistema prisional, como o massacre de 111 homens na antiga Casa de Detenção, no Carandiru, em 2 de outubro de 1992.

Jozino lembrou que o “Partido do Crime” ficou nas sombras por cinco anos, período em que as autoridades governamentais e do sistema prisional insistiam em negar a sua existência. O jornalista destacou ainda que “estatuto do Partido do Crime”, com 16 artigos, teria forte teor político e ideológico, pregando ações de resgates, contribuição de seus integrantes mais estruturados e ajuda social e assistência jurídica, como pagamentos de advogados para atender detentos mais necessitados: “Por tudo isso, os ideais do PCC se espalharam no sistema prisional paulista”, e já naquela época já dominava 95% dos presídios de São Paulo, onde estão confinados 140 mil homens, com ramificações em outros Estados brasileiros. E acrescentou:

Após a guerra interna, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, passou a ser o número 1 da organização. Desde fevereiro de 2001, quando seus integrantes realizaram a primeira rebelião em série em 25 presídios e quatro cadeias públicas, o telefone celular é a principal arma do grupo. Em posse dos celulares, os presos realizam conferências e articulam, em poucos minutos, suas ações, como as maiores rebeliões simultâneas do País. Uma velha promessa do PCC era a de se tornar uma organização terrorista. Ela está sendo cumprida (OESP, 15/05/2006, pág. C11).

TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO

Na capa da terça-feira, o Estadão trouxe em sua capa imagens ainda mais espetaculares dos atentados em São Paulo, e anunciou na manchete que “PCC suspende as rebeliões; boatos e pânicos paralisam SP”.

No “Fórum dos Leitores”, as primeiras manifestações assim se dividiram: 1) Crítica aos “sucessivos governos sem autoridade, frouxos e medrosos”; 2) Crítica às três esferas do governo, Legislativo, Executivo e Judiciário, nos âmbitos nacional, estadual e municipal; 3) Comparação à imunidade dos deputados à dos membros do PCC; 4) Críticas às autoridades envolvidas na questão por tentarem obter dividendos políticos; 5) Duas críticas à cúpula da segurança paulista, que disse que a situação estava sob controle; 6) Cobrança do plano de governo de Geraldo Alckmin em relação à segurança pública; 7) Afirmação de que as

autoridades estariam “bebendo do próprio veneno”, por ser conivente com a corrupção no sistema carcerário; 8) Afirmação de que a “bandagem” havia se instalado nos altos escalões da República; 9) Defesa de que os presos fossem revistados após receberem visitas, especialmente de advogados; 10) Crítica ao Sindicato dos Funcionários de Unidades Prisionais do Estado de São Paulo, por ter anunciado uma greve da categoria; 11) Questionamento: “onde está a ordem pública?”; 12) Demonstração de desespero diante da crise.

Na página A3, na seção “Notas e Informações”, o Estadão expressaria sua indignação com a “A ofensiva terrorista do PCC”, comentando que nunca, na história do País, uma facção criminosa fora tão longe na afronta às instituições governamentais. Segundo lembrou, o saldo trágico do ataque, que ocorrera três anos após o PCC ter assassinado o juiz-corregedor de Presidente Prudente Antonio Machado Dias, revelou o aumento, “em escala e alcance”, da ousadia do crime organizado, que colocou na “defensiva” os responsáveis pela segurança pública que deveriam persegui-lo: “Não se pode falar de surpresa. Tudo isso só confirma o que já se sabia desde a eclosão da megarrebelião promovida pelo PCC em fevereiro de 2001 em 29 prisões, ou seja, que o Estado brasileiro já não detém mais o monopólio do uso da força”.

Para o Estadão, a fraqueza das instituições públicas frente ao crime organizado podia ser medida pelo rol de reivindicações impostas pelo PCC como condição para suspender seus ataques: direito a visitas íntimas nas prisões de segurança máxima e fim do Regime Disciplinar Diferenciado¹²². O editorial sublinhou que essas exigências seriam impensáveis nos países “onde cadeia é vista como lugar de punição”. Enquanto isso, no Brasil, o que tem prevalecido seria “uma absurda complacência com criminosos”, traduzida em concessões de indultos e outros benefícios, o que lhes permitiria voltar às ruas após cumprir um sexto da pena, ou pela decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou não ser “falta grave” a posse de celular nas prisões, ou ainda a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo a concessão do regime da progressão para “sequestradores e homicidas”, justificando a decisão com base no princípio da “humanização da pena”. Além de decisões que, segundo o Estadão, em vez de aumentar o

¹²² Segundo o advogado do PCC, Anselmo Neves Maia, se o governo estadual não acolhesse as reivindicações da facção e abrandasse o rigor do RDD, a tensão aumentaria nos próximos dias.

grau de certeza de punição aumentam as apostas na impunidade, haveria ainda um outro problema:

O anacronismo das leis processuais penais, cujos prazos e recursos permitem aos advogados do crime organizado retardar o julgamento – em muitos casos até a prescrição dos delitos –, e a inépcia do poder público, que perdeu o controle do sistema prisional para as organizações criminosas. No plano estadual, o governo até hoje não conseguiu impedir o acesso de celulares nos presídios nem instalar um eficiente sistema de bloqueio. No plano federal, os investimentos na área da segurança foram reduzidos em 28%, entre 2004 e 2005, e o Congresso até hoje não se dispôs a modernizar leis ultrapassadas.

O Estadão concluiu seu longo editorial defendendo a ampliação do sistema prisional, que tinha um déficit de 135 mil vagas, a modernização das leis penais para aumentar o alcance das penas alternativas para crimes de menor gravidade e mais investimento em inteligência para desarticular facções criminosas.

Na página A6, a colunista Dora Kramer destacou a opinião do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB), que defendeu “o uso da força” criticando a “concepção humanista de segurança”, que para ele tinha subtraído do Estado o poder de repressão ao crime. Embora se considerando um homem de “esquerda”, Aldo taxou de equivocado (e “frouxo”) o conceito de segurança pública que rejeitou a urgência do país ter uma política de repressão e fez “excessivas concessões” a uma visão de direitos humanos que acabava por deixar em segundo plano “os direitos de ir, vir e viver da sociedade em geral”. O presidente da Câmara afirmou ainda que aquela seria a hora de dar às polícias “condições legais para agir com mais firmeza e sem limites de atribuição”.

A colunista Sonia Racy, em sua coluna da página B2, concluiu que a “Crise paulista é politizada”, e ela mesma contribuiu para confirmar sua teoria entrevistando os ministros Márcio Thomas Bastos (Justiça) e Paulo Bernardo (Planejamento), o deputado Roberto Freire, pré-candidato PPS à Presidência, e o advogado criminalista Eduardo Muylaert, secretário de Segurança do governo Franco Montoro.

Seu vizinho de página, Celso Ming escolheu um outro ângulo para entender a crise da segurança em São Paulo, o econômico: “Este é país da economia informal, do ‘por fora’, do caixa 2 (‘que todo mundo faz’, como já disse o presidente), dos ‘quebra-galhos’ e dos que procuram levar vantagem em tudo (como dizia o campeão do mundo Gerson)”. No fim das contas, numa espécie de efeito dominó, essa “promiscuidade” seria a base de sustentação de outras estruturais informais e ilícitas, senão criminosas.

Com isso, chegamos ao caderno principal, o Metrópole, destinado à cobertura dos atentados do PCC, que desta vez começaria com uma foto de página inteira de um ônibus incendiado, no estilo capa de revista, com o título em letras garrafais anunciado o “DIA DE TERROR EM SP” e destacando que “mais de 5 milhões de passageiros ficaram sem transporte na capital por causa dos atentados Primeiro Comando da Capital (PCC); no Estado, foram 56 ônibus queimados; único ataque grave à polícia ocorreu em Higienópolis; número de mortos já soma 96 desde o início dos ataques; medo de possíveis ataques fechou shoppings e lojas e fez escolas suspender aulas; policiais afirmam que acordo entre governo do Estado e PCC vai reduzir o número de ataques”.

Na página C2, na seção “SP reclama”, o Estadão publicou uma carta subscrita por 257 pessoas, intitulada “O Haiti é também aqui”. E mais abaixo, na coluna “Há um século” (16/05/1906), informou que naquela mesma data, em Petesburgo, Varsóvia, um jovem atirou uma “bomba de *dynamite*” contra um destacamento policial, morrendo o capitão e ficando feridos sete soldados.

A partir da página C3, as matérias seguiram essa ordem: 1) Governo faz acordo com Marcola; 2) “Foi o dia mais tranquilo”, diz comando da PM¹²³; 3) Terminam as rebeliões no Estado; 4) Reféns, violência, fogo – tudo se repete na Febem; 5) Preso é decapitado em um dos quatro motins em MS; 6) Indultados participaram de ataques¹²⁴; 7) Um de cada três presos do Brasil está em SP; 8) Déficit de vaga em prisão aumentou no governo Lula; 9) Segurança é reforçada no Rio como prevenção; 10) 5 milhões ficam sem ônibus; 11) Governador garante 50% de frota hoje nas ruas; 12) Clima de terror na madrugada; 12) Em 12 horas, polícia mata 13 suspeitos nas ruas; 13) Boatos fazem comércio fechar; 14) Escolas e faculdades suspendem aulas; 15) Congonhas vive três horas de medo; 16) Pânico é injustificado, diz a PM¹²⁵; 17) Tudo fechou mais cedo e o trânsito virou um caos; 18) Bancos funcionam hoje, diz a Febraban; 19) Boca a boca a serviço do crime¹²⁶; 20) Pânico congestionava telefones; 21) O dia em que a Higienópolis parou; 22) Eventos culturais são cancelados na Capital; 23) Na Baixada Santista, lojas fechadas e toque de recolher; 24)

¹²³ Entrevista com o coronel Eclair, comandante da PM de São Paulo.

¹²⁴ Em pelo menos dois casos, o diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (Decap), Antonio Chaves Martins Fontes, disse ter capturado indultados envolvidos nos ataques do PCC.

¹²⁵ Declaração do comandante Eclair.

¹²⁶ Em 20 minutos, segundo a reportagem, “um rastro de boataria espalhou o terror e fechou todas as lojas da Rua Teodoro Sampaio”.

Pontos-de-venda de drogas fecham¹²⁷; 25) Mãe e irmão de líder são mortos¹²⁸; 26) No enterro, homenagem ao som de sirene das motocicletas¹²⁹; 27) Lojas vizinhas de Saulo fecham portas; 28) PCC planeja eleger dois deputados em outubro¹³⁰; 29) Celular na cela não é falta grave; 30) “Bode” torna mobilização uma questão de hora¹³¹; 31) Lembo recusa tropas federais em São Paulo; 32) PCC planeja ação para resgatar Marcola; 33) CNBB defende punição rigorosa; 34) Na Câmara, ataques a Lula; 35) No Senado, trégua e disposição de votar projetos emergenciais; 36) Situação é “muito séria”, diz ONU¹³²; 37) Ataques já preocupam investidor estrangeiro¹³³; 38) Violência pode levar a alta do dólar; 39) Ipiranga com São João, 21 horas¹³⁴.

O Estadão repercutiu de novo a crise em São Paulo ouvindo outras personalidades: Rodrigo Collaço, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Renato Simões, líder do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo; Antonio Funari Filho, ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo; Roberto Busato, presidente nacional da OAB; Roberto Freire, deputado federal e pré-candidato do PPS à Presidência da República; e Aloízio Mercadante, senador e pré-candidato ao governo de São Paulo.

Um artigo de Fernando Salla, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, ressaltou que os atentados daquela semana representaram “uma dura lição a todas as esferas do poder público” e que aquela seria, sem dúvida, a maior crise do sistema de segurança paulista: “é urgente enfrentar o crime organizado com muito mais empenho

¹²⁷ Ação da polícia fez parar o funcionamento das “bocas de fumo” nas zonas leste, norte e sul para sufocar principal fonte de renda do PCC.

¹²⁸ Maria Aparecida Floriano da Silva e Eduardo Floriano da Silva, mãe e irmão de Marcelo Vieira, o “Capetinha”, foram executados na zona norte por homens que se identificaram como policiais.

¹²⁹ Reportagem sobre o velório do PM José Eduardo de Souza.

¹³⁰ Interessante nesta matéria foram os destaques. Na legenda da foto que mostra uma blitz policial nas proximidades do Fórum da Barra Funda, o Estadão informou que se tratava de “uma tentativa de conter novas ações do PCC, que é visto como organização comunista”. No olho da matéria, acrescentou que “facção ainda paga polícia e forma advogado para ajudar integrantes”.

¹³¹ Na gíria da cadeia, “bode” significa celular ou chips de celulares clonados.

¹³² O correspondente de Genebra, Jamil Charde, entrevistou Anna Alvazzi Del Frete, pesquisadora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, com sede na Áustria, que pediu ataque às raízes do problema, a desigualdade social, e rejeitou uso do Exército.

¹³³ Assinada por João Caminoto, correspondente de Londres, matéria informou que, para investidores, violência em São Paulo se refletiu no exterior: era a 57ª entre 61 cidades avaliadas por instituto suíço (IMD), mais violenta até que a Colômbia.

¹³⁴ Legenda da foto: “O 11 DE SETEMBRO EM SP” – O medo de novos ataques antecipou o horário dos engarrafamentos e, cedo á noite, as ruas já estavam desertas com alguns carros e pedestres. Olho 1: Sensação de impotência e indignação diante da situação. Olho 2: É uma cidade em pânico, perplexa e para baixo, um clima muito ruim”.

político, eficiência técnica e administrativa e capacidade de purgar dos quadros das instituições os que viabilizam as ilegalidades”.

Já o pesquisador do Crisp (Centro de Estudos Criminalístico e Segurança Pública) da UFMG, Cláudio Beato, analisou “os vários níveis da falência do sistema prisional”, afirmando que as sucessivas rebeliões e os ataques daquela semana apenas denunciavam a falência em vários níveis: “No caso paulista, a iniquidade do sistema ensejou a formação do PCC; trata-se de uma organização de defesa violenta de interesses de apenados, mantidos pelo poder público em situações degradantes”. No entanto, ele concordou que alguns prisioneiros deveriam ser submetidos a um Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e outros, sob a jurisdição federal de forma permanente. Beato destacou a inexistência de três formas de controle a serem consideradas: 1) uso do celular dentro das prisões; 2) conversas entre os “criminosos” e seus advogados; 3) a corrupção policial e de agentes penitenciários.

Ethevaldo Siqueira, um especialista em telecomunicações, escreveu um artigo explicando que a única medida realmente eficaz para bloquear o sinal dos celulares dentro dos presídios seria desligar as estações radiobase (ERBs) vizinhas a eles, o que traria grandes transtornos a milhares de usuários. Por isso, afirmou que as medidas emergenciais, exigência das autoridades, só teriam efeito 100% garantido em presídios fora da zona urbana. Enfim, ele concluiu com uma provocação: não seria mais fácil combater a corrupção que permite a entrada de celular dentro das prisões?

Na página D4, no Caderno 2, o colunista do Persona, César Giobbi, também demonstraria todo o seu descontentamento com aquele “mundo-cão”, culpando os governantes das três esferas da Federação pela crise.

QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO

A capa da quarta-feira trouxe um balanço dos ataques. Uma foto de um ônibus totalmente queimado ocupou ¼ de página e, no topo, uma foto igualmente grande mostrava uma multidão se comprimindo no Terminal Capelinha, à espera da chegada do primeiro ônibus para Santo Amaro, zona sul. E a manchete destacou dois assuntos ao mesmo tempo: “Cidade se acalma; advogada foi a Marcola em avião da PM”.

Na página A2, José Nêumane reclamou: “Não falta vontade; falta é vergonha”. Ele inclusive considerou uma tragédia nacional ver que “uma Nação de 180 milhões de heróis anônimos e pobres, que lutam para viver honestamente” ficasse refém de criminosos inescrupulosos, de “colarinho branco ou metralhadora em punho”: “E não surge ninguém capaz de desempenhar tarefas óbvias – como impedir que chefões de presos mandem ordens a seus sequazes, seja pelo celular, seja em verdadeiras reuniões de diretoria com seus magotes de advogados nas visitas –, alegando a impotência não dos covardes mas dos cúmplices”.

Ao lado, na mesma página, Norman Gall, diretor-executivo do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, calculou “o preço da segurança” ressaltando que a ação do PCC exigia novas iniciativas estratégicas e estruturais à altura: “A sociedade vai ter de pagar o preço da segurança”, o que representaria, entre outras providências: 1) a criação de novas vagas para atender o déficit no sistema carcerária, que na época estava em mais de 150 mil; 2) construção de presídios federais para isolar os presos mais perigosos; 3) investimento em bancos de dados sofisticados para combater o crime com mais inteligência e agilidade; 4) reforçar e modernizar a “ainda mal dotada” Polícia Federal; 5) expandir e modernizar os recursos humanos e técnicos de perícia criminal; 6) criar um instituto de pesquisa específico para a segurança pública.

No “fórum dos leitores”, o Estadão escolheu as seguintes cartas: 1) Registro de indignação de uma paulistana que vivia em Toronto, Canadá; 2) Comparação dos criminosos do PCC com os políticos corruptos; 3) Três críticas ao acordo feito com a facção; 4) Crítica ao governo do PSDB em São Paulo, que teria deixado o PCC como legado aos paulistanos; 5) Três críticas ao governo Lula, responsabilizando-o pela crise.

Na seção “Notas & Informações”, um editorial comentou “a disciplina militar do PCC”, mas considerou exagero estimar que o PCC tivesse 10 mil “soldados” e o dobro de “simpatizantes”. Para o Estadão, a força do PCC não era numérica, mas devia, isto sim, à sua coordenação e disciplina: “As autoridades não estão lidando com bandidos comuns”, pois os líderes do PCC teriam organizado uma estrutura eficiente e usado estratégias e táticas de guerrilha: “Não é à toa que um dos livros de cabeceira do Marcola é A Arte da Guerra, de Sun Tzu, um clássico da estratégia militar”. Por isso, o Estadão recomendou:

Esse tipo de organização só se vence com aquilo que os militares chamam de decapitação. Corte-se a cabeça da víbora e ela morrerá. Isso significa que as lideranças do PCC precisam ser isoladas de seus

lugar-tenentes, de seus soldados e de seus simpatizantes. Sem os líderes, essa tropa de malfeitores voltará a ser o que era: punquistas, assaltantes, traficantes – cada qual cuidando de sua vida miserável, sem condições de colocar em risco a própria organização social e a estrutura do Estado. E com tipos assim a polícia sabe tratar (OESP, 17/05/2006, pág. A3).

Para o Estadão, o combate eficaz ao PCC apenas subsidiariamente seria tarefa da polícia, pois os “verdadeiros instrumentos” capazes de derrotar a facção seriam de natureza política: “Os poderes do Estado precisam decidir, e com urgência, se no trato com criminosos apenados de tamanha periculosidade devem ser-lhes garantidos certos direitos assegurados a todas as pessoas de bem ou se têm primazia os direitos da coletividade à vida, à liberdade e à propriedade”.

Então, para o Estadão o problema da segurança estava nas cadeias: “À sombra da proteção do Estado que os chefes do crime organizado fazem reuniões que se assemelham às do conselho de administração de uma grande empresa e baixam as diretrizes para seus subordinados”. O editorial exigiu que o Estado criasse “um regime de isolamento muito mais eficaz que o já temido Regime Disciplinar Diferenciado, para afastar criminosos perigosos, sem possibilidades de recuperação, do contato com a sociedade”. Mas antes de ter terminar, o Estadão fez questão de reafirmar que, em hipótese alguma, as autoridades deveriam ter negociado com o PCC, pois ao fazê-lo, qualquer que fosse o pretexto, significaria reconhecer o PCC como força política legítima: “E isso é intolerável”.

Dora Kramer, por sua vez, analisou “o velho truque do empurra”, pelo qual PSDB/PFL e PT preferiram dividir culpas a somar esforços no combate ao crime: “O tema da violência, até então fora dos debates, entrou assim, de forma enviesada, na agenda político-eleitoral”. Para ela, não restava dúvida: o ônus mais imediato recairia sob os ombros do tucanato, há 12 anos no poder do Estado atingido em cheio pelos ataques de cunho terroristas e durante oito anos ocupante da Presidência da República sem que os repasses mais substanciais de recursos significassem qualquer avanço no combate à criminalidade.

A capa do caderno MetrÓpole estampou em meia página a foto de um ônibus totalmente destruído, sob a seguinte chamada: “Advogada usou avião da PM para ver Marcola; PM mata 32”. Logo abaixo, uma linha fina detalhava o conteúdo do caderno: “Líder do PCC confirmou a existência de um acordo para por fim a ataques e rebeliões em São Paulo; Ministério Público decidiu investigar a negociação; Governador negou ter havia

acerto com a facção criminosa; no total, foram 124 mortos desde sexta-feira, mais da metade eram supostos criminosos; “a caça continua”, diz o comandante da PM; comércio e transporte funcionaram normalmente; ontem, ocorreram mais dois ataques a ônibus”.

Matérias publicadas: 1) Integrante do PCC admite acordo e procurador-geral manda investigar; 2) Advogada nega concessões e só vê gesto de “boa vontade”¹³⁵; 3) Egoísmo do governo causou revolta, diz PCC¹³⁶; 4) MST nega ligação com a facção¹³⁷; 5) FHC critica acerto com PCC em São Paulo; 6) Para senador, negociar vale pra salvar vidas¹³⁸; 7) Alckmin cobra liberação de recursos federais; 8) Notícia de acordo deixa revoltados parentes de vítimas; 9) “Caso era pequeno para Exército”¹³⁹; 10) “Autorizei a visita a Marcola. Era um direito que ele tinha”¹⁴⁰; 11) Presos pedem e governo libera 60 aparelhos de TV; 12) “Caçada continua”, diz polícia. E mata 32¹⁴¹; 13) Para ONGs, política de matança não é solução¹⁴²; 14) Prédio de policiais é metralhado; 15) Kassab admite que sentiu medo e diz que o bem vencerá; 16) TJ adia análise de processos criminais¹⁴³; 17) Após morte de PM, 4 execuções; 18) Só faz quem deve ao PCC, diz indultado¹⁴⁴; 19) Ônibus incendiado na zona norte; 20) Depredação ainda continua no interior; 21) Empresas alegam prejuízo de R\$ 6 milhões¹⁴⁵; 22) São Paulo tem um dia de poucos congestionamentos; 23) Aos poucos, alunos voltam às aulas; 24) Comércio avalia perda da 2ª-feira; 25) Interior tem pelo menos 27 ataques; 26) Detentos dominam 2 prisões no

¹³⁵ Entrevista com a advogada Iracema Vaciaveo, que representava a Nova Ordem, associação que trabalha na ressocialização de presos em São Paulo, confirmou ter acompanhado a comitiva do governo a Presidente Bernardes, para onde fora levado Marcola, mas negou qualquer acordo entre as partes.

¹³⁶ Presos divulgaram nota explicando as razões da maior rebelião em série do país, na qual denunciaram “atitudes ditatoriais (...) geradas pela ânsia de punir os sentenciados” e apelaram: “Que não nos seja tirado o direito de sonhar, de ter esperança de uma vida melhor”.

¹³⁷ O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) divulgou nota reagindo às insinuações na grande imprensa de que teria ajudado o PCC a organizar protesto em 2005 e reclamou que essa associação “apenas contribui para a tentativa de criminalização da luta pela reforma agrária” no Brasil.

¹³⁸ Declaração do senador Eduardo Suplicy (PT).

¹³⁹ Entrevista com o governador Cláudio Lembo.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Afirmação do coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, comandante da PM de São Paulo.

¹⁴² As ONGs ouvidas: Instituto Sou da Paz, Comissão Tetônio Vilela, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o tratamento do Criminoso (Ilanud), Casa do Zezinho e o Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

¹⁴³ Ao contrário do que sugere o título, o teor da matéria informou que a seção Criminal do Tribunal de Justiça apenas suspendeu o expediente no auge dos ataques, como quase toda região metropolitana.

¹⁴⁴ Entrevista com presos que se representavam no Fórum da Barra Funda após indulto do Dia das Mães.

¹⁴⁵ As empresas de transporte coletivo da capital deixaram de arrecadar R\$ 6 milhões por suspender a circulação de 5.100 ônibus no dia mais crítico da crise, segunda-feira.

Estado; 27) Projeto: bloqueio é com operadora¹⁴⁶; 28) Presos do Rio monitorados por escuta telefônica; 29) O tititi de presos e parentes; 30) Celular, uma dor de cabeça para governos do mundo inteiro¹⁴⁷; 31) Costa sugere que empresas instalem equipamentos¹⁴⁸; 32) Assembleia aprova gratificações a polícias; 33) Agentes penitenciários marcam greve para terça-feira; 34) Senado quer isolar chefões do PCC por até 720 dias; 35) CNJ decide criar banco de dados sobre todos os presos¹⁴⁹; 36) Um pesadelo que dura quatro dias; 37) Pavor faz crescer procura por carro blindado; 38) População deve alterar hábitos; 39) “Independet” editado por Bono vê menos otimismo¹⁵⁰; 40) Para analista, situação assusta investidores¹⁵¹; 41) Embaixada americana alerta para risco de visita a SP; 42) Escapa do PCC, mas polícia pega; 43) Cidade acordou triste e confusa.

José Guimarães Carneiro e Roberto Porto, dois promotores do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, escreveram juntos o artigo “Não é possível retroceder!”, após constatarem que a tragédia que acometera São Paulo se devia à “frouxidão” da autoridade no trato com os criminosos: “Polícia e população, unidas, vão reverter a onda de violência que se abateu sobre todos; com o uso da força do Estado; (...) agora é hora do fim da crise de autoridade; não podemos retroceder”.

Ao lado, na mesma página, o jornalista Paulo Moreira Leite reclamou da “torcida antipolícia” e afirmou que, após os atentados em São Paulo, a sociedade precisava aprender a verdade fundamental de que “bandido é bandido, polícia é polícia”. Para ele, “vigora no Brasil uma visão culpada da criminalidade, que apresenta o bandido como vítima da pobreza; (...) essa esconde o problema real, de que todas as vítimas de assaltos reconhecem: os bandidos são uma ameaça à vida e devem ser combatidos sem trégua; mas é difícil fazer isso quando se acredita em retratos embelezados da criminalidade”.

¹⁴⁶ O chefe do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen), Maurício Kuene, anunciou um anteprojeto para obrigar empresas de telefonia a bloquear o sinal dos celulares nos presídios.

¹⁴⁷ Artigo assinado pelo correspondente do Estadão em Washington, Paulo Sotero.

¹⁴⁸ Entrevista com o ministro das Comunicações, Hélio Costa.

¹⁴⁹ Responsável por fiscalizar e estabelecer diretrizes para o Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a criação de um banco de dados eletrônico de todos os presos do País, com a ficha detalhada de cada presidiário, como o crime pelo qual foi condenado, a pena, o histórico do comportamento e relato sobre eventual participação em rebeliões.

¹⁵⁰ Numa edição especial, editada pelo vocalista do U2 e ativista Bono Vox, o jornal britânico “The Independent” publicou um editorial intitulado “Um desafio para Lula” alertando que o otimismo em relação às perspectivas do Brasil poderia ser reduzido.

¹⁵¹ Entrevista com Nicholas Watson, analista da Control Risks, uma das principais consultorias internacionais especializada em risco político e de segurança.

E por fim, na coluna *Persona*, página D5, Cesar Giobbi, que esbravejara contra tudo e contra todos na edição do dia anterior, desta vez assumiu um tom mais moderado e concordou com a decisão do prefeito Gilberto Kassab de manter a Virada Cultural, naquele fim de semana próximo: “Pois fez muito bem; não há maneira melhor do poder público e do cidadão paulistano responderem à barbárie”.

QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO

Aos poucos a normalidade que voltava à Grande São Paulo foi se refletindo nas capas do *Estadão*. Já na edição de quinta-feira trouxe uma manchete mais amena: “PCC obteve relato secreto por R\$ 200; celular terá bloqueio”. Mas nas reações publicadas no “Fórum dos leitores” não foram tão calmas: 1) Críticas a Lula, com base no resultado da pesquisa do IBGE revelando que 72 milhões de brasileiros passavam fome; 2) Crítica a políticos e defensores dos direitos humanos; 3) Reclamação da demora das empresas de telefonia em bloquear os celulares; 4) Vários questionamentos sobre a inoperância das ações de combate ao crime; 5) Defesa de candidato Geraldo Alckmin e crítica a Lula; 6) Responsabilização dos maus agentes públicos pelas mortes dos policiais; 7) Crítica ao manifesto do PCC culpando o “egoísmo” do governo pelos ataques; 8) Cobrança de que o governo conferisse às famílias dos policiais o mesmo tratamento dado ao PCC; 9) Crítica ao acordo com o PCC; 10) Crítica aos defensores dos direitos humanos; 11) Crítica a Lembo; 12) Crítica ao governo federal; 12) Crítica ao governo estadual.

O editorial do *Estadão*, na página A3, discutiu “A vantagem de estar preso”, destacando a força do PCC, revelada na ordem de suspensão das rebeliões e dos atentados, em virtude do acordo obtido com as autoridades. Além disso, o *Estadão* propôs uma reflexão sobre “a profunda distorção de entendimento, por parte de grupos e entidades *soi-disant* defensoras dos direitos humanos”, do que seria, “em essência”, a privação de liberdade dos delinquentes. Para o jornal, desde as revolucionárias ideias do milanês Cesare Bonesana¹⁵², a prisão perdera todo o sentido retaliativo do castigo, para adquirir o puro conceito de segregação de um indivíduo, para proteção da coletividade.

No entanto, observou o *Estadão*, os criminosos da atualidade teriam melhores condições de comandar e desenvolver suas “empresas criminosas” do que se estivessem em

¹⁵² O Marquês de Beccaria (1738-1794) expôs suas ideias no livro *Dos delitos e das Penas*.

liberdade: “Isso ocorre, antes de mais nada, porque nas prisões estão ‘protegidos’; também porque convivem em promiscuidade com delinquentes de menor periculosidade, os quais transformam em ‘soldados’ internos ou incumbidos de operações externas (e) porque podem contar, nos dias que correm, com esse novo aparelho de comunicação que é o telefone celular”.

Elogiando novamente o pacote de segurança aprovado pelo Senado, particularmente os pontos que visavam neutralizar a possibilidade de comunicação imediata com o mundo fora dos presídios, o Estadão afirmou esperar que “contra tais medidas não perdurem as conhecidas oposições ideológico-corporativas, próprias dos que mais interessados estão nos direitos humanos dos bandidos – porque, em última instância, se nutrem deles”.

Em outro editorial na mesma página, o Estadão lamentou as “pesadas baixas” entre “as forças da lei e da ordem” na “refrega com os bandidos do PCC”. Descrevendo os números e as circunstâncias das mortes de policiais, o Estadão afirmou que a virulência dos ataques do PCC justificavam a violência da resposta policial: “à polícia não restava outro caminho, a não ser aplicar a lei de talião para deter a onda de assassínios e destruição orientada de dentro dos presídios para intimidar as autoridades e aterrorizar a população”. Ressalvou, porém, que após acalmada a situação, mesmo que fosse compreensível que policiais se sentissem indignados com a morte de companheiros, em hipótese alguma poderiam buscar vingança: “A retribuição que os policiais devem dar aos bandidos que colocaram em risco desde suas famílias até as instituições é a da Lei e da Justiça civilizadas, levando os criminosos aos tribunais”.

No caderno Nacional, mais uma vez a crise em São Paulo pautou a agenda político-eleitoral do Estadão: 1) Lula culpa tucanos pelos ataques no Estado de São Paulo; 2) “SP prefere acordo com criminoso”¹⁵³; 3) Irritado, Alckmin chama presidente de mesquinho; 4) Bancada petista na Assembleia vai processar Estado; 5) Oposição reage a Tarso e obstrui votações.

Dora Kramer, em seu artigo “Pela paz, a punição”, trouxe o posicionamento do deputado carioca Fernando Gabeira, que se disse cansado da conversa “boa pra boi dormir”, isto é, os argumentos de que o avanço da criminalidade só seria contido se houvesse justiça social. Em vez do que considerou uma “visão alienante”, Gabeira preferiu

¹⁵³ Declaração do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro.

exigir uma mudança de atitude tanto do poder público, que precisava ter estratégia, visão de conjunto, agilidade e instrumentos para reagir a situações específicas como as de São Paulo, quanto daquela parcela da sociedade que se mobilizou e protestou, mas o fez de forma ineficaz e ingênua: “Na Espanha, por exemplo, diante dos atentados terroristas a população vai para as ruas exigir a punição dos culpados; aqui, as pessoas se vestem de branco e fazem passeata pela paz; é inteiramente diferente a lógica da ação, embora ambas tenham como objetivo a paz”.

Também no caderno Nacional, o Estadão divulgou com destaque um estudo sobre a segurança alimentar encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: 1) IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome; 2) 15 questões detectam insegurança alimentar; 3) Metade das crianças de até 4 anos está sob risco; 4) “Comida vai primeiro para os meninos”; 5) IBGE e Ipea vão definir critério único para pobreza; 6) Crescimento econômico decepciona, critica Bird.

No caderno de economia, na página B2, o jornalista Rolf Kuntz detalhou o estudo divulgado pelo IBGE no artigo “Fome de crescimento e emprego”. Segundo ele, a pesquisa confirmou o que qualquer pessoa sensata imaginaria sem muito esforço: “Não há no Brasil um problema de produção e de oferta de comida, fato evidente para qualquer cidadão informado, mas não para o governo petista”. Entre outras observações, Kuntz constatou haver “um problema de pobreza, associado à má distribuição de renda e à baixa qualificação de grande parte de mão-de-obra”.

E com isso chegamos ao caderno MetrÓpole, com novas reportagens, infográficos e imagens espetaculares da “crise na segurança”: 1) PCC compra depoimento secreto a CPI e descobre planos da polícia; 2) Ataques e nova onda de boatos; 3) Agentes de prontidão em presídios do interior; 4) Marcola continua no regime diferenciado; 5) Ataques com tiros e bombas persistem no interior; 6) Escolas e carros queimados em PE; 7) Por R\$ 200, funcionário vazou dados para PCC; 8) CPI pede prisão de advogados que compraram depoimento¹⁵⁴; 9) Deputado pede proteção policial¹⁵⁵; 10) Senado aprova pacote anticrime; 11) Empresas vão bloquear celular em cadeias; 12) Suspenso sinal em 6 cidades de SP; 13)

¹⁵⁴ A CPI do Tráfico de Armas enviou à Justiça um pedido de prisão preventiva dos advogados Weslei da Cunha e Maria Cristina de Souza Rachado, ligados ao PCC.

¹⁵⁵ Temendo represálias do PCC, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) apresentou requerimento para que todos os integrantes da CPI do Tráfico de Armas tivessem segurança policial.

Vizinhos aprovam medidas; 14) Polícia vai investigar compra de 60 TVs para presos; 15) Ex-policiais comandam ONG que foi até de Marcola¹⁵⁶; 16) De chefe de carcereiros a detento por 153 dias¹⁵⁷; 17) Diálogo evitou o pior, alega Lembo; 18) Promotores pedem saída de Furukawa¹⁵⁸; 19) Policiais negam ter recebido alerta¹⁵⁹; 20) Adiado sorteio da Mega Sena; 21) Em 5 dias, 3 meses de mortes; 22) “Não houve excessos”, afirma delegado-geral¹⁶⁰; 23) Morre diretor que teve 70% do corpo queimado¹⁶¹; 24) ONGs exigem investigação¹⁶²; 25) Esquadrões agem há décadas¹⁶³; 26) Fica a lição: é preciso usar informação¹⁶⁴.

O Estadão ainda propôs um debate para saber se a reação da polícia havia sido adequada, convidando para defender o “sim” o deputado federal pelo PFL do Distrito Federal, Alberto Fraga: “A polícia tem de reagir e está reagindo; o policial tem que atirar agora é para matar, porque senão ele morre”. Já o coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Sérgio Adorno contestou a reação policial: “Estou indignado, porque a resposta que o sistema criminal e particularmente o segmento policial tem é sair matando; sai matando indiscriminadamente ou talvez com alvo muito demarcado”.

SEXTA-FEIRA, 19 DE MAIO

Na edição de sexta, a capa do Estadão destinou um espaço ainda menor para destacar a crise em São Paulo, menos de meia página, embora a manchete ainda tratasse do assunto: “Políticos também seriam alvo do PCC, revela gravação”.

¹⁵⁶ A Associação Nova Ordem nasceu na prisão, mas dirigentes negam vínculo com o PCC e dizem querer “construir um novo rumo no sistema prisional”.

¹⁵⁷ Perfil de Ivan Raymondí Barbosa, presidente da Nova Ordem, o ex-policial civil que ficou preso na penitenciária de Avaré, por ser denunciado pela CPI da Pirataria.

¹⁵⁸ Seis dos sete promotores de Justiça da capital que trabalham na área de execução-criminal cobraram do governador Lembo a exoneração do secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa.

¹⁵⁹ Entrevista com vários policiais não identificados e informação de que o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PM, Wilson Moraes, havia processado os secretários Furukawa e Saulo de Castro.

¹⁶⁰ Entrevista com o delegado-geral da Polícia Civil, Marco Antônio Desgualdo.

¹⁶¹ Adelson Taroko, diretor da cadeia pública de Jaboticabal.

¹⁶² Ministério Público Estadual estava investigando os excessos na reação policial, em conjunto com as comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal, da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, da Ouvidoria da PM, Anistia Internacional, Associação Cristã para a Abolição da Tortura, entre outras.

¹⁶³ Breve histórico dos grupos de extermínio que atuam no Brasil desde a década de 1970.

¹⁶⁴ Análise de vários especialistas, entre eles o coronel da reserva José Vicente, Guaracy Minguardi, do Ilanud, e o ex-juiz e ex-secretário de Nacional Anti-drogas, Walter Maierovitch. Interessante um dos olhos da matéria, que dizia: “Presídios não têm de ser masmorras, mas têm de impor desconforto”.

E na página A2, o jornalista João Mellão Neto, ex-deputado federal, ex-secretário e ex-ministro de Estado, erigiu uma memorial em “honra” aos “heróis” que tombaram no “dia da infâmia”: “Honra; esta é a palavra-chave para compreender a dimensão do que ocorreu; a honra da PM e da Polícia Civil foi atingida; (...) urgia resgatar a autoridade da instituição; e todos se esforçaram além dos seus limites físicos para recobrá-la; parabéns, policiais, vocês cumpriram o seu dever”.

No “fórum de leitores”, o tom de indignação ainda marcaria o teor das cartas: 1) Crítica ao ministro da Justiça; 2) Crítica a Lula; 3) Duas críticas à afirmação do presidente Lula, que associara criminalidade à falta de escolaridade, o que não seria verdade pois “alguns políticos e empresários, de boa formação escolar, roubam, enganam, sonegam”; 4) Crítica aos governos estadual e federal; 5) Críticas aos “grandes absurdos” aprovados pela Constituição de 1988, que assegurou vários “privilégios” ao sistema carcerário; 6) Crítica ao vice-presidente da CNBB, por compara os ataques do PCC ao “idealismo enlouquecido da época do terrorismo político”; 7) Crítica ao PSDB, que desde a gestão Mário Covas subestimou a força do PCC; 8) Elogio à polícia e associação do MST ao PCC.

No editorial da página A3, o Estadão comentou o “pacote da segurança”, aprovado em caráter de urgência, isto é, em uma única sessão de 40 minutos. O Estadão criticou o ministro da Justiça pela advertência para “não se cair na tentação da legislação do pânico, feita em momento de crise, que acaba por deformar o sistema processual, em vez de trazer soluções”. O editorial contestou afirmando que, se seguida à risca a recomendação do ministro, a legislação nunca seria reformada: “Em tempos de crise, pelos motivos expostos; em tempos de calma, por falta de urgência”. Por isso, o jornal elogiou o Senado por corresponder aos anseios da sociedade brasileira aprovando instrumentos mais eficazes de combate ao crime organizado.

Dentre esses instrumentos mais eficazes, o Estadão destacou o fim da liberdade condicional a condenados reincidentes, a adoção do instituto da “delação premiada” e a autorização para interrogatórios por videoconferência. Em reação ao Código Penal, o editorial elogiou as três importantes inovações aprovadas: tipificação como falta grave do uso de celulares por presos, o aumento dos prazos para a prescrição das penas, que neutralizaria a interposição de recursos protelatórios, e indisponibilidade dos bens do criminoso para ressarcimento do prejuízo causado à vítima. Outro projeto aprovado alterou

o limite de cumprimento das penas, que previa o de até 30 anos e que era utilizado pelos juízes para calcular os benefícios do regime de progressão, como a passagem para o semi-aberto e a liberdade condicional – os benefícios passaram a ser calculados com base no tempo total da condenação, independentemente do teto.

O Estadão também elogiou a aprovação do projeto tornando mensais, em vez de semanais, visitas aos presos, restringindo-as a dois familiares (que ficariam separados por um vidro e falando por interfone, como nas prisões norte-americanas), e de outros projetos que acabaram com outras “regalias” ao estabelecer regras severas de isolamento, proibindo a entrada de bebidas, comida e rádio. Para o Estadão o projeto mais importante foi o que implantava a chamada de Regime de Segurança Máxima, ampliando o período de isolamento, de 360 para 720 dias, e ainda podendo ser prorrogado a critério da Justiça.

Além dessas inovações aprovadas a toque de caixa pelo Senado, o Estadão ainda reivindicou outras medidas para tornar o sistema prisional mais eficiente: o aumento do alcance das penas alternativas para crimes de menor gravidade, a construção de mais prisões, melhoria dos programas de qualificação necessários para ressocialização dos presos e a reforma das leis penais e processuais.

Na página A4, Dora Kramer afirmou que a exploração da insegurança pública pelo presidente Lula renderia mais prejuízos ao governo que à oposição. E outras matérias do caderno Nacional também continuaram partidarizando a crise paulista: 1) Oposição deve suspender obstrução segunda-feira; 2) Lembo reclama da falta de apoio do PSDB na crise; 3) Líder tucano reage a críticas de Mercadante; 4) Alckmin culpa Lula por impunidade; 5) FHC, Tasso e Aécio conversam durante três horas em NY.

No caderno de economia, Rogério Furquim Werneck, professor da PUC do Rio de Janeiro, comentou que “o que se viu nesta semana foi tão-somente uma ruptura trágica que culminou esse longo processo de deterioração da segurança pública”. Para amenizar a crise, o economista defendeu o “crescimento sustentável” e a “universalização da presença do Estado” como verdadeira política de inclusão que o País necessitava: “Com sorte, a experiência trágica de São Paulo talvez possa ser o divisor de água que dará à sociedade brasileira senso de urgência para, afinal, começar a exigir do Estado o que lhe é de direito”.

A novidade no caderno Metrópole foi uma página em branco, como forma do Estadão prestar sua homenagem: “uma página de silêncio em respeito aos mais de 40

milhões de paulistas vítimas da violência”. Fora disso, foram publicadas as seguintes matérias: 1) Políticos estavam na mira do PCC; 2) Erramos e PCC cresceu, diz Deic; 3) OAB já admite cassar advogados; 4) Acusado se contradiz e fala em conspiração do PFL¹⁶⁵; 5) Defensores e pombos-correio¹⁶⁶; 6) Ordem aceita revista de advogados. Mas não de suas pastas; 7) Lembo diz que não vê a hora de sair; 8) Saulo diz à TV que polícia não se excedeu; 9) Na internet, 89,9% criticam acordo; 10) Associação da PM culpa secretários; 11) Promotoria investiga Furukawa¹⁶⁷; 12) Rebeliões dão prejuízo de até R\$ 100 milhões; 13) Pacote de leis vai direto para Câmara; 14) Celulares terão sinal cortado hoje; 15) Prefeitura vai à Justiça contra antenas desligadas¹⁶⁸; 16) Em Franco da Rocha, corte divide moradores; 17) Para especialistas, medida é paliativa¹⁶⁹; 18) Faltam balas para os policiais; 19) Delegado queimado está em estado gravíssimo; 20) Juiz manda revistar todo o bairro¹⁷⁰; 21) DHPP ouve sobrevivente de chacina em São Mateus; 22) Resposta da polícia faz 107 mortos; 23) Ex-secretário de segurança vê risco de guerra civil¹⁷¹; 24) Bastos: Lembo não aceitou remover Marcola; 25) Nada de banho de sol ou visitas¹⁷²; 26) Peça é cancelada por causa da violência; 27) Fim de semana de visitas ameaçado; 28) Lotação também é atacado na capital; 29) No carro, 4 bombas caseiras; 30) No interior, atentados e prisões; 31) Turismo em SP calcula prejuízo; 32) Kassab quer Virada Cultural como resposta; 33) Grupo invade e saqueia jornal; 34) MP investiga entrevista na TV¹⁷³; 35) RedeTV! tem maior Ibope com programa criticado; 36) “A TV está contribuindo para uma sociedade mais vingativa”¹⁷⁴; 37) Boatos e convocação de protesto correm pela internet.

¹⁶⁵ O advogado Sérgio Weslei da Cunha, acusado de comprar a gravação dos depoimentos na CPI do Tráfico de Armas para repassar ao PCC.

¹⁶⁶ Matéria opinativa criticando advogados que abandonam a ética da profissão e atuam como mensageiros dos criminosos.

¹⁶⁷ O Ministério Público Estadual (MPE) apurava se o secretário de Administração Penitenciária cometeu improbidade administrativa ao permitir a entrada de 28 Tvs nos presídios.

¹⁶⁸ A prefeitura de Avaré entrou na Justiça para derrubar a decisão do juiz-corregedor Alex Zilenovski, do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo), que determinou que as operadoras de telefonia celular desligassem por 20 dias as Estações Rádio-Base (ERBs), responsável pelo sinal do aparelho.

¹⁶⁹ Entre eles, o presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas de São Paulo, João Oliva, e o professor de eletrônica da Poli-USP, João Antonio Zuffo.

¹⁷⁰ Com autorização judicial, 300 policiais civis vasculham casas na favela do Jardim Elba.

¹⁷¹ Entrevista com Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, ex-secretário nacional de Segurança Pública.

¹⁷² Matéria comentando a condição de Marcola, na penitenciária de Presidente Bernardes.

¹⁷³ Secretaria de Segurança Pública negou que a entrevista com Marcola veiculada pela rede Bandeirantes fosse verdadeira.

¹⁷⁴ Entrevista com Renato Janine Ribeiro, professor de Ética e Filosofia Política da USP.

Por fim, encerrando o assunto naquela sexta-feira, na página D14, o escritor Ignácio de Loyola Brandão escreveu dedicou sua crônica semanal ao tema: “Podemos falar de flores?”. A certa altura, ele disse: “Bombas explodem, o comércio fecha, as pessoas estão aterrorizadas e você vai falar de flores? As flores continuam iguais, elas não se modernizaram, não se globalizaram, são as mesmas formas e cores, percebeu...?”.

SÁBADO, 20 DE MAIO

Na capa de sábado, apesar da crise em São Paulo ocupar apenas um destaque no topo, a manchete ainda seria que “Celulares mudos e cadeias sem visitas: cerco ao PCC”. E também uma pequena chamada informava que OAB exigia a lista dos mortos e a apuração dos excessos.

Na página A2, o sociólogo Hélio Jaguaribe, em seu artigo “Os bandidos no comando”, constatou que o mundo perdera a guerra para a droga. Para ele, a “gravíssima” deterioração da ordem pública não comportaria mais protelações: “No Brasil, são as principais cidades – e não as remotas regiões rurais – que estão caindo sob o comando dos bandidos”. Jaguaribe afirmou ainda que, na “dramática” situação a que foi conduzido o Brasil, nenhuma solução seria possível sem que se reformulasse a “complexa problemática”, o que requereria, por um lado, uma “ampla reforma urbana”, com seus aspectos habitacionais, ocupacionais, educacionais e sanitários; por outro lado, seria “imprescindível” proceder uma drástica revisão do problema da droga: “Estou persuadido de que o custo social da criminalização da droga é incomparavelmente maior que a sua vigiada liberação”.

Miguel Jorge, jornalista e vice-presidente de Recursos Humanos do Santander Banespa, apresentou desde o título do seu artigo um imperativo: “Por quê? Reação já!”. Para ele, estava claro quem era a grande culpada pela ascensão do PCC em São Paulo: “Poucos se lembram, mas foram os presos da ‘esquerda armada revolucionária’, no início dos anos 1980, que botaram, chocaram e criaram os ovos das serpentes que, hoje, atacam a sociedade civil de maneira tão preocupante”. Em sua opinião, teria sido “a partir de lições de dialética, de marxismo, de organização em grupo e células, numa verdadeira mixórdia político-anarco-criminal, (que) o banditismo ampliou sua ação, esgalhou sua hierarquia,

fragmentou em arquipélagos as suas especialidades – tráfico de drogas, sequestros, homicídios, roubos de cargas, contrabando de armas etc”.

No “fórum dos leitores”, as opiniões se dividiram em: 1) Crítica ao ministro da Justiça, por alertar que aquele não seria o momento de aprovar leis mais severas em relação ao sistema carcerário, e aos que achavam que a polícia poderia ter matado inocentes; 2) Acusação de que a polícia teria matado inocentes; 3) Crítica ao ministro da Justiça, pela “má vontade” em relação ao pacote de leis aprovados pelo Senado; 4) Duas críticas ao ministro Tarso Genro e defesa do PSDB; 5) Elogio à homenagem prestada pelo Estadão naquela página às vítimas da violência em São Paulo.

Na seção “Notas & Informações”, o Estadão criticou a “troca de estocadas” entre o presidente Lula e o ex-governador Geraldo Alckmin a propósito das “agruras que São Paulo sofreu nos últimos dias”, com “claros” propósitos eleitorais: “o que ambos fizeram se chama exploração de cadáveres”. Enquanto isso, o editorial lamentou as várias denúncias de corrupção que envolviam o Congresso Federal comentando que até os “Marcolas do Partido do Crime” invocam a corrupção de Brasília como circunstância atenuante para os seus delitos, e concluiu que “o resultado dessa ruína moral, combinada com a indiferença pelas realidades da rua, é a miséria da política”.

Na mesma página A3, um outro editorial frisou a importância do “papel da polícia”, ressaltando não terem sido “incondicionais” o apoio e a solidariedade que a população de São Paulo dera à polícia assim que se desencadeou a onda de atentados organizados pelo PCC. Contudo, observou que o que deveria ser uma “operação de rescaldo” e de busca e prisão dos bandidos envolvidos na morte de policiais e na “destruição de propriedade” acabou se tornando uma “matança que choca a opinião pública”, pois, desde que foi proclamada a volta à normalidade em São Paulo, na terça-feira, foram mortos pela polícia 77 suspeitos.

Afirmando que “o uso indiscriminado da violência acaba provocando vítimas inocentes e é o caminho mais curto para indispor a polícia com a população”, o Estadão cobrou a divulgação da relação circunstanciada dos mais de 100 suspeitos mortos, destacando ainda as declarações do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, segundo o qual quase 70% dos mortos tinham “uma longa ficha

criminal”. Para o jornal, o fato de alguém ter antecedentes na polícia não bastaria para justificar sua morte e, além disso, faltava uma explicação para os 30% restantes:

O verdadeiro valor da polícia será demonstrado se ela souber, durante as operações, não apenas distinguir quem é bandido e quem não é, mas também respeitar os direitos do bandido. Comportando-se com firmeza, mas com moderação, restabelecerá a ordem pública e crescerá na estima e respeito da população. Mas, se ceder às vozes que clamam por vingança e empregar a violência indiscriminada que vitima inocentes junto com criminosos, fará o jogo do PCC – cujo objetivo é o descrédito das instituições e a derrocada da ordem legal - transformando-se num bando fardado (OESP, 20/05/2006, pág. A3).

No caderno Nacional daquela edição de sábado, o Estadão continuou contextualizando a crise paulista à sua pauta político-eleitoral: 1) PFL apressa operação para acalmar Lembo; 2) Ele diz que Serra tem “amnésia” e Alckmin não liga; 3) Lula diz que é cobrado por coisas que antecessores não fizeram há 30 anos; 4) Planalto corteja PFL para arrumar briga com PSDB; 5) Para Alckmin, presidente tem de ir para “o banco de reservas”.

Celso Ming, comentarista econômico, publicou a primeira parte de um artigo no qual apresentou as suas razões para se opor às “prisões privatizadas”. Segundo ele, a experiência mundial¹⁷⁵, que surgiu nos anos 80 no governo Reagan, teria mostrado que a privatização das prisões produziu mais problemas que soluções, com resultados muito aquém do desejado¹⁷⁶: “A administração privatizada não ganhou nem em redução de custos nem em eficiência; lá subsistem os mesmos problemas do sistema convencional, com superlotação carcerária, violência endêmica e corrupção de todos os calibres”.

No caderno Metrópole, a cobertura da “crise da segurança” em São Paulo rendeu as seguintes matérias: 1) Bloqueio de celulares prejudica 200 mil; 2) Cidades sem celular: culpa do PCC; 3) Para advogado, ação deve ser movida contra Estado¹⁷⁷; 4) A dúvida: quantos inocentes mortos; 5) OAB-SP pede a Saulo lista de mortos em tiroteios; 6) Não há execuções, afirma Lembo; 7) Pedida saída de secretários em audiência na Assembleia¹⁷⁸; 8)

¹⁷⁵ No Brasil, as primeiras experiências começaram em 1999: em Guarapuava (PR), a 260 km de Curitiba, e em Cariri (CE), na periferia de Juazeiro do Norte.

¹⁷⁶ Ming baseou a primeira parte do seu argumento no artigo do professor Laurindo Dias Minhoto, da USP, autor de um trabalho editado pela Max Limonad: “Privatização de Presídios e Criminalidade”.

¹⁷⁷ Para o advogado Paulo Brancher, especialista em tecnologia, não seria cabível entrar com ação contra operadoras, porque elas não deixaram de oferecer o serviço por vontade própria ou falha.

¹⁷⁸ Várias entidades de defesa dos direitos humanos aproveitaram uma audiência pública na Assembleia Legislativa para pedir a demissão dos secretários Saulo de Castro e Furukawa.

MPF indica perito para IML¹⁷⁹; 9) Fleury alertou sobre PCC em 2006¹⁸⁰; 10) Bastos pede lista de nomes para presídio federal; 11) Mais 4 do PCC vão a regime duro; 12) OAB hesita em investigar advogados; 13) Não haverá visita em 73 presídios; 14) Tudo pronto no primeiro presídio federal no PR; 15) Medida diminui movimento perto de terminal de ônibus¹⁸¹; 16) Agente penitenciário vítima de ataque no fim de semana morre em Rio Preto; 17) Crimes comuns caem 45%¹⁸²; 18) Juiz justifica mandado de busca coletivo em favela¹⁸³; 19) Na noite mais tranquila, 1 morto; 20) Identificado preso que ordenou ataques; 21) Decretada situação de emergência em MS¹⁸⁴; 22) Descoberta 2 centrais telefônicas clandestinas; 23) Bastos pede para não politizar a crise; 24) Câmara se protege para evitar vazamento¹⁸⁵; 25) Infiltrar-se na máquina pública era meta do PCC¹⁸⁶; 26) Secretaria Nacional de Segurança Pública diz que Força deve chegar a 10 mil homens; 27) Virada Cultural para superar a crise; 28) Psicólogo vê prevenção ao crime¹⁸⁷.

Ainda no caderno MetrÓpole, o Estadão publicou o artigo de Ethevaldo Siqueira, aquele especialista em telecomunicações, considerando o bloqueio dos celulares dentro dos presídios e o desligamento das estações radiobase (ERBs) “medidas caras, ineficazes e prejudiciais”.

E o Caderno 2 anunciou uma “insônia pela arte”, informando que a Virada Cultural seria mantida pela prefeitura como “uma resposta cultural à violência dos últimos dias”. No mesmo caderno, Marcelo Rubens Paiva escreveu uma crônica intitulada “Pânico – SPCC”,

¹⁷⁹ Seis assistentes periciais foram indicados pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Defensoria Pública para trabalharem no IML de São Paulo.

¹⁸⁰ O deputado federal Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP) afirmou que ao deixar o governo do Estado, em 1995, teria alertado a equipe de seu sucessor, Mário Covas (PSDB), de que o PCC estava tentando se organizar no sistema carcerário, copiando estrutura e método da facção carioca Comando Vermelho (CV).

¹⁸¹ A suspensão das visitas nos presídios rebelados em solidariedade ao PCC diminuiu o movimento de ônibus fretados, na Barra Funda, que levam parentes de presos às penitenciárias do interior do Estado.

¹⁸² Secretaria de Segurança Pública apontou crescimento de 240% dos homicídios e queda de outros tipos de crimes comuns.

¹⁸³ Entrevista com o juiz-corregedor Marcelo Martins Pereira, do Departamento de Inquéritos Policiais.

¹⁸⁴ O governo do Mato Grosso do Sul decretou situação de emergência no Estado alegando “colapso no sistema carcerário”.

¹⁸⁵ Após vazamento da sessão da CPI do Tráfico de Armas, os parlamentares decidiram que apenas servidores do quadro efetivo da Câmara poderiam operar o áudio das CPIs, do Conselho de Ética e da comissão de sindicância da Corregedoria.

¹⁸⁶ Segundo os delegados Godofredo Bittencourt e Rui Ferraz Fontes, a estratégia do PCC era financiar cursos universitários para integrantes da facção e campanha para deputados e até chegou a comprar respostas de concurso público para contratação de agentes penitenciários.

¹⁸⁷ Para o psicólogo Marcus Góes, do Instituto Sou da Paz, a Virada Cultural seria uma forma de prevenir a violência: “Garantir o direito à cultura é uma forma preventiva de se fazer segurança pública”.

narrando como contrariou o “toque de recolher” passeando com a namorada pela cidade completamente vazia: “A noite estava linda; resolvemos comemorar o temor coletivo e passear a pé de mãos dadas no meio da rua. No coração dos Jardins; me senti no meu livro *Blecaute* (em que São Paulo fica deserta)”.

DOMINGO, 21 DE MAIO

Fechando a trágica semana, a capa do Estadão de domingo destacou na manchete que “Polícia pode ter matado inocentes, admite Lembo”. E na página A2, Gaudêncio Torquato, consultor político e professor titular da USP, no artigo “A roda trincou”, comentou que o Estado, provedor do bem comum, tinha falhado em seu dever moral de proteger a sociedade. Para ele, o mais organizado ataque ao poder público de nossa História não podia ser analisado sob a exclusiva ótica da criminalidade: “Se o Estado fosse eficaz na gestão das emergências, a criminalidade seria desmontada; na verdade, os exércitos informais se expandem quando o poder formal reflui; o poder do Estado brasileiro está na lona há muito tempo”.

O “fórum dos leitores” publicou as seguintes cartas: 1) Crítica por São Paulo ter se acovardada; 2) Comparação de São Paulo a Moscou de Stalin, “onde todo mundo é culpado de tudo”; 3) Indicação de que o PCC estaria a caminho de virar uma espécie de máfia russa, liderada pelo milionário Boris Berezovski; 4) Cinco críticas às autoridades competentes pelo bloqueio do sinal dos celulares; 5) Elogio ao artigo de João Mellão Neto, em homenagem aos policiais mortos a serviço da “lei e da ordem”; 6) Crítica às ONGs que exigiam investigações sobre as mortes dos suspeitos durante a reação da polícia; 7) Elogio ao posicionamento do Estadão.

No editorial de domingo, o jornal afirmou que a incapacidade do Estado, em qualquer dos seus níveis, de garantir a segurança e a ordem pública seria a “expressão mais contundente e literalmente assustadora” de uma crise ainda bem mais profunda. Para o Estadão, a crise consistiria na imensa desproporção entre a infinidade de demandas sociais e o desafio que elas impõem à atuação do poder público, de um lado, e de sua incapacidade financeira de responder satisfatoriamente a esse desafio, de outro: “É como se os governos tivessem de correr cada vez mais depressa para ao menos não permitir que continue se

aprofundando o abismo entre o que deles se cobra e o que eles de fato podem proporcionar”.

Nesse sentido, conforme o editorial, o descalabro dos “sistemas de segurança” – no plural, porque englobariam, além dos serviços de repressão ao crime e de garantia de segregação dos criminosos, também o Judiciário – seria o menos dramático, “por seus efeitos potenciais a longo prazo, do que as formidáveis carências que a tudo resistem nas áreas de educação e saúde, as quais completam o tripé das obrigações fundamentais que justificam o ativismo do Estado”. Assim, o que o poder público estava devendo à sociedade em matéria de segurança não era mais do que devia em outros campos: “A diferença é que, no primeiro caso, a cobrança da dívida irrompe em surtos estrepitosos porque se traduz em bárbaras exibições da força do crime organizado, como essa que traumatizou São Paulo”:

Mas quantas vidas se perdem ou se debilitam em silêncio devido às deficiências do sistema de saúde pública? E quantas vidas deixam de desenvolver as suas possíveis aptidões devido a um desastroso sistema de ensino que despeja no mercado legiões de brasileiros sem as qualificações básicas – técnicas e culturais – para integrar a vida econômica nos moldes das sociedades contemporâneas adiantadas? O gritante paradoxo é que o Estado não é omissor: atende a tudo e a todos (OESP, 21/05/2006, pág. A3).

Com isso, o Estadão concluiu defendendo que somente um ritmo de crescimento econômico – e, portanto, “da capacidade da economia de sustentar o Estado” – que superasse o ritmo de crescimento das exigências sociais em saúde, educação e segurança é que acenderia a luz no fim do túnel. Ou seja, somente uma política fiscal judiciosamente conduzida, que contemplasse não apenas as necessidades da Administração, mas sobretudo as do investimento, da produção e do trabalho, é que criaria as condições para a aceleração sustentada do ritmo de crescimento e que, portanto, produziria recursos à altura das demandas sociais.

Em um segundo editorial, logo abaixo, aproveitando a polêmica sobre o envolvimento de advogados com o crime organizado, o Estadão comentou que Supremo Tribunal Federal havia julgado naquela semana dos ataques uma ação direta de inconstitucionalidade em relação ao Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A decisão, em suma, efetuou uma espécie de minirreforma no estatuto da OAB para corrigir algumas prerrogativas dos advogados tidas consideradas abusivas. O editorial aplaudiu a decisão, afirmando que “o STF apenas se limitou a suprimir excessos e

ambiguidades do estatuto da OAB que geravam tensões desnecessárias nas relações entre os diversos operadores do direito, dificultando as lidas forenses”.

Na página A4, Dora Kramer esquentou ainda mais os ânimos entre o PSDB e o PFL, alterados por causa das declarações contundentes do governador Cláudio Lembo, publicando uma entrevista que com o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que não poupou críticas ao presidiável Geraldo Alckmin e aos tucanos “arrogantes e descansados”. Também no caderno Nacional, outras matérias seguiram nessa linha, como, por exemplo, a que informou que “Alckmin afaga PFL e tenta superar atritos com Lembo”.

A crise em São Paulo também repercutiu em vários artigos assinados no caderno de economia. A começar por Celso Ming, que publicou a segunda parte do seu artigo “Prisões privatizadas”. Desta vez amparado nas reflexões da socióloga Júlia Lemgruber, ex-diretora do Departamento Penitenciário do Rio de Janeiro, que se posicionou contrária à privatização do sistema com argumentos ético-morais: “Se é o Estado que priva o indivíduo de suas liberdades, é também ele que deve administrar essa privação, sem tentar tirar proveito (lucro) disso”.

Ela também advertiu que “privatizar prisões é permitir que o dinheiro dos impostos enchem o bolso de aventureiros” e informou que a empresa que se dispõe a construir uma prisão quer não só recuperar os recursos investidos na obra, mas ter o lucro com a administração: “Seu faturamento é proporcional ao número de presos sob a sua guarda”. Ou seja, ao fazer a licitação para a construção de novas unidades penitenciárias e assegurar sua administração, o poder público se comprometeria a remeter às prisões o número de condenados que garanta o lucro previsto.

Na mesma página, a jornalista Suely Caldas criticou o presidente Lula por culpar seus antecessores, que, ao não investirem em educação, teriam sido os responsáveis pelas revoltantes cenas de violência vividas em São Paulo: “Desculpa esfarrapada; Lula não sabe o que está falando; (...) os presidentes que o antecederam investiram, sim, em educação, tanto que o nível de instrução da população pobre deu saltos expressivos entre 1970 e 2004”. Ela considerou a avaliação de Lula “rudimentar e simplista” por não tangenciar as causas da violência e do avanço do crime organizado: “Em 1970, o Brasil era mais pobre e analfabeto e menos violento do que é hoje”.

Também no caderno de economia, o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega demonstrou “como piorar a segurança pública”, criticando a proposta de se criar uma nova vinculação de receitas, algo em torno de 15%, como já se fez com a educação. Ele concordou que uma ação mais eficaz para enfrentar a situação demandaria fundos para integrar os sistemas de segurança, melhorar a inteligência, construir novos presídios e aparelhar melhor a polícia: “Será preciso, assim, redefinir prioridades e não enveredar por medidas que piorem a rigidez orçamentária; o certo seria cancelar dotações para atividades menos prioritárias em benefícios das associadas à segurança”.

Por fim, o caderno de economia ainda traria outro artigo do especialista em telecomunicações, Ethevaldo Siqueira, que deixou a tecnologia de lado para fazer algumas reflexões sobre o caos imposto a São Paulo pelos criminosos. Em síntese, Siqueira dirigiu a sua indignação à “hipocrisia das autoridades de segurança e da Justiça, que insistem em bloquear o celular dentro dos presídios e desligar as estações radiobase (ERBs) nas vizinhanças”.

E com isso chegamos ao caderno MetrÓpole, que trouxe uma espécie de resumo semanal da crise em São Paulo: 1) A semana do terror; 2) “Eventualmente pode haver inocentes”¹⁸⁸; 3) 70% dos autores dos ataques são do tráfico¹⁸⁹; 4) Governo é pressionado a divulgar nomes de mortos¹⁹⁰; 5) FHC pede tolerância zero e cruzada nacional; 6) Ataques, revides, boatos, excessos, 166 mortos¹⁹¹; 7) Loteria do PCC sorteia carros e motos; 8) O homem que parou São Paulo¹⁹²; 9) As horas sombrias da favela do Jardim Elba; 10) Família ignora morte de presa; 11) Um preso morto e 5 feridos no interior; 12) Virada começa com animação; 13) No Municipal, Zimbo Trio lota e deixa fila.

O caderno cultural, na página D3, ainda trouxe um desabafo do cronista João Ubaldo Ribeiro: “Chega de descalabro, chega de desgoverno, chega de esculhambação, chega de humilhar cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, chega de nos humilhar coletivamente, chega de furtar nossos impostos, chega de nos tratar como gado manso”.

¹⁸⁸ Entrevista com o governador Cláudio Lembo.

¹⁸⁹ Entrevista com o secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho.

¹⁹⁰ O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública requisitaram da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo a necropsia dos corpos das pessoas mortas na reação policial.

¹⁹¹ Matérias em duas páginas, C6 e C7, com os números e as imagens espetaculares dos atentados.

¹⁹² Perfil de Marcola.

Um outro artigo, no mesmo caderno, assinado pelo professor Renato Jaime Ribeiro (USP), comentou “o nosso 11 de Setembro e os pés de barro de São Paulo”, alertando ser preciso cortar o recrutamento para o crime que ocorre nas cadeias para “reverter o que nos ameaça”.

No caderno Tv & Lazer, publicado sempre aos domingos, a colunista de Sintonia Fina, Leila Reis, reclamou do “oportunismo” dos telejornais que, para tirar proveito da audiência, exageraram na cobertura dos atentados: “O comportamento da TV foi quase eufórico em alguns casos. Para ela, a violência dos fatos já falavam por si só, mas para manter a tensão no pico, as informações foram “reprisesadas, recontadas, enfatizadas e adjetivadas até não mais poder”. E na falta de imagens e informações novas, “haja repetição!; como a cena do sofrimento da pobre mãe sobre o caixão de um dos primeiros policiais mortos nos atentados”.

E com isso chegamos ao caderno Aliás, famoso pelo balanço que faz dos principais fatos da semana. Na capa, o título anunciou um novo “toque de recolher; para pensar”. Abaixo de uma foto da frente do Teatro Municipal, totalmente deserta, uma legenda ampliada destacava algumas perguntas e perplexidades que seriam abordadas no caderno: “Por que a maior cidade do País ficou à mercê dos bandidos? Por que tanto medo e insegurança? Por que as autoridades ficaram tão aturdidas? Por que a violência só faz crescer?”.

O professor titular de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, José de Souza Martins, foi o primeiro a comentar “a ordem do avesso” que marcara aquela “insurgência” numa sociedade dividida entre o “lícito e o ilícito”, entre “carências e conveniências”. Martins citou o principal protagonista daquela semana, Marcola, que fizera a um policial uma afirmação esclarecedora sobre as “contradições” ressaltadas: “Eu posso encontrar e matar vocês em qualquer lugar, mas vocês não podem me matar aqui”. Outro exemplo foi o advogado de um dos criminosos, acusado de comprar a gravação do depoimento secreto na CPI do Tráfico de Armas, que reagiu ao questionamento de sua atuação como advogado de criminoso declarando que ninguém questionara o advogado que defendeu o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, envolvido no “escândalo do mensalão”.

Nessas duas afirmações o que temos é o crime invocando em proveito próprio a ordem formal, seguro do direito do criminoso de ser protegido pelas instituições; seguro de que sua delinquência, dita do Mal, tem direito a tratamento igual à delinquência de quem se diz do Bem. A carga de ambiguidade, duplo sentido e dupla intenção, que há nas nossas leis, nas nossas instituições, na nossa prática política e nos nossos

costumes, é o ingrediente básico que viabiliza a duplicidade da ordem que está por trás dessas falas e dos fatos. A duplicidade foi gerada e mantida ao longo de uma história social e política que reuniu, no todo dos formalmente iguais, os socialmente desiguais para que desiguais continuassem. Apesar dos bons propósitos, o Brasil não conseguiu superar esse legado (OESP, 21/05/2006, pág. J3).

Para este professor da USP, os efeitos dessa duplicidade não seriam privativos do criminoso profissional e do crime organizado, e muito menos privativos dos políticos e privilegiados que vivem se auto-inocentando. Segundo ele, a sociedade sofre seus efeitos na “miríade de pequenos delitos possíveis e não raro indispensáveis em nosso cotidiano quase vazio de institucionalidade e de legalidade” efetivamente acessíveis a todos. Martins denunciou o que para ele “é uma sociedade de privilégios”, onde os direitos do cidadão são puramente formais e raramente se materializam para a maioria. Ele disse não estranhar que as “lutas sociais por direitos” tenham sido substituídas por “lutas sociais pelos privilégios grupais e corporativos”. Martins concluiu que, na “insurgência” daqueles dias, o que de fato assombrou a todos foi que o crime ganhasse a “força simbólica da simultaneidade das ações”. Para ele, foi como se o “pacto tácito da duplicidade da ordem” tivesse sido rompido e o crime estivesse impondo a todos a sua própria soberania: “Levante, talvez, das classes perigosas, (pois) sempre achamos que pobre e crime andam juntos”.

Eduardo Marques, professor do Departamento de Ciência Política da USP, intitulou seu artigo como “Os dois lados da segregação”, comparando as duas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, enquanto que naquela a “cidade conflagrada” era entendida como expressão da crise urbana, em São Paulo o mesmo problema era compreendido como caso de polícia e de prisão, desconectado da questão urbana. Essas diferenças de enfoque, para ele, se associavam às distintas “estruturas de segregação” dessas cidades. Por segregação social ele denominou a separação espacial dos grupos sociais e a homogeneidade interna de cada espaço, ou seja: “O fenômeno se associa às desigualdades e à pobreza, mas separá-los permite compreender as consequências da segregação sobre a cidade e o social”.

Marques comentou ainda que aquela conflagração teria superado as barreiras da segregação, submetendo toda a cidade (e a população) às ocorrências típicas da periferia. E esse elemento teria sido usado estrategicamente pelo PCC, que começaram com alvos policiais e civis na periferia até chegarem a ataques nas áreas ricas. Portanto, a sua conclusão: “O pânico que deu ares ao episódio ares de crise urbana foi causado pela não restrição das ocorrências às periferias”. Em outras palavras, um elemento de fundo para a solução da violência estaria na incorporação da violência de forma menos desigual:

Não se trata de insistir na falsa dicotomia entre políticas repressivas e políticas sociais “preventivas”. É evidente que a questão da violência inclui o uso da força (legítima) para obrigar o cumprimento da lei. Entretanto, e não menos importante, políticas sociais que mereçam esse nome devem integrar socialmente e transformar estruturas prévias de hierarquia, e não apenas reduzir as suas consequências. O Estado democrático de direito incorpora necessariamente essas duas dimensões (OESP, 21/05/2006, pág. J3).

As páginas centrais do caderno Aliás, J4 e J5, foram dedicadas a uma entrevista com especialistas, que propuseram “Três caminhos para entender o caos em São Paulo”: o psicanalista Jurandir Freire Costa, o professor de Filosofia do Direito e ex-secretário de Segurança Pública em do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, Roberto de Aguiar, e um cientista político que estuda a polícia brasileira, Leandro Piquet Carneiro. Ou seja, segundo o Estadão: “Três visões sobre como o crime organizado conseguiu parar, e paralisar de medo, a maior cidade da América Latina; num diagnóstico multifacetado, eles apontam as contradições de uma sociedade onde ricos se comportam como turistas que contemplam de binóculo a pobreza, de um Estado que tem leis, mas não as aplica, e da Justiça que se preocupa com a oferta da droga, e não com a demanda”.

Na entrevista concedida ao Estadão, o psicanalista Jurandir Freire Costa comentou alguns fatos que marcaram aquela semana de violência em São Paulo, começando pelo funcionário que vendera ao PCC os depoimentos da CPI do Tráfico de Armas por R\$ 200,00. Para ele, pessoas que aceitam ser corrompidas justificam suas ações alegando que apenas fizeram o que “qualquer um faria se tivesse condições de fazer” e que, no entanto, cada R\$ 200 ou R\$ 2 milhões ganhos com a corrupção de parlamentares, administradores públicos ou agentes de segurança significaria bala na cabeça, enterro, tetraplegia ou paraplegia de um pai, de um marido, de uma filha, de um irmão: “Dinheiro de corrupção é azeite na fogueira do terror urbano”.

Costa considerou organizações como o PCC “um quebra-cabeças sem ordem e sem moldura”, resultado de uma parcela “desagregada” da sociedade: “Temos a impressão de que qualquer explicação da violência urbana é uma litania sem-fim contra os mesmos males: concentração de renda; desemprego; injustiça; exclusão social, etc”. Por isso, a luta contra motins urbanos estaria de antemão perdida se a elite brasileira continuasse insistindo em pensar o país como “a Disneylândia de alguns em meio ao pântano de muitos”. E o fato das autoridades do governo se negarem a divulgar os nomes dos civis mortos nos ataques também demonstraria a mentalidade “residualmente escravagista” dos grupos privilegiados

do Brasil, considerados por ele como “turistas que observam com lunetas o que se passa em favelas e subúrbios, e que vêm na massa dos mais pobres apenas bestas de carga a seu serviço”. Nessas condições, citando Hannah Arendt, “os piores perdem o temor e os melhores, a esperança”.

O segundo entrevistado pelo Estadão, o jurista e ex-secretário de Segurança Roberto de Aguiar criticou a série de projetos de lei para combater a criminalidade afirmando que, a exemplo de outros eventos sociais, criou-se “uma legislação espasmódica” a fim de mitigar a consciência das pessoas, para diminuir a resistência contra um Congresso muito problemático: “Há 129 projetos de lei sobre segurança pública parados no Congresso; por quê? Nós estamos perante um Estado numa enorme crise de legitimidade, com um enorme problema de ineficácia, num profundo problema de representatividade”. Para ele, as reais medidas não foram tomadas, como, por exemplo, retirar funcionário corrupto que facilita a entrada de celulares, de troca de informações e de capilarização das ordens dos chefes dos grupos; reeducar as polícias militares; e mudar os parâmetros da política de segurança, que deveria ser um serviço para a cidadania e não um combate “desastroso e mortal”.

Aguiar defendeu a reestruturação do sistema penal brasileiro e a readequação da lei de execuções penais, pois, segundo ele, estudos do Ministério Público comprovaram que, a cada vez que um criminoso volta para a cadeia, volta por um crime maior: “Fazem nos presídios uma pós-graduação em criminalidade”. Por isso, recomendou a construção de presídios pequenos “para os mais perigosos”, e não de “cidades prisionais difíceis de administrar”, como Bangu e Carandiru: “O velho César, aquele rapaz de cerca de 2 mil anos atrás, já falava *divide et imperat* (‘Divide e governa’); quer dizer, se você precisa diminuir o poder de uma organização, deve separá-la fisicamente”. O jurista defendeu ainda mudança nas leis em dois sentidos: criar novos tipos, para as novas demandas do mundo, e descriminalizar uma série de procedimentos, de atitudes que não são criminosas: “A gente precisa aplicar as penas alternativas, mas parece que os juízes nascem com dois genes: um de multa e outro de privação de liberdade”.

Por fim, o cientista político Leandro Piquet Carneiro reconheceu que muito pouco se sabia sobre a forma de organização do PCC: “O PCC é igual à Camorra? Ou será igual às gangues People Nation, Calle 18 ou aos Crips? É um cartel nos moldes do que ocorre nos países andinos? Crime organizado significa muitas e diferentes coisas”. Segundo ele, a

explicação do fenômeno PCC passa pela rápida disseminação de armas de fogo nas grandes cidades do Brasil e da América Latina a partir dos anos 80, que foi concomitante a dois processos: a expansão da oferta de drogas ilícitas e o aumento dos homicídios: “Drogas e armas formam sempre um binômio perigoso que pode levar a um aumento generalizado da violência”, ou seja, o uso de armas de fogo acabou introduzindo “imprevisibilidade” no conflito entre os grupos que distribuem drogas: “Por isso o controle de armas, principalmente as que se encontram nas mãos de criminosos, deve ser um dos principais objetivos das políticas de segurança pública”.

Carneiro discordou da ênfase que consideraram “guerra urbana” o evento ocorrido em São Paulo, mas ressaltou que as formas mais lucrativas de crime requerem algum grau de organização: “Se os ganhos são significativos é razoável esperar que existirá algum tipo de organização dedicada ao negócio”. Além disso, o ex-secretário de Segurança Pública elogiou a “boa qualidade técnica e profissional” da polícia de São Paulo, a mais bem preparada e com o menor nível de corrupção do país: “Quanto à violência praticada por policiais eu diria que esse é um problema grave, mas felizmente existem meios de controlá-lo e de punir os que desrespeitaram a lei”.

Ainda no caderno Aliás, o Estadão publicou o artigo de Francisco Foot Hardman, professor de teoria e história literária da Unicamp e pesquisador visitante da Universidade do Texas, em Austin, sobre “os odores fétidos da impunidade”, lamentando as centenas de mortos naquela semana de violência em São Paulo. Ele ressaltou que nas “guerras de extermínio” sempre convém aos mortos o silêncio e a invisibilidade:

A maioria dos mortos, como nas principais histórias de massacres que se espalham por toda a América Latina, permanece e permanecerá anônima: as gavetas do Instituto Médico Legal que o digam; mas elas também silenciam; o fato é que os mortos não podem ser nomeados porque daí a guerra de extermínio não declarada vira guerra civil, nomeiam-se cidadãos vitimados e os grandes crimes da nacionalidade passam a ter cara, hora, local, identidade; eventualmente, a dos perpetradores, até (OESP, 21/05/2006, pág. J6).

Sérgio Augusto, colunista do Estadão, teve espaço ainda para seu artigo “Ouvindo de mais e de menos” no qual ele perguntou até quando as prisões brasileiras seriam devassadas por “mulas” de celulares, DVDs, televisores e armas. Assim, o problema não seria o celular, mas o “laxismo” vigente nas prisões: “Talvez nem fosse necessário bloquear o celular se a vigilância nas penitenciárias fosse competente e rigorosa e não, como tem

sido, frouxa e muitas vezes controladas por policiais (sic) corruptos, que tudo deixam passar, até advogados de bandidos, sem os submeter a revistas”.

No caderno Aliás, o Estadão ainda realizou uma enquete para saber se o governo deveria autorizar escutas na conversa entre presos e advogados: 86,4% dos entrevistados responderam sim e 13,6%, não. Foram publicadas 17 cartas na página J7, numa coluna intitulada “o pensam os leitores”. O jornal ouviu ainda duas opiniões diferentes sobre o assunto. Primeiro de Romeu Tuma Jr., delegado da Polícia Civil e deputado estadual pelo PMDB, que afirmou não existir um direito individual que superasse o interesse da coletividade: “Lamentavelmente, multiplicam-se os casos em que maus advogados transmitem ordens dos chefões dos crimes”. Já o presidente da OAB de São Paulo, Luiz Flávio Borges D’Urso, advertiu que o grampo causaria sérios danos às prerrogativas profissionais: “A prática do grampo vem ameaçando frontalmente a liberdade profissional, ao comprometer a confidencialidade da defesa, e as garantias individuais dos cidadãos, em flagrante contrariedade aos princípios constitucionais”.

Na página J8, uma última reportagem narrou como era a vida na Supermax de Florence, com as memórias de um ex-detento, Ray Lasseur, que passou 9 anos neste que é um dos presídios de isolamento total nos Estados Unidos: “Passei por vários momentos em que achei que ia perder a sanidade; o ódio que você sente pelos guardas o consome; não tenho dúvida que alguém pode enlouquecer na Supermax”. Na entrevista concedida ao Estadão, Lasseur descreveu horrores como os cinco anos que passou 23 horas trancado por dia nesta prisão federal de segurança máxima no Colorado, projetada para guardar “o pior dos piores” criminosos dos Estados Unidos¹⁹³.

¹⁹³ Organizações como o Human Rights Watch e a American Civil Liberties Union concordam e denunciam este método extremo de punição como uma violação aos direitos humanos e de convenções internacionais sobre tratamento de presos subscritas pelos Estados Unidos.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DO DISCURSO DA FOLHA E DO ESTADÃO

O enquadramento determina se a maioria das pessoas percebe e como elas compreendem e lembram de um problema.

Entman

Consideramos nesta pesquisa a relação entre a imprensa e o sistema carcerário analisando, particularmente, como a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo se posicionaram na semana dos ataques do PCC em maio de 2006. Na descrição da cobertura desses jornais que fizemos nos capítulos anteriores, observa-se que apesar de não assumirem um discurso extremista os dois jornais acabaram endossando a proposta de um sistema carcerário que funciona como “empresa de modificação dos indivíduos”:

Longe de transformar os criminosos em gente honesta, (a prisão) serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. (...) A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa (...) Tornou-se necessário este álibi, que funciona desde o século XIX, que diz que se se impõem um castigo a alguém, isto não é para punir o que ele fez, mas para transformá-lo no que ele é (FOUCAULT, 1979: 131-132 e 138).

Vimos que enquanto a Folha apostou na pluralidade de opiniões, mais nos artigos de especialistas convidados que em suas matérias “informativas”, o Estadão preferiu se concentrar esforços nas reportagens. Além disso, a Folha apresentou um pouco de tendência ao sensacionalismo e o Estadão, por sua vez, com a seriedade já reconhecida, centralizou demasiadamente um único ponto de vista, o que, assim como o sensacionalismo, inibe a leitura crítica dos textos e pouco contribui para a formação mais abrangente por parte do leitor. Vimos, portanto, que o assunto foi alvo de uma profusão contraditória de notícias e editoriais, de falas de autoridades, de depoimentos de cidadãos comuns e de análises de especialistas e manifestação contundente por parte dos leitores. Não podemos subestimar a capacidade de crítica do leitor desses jornais, e também

devemos reconhecer que foram oferecidas para que ele não se submetesse a apenas um discurso.

No entanto, ao endossarem o discurso de que a manutenção da “ordem” depende necessariamente da imposição das “leis” sobre o funcionamento social, aplicada pelo Estado, os dois periódicos acabaram confirmando a tese Louis Althusser de que os jornais são fundamentais no convencimento da sociedade e na manutenção do *status quo*. E isso se deu em grande escala, apesar deles lamentarem a morte de inocentes na reação policial, acabaram concordando ser este o preço para restauração do “bem comum”. Mais do que tudo, os jornais demonstraram que a disputa hegemônica não se dá de maneira abstrata ou meramente subjetiva, haja vista se tornarem numa arena onde vários pontos de vistas tentaram impor suas verdades.

Mas qual ordem as leis deveriam preservar? A quem interessaria manter o sistema funcionando e que “normalidade” era defendida? Aos presos e seus familiares, certamente que não. Althusser já afirmara que se a ideologia das classes dominantes se transforma na ideologia dominante graças à instauração dos “aparelhos ideológicos de Estado”, essa instauração não se faz sozinha: “Ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua” (Althusser, 1999: 140).

Na abordagem detalhada dos capítulos anteriores, ficou nítida essa disputa. Por um lado, entre as autoridades federais e estaduais representada pelos dois principais partidos brasileiros: PT e PSDB; por outro, entre as próprias autoridades do Estado de São Paulo. Ressalte-se que o país estava em pleno período de aquecimento das campanhas eleitorais majoritárias e, por essa razão, o tema da segurança não poderia ficar de fora da agenda político-eleitoral. Havia também muitas discordâncias, e a mais evidente sobre a condução da crise e sua imediata superação ocorreu entre os titulares das secretarias de Segurança Pública e da Secretaria de Administração Penitenciária.

Além disso, as ondas de violência naquela semana reavivaram tradicionais divergências entre a área de Segurança Pública do governo do Estado e representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário. No entanto, foram menos evidentes as tradicionais divergências entre policiais civis e policiais militares. Entre os cidadãos comuns, as divergências apareceram em forma de entrevistas, frases soltas e também nas seções de “cartas do leitor”, todas, contudo, em ressonância à pauta definida pelos jornais,

seja expressando medo e insegurança, relatando o caos instalado na cidade, criticando as autoridades ou cobrando políticas de segurança mais severas. Já os especialistas que tiveram voz nos jornais falavam a partir de sua “experiência” profissional ou de pesquisa, como advogados, profissionais da área de saúde, jornalistas e pesquisadores acadêmicos, todos debatendo com menor ou maior densidade as “raízes sociais” do problema e seu impacto sobre o sistema de Justiça.

Analisando a preocupação desses atores que tiveram voz naquela semana, chegamos a quatro conclusões preliminares para nossa pesquisa, que desde já merecem ser apresentadas: 1) as distintas falas foram evidenciando que não se conhecia suficientemente o personagem Marcola e seus companheiros; 2) era escasso o estoque de conhecimento a respeito do PCC (ambos – PCC e suas lideranças – revelavam-se algo além do que meros agentes da criminalidade organizada); 3) as imagens que foram disseminadas pelos jornais pareceram corresponder somente em parte à realidade; 4) os ataques e as rebeliões haviam sido arquitetadas por criminosos ousados e violentos, capazes de impor um novo toque de recolher à cidade e de inundar o Estado de São Paulo com novas ações espetaculares e surpreendentes, o de fato viria a ocorrer.

Após uma trégua momentânea, as ações do PCC persistiram até meados do mês de agosto culminando com o sequestro do jornalista da Rede Globo, que somente foi libertado após a transmissão do comunicado subscrito pela facção. Devido às pressões dos meios de comunicação, o governo do Estado reagiu ampliando o rigor da lei em detrimento da tendência “humanista” iniciada na reforma da legislação penitenciária nos anos 1990. Entre as medidas adotadas para resguardar a ordem, como vimos, destacaram-se: a) ampliação do número de encarcerados; b) aumento o tempo das penas privativas de liberdade; c) impossibilidade da progressão de regime de condutas consideradas subjetivamente como hediondas.

Os acontecimentos de maio a agosto de 2006 ainda desgavetaram diversos projetos de lei que propunham penas mais rigorosas e suscitaram debates recorrentes como o rebaixamento da idade para responsabilidade penal. Duas dessas iniciativas acabaram instituídas: em 29 de março de 2007, foram sancionadas pelo presidente Lula duas leis aprovadas às pressas pelo Congresso Nacional referentes à segurança pública. A primeira lei tipificou o porte e uso de telefones celulares e radiocomunicadores nas prisões como

falta disciplinar grave do preso e crime do agente público. A segunda restringiu os direitos dos autores de “crimes hediondos” ao estabelecer que os presos condenados por esse tipo de crime podem obter o benefício de progressão de pena e liberdade provisória apenas depois de cumprir pelo menos 40% (dois quintos) da pena se primários e 60% (três quintos) se reincidentes.

Votadas num contexto de comoção nacional, por iniciativa apressada quer do governo federal quer do Parlamento, sequiosos por respostas firmes e imediatas ao “clamor popular” estampado nas páginas dos jornais, essas iniciativas não apenas não produziram os resultados esperados como granjearam o descrédito e a crítica entre juristas e operadores técnicos do direito penal.

1. HIPÓTESE DE TRABALHO

Pretendemos, neste momento de análise crítica das representações da mídia, confirmar que a tendência apontada acima, isto é, uma concepção que considera a prisão moderna, antes de tudo, como uma “empresa de modificação dos indivíduos” (Foucault, 1977: 208), se refletiu no comportamento da Folha e do Estadão na semana dos ataques do PCC.

É necessário salientar que a escolha desses dois periódicos se deve à grande influência que exercem não apenas na sociedade paulista como também em outros meios de comunicação impresso ou eletrônico. Além disso, reconhecemos a seriedade de ambos e a preocupação sempre constante de se apresentar um bom jornalismo, que, justiça seja feita, esteve muito acima da média dos estridentes telejornais populares. No entanto, se a nossa hipótese estiver correta, a Folha e o Estadão, com a habilidade e competência profissional de sempre, teriam reforçado a imagem estereotipada do sistema prisional ao cobrarem saídas imediatas para a restauração do bem comum, e incorreram, mesmo não intencionalmente, na satanização condenada por Octavio Ianni (2000: 155) – e, com isso, ajudaram a comprometer não somente o futuro dos egressos do sistema como também de toda sociedade. Por certo, a abordagem desses dois veículos de imprensa relevou aspectos

positivos e isso deve ser reconhecido. Por exemplo, o fato de terem evitado o sensacionalismo extremo e de terem procurado apresentar a questão por vários prismas.

Posto isto, a fim de analisarmos o discurso da Folha e do Estadão sobre os atentados de 2006, recorreremos a três linhas básicas de estudo sobre jornalismo nos últimos anos: as pesquisas sobre a construção da notícia (*newsmaking*), o poder de definição da pauta pública (*agenda setting*) e o enquadramento da notícia (*framing*).

Os estudos sobre *newsmaking* têm revelado como a “distorção involuntária” é inerente à produção de notícias, seja pela própria definição dos critérios de noticiabilidade, seja pelos inúmeros fatores relacionados às rotinas produtivas, à seleção de notícias ou a sua edição (Wolf, 1987; Traquina, 1993). Segundo essa teoria, as notícias são coerentemente organizadas e estreitamente unificadas – e isto é verdade para cada notícia bem como para o conjunto das notícias e os jornais tendem a apresentar uma interpretação única e unificada dos acontecimentos como um todo. Dessa forma, títulos, linhas-finas, legendas, olhos, fotos, infográficos, etc são responsáveis pela construção da unidade de toda a informação veiculada.

Já a hipótese do *agenda setting*, cujas pesquisas se concentram no jornalismo impresso e de televisão, vem questionando a tradição dos efeitos limitados, redescobrimo o poder do longo prazo que a imprensa exerce na construção das agendas pública e política, isto é, na definição dos mapas cognitivos que orientam a tomada de decisões cotidianas do cidadão comum e na determinação das áreas de atuação do poder público (Traquina, 1995).

Por fim, o conceito de enquadramento (*framing*) representa um avanço importante na tradicional “análise de conteúdo” dos discursos da mídia, em particular das notícias. Do ponto de vista operacional, a noção de enquadramento envolve basicamente a “seleção” e a “saliência”, sendo que esta última consiste em tornar uma informação mais “noticiável, significativa ou memorável” para o seu público receptor:

Enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral e/ou a recomendação para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem. (...) O enquadramento determina se a maioria das pessoas percebe e como elas compreendem e lembram de um problema, da mesma forma que determina a maneira que avaliam e escolhem a forma de agir sobre ele (ENTMAN, 1993: 52-54).

Enquadramentos podem ter pelo menos quatro componentes no processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Neste trabalho, apesar dos

grandes jornais abusarem dos recursos visuais, concentramos a nossa atenção prioritariamente no texto jornalístico, e isso porque, a priori, o texto expressa a intenção consciente daqueles na posição de selecionar de que forma a notícia deve ser construída. Além disso, porque sabemos que a maioria dos enquadramentos é definida por aquilo que eles omitem da mesma forma que por aquilo que eles incluem, e “as omissões de definições potenciais de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas para conduzir as audiências quanto as inclusões” (Entman, 1993: 54).

Já é notório que quando o enquadramento se localiza no comunicador e/ou no texto ele pode ocorrer de duas formas. A primeira, “involuntária”, porque faz parte de uma subcultura jornalística que incorporada como natural e inevitável. A outra é fruto de deliberada decisão editorial daqueles em posição de exercer esse poder nas redações dos diferentes meios. Decide-se que certas instituições, fatos e/ou pessoas serão ou não pautados; ou terão notícias a seu respeito tratadas de forma positiva ou negativa.

Por fim, considerando que a tarefa principal de uma análise de conteúdo de notícia deve ser a de identificar e descrever seu enquadramento, admitimos que nossa tarefa é tão difícil e complexa quanto “tentar ver o ar ao redor de nós” (Norris, 1997: 276). Por isso, a identificação de um enquadramento requer uma persistente identificação do padrão no tratamento das notícias. É exatamente essa nossa intenção.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS

Com base na explanação da cobertura da Folha e do Estadão nos capítulos 3 e 4, selecionamos os principais assuntos, inclusive com menção nos editoriais de ambos periódicos:

1. Quando a crise estourou, os jornais hesitaram em se posicionar, mas assim que o fizeram assumiram um discurso institucional que prestou apoio incondicional às “forças da lei e da ordem” em sua reação à ofensiva terrorista, e só depois que a situação estava controlada passou a questionar se essa reação tinha vitimado inocentes;

2. Percebendo a intenção do governo do Estado em dialogar com os líderes do PCC, os dois jornais desde o início criticaram o acordo entre as partes e, mais que isso, condenaram a “complacência” com os criminosos, como indultos e outros benefícios, passando a cobrar medidas mais severas em relação ao sistema carcerário, elogiando o “pacote de leis” aprovado às pressas no Senado;
3. Ambos criticaram a partidarização irresponsável da crise em São Paulo, embora eles mesmos terem aproveitado a crise em suas editorias de política, e acusaram a “incapacidade” das autoridades por terem cedido à “retórica” que relaciona criminalidade e injustiça social, defendendo que a solução da questão passava pela retomada do “ritmo de crescimento econômico”.

3. FASE DE ANÁLISE

Em síntese, pretendemos com a análise das matérias mais significativas publicadas naquela semana confirmar que a Folha e o Estado apoiaram que (1) a manutenção da “ordem” estava acima dos direitos individuais e que, portanto, (2) as leis penais deviam ser agravadas a fim de desarticular o crime organizado instalado nas prisões. Ademais, os jornais (3) desconsideraram que a criminalidade era reflexo das injustiças sociais e defenderam que (3.1) a solução para a crise na segurança dependia da retomada do crescimento econômico.

4. A COBERTURA DOS TRÊS TEMAS SELECIONADOS

Considerando o grande volume de matérias relacionadas aos três eixos selecionados para a análise e as inúmeras possibilidades de comparação entre as diferentes coberturas dos dois jornais, optamos por transcrever apenas as matérias (informativas, interpretativas e opinativas) mais emblemáticas em relação ao nosso objeto de estudo (o sistema carcerário) para revelar o padrão de tratamento que nos interessa a fim de identificarmos o *enquadramento* realizado pelos jornais ora analisados. Para tanto, as matérias transcritas na

Íntegra seguem uma sequência: demonstram as impressões dos jornalistas, revelam a opinião oficial do jornal e constataam a reação dos leitores.

4.1 – MANUTENÇÃO DA ORDEM

Aquela semana contabilizou um total de 166 policiais e civis mortos, rebeliões em 73 presídios, 299 atentados – e uma população traumatizada pelos dias em que conheceu o pânico. A “semana do terror” (OESP, 21/05/2006), na verdade, começou na sexta-feira, 12. Os 40 milhões de habitantes do Estado mais rico do País tiveram a rotina abalada e foram apresentados a um medo típico de lugares conflagrados: “atentados”, “guerra urbana”, “ofensiva do crime organizado” e “mortos em conflitos” viraram expressões corriqueiras na Folha e no Estadão.

Dos presídios, o PCC mobilizou um exército usando sua arma mais poderosa: o celular. Primeiro, mataram policiais na capital e no interior. Depois, atacaram alvos civis: ônibus, bancos, uma estação de metrô. Na segunda-feira, os 10 milhões de habitantes de São Paulo viram a quinta maior metrópole do mundo parar, com ruas e avenidas desertas e boatos assustadores. “O 15 de maio foi o 11 de setembro paulistano”, comparou a Folha (20/05/2006). Atacada, a polícia saiu à caça dos bandidos. Em 24 horas, no dia 16, morreram 32 suspeitos – alguns certamente inocentes, possibilidade admitida pelo governo.

4.1.1 – FOLHA DE S. PAULO

4.1.1.1 – MATÉRIA: O medo / Laura Capriglione (15/05/2006)

A noite e a madrugada de sábado para domingo foram de alerta máximo, medo e uma tensão infernal nas delegacias, postos e bases policiais de São Paulo. Ao ponto de ter sido quase um alívio quando, às 19h40 do sábado, duas motocicletas entraram na avenida Silvio Ribeiro Aragão, no Campo Limpo, e os caronas de repente sacaram as pistolas calibre .40 e 9 mm e dispararam 40 tiros contra a base comunitária da GCM (Guarda Civil Metropolitana), atingindo a mão direita do soldado Valdemar Lopes Ferreira, 50: “Um raio não cai duas vezes no mesmo local”, disse um soldado. Caiu – às 6h, em uma nova rajada de balas, desta vez sem vítimas.

“O Valdemar corre o risco de perder os movimentos de dois dedos, mas é melhor isso do que morrer. Só o que eu espero é que chegue logo 6 horas, quando vamos embora”, afirmou um soldado, olhos arregalados, abrigado atrás do vidro à prova de balas da base. Esses guardas não queriam combate.

Passivos, nem os revólveres calibres 38 eles tiraram das cartucheiras. “Não dá tempo de revidar, é um ataque rápido demais”, disse um agente.

O insulfilme preto fazia de cada carro uma ameaça e um suspense. Todos os 14 olhos dos agentes que passaram a noite na base escaneavam cada máquina que passava, movimentos coordenados. “A gente era caçador, agora é presa fácil”, afirma o guarda.

Na porta do 47º Distrito Policial, o do Capão Redondo, área conhecida pelos altos índices de violência, o clima era de guerra. Rostos cobertos por balaclavas, pistolas nas mãos e uma calibre 12 (arma de matar elefante) para qualquer eventualidade, os 16 agentes não esperavam os ataques. A estrada de Itapecerica, onde fica a delegacia, teve as pistas estreitadas por obstáculos. Vestidos com coletes à prova de balas, os policiais paravam – com gritos e armas apontadas – as motos que se aproximavam.

SURPRESAS: Atrás do muro que cerca a delegacia, o titular José Ribamar Raposo, 45, levantou o gorro para falar com a reportagem. “Em 2003, pegaram a gente de surpresa. Agora isso não vai acontecer.” De madrugada, no entanto, apesar de todos os cuidados, quatro homens a bordo de um Santana metralharam o DP. Ninguém se feriu, porém 11 carros ficaram esburacados de tiros.

Enquanto os policiais esperavam pelo pior na porta da delegacia, lá dentro, como se nada estivesse acontecendo, três boletins de ocorrência eram lavrados: um por roubo a coletivo, outro por roubo de veículo e até um por perda de documentos.

“Medo? Por que medo? Esses caras do PCC não estão errando o alvo, não. Com eles não tem essa de bala perdida. Pode ver, é só polícia que eles estão ‘pegando’”, explicou um auxiliar de escritório que comprava flores e um quadro escrito “Te Amo, Mamãe”, às 3h40 do domingo, em uma banca bem ao lado da base comunitária da PM no Jardim Ranieri, uma das subdivisões do Jardim Ângela, o mesmo que no fim dos anos 90 aparecia no topo da estatística de homicídios no país. Vizinho à base, acontecia um baile na frente da panificadora A Francesinha, que funciona 24 horas por dia.

A periferia da cidade não tem medo da guerra do PCC. Se os três policiais (dois homens e uma mulher) presentes na base comunitária de Guarapiranga estavam fincados em pé em seus postos, dois “três oitão” e uma “doze” em alerta, a casa de espetáculos Guarapirã, vizinha, bombava com 800 foliões chacoalhando com a banda Fettynia, Carlos e Marcel, além das Mocréias e sua trupe.

No meio da madrugada, os jovens desfilavam a bebedeira diante da aflição solitária dos PMs. A “doze”, pesadona com seus 4,5 quilos, agora ia das mãos de um soldado para a do outro a cada meia hora. “Não dá para um só carregar esse bichão.” Dois garotos “folgados”, conforme definiria um PM, chegaram a acender um cigarro de maconha bem na frente da base.

Até atender a um pedido de socorro ficou difícil. Os soldados da Guarapiranga já estavam informados de que seus colegas do vizinho Jardim Herculano tinham sido emboscados ao atender a uma ocorrência de agressão entre familiares. “Fomos em cinco viaturas, com 11 homens. Entramos numa viela e eles começaram a atirar. A gente revidou e eles correram para a favela. Graças a Deus ninguém foi atingido”, explicou o sargento Rogério Luís Bartholomeu, 28, PM há 10 anos.

UNIÃO: As rivalidades entre as corporações ficaram pequenas diante do desafio colocado pelo PCC. “Estamos mais unidos do que nunca. Viramos um corpo só. Agora, tudo depende do comandante, da Justiça e do Ministério Público”, diz um policial civil. “Chamou, vai todo mundo.” No velório dos policiais civis atingidos pela violência do PCC (investigador José Antônio Prada Martinez, agente policial Paulo José da Silva, investigador Tamer Ramos Orlando), ontem, na Academia da Polícia Civil, ao lado do campus da Universidade de São Paulo, a revolta dos policiais militares e civis aparecia discretamente, proibidos que estavam os homens de dar entrevistas. Com a condição de não ser identificados, eles desabafavam: “Infelizmente, a gente tem uma lei para respeitar, eles [os membros do PCC] não têm nenhuma. Eles invadem sem mandado, portam as armas que querem. A gente tem de se contentar com as porcarias obsoletas que o Estado fornece e autoriza”, afirmou um policial militar armado apenas com um “três oitão”.

“Armamento? Veja, a gente que é bem equipada [refere-se aos policiais da Delegacia de Narcóticos] tem metralhadora, essa Taurus .40. Eles têm fuzil, dão tiro de rajada com um AR-15 ou um AK-47 [armas de guerra com alta potência perfurante e precisão], têm lança-granada. A gente tinha de ter fuzil também. A gente tinha de estar em vantagem. A gente não pode perder; a gente não pode empatar; a gente tem de ganhar de goleada. Senão é o caos.”

TERRORISMO: “Antigamente, existia uma ética. Família de policial era coisa sagrada até para o bandido. Acabou a ética e virou terrorismo.” “O policial brasileiro tem garra. Pede para um americano entrar em uma favela. Ele não entra. Quer ir com 50 junto. Este colete à prova de balas,

por exemplo. Custa R\$ 4.000 e fui eu que comprei. É israelense. Aguenta tiro frontal de fuzil. Os comuns, que a polícia recebe, só seguram tiro de armas de mão. Não dá para combater.”

“Faltam o Judiciário e o Ministério Público. Não se consegue escuta telefônica, mandado de busca e apreensão. A segurança depende também da Justiça e do Ministério Público.”

“Não estamos respondendo. Agora seria hora de ter mandados de prisão, de busca e apreensão de todos os suspeitos. Isso seria uma resposta. E não ficarmos aqui parados, esperando o próximo ataque.”

Com os olhos marejados de lágrimas, policiais experientes – que trabalharam ou trabalham em áreas “quentes” da capital paulista – lastimavam: “É muito triste ver o velório de um companheiro. Olhar o caixão, o cara ali, as flores, as homenagens dos companheiros. E a família na penúria, o salário miserável”, afirmou um durão, que já fez curso na lendária equipe da Swat de Miami.

As lágrimas escorreram forte quando ele viu a viúva despojando-se do cobertorzinho pequeno e fino, que a protegia do frio de 12C da noite paulistana, para abrigar a filha de 12 anos que acabava de chegar à morgue na Academia de Polícia. “E agora, como elas vão ficar? É triste demais.”

4.1.1.2 – EDITORIAL: Não nos amedrontemos (16/05/2006)

A ofensiva de bandidos em nome da falange criminosa chamada de "Primeiro Comando da Capital" (PCC) mudou de padrão em São Paulo. Os ataques genéricos deixaram de alvejar apenas agentes da segurança pública e passaram a incluir ações com o objetivo de disseminar o pânico na população. Ônibus urbanos, incendiados às dezenas, foram tomados como emblema da tática intimidatória. Agências bancárias e uma estação de metrô também sofreram ataques.

Como consequência, a capital, que enfrentava o seu primeiro dia útil depois da crise do fim de semana, viveu ontem um dia atípico, de “meio expediente”. Companhias de transporte público retiraram veículos de circulação, escolas cancelaram aulas, comércio e repartições públicas fecharam as portas cedo. Em meio a uma onda de boatos sobre toque de recolher, a hora do “rush” foi antecipada para o meio da tarde.

Há uma dupla pedagogia em curso nesses lamentáveis dias de outono. De um lado, a quadrilha dos presídios e seus seguidores fora das celas, diretos ou por inspiração, ensaiam dar um passo no rumo das organizações terroristas. Do outro, a população, especialmente a da Grande São Paulo, depara com uma situação inédita e é instada a desenvolver com rapidez novos padrões de reação.

É compreensível que, desacostumada a lidar com um ataque genérico de bandidos e mal orientada pelos governantes, grande parte dos paulistanos tenha quebrado a rotina, fugido das ruas e procurado abrigo em casa. Mas isso é tudo o que querem os delinquentes que promovem a selvageria: que a população se dobre à tática do medo e recue, a fim de que possam desenvolver suas práticas criminosas com mais desenvoltura.

Para que o “aprendizado” da quadrilha sobre práticas terroristas não se complete, no entanto, é fundamental que as autoridades e a sociedade dêem um sonoro basta a essa afronta. Não é hora de recuar. Os governantes precisam transmitir confiança à população; devem dizer aos cidadãos que voltem ao trabalho, que voltem às aulas, pois a polícia vai assegurar a ordem pública, vai confrontar com força máxima e debelar, até o último integrante, os bandos que violentam o Estado de Direito.

O momento é decisivo. Ou reagimos com contundência – fulminando a crise imediata e dando sequência a uma ofensiva contra o crime organizado sem precedentes na história do país – ou estaremos condenados a nos habituarmos ao terror.

4.1.1.3 – LEITOR: Gil Cordeiro Dias Ferreira (15/05/2006)

Os atentados contra as forças policiais em São Paulo constituem terrorismo e como tal devem ser tratados: com intervenção federal, decretação de estado de sítio e aplicação violenta do poder militar; com a suspensão de todas as garantias individuais e a eliminação sumária dos que perpetraram esses atos. Não estamos diante de marginais comuns, mas de terroristas, que declararam guerra. Assim, a única lei aplicável a eles é a marcial. Os bandidos estão organizados como força paramilitar, dispõem de armamento sofisticado e demonstram estar muito bem adestrados e articulados em termos de comunicações, o que evidencia terem contaminado agentes públicos em todos os setores governamentais. Dispensam-se os comentários dos sociólogos de plantão a dizer que as causas de

tudo isso são de natureza social. Não são. São de origem política: os responsáveis por esse quadro são os políticos dos três Poderes, nas esferas federal, estaduais e municipais, porque não mudam as leis que protegem marginais, porque, na expectativa de ganharem votos, são lenientes com todo tipo de ilícito contra a ordem pública, porque, desde os mais altos níveis, dão os péssimos exemplos da corrupção, do nepotismo, do fisiologismo, do desvio de dinheiro público para seu enriquecimento particular, da absolvição descarada de companheiros, porque, por conta da demagogia e do recebimento de propinas imensuráveis, deixam imperar a impunidade.

4.1.2 – O ESTADO DE S. PAULO

4.1.2.1 – MATÉRIA: Um domingo de cão no Palácio / Angélica Santa Cruz (15/05/2006)

No início da manhã do domingo em que os policiais de São Paulo tiveram medo de sair às ruas, o governador Cláudio Lembo entrou em seu gabinete às pressas, para conferir o primeiro consolidado do dia dos estragos feitos pelo PCC. Eram 7h45 e os dados mostravam mais de 80 atentados, 49 mortos, 24 feridos e 26 presídios rebelados. Com o papel nas mãos, Lembo determinou que as estatísticas fossem divulgadas diferenciando os policiais dos suspeitos mortos - e se preparou para o seu 44º dia de governo. Depois de assumir cercado pela perspectiva de nove meses de calma e cofres cheios, Lembo deparou-se com a maior ofensiva do crime organizado já enfrentada no País e a maior crise na Secretaria de Segurança Pública já registrada no Estado. O tempo inteiro, fincou pé na tentativa de aparentar tranquilidade. Mas teve um domingo de cão.

Sentado na cadeira de madeira que pertenceu a seu pai - e que há anos leva para todos os escritórios que ocupa -, Lembo passou boa parte do dia em um gabinete transformado em central de informações sobre a batalha contra o crime organizado em curso longe dos jardins do Palácio dos Bandeirantes. Às 8h50, o placar da guerra urbana apontou 28 unidades prisionais rebeladas. Às pessoas de fora do governo que começaram a ligar, ele repetiu o mantra: “a situação está sob controle”. Às 9h10, a soma chegou a 30 - e ultrapassou o marco histórico de 2001, quando o governador Geraldo Alckmin foi desafiado com 29 rebeliões simultâneas da região metropolitana e interior. Uma afronta ao aparelho estatal, definiu o governador. “Nossos policiais andam com as armas que são legalmente permitidas para eles. Os criminosos roubam metralhadoras das Forças Armadas e passam armamentos pelas fronteiras. É uma guerra da lei contra a má vida”, disse.

Nas horas seguintes, os números continuaram subindo - e assustadoramente. Lembo manteve sua agenda. Recebeu o secretário dos Transportes, Dario Rais Lopes, sentado no sofá verde do gabinete. Conversou rapidamente sobre maneiras de estabelecer parcerias com a iniciativa privada para asfaltar estradas. Em seguida, levantou para entrar no helicóptero que o levaria até uma solenidade pública nas Marginais. No evento, disse que recusou oferta de ajuda da Polícia Federal e afirmou que não pretende defenestrar o comando da Segurança Pública.

Menos de uma hora depois, estava de volta ao Palácio. Falou ao telefone - pela sexta vez no dia - com o comandante-geral da PM, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, o secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa. A essa altura, os números informavam: 59 presídios e CDPs rebelados. A contagem de mortos durante os ataques noturnos já mostrava 52 vítimas. Ligou para o secretário de Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho. Em todos os telefonemas, ouviu mais do que falou. “A estratégia já foi definida. Agora é acompanhar”, disse.

O Dia das Mães foi tomado por um clima de “São Paulo contra o crime” - e a sede do governo continuava a receber os números do terror via fax. As estatísticas eram enviadas pelo comando da PM e recebidas pelo ajudante de ordens do governador, o capitão José Carlos de Campos.

Com os papéis nas mãos, o capitão corria pelas escadarias até o andar térreo e os levava para a assessoria de imprensa. Os números eram somados e cotejados com os que eram enviados pela Secretaria de Segurança Pública. Na volta de uma dessas pequenas viagens, o capitão deu a ordem para um soldado: “avise aos PMs que estão no Palácio para tentar permanecer nas guaritas. Não é para ficar se expondo muito na rua”. Na noite anterior, Lembo havia pedido a retirada do bloqueio na frente do Palácio - para reforçar a aparência de normalidade que acredita que deve ser mantida por um homem público em momentos como esses.

Às 11h30, eram 64 unidades prisionais rebeladas. “O importante para ver nesses dados é que na imensa maioria não são rebeliões com quebra-quebra e feridos. São motins feitos durante a visitação do Dia das Mães, para marcar presença”, analisou o governador. Minutos depois, chegou ao gabinete o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab - responsável pela indicação de Lembo na chapa para vice de Aécio. Durante 40 minutos, ambos conversaram sobre a extensão da crise. “Vim prestar minha solidariedade total ao governo do Estado em suas ações”, afirmou o prefeito. Antes de sair, Kassab foi levado pelo governador para ver as reformas no auditório Ulysses Guimarães. O diálogo até teve algumas piadas – “vamos colocar uma bandeira grande do PFL”, disse o governador. Mas o clima era tenso. “Estamos em estado de alerta máximo. E nosso estado de espírito é esse também”, definiu Kassab.

Às 12h30, os números enlouqueceram. O fax da ante-sala do gabinete do governador continuou apitando e cuspidando folhas que mostravam outras unidades rebeladas. Pelas contas iniciais, eram 70 - mas àquela altura não se sabia ao certo quantos motins estavam sob controle, e mesmo se havia informações repetidas na página. O governador entrou na ala residencial do Palácio, onde a primeira-dama, Renêa de Castilho Lembo, esperava pela chegada do filho, José Antônio Salvador, para mandar servir o almoço. “O Cláudio não dormiu na noite de sexta e, na de sábado, conseguiu pegar um pouco no sono. E eu fico pensando nas mães e mulheres desses policiais mortos. Uma covardia...”, disse ela.

OTIMISMO ZERO: O governador com maior experiência em costuras políticas de bastidores do que no mundo administrativo - e que assumiu para continuar um mandato e pegou pela frente uma crise sem precedentes -, passou o resto do domingo acompanhando os passos de seu secretariado, sendo informado sobre as dezenas de velórios e enterros de policiais que pipocavam pela cidade e perguntando pelos detalhes das operações de prisões realizadas durante a noite - uma delas levou para a cadeia 77 integrantes do PCC que comemoravam as operações do dia em uma festa, armados com metralhadoras.

“É uma guerra muito difícil. A legislação penal é dos anos 40, uma lei feita para um céu azul. Para o governo, trata-se agora de lidar com coisas como ver um policial militar, que faz trabalho comunitário e fica em uma guarita prestando serviço à população, ser metralhado por garotos com dívidas com traficantes. Eu digo o seguinte aos integrantes do PCC: voltem à legalidade, voltem à vida cidadã - porque São Paulo não vai se curvar”.

Até o final da tarde, as estatísticas continuaram refletindo a confusão na Segurança Pública - subindo, descendo e aparecendo desconhecidas. Às 18h25, os dados mostravam rebeliões em 59 unidades, mais de 100 reféns e de 100 ataques desferidos contra policiais. Ainda monitorando a crise de seu gabinete, trocando mais uma bateria de telefonemas com seu secretariado, o governador continuava a dar garantias de tranquilidade. Mas já não tinha esperanças de que o domingo terminasse livre da crise. “Eu não seria tão otimista de esperar que nessa madrugada não aconteça mais nada...”.

4.1.2.2 – EDITORIAL: A ofensiva terrorista do PCC (16/05/2006)

Nunca, na história do País, uma facção criminosa foi tão longe na afronta às instituições governamentais. Com grande poder de articulação nos 116 estabelecimentos prisionais paulistas, alvos estratégicos bem definidos em todo o Estado e com métodos terroristas, o Primeiro Comando da Capital (PCC) levou 77 mil presos a deflagrarem 80 rebeliões simultâneas, promoveu mais de 180 ataques a delegacias, quartéis, fóruns, bancos e transporte público e matou a sangue-frio mais de 40 agentes carcerários, policiais civis e militares.

O saldo trágico desse ataque, que ocorre três anos após o PCC ter assassinado o juiz-corregedor de Presidente Prudente Antonio Machado Dias revela o aumento, em escala e alcance, da ousadia - e da “competência profissional” - do crime organizado, que coloca na defensiva os responsáveis pela segurança pública que deveriam persegui-lo. Não se pode falar de surpresa. Tudo isso só confirma o que já se sabia desde a eclosão da megarebelião promovida pelo PCC em fevereiro de 2001 em 29 prisões, ou seja, que o Estado brasileiro já não detém mais o monopólio do uso da força.

A fraqueza das instituições públicas frente ao crime organizado pode ser medida pelo rol de reivindicações impostas pelo PCC como condição para suspender seus ataques e pela petulância do advogado da organização. Além do direito a visitas íntimas nas prisões de segurança máxima, eles querem o fim do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Por esse sistema, presos perigosos permanecem incomunicáveis em celas individuais, não têm acesso a jornais e televisão e só podem tomar sol algemados, durante apenas uma hora por dia. Segundo o advogado do PCC, Anselmo Neves Maia, se o governo estadual não acolher as reivindicações da facção e abrandar o rigor do RDD, “a tensão aumentará nos próximos dias”.

Nos países onde cadeia é vista como lugar de punição, esse causídico não poderia estar exercendo a profissão e criminosos condenados pela Justiça não gozam das regalias desfrutadas pelos presos brasileiros. Nesses países, a morte de um único policial por amotinados é respondida com o aumento do rigor no regime de encarceramento. No Brasil, contudo, onde há muito tempo a sociedade se tornou refém do crime organizado, o que tem prevalecido é uma absurda complacência com criminosos, traduzida em concessões de indultos e outros benefícios, o que lhes permite voltar às ruas após cumprir um sexto da pena.

Como exemplo dessa leniência, estão aí duas decisões judiciais, ambas tomadas poucas semanas antes desta ofensiva do PCC. Lembrada pelo promotor Rodrigo Pinto, chefe do Ministério Público estadual, a primeira decisão foi do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou não ser "falta grave" a posse de celular nas prisões. A segunda decisão, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou inconstitucional alguns dispositivos da Lei dos Crimes Hediondos e permitiu a concessão do regime da progressão para sequestradores e homicidas, justificando a decisão com base no princípio da “humanização da pena”.

Além de decisões como essas, que em vez de aumentar o grau de certeza de punição, aumentam as apostas na impunidade, há ainda o anacronismo das leis processuais penais, cujos prazos e recursos permitem aos advogados do crime organizado retardar o julgamento - em muitos casos até a prescrição dos delitos -, e a inépcia do poder público, que perdeu o controle do sistema prisional para as organizações criminosas.

No plano estadual, o governo até hoje não conseguiu impedir o acesso de celulares nos presídios nem instalar um eficiente sistema de bloqueio. No plano federal, os investimentos na área da segurança foram reduzidos em 28%, entre 2004 e 2005, e o Congresso até hoje não se dispôs a modernizar leis ultrapassadas.

É por isso que a situação não pára de se deteriorar. Enquanto não for ampliado o sistema prisional, que tem um déficit de 135 mil vagas, não forem modernizadas as leis penais para aumentar o alcance das penas alternativas para crimes de menor gravidade e enquanto não se investir em inteligência para desarticular facções criminosas, as instituições policiais brasileiras continuarão se limitando a ações defensivas contra os ataques cada vez mais violentos do crime organizado.

4.1.2.3 – LEITOR: Agripino Lima (16/05/2006)

É o fim dos tempos! O terror está vencendo a autoridade pública. O povo elege seus representantes convicto de que vão administrar e demonstrar autoridade imposta pela simples vontade do voto. Infelizmente, assistimos a um festival de incompetência e frouxidão. Brigam presidente e governador para saber quem pode menos e enrola mais, só preocupados com a eleição de outubro. Assustados estão os policiais, que, ao invés de combaterem o crime, agora correm dos bandidos para salvarem a própria vida. O líder dos bandidos renega um pedaço de pizza e o governo obriga seus homens a comprarem um x-picanha para satisfazê-lo. Enquanto isso, o povo, pobre povo, continua indefeso, sendo a única vítima desse processo que deteriora os valores de um sociedade. Tudo isso é resultado da corrupção sistêmica, arraigada no poder público, que a cada governo substitui apenas as peças, mas o jogo continua o mesmo. É consequência de sucessivos governos sem autoridade, frouxos e medrosos, que gastam milhões do dinheiro público em propaganda própria e continuam pagando salários miseráveis aos policiais, com viaturas e armas ultrapassadas. É a derrota clara do sistema penal graças ao confuso poder Judiciário, que consegue condenar um assassino confesso e mantê-lo em liberdade, enquanto um inocente acusado de furtar um boné continua preso por não ter condições para contratar um advogado para defendê-lo.

4.2 – ENDURECIMENTO DAS POLÍTICAS PENAIIS

Se por um lado os jornais condenaram qualquer tentativa de diálogo com os presidiários, criticando incansavelmente o suposto acordo entre o governo e o PCC, por outro pressionou para que a Comissão de Constituição e Justiça votasse em caráter terminativo (numa única sessão de 40 minutos!) 14 projetos relativos à segurança pública que tramitavam há mais de dois anos.

Em editorial, o Estadão criticou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que recomendou ser preciso “não cair na tentação da legislação do pânico, feita em momento de crise, que acaba por deformar o sistema processual, em vez de trazer soluções” (OESP, 19/05/2006: pág. A3). Afirmou que se fosse seguida à risca a recomendação do ministro, a Legislação nunca seria reformada: “Em tempos de crise, pelos motivos expostos; em tempos de calma, por falta de urgência” (Idem). Por isso, elogiou o Senado porque, “felizmente, ignorou a opinião do ministro e correspondeu aos anseios da sociedade brasileira, que exige instrumentos mais eficazes de combate ao crime organizado”.

Dos projetos aprovados, poucos envolvem a legislação processual, e maioria destacava-se por extinguir benefícios como liberdade condicional a condenados reincidentes em crimes punidos com reclusão; aumentar prazos para a prescrição das penas; modificar as regras de limite de cumprimento das penas (passando de 30 para 40 anos ou mais, dependendo do juiz); restringir visitas de familiares; impor maior rigor implantar o Regime de Segurança Máxima, ampliando o período de isolamento (de 360 para 720 dias ou mais).

4.2.1 – FOLHA DE S. PAULO

4.2.1.1 – MATÉRIA: Gestão Lembo faz negociação com o PCC / André Caramante

(15/05/2006)

Preocupados com a onda de violência causada pelo PCC e com a repercussão internacional dos ataques, membros do governo paulista começaram ontem a negociar com líderes da facção.

A Folha apurou que pessoas ligadas diretamente ao secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, com orientações passadas por assessores do governador Cláudio Lembo (PFL), estiveram ao longo do dia na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau (620 km de SP), para onde 765 homens ligados direta ou indiretamente ao comando geral da facção foram transferidos entre quinta e sexta-feira. Assessores do governo negam essa negociação. O governador Cláudio Lembo disse que não negocia com criminosos.

MACARRÃO: O principal interlocutor dessa negociação é o ex-marceneiro Orlando Mota Júnior, 34. Conhecido como Macarrão, Júnior foi um dos transferidos para a P2 de Venceslau justamente por ter o respeito dos membros da facção e ocupar um posto de liderança.

Como o líder máximo do PCC, Marcos Willians Herbas Camacho, 38, o Marcola, foi levado sigilosamente no sábado para o CRP (Centro de Readaptação Penitenciária) de Presidente Bernardes (589 km de SP), onde ficará isolado – em RDD, Regime Disciplinar Diferenciado-, o governo do Estado decidiu abrir negociação direta com Macarrão, que cumpre pena de 48 anos e oito meses pelos crimes de roubo, furto, formação de quadrilha e receptação.

Antes de ser levado para o “Parque dos Monstros”, apelido dado pelos membros do PCC à prisão de Venceslau devido à concentração de integrantes do grupo, Macarrão estava em Getulina. Os negociadores do governo chegaram a oferecer um celular para que Macarrão ligasse para alguns dos presídios e pedisse o fim dos motins. Macarrão teria dito que não tinha poder suficiente na facção para isso.

O presidiário pediu tempo para apresentar a proposta do governo (cujas bases são mantidas em sigilo) aos demais detentos. A única proposta aceita de imediato por ambos os lados foi a de que a Tropa de Choque não tentaria retomar o controle dos presídios rebelados. Ontem, no entanto, algumas penitenciárias foram invadidas pela PM.

A Folha apurou que a abertura da negociação entre membros do governo e representantes do PCC causou revolta em vários agentes responsáveis pela segurança dos presídios paulistas, principalmente os que estão lotados na região oeste do Estado.

O secretário Nagashi Furukawa foi procurado ontem à noite, por meio de sua assessoria de imprensa, mas não quis se pronunciar. Seus assessores informaram apenas que as negociações eram feitas em cada unidade, pelas diretorias de cada penitenciária ou CDP (Centro de Detenção Provisória).

4.2.1.2 – EDITORIAL: O pacote da segurança (18/05/2006)

Embora a segurança pública devesse ser tratada o tempo todo como tema prioritário, foi preciso mais uma crise para que o assunto recebesse destaque no Congresso. Em resposta aos ataques do chamado Primeiro Comando da Capital em São Paulo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou um pacote legislativo.

A principal medida desse conjunto de projetos é a que cria o regime de segurança máxima (RDMax), ampliando o isolamento de presos de alta periculosidade. Atualmente, o sistema mais duro é o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), que sujeita o preso a isolamento total por apenas um ano – período muitas vezes insuficiente para que um chefe do crime perca ascendência sobre sua quadrilha. Os parlamentares querem duplicar esse tempo. Melhor fariam se abolissem qualquer limite, como sugere o procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo, Rodrigo Pinho, facultando ao juiz arbitrar quanto um preso deve ficar isolado.

São acertadas, também, a instituição da videoconferência em interrogatórios de detentos perigosos e a medida que prevê a tipificação da posse e do uso de celulares por presos como faltas graves. É positiva, ainda, idéia de retomar o exame criminológico, avaliação pela qual o preso deve passar para que se decida se o regime no qual irá cumprir pena pode ou não ser atenuado.

Outra proposta correta, esta da Câmara, é a que determina a revista de todas as pessoas que entrarem nas prisões, terminando com um injustificável privilégio dos advogados que hoje estão isentos dessa prática.

O pacote ainda não foi aprovado em caráter definitivo pelas duas Casas. Ainda há tempo, portanto, de agregar a essas medidas o aumento da pena para o homicídio de agentes do Estado e uma nova qualificação para formação de quadrilha, com agravante para prática terrorista.

A aprovação desses projetos produziria avanços incrementais na luta contra o crime, mas o problema da segurança pública não se resolverá a golpes de caneta. Providências práticas que implicassem o cumprimento das leis atuais já seriam suficientes para que crises como a que São Paulo atravessou fossem evitadas.

Não é necessária, por exemplo, uma nova lei para implementar a “tolerância zero” à entrada de celulares nas prisões. Bastaria que as revistas fossem feitas com rigor e o trabalho dos agentes penitenciários, fiscalizado de perto para tornar o sistema mais seguro e menos permeável.

4.2.1.3 – LEITOR: Arnaldo Comerlati (16/05/2006)

Com esses ataques do PCC, fica evidente que as autoridades competentes não dispõem de instrumentos físicos e, principalmente, jurídicos para combater e cercear o terrorismo urbano que estamos presenciando. Sabemos que países que tiveram acontecimentos semelhantes endureceram e aperfeiçoaram sua legislação no sentido de mostrar o lado duro da lei e da ordem. Aqui, no Brasil, vemos o ministro de Justiça defender redução de penas, indultos que colocam nas ruas milhares de delinquentes e leis e instrumentos jurídicos que impedem ou reduzem ao mínimo o tempo de permanência de assassinos na cadeia. E vemos as entidades representativas defenderem mais os bandidos do que a gente de bem. Só falta o nosso competente governo petista criar o “Bolsa-Cadeia”. Chega de visitas íntimas, de regalias e de reduções de pena. Quem pratica um crime tem que saber que vai pagar para a sociedade o preço do erro cometido.

4.2.2 – O ESTADO DE S. PAULO

4.2.2.1 – MATÉRIA: Governo faz acordo com Marcola / Rita Magalhães e Marcelo Godoy (16/05/2006)

O Primeiro Comando da Capital (PCC) determinou o fim das rebeliões nos presídios do Estado e a suspensão dos atentados a quartéis, delegacias policiais, fóruns, agências bancárias e estações do metrô. A ordem foi dada após uma longa conversa entre o líder da facção, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, três representantes do governo – um coronel da PM, um delegado e um corregedor – e uma advogada. A Secretaria da Administração Penitenciária nega o acordo, confirmado ao Estado por duas fontes do governo.

A ordem para o fim dos atentados começou a ser propagada ontem de manhã, por telefone celular, menos de 12 horas depois do encontro nas dependências do Centro de Readaptação Penitenciária (CRP) de Presidente Bernardes, onde Marcola está detido desde o fim da tarde de sábado.

A determinação para o fim dos motins foi enviada na mesma noite por meio de um “salve geral” com o seguinte conteúdo: “Deixamos todos cientes que as faculdades (presídios) que se encontram em nossas mãos estarão se normalizando a partir das 9 horas de amanhã, desde que nossos irmãos (líderes) já se encontrem em banho de sol em Venceslau.”

Apesar de os líderes do PCC transferidos para a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau permanecerem trancados nas celas, sem banho de sol, os rebelados obedeceram à determinação e

puseram fim à maior rebelião simultânea do País, com a adesão de detentos de 73 presídios no Estado.

Policiais civis que investigam os crimes acreditam que os ataques vão diminuir à medida que os “soldados” forem notificados da nova ordem.

REVOLTA: De acordo com um integrante da secretaria, que pediu que seu nome não fosse divulgado, a conversa com Marcola ocorreu a pedido da advogada. “Os policiais apenas a acompanharam para saber o que era conversado. Ela não podia falar com ele sozinho”, alegou. Funcionários da região se revoltaram ao saber da notícia do acerto. “Mais uma vez estão negociando com o Marcola. É por isso que o Estado perdeu o controle da situação. Se o governo ceder desta vez, é melhor entregar a chave do Estado para ele”, avaliaram os servidores indignados.

O titular da Secretaria da Segurança Pública, Saulo Abreu, destacou o delegado Godofredo Bittencourt Filho para tentar tranquilizar a população. “Nós não perdemos o controle”, garantiu. Bittencourt, diretor do Departamento Estadual de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic), fez questão de afirmar que não havia nenhum toque de recolher na cidade. “O que há é toque de polícia”, afirmou o diretor.

Ele divulgou que o número de ataques do PCC até aquele momento era de 180, com 81 mortos nas ruas do Estado, dos quais 38 eram criminosos. Destes, de acordo com o delegado Bittencourt, 15 morreram nas 12 horas anteriores, enquanto que o número de policiais assassinados no mesmo período foi de 5. “Acreditem na polícia”, pedia o diretor. Antes de deixar a sede da secretaria, o diretor do Deic afirmou ter certeza de que as ações dos bandidos não vão durar muito tempo. “A tendência é parar o quanto antes. Já está diminuindo”, completou ele.

NEGOCIAÇÃO: Bittencourt negou que a cúpula da Secretaria da Segurança Pública ou da Secretaria de Administração Penitenciária tenha negociado uma trégua com a liderança do Primeiro Comando da Capital “Não tem negociação nenhuma com bandido”, disse. “Tem muito garoto de 18, 19 anos que é convocado para fazer isso. O crime organizado está tentando mostrar a sua força”, disse o delegado Bittencourt.

4.2.2.2 – EDITORIAL: A vantagem de estar preso (18/05/2006)

A mesma força demonstrada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), no desencadeamento simultâneo de rebeliões em 73 presídios de todo o Estado, paralelamente a atentados a quartéis, delegacias policiais, fóruns, agências bancárias, estações de metrô, além de incêndio de dezenas de ônibus e o assassinato de policiais em serviço ou de folga - deixando o trágico saldo de mais de uma centena de mortos e São Paulo em estado de pânico -, foi revelada na ordem de suspensão das rebeliões e dos atentados, em razão de acordo obtido em negociação com as autoridades.

É compreensível que as autoridades paulistas neguem acertos entre o líder maior do “partido” delinquencial, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, três representantes do governo (um coronel da PM, um delegado e um corregedor) e uma advogada, nas dependências do Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes, tendo em vista a cessação das hostilidades – verdadeiro armistício nesta guerra de três dias. Mas não há como deixar de admitir que só quem teve poder para iniciar a guerra teve para cessá-la - e o governo cedeu.

Passados os trágicos momentos de que tão cedo a cidade, o Estado e o País não se esquecerão, convém refletir sobre a profunda distorção de entendimento - por parte de grupos e entidades soisant defensoras dos “direitos humanos” - do que seja, em essência, a privação de liberdade dos delinquentes, por meio das penas de prisão. Pelo menos desde as então revolucionárias idéias do milanês Cesare Bonesana, o Marquês de Beccaria (1738-1794), expostas em seu livro *Dos delitos e das Penas*, a prisão perdeu de todo o sentido retaliativo do castigo, para adquirir o puro conceito de segregação de um indivíduo, para proteção da coletividade. Em essência, eis em que se fundamenta a pena, para Beccaria: “*Sulla necessità di difendere il deposito della salute pubblica dalle usurpazioni particolari*”.

Certamente o isolamento de criminosos do convívio social tem a finalidade precípua de impedir que continuem agredindo a sociedade com seus delitos. O que acontece, no entanto, é que, hoje, em nossas prisões, os grandes criminosos têm muito melhores condições de comandar e desenvolver suas empresas criminosas (pois é disso que hoje se tratam, verdadeiras empresas, com seus múltiplos

contatos com o mundo “legal”) do que se estivessem em liberdade. Isso ocorre, antes de mais nada, porque nas prisões estão “protegidos”, como disse Marcola: “Eu posso encontrar e matar vocês em qualquer lugar, mas vocês não podem me matar aqui.” Também porque convivem em promiscuidade com delinquentes de menor periculosidade, os quais transformam em “soldados” internos ou incumbidos de operações externas - caso dos que estão soltos por livramento condicional ou indultos, como os 10 mil agraciados em razão do Dia das Mães.

Esses líderes, protegidos e dispendo de “massa de manobra”, comandam com a máxima eficiência megarrebeliões e atentados, com métodos típicos do terrorismo, adotando um sincronismo de operações de espantosa precisão, porque podem contar, nos dias que correm, com esse novo aparelho de comunicação que é o telefone celular. A possibilidade de comunicação imediata com o mundo fora dos presídios aniquila o valor essencial da prisão, que é a neutralização do potencial criminoso do bandido preso.

Daí por que para esse tipo de líder do crime organizado como é o Marcola, do PCC, não basta o Regime Disciplinar Diferenciado que é apenas um castigo extra, com vigência máxima de um ano. É necessário um regime permanente de incomunicabilidade com os bandos de criminosos que comanda hoje, dentro e fora dos presídios. A modificação da legislação atual é uma necessidade tragicamente reafirmada nestes dias em São Paulo. Nesse sentido, traz alento a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado de um pacote de medidas – entre as quais fixação de responsabilidades no bloqueio de celulares, sistema de videoconferência nos interrogatórios de presos e isolamento de chefes do crime por até 720 dias, renováveis por dois anos e outras medidas – num total de 10, com o mesmo objetivo de decapitar as organizações criminosas.

Só esperamos que contra tais medidas não perdurem as conhecidas oposições ideológico-corporativas, próprias dos que mais interessados estão nos “direitos humanos” dos bandidos – porque, em última instância, se nutrem deles.

4.2.2.3 – LEITOR: Cibele Dias (19/05/2006)

A falência do sistema penal se deve, como tantos outros desmazelos, aos grandes absurdos aprovados pela Constituição de 1988. Como já era cantado, alguns teriam graves desdobramentos no futuro. Foram assegurados pela Constituição privilégios e equívocos que estão levando à falência o Estado brasileiro, monetária, moral e judicialmente. Agora, chegou-se à conclusão óbvia que foi dado ao preso comum tratamento de preso político. Ora, por favor! Vários desses absurdos foram amplamente festejados por políticos populistas e pela turma do PT, ávidos por saírem bem na foto, com bom-mocismo de ocasião. Inclusive aqueles que, por razões conhecidas, recentemente despencaram da ribalta.

4.3 – RAÍZES DA CRIMINALIDADE

A suma das análises realizadas pela Folha e Estadão sobre as causas da criminalidade, exceto um ou outro convidado, ignorou o fato de que os atentados de maio de 2006 apenas expuseram a precariedade do sistema prisional brasileiro. Frei Betto, uma das poucas exceções, comparou o nosso regime penitenciário ao adotado no tempo da escravatura: “Amontoam-se presos em masmorras exíguas; misturam-se autores de delitos

distintos; condenam-se todos à mais explosiva ociosidade” (FSP, 16/05/2006, pág. C16). E o alto preço da penitência – raiz da palavra penitenciária – jamais é a absolvição, e sim a exclusão social: “O preso cumpre a pena sem que o sistema o prepare à reinserção social, e sem que a sociedade se disponha a acolhê-lo. Daí o alto índice de reincidência” (Idem).

Em outra importante análise, o sociólogo Luiz Werneck Vianna considerou os acontecimentos em São Paulo “uma revolução social” (FSP, 16/05/2006, pág. C18), isto é, a falta de espaços para a “expressão formal dos excluídos urbanos” deu condições para o PCC ocupar um “verdadeiro deserto”: “Eles estão falando de exclusão, estão usando uma linguagem radical das revoluções, certo? E estão se comportando revolucionariamente, de armas na mão” (Idem).

4.3.1 – FOLHA DE S. PAULO

4.3.1.1 – MATÉRIA: Burguesia terá de abrir a bolsa, diz Lembo / Mônica Bergamo (18/05/2006)

O governador de São Paulo, Cláudio Lembo, afirma que o problema de violência no Estado só será resolvido quando a “minorias branca” mudar sua mentalidade. “Nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa”, afirmou. “A bolsa da burguesia vai ter que ser aberta para poder sustentar a miséria social brasileira no sentido de haver mais empregos, mais educação, mais solidariedade, mais diálogo e reciprocidade de situações.”

Lembo criticou o ex-governador Geraldo Alckmin, que disse que aceitaria ajuda federal contra as ações do PCC se ainda estivesse no cargo, e o ex-presidente FHC, que atacou negociação entre o Estado e a facção criminosa para o fim dos ataques. Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

Folha – *Os jornais estão noticiando hoje [ontem] que houve uma matança em São Paulo na madrugada de terça. A polícia está sob controle ou está partindo para uma vingança?*

Cláudio Lembo – A polícia está totalmente sob controle. Eu conversei muito longamente com o coronel Elizeu Eclair [comandante-geral da PM] e estou convicto de que ela está agindo dentro dos limites e com muita sobriedade. Todas as noites há confrontos nas ruas da cidade e esses conflitos foram exasperados nesses dias. Mas vingança, não. A polícia agiu para evitar o pior para a sociedade.

Folha – *Foram 93 mortes. Elas estão dentro dos limites? O senhor tem segurança que todos que morreram estavam em confronto?*

Lembo – E o conflito que houve da cidade com a bandidagem? Foi violento. É possível que tenha havido tragédias, mas pelo que estou informado não houve nada que fosse além dos confrontos diretos.

Folha – *Só no IML (Instituto Médico Legal) estão 40 mortos e não se sabe nem o nome dessas pessoas.*

Lembo – Os nomes vão ser revelados. Estamos resolvendo questões burocráticas, de identificação, mas vão ser revelados.

Folha – *Jornalistas da Folha entraram no IML e viram fotos de pessoas mortas com tiros na cabeça. Que garantia a sociedade tem de que não morreram inocentes e de que o Estado, por meio da polícia, não está executando essas pessoas?*

Lembo – Não está, de maneira alguma. E digo a você: fui muito aconselhado a falar tolices como "aplique-se a lei do Talião". Fui totalmente contrário. Faremos tudo dentro da legalidade e do Estado de Direito.

Folha – *O senhor não se assusta com o número de mortos?*

Lembo – Eu me assusto com toda a realidade social brasileira. Acho que tudo isso foi um grande alerta para o Brasil. A situação social e o câncer do crime é muito maior do que se imaginava. Este é o grande produto desses dias todos de conflito. Nós temos que começar a refletir sobre como resolver essa situação, que tem um componente social e um componente criminoso, ambos gravíssimos. O crime organizado trabalha com a droga. A droga é um produto caro, consumido por grandes segmentos da sociedade. Enquanto houver consumidor de drogas, haverá crime organizado no tráfico. É assim aqui, na Itália, nos EUA, na Espanha. O crime se alimenta do consumidor de drogas.

Folha – *E da miséria...*

Lembo – Talvez no Brasil tenha esse componente também. O crime organizado destruiu valores. *O Brasil está desintegrado. Temos que recompor a sociedade. A questão social é muito grave.*

Folha – *O senhor é um homem público há tantos anos, está num partido, o PFL, que está no poder desde que, dizem, Cabral chegou ao Brasil.*

Lembo – Essa piada é minha.

Folha – *O que o senhor pode dizer para um jovem de 15 a 24 anos, que vive em ambientes violentos da periferia? Que ele vai ter escola? Saúde? Perspectivas de emprego? Como afastá-lo de organizações criminosas como o PCC?*

Lembo – Acho que você tem duas situações muito graves: a desintegração familiar que existe no Brasil, e a perda... Eu sou laico, é bom que fique claro para não dizerem que sou da Opus Dei. Mas falta qualquer regramento religioso. O Brasil está desintegrado e perdeu seus valores cívicos. É ridículo falar isso mas o Brasil só acredita na camisa da seleção, que é símbolo de vitória. É um país que só conheceu derrotas. Derrotas sociais... Nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa.

Folha – *Que ficou assustada nos últimos dia.*

Lembo – E que deu entrevistas geniais para o seu jornal. Não há nada mais dramático do que as entrevistas da Folha [com socialites, artistas, empresários e celebridades] desta quarta-feira. Na sua linda casa, dizem que vão sair às ruas fazendo protesto. Vai fazer protesto nada! Vai é para o melhor restaurante cinco estrelas junto com outras figuras da política brasileira fazer o bom jantar.

Folha – *Tomar conhaque de R\$ 900 [preço de uma única dose do conhaque Henessy no restaurante Fasano].*

Lembo – Nossa burguesia devia é ficar quietinha e pensar muito no que ela fez para este país.

Folha – *O senhor acha que essas pessoas são responsáveis e não percebem?*

Lembo – O Brasil é o país do duplo pensar. Conhecemos a inquisição de 1500 até 1821. Então você tinha um comportamento na rua e um comportamento interior, na sua casa. Isso é o que está na sociedade hoje. Essas pessoas estão falando apenas para o público externo. É um país que é dúbio.

Folha – *Onde o senhor responsabiliza essas pessoas?*

Lembo – Onde? Na formação histórica do Brasil. A casa grande e a senzala. A casa grande tinha tudo e a senzala não tinha nada. Então é um drama. É um país que quando os escravos foram libertados, quem recebeu indenização foi o senhor, e não os libertos, como aconteceu nos EUA. Então é um país cínico. É disso que nós temos que ter consciência. O cinismo nacional mata o Brasil. Este país tem que deixar de ser cínico. Vou falar a verdade, doa a quem doer, destrua a quem destruir, porque eu acho que só a verdade vai construir este país.

Folha – *Mas qual é, objetivamente, a responsabilidade delas nos fatos que ocorreram na cidade?*

Lembo – O que eu vi [nas entrevistas para a Folha] foram dondocas de São Paulo dizendo coisinhas lindas. Não podiam dizer tanta tolice. Todos são bonzinhos publicamente. E depois exploram a sociedade, seus serviços, exploram todos os serviços públicos. Querem estar sempre nos palácios dos governos porque querem ter benesses do governo. Isso não vai ter aqui nesses oito meses [prazo que resta para Lembo deixar o governo]. A bolsa da burguesia vai ter que ser aberta para poder sustentar a miséria social brasileira no sentido de haver mais empregos, mais educação, mais solidariedade, mais diálogo e reciprocidade de situações.

Folha – *O senhor diria que elas pensam que aquele rapaz de 15 a 24 anos, que vive perto da selvageria...*

Lembo – ...pode ser o Bom Selvagem do Rousseau? Não pode.

Folha – *O endurecimento na legislação pode resolver o problema?*

Lembo – Transitoriamente pode resolver. Mas se nós não mudarmos a mentalidade brasileira, o cerne da minoria branca brasileira, não vamos a lugar algum.

Folha – *O senhor diz que muita gente falou besteira sobre os episódios. Dos EUA, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a possibilidade de o governo ter feito acordo com os criminosos para cessar a violência.*

Lembo – Eu acho que o presidente Fernando Henrique poderia ter ficado silencioso. Ele deveria me conhecer e conhecer o governo de SP. Eu não posso admitir nem a hipótese de se pensar isso. Para opinar sobre um tema tão amargo, tão grave, ele teria que refletir, pensar. E se informar. Quanto ao presidente [FHC], pode ser que eventualmente ele tenha precedente sobre acordos. Eu não tenho.

Folha – *Vimos o senhor dando muitas entrevistas na TV. Mas SP teve um outro governador [Alckmin], tem um candidato ao governo e ex-prefeito [Serra]. O senhor ficou sozinho?*

Lembo – No poder, um homem é absolutamente solitário. Houve momentos em que praticamente fiquei sozinho. Mas devo agradecer a Polícia Militar e a Polícia Civil também, que estiveram firmes ao meu lado.

Folha – *O ex-governador Alckmin telefonou para o senhor em solidariedade?*

Lembo – Dois telefonemas.

Folha – *O senhor achou pouco?*

Lembo – Eu acho normal. Os pulsos [telefônicos] são tão caros...

Folha – *E o candidato José Serra?*

Lembo – Não telefonou. Eu recebi telefonema da governadora Rosinha [do Rio de Janeiro] e de Aécio Neves [governador de MG], que estava em Washington, ele foi muito elegante. Um ofício do governador Mendonça, de Pernambuco. Recebi muitos apoios, do Poder Judiciário, e a Assembléia Legislativa, deputados de todas as bancadas, nenhum partido faltou.

Folha – *As autoridades paulistanas garantiram, nos últimos anos, que o PCC estava desmantelado, que era um dentinho aqui ou ali. Elas enganaram os paulistanos?*

Lembo – Não saberia responder. Eu não engano. Eu acho que nós ganhamos uma situação mas é um grande risco. Temos que ficar muito atentos.

Folha – *Essas autoridades garantiram que o PCC tinha acabado. Ou elas enganaram...*

Lembo – Ou o dentinho era maior do que elas diziam.

Folha – *Ou foram incompetentes. O senhor vê terceira alternativa?*

Lembo – Pode ser que tenham sido exageradas no momento de transferir segurança. Quiseram ser tranquilizadoras.

Folha – *Então elas iludiram as pessoas?*

Lembo – É possível.

Folha – *O senhor pode dizer que o PCC pode acabar até o fim de seu governo?*

Lembo – Só se eu fosse um louco. E ainda não estou com sinal de demência. Acho que o crime organizado é perigosíssimo. Ele se recompõe porque ele tem possibilidades enormes na sociedade.

Folha – *O ex-presidente Fernando Henrique não telefonou?*

Lembo – Não, não. Ele estava em Nova York. O presidente Lula telefonou, foi muito elegante comigo. Conversei muito com o presidente, ele me deu muito apoio. E o Márcio [Thomaz Bastos] veio, conversamos firmemente, com lealdade. E ele chegou à conclusão que não era necessário nem Exército nem a guarda nacional. Tivemos uma conversa responsável, e o equilíbrio voltou. Mostrei que a Polícia Civil e a Polícia Militar tinham condições de fazer retornar a SP a ordem e a disciplina social.

Folha – *O Datafolha mostrou que 73% acham que o senhor deveria ter aceitado ajuda federal. O governador Alckmin disse que não rejeitaria a ajuda.*

Lembo – Ele decidiria, se fosse governador, como achava melhor. Eu decidi da forma que achei melhor. Quanto às outras pessoas, faltou clareza de informação da minha parte. E aí me penitencio. Não é que não aceitei ajuda do governo. Ao contrário. Desde sempre houve vínculo forte entre o sistema de informação da polícia federal e a polícia de SP. A superintendência da PF em SP foi extremamente leal, solícita e dinâmica. Eu tinha uma Polícia Militar muito aparelhada. Eu não poderia tirar esse respeito e esse moral que a tropa tinha que ter naquele momento tão difícil aceitando tanques de guerra do Exército. E aí uma sociedade que gosta de paternalismo, como a brasileira, queria Exército, tropas americanas, tropas alemãs, tropas de todo o mundo aqui. Não é assim. Temos que ser fortes, saber decidir em momentos difíceis e dar valor ao que é nosso. Foi o

que fiz. Em 48 horas liquidou-se o problema. O Exército é para matar o adversário. Eu queria recolher os adversários possíveis. Nós estávamos num conflito social.

4.3.1.2 – EDITORIAL: Isolado, Lembo desabafa (19/05/2006)

A excepcionalidade da crise na segurança pública de São Paulo é tamanha que gerou um desabafo – pelo tom, pelas palavras e pelos alvos escolhidos- raríssimo em política. Em entrevista a Mônica Bergamo, publicada ontem nesta Folha, o governador Cláudio Lembo (PFL) ataca aliados, elogia adversários e identifica no comportamento “cínico” da “minoridade branca brasileira” a causa estrutural do problema.

Um leitor que não conhecesse as origens políticas e a filiação ideológica de Lembo, deparando com a entrevista na certa classificaria de “esquerdista” a sua retórica. “Nossa burguesia devia é ficar quietinha e pensar muito no que ela fez para este país” e “a bolsa da burguesia vai ter de ser aberta para poder sustentar a miséria brasileira” são duas de suas frases que seriam ovacionadas caso ditas no Fórum Social Mundial.

Por mais que se possam discutir as premissas do lamento sociológico de Lembo, o fato é que o discurso passa ao largo das responsabilidades imediatas que lhe cabem como chefe das forças de segurança do Estado, logo após terem sofrido ataque sem precedentes do banditismo. Já na segunda parte da entrevista, o alvo da crítica do governador transita do genérico ao específico: os tucanos, sem excluir o ex-governador e pré-candidato ao Planalto Geraldo Alckmin.

Nos dias de crise, figuras ilustres do PSDB promoveram um sutil “desembarque” da gestão Lembo. Alckmin e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criticaram ações do governador: FHC, por ter negociado com o PCC o fim de rebeliões, o que Lembo nega; Alckmin, por ter rejeitado ajuda de tropas federais – o Datafolha mostrou que essa recusa do governador pefelista foi considerada um erro pela maioria dos paulistanos. O leitor fica sabendo na entrevista que nem FHC nem o ex-prefeito José Serra, pré-candidato à sucessão estadual, telefonaram a Lembo na fase aguda da ação criminosa. A entrevista pode ser lida como o desabafo de alguém que, em plena crise, se viu isolado por companheiros que lhe prestavam solidariedade até a véspera dos acontecimentos. Se Lembo está errado ao demonstrar grande fragilidade como homem público no momento em que os paulistas mais precisam de um governo forte e coeso, está certo ao chamar os tucanos à sua responsabilidade. Afinal, a selvageria em São Paulo é o atestado de que sucessivas gestões do PSDB no Estado, incluindo a de Alckmin, fracassaram na tarefa de debelar o PCC.

4.3.1.3 – LEITOR: Ednilson Andrade Arraes de Melo, promotor de Justiça (15/05/2006)

Os ataques do PCC contra policiais e bases da polícia em São Paulo são o resultado de décadas de descaso dos governos federal e estaduais com a segurança pública do país e, especialmente, do chamado laxismo penal, que, de uns anos para cá, virou moda entre os juristas de nosso país. Com a desculpa de que o crime é simplesmente o resultado de problemas sociais e econômicos (e não também da falta de punição efetiva dos delinquentes), a legislação penal foi sendo cada vez mais abrandada, a ponto de hoje um homicida doloso poder ficar poucos anos na prisão e, com a progressão de regime, ir para as ruas. O governo deveria alterar a legislação penal e processual para aumentar as penas nos crimes praticados com violência e grave ameaça. Em seguida, seria necessário investir no sistema penitenciário, nas polícias e na Justiça a fim de que, junto com as alterações legislativas, as punições passassem a ser mais eficientes.

4.3.2 – O ESTADO DE S. PAULO

4.3.2.1 – MATÉRIA: Pela paz, a punição / Dora Kramer (18/05/2006)

Militante das boas causas, o deputado Fernando Gabeira anda um tanto farto da conversa – “boa pra boi dormir” – segundo a qual o avanço da criminalidade só seria contido se houver justiça social. Na opinião dele, este tipo de raciocínio reflete uma “visão alienante” com origem na esquerda, e ainda com grande aceitação em parte dela, referida no pressuposto de que se há igualdade não há violência. Na concepção de Gabeira, urge uma mudança de atitude, tanto por parte do poder público, que precisa ter estratégia, visão de conjunto, agilidade e instrumentos para reagir com ações específicas a situações como as de São Paulo, quanto daquela parcela da sociedade que se mobiliza, protesta, mas o faz de forma ineficaz e, até certo ponto, ingênua.

“Na Espanha, por exemplo, diante dos atentados terroristas a população vai para as ruas exigir a punição dos culpados; aqui, as pessoas se vestem de branco e fazem passeata pela paz; é inteiramente diferente a lógica da ação, embora ambas tenham como objetivo a paz”.

A visão alienante é, na opinião de Gabeira, também paralisante. “Imaginar que tudo se resolve pelo social é acreditar que os países ricos não têm problemas de segurança pública”.

Para o deputado, este tipo de “resposta clássica” ante a ocorrência de episódios dramáticos, além de traduzir apenas uma parte da realidade, pois é óbvia a influência das más condições de vida no comportamento dos que caem no crime, “é uma maneira excelente de não enfrentar a questão que ameaça os cidadãos aqui e agora. Ninguém pode esperar o país ficar rico na esperança de, assim, recuperar o terreno perdido para o crime organizado”.

Enquanto os pré-candidatos a presidente da República trocavam acusações em Brasília em torno da responsabilidade federal ou estadual sobre os ataques que assolaram São Paulo durante quatro dias e faziam discursos indignados sobre coisas que a sociedade está cansada de saber, Fernando Gabeira pegou um avião na terça-feira à tarde e foi a São Paulo conversar com o governador Cláudio Lembo, pôr o mandato à disposição e ponderar sobre a necessidade de ações fortes e conjuntas das forças federais e estaduais.

Um gesto aparentemente isolado, sem consequência prática, mas que, se fosse acompanhado, por exemplo, por todos os candidatos à Presidência e mais alguns outros tantos pretendentes a governos de Estado, poderia dar a dimensão do interesse e do empenho dos representantes populares no enfrentamento da criminalidade como questão não de política partidária, mas de Estado.

“É preciso aproveitar esse momento para avançar, antes que os ânimos serenem, a indignação se reduza e retornemos à habitual tendência de empurrar as coisas com a barriga até o próximo drama, as próximas mortes, a próxima manifestação do poder que o crime organizado tem de aprisionar uma cidade pela imposição do medo, da ameaça à vida.”

Há, na opinião dele, uma série de atitudes objetivas perfeitamente ao alcance do poder público. Gabeira falou de duas delas com o governador de São Paulo: a montagem de uma contra-ofensiva envolvendo polícia e Exército para aproveitar as pistas, as armas apreendidas e as informações das pessoas presas agora, seria uma.

A outra, o exame da possibilidade de implantar um sistema eletrônico para o monitoramento permanente dos presídios, com o objetivo de prevenir rebeliões e levantes de rua orientados de dentro das cadeias. “É o caso de analisar o custo e o benefício”, diz o deputado.

Há também as alterações de atitude indispensáveis de serem postas em prática de imediato, enquanto o tamanho do problema ainda está vivo nas memórias. “A inteligência, que sempre considerou a segurança um tema menor, precisaria mergulhar nele como objeto de estudo e a sociedade pôr em prática seu poder de cobrança não de forma dispersiva, boa para aplacar consciências, mas

insuficiente para sacudir as estruturas, tirá-las da indolência e atacar o inimigo com força à altura do seu poderio.”

4.3.2.2 – EDITORIAL: Não há dinheiro que chegue (21/05/2006)

O surto terrorista que São Paulo enfrentou nos últimos dias expôs a incapacidade do poder estatal de prover uma das necessidades básicas de toda sociedade, não por acaso essencial à sua coesão em termos minimamente civilizados. Mas essa incapacidade do Estado, em qualquer dos seus níveis, de garantir a segurança e a ordem pública é a expressão mais contundente e literalmente assustadora de uma crise profunda e sem solução à vista no horizonte que se é capaz de vislumbrar.

A crise consiste na imensa desproporção entre a infinidade de demandas sociais e o desafio que elas impõem à atuação do poder público, de um lado, e de sua incapacidade financeira de responder satisfatoriamente a esse desafio, de outro. O Estado nacional, entre os países que o Brasil se compara, é que mais recurso tira da sociedade, como parcela das riquezas que ela produz. Ainda assim, é como se os governos tivessem de correr cada vez mais depressa para ao menos não permitir que continue se aprofundando o abismo entre o que deles se cobra e o que eles de fato podem proporcionar.

A culpa não deste ou daquele governante, deste ou daquele núcleo dirigente, muito menos, ao contrário do que se repete, do maior ou menor grau de consciência social da “minoridade branca”, na expressão do governador de São Paulo. Simplesmente, nenhum governo dá conta do recado em virtude dos constrangimentos financeiros que a Administração para atender com a eficiência necessária as demandas não apenas legítimas mas também crescentes – e de cujo atendimento depende a velocidade com que o Brasil chegará ao pleno desenvolvimento econômico, social e político.

Nesse sentido, o descalabro dos sistemas de segurança – no plural, porque englobariam, além dos serviços de repressão ao crime e de garantia de segregação dos criminosos, também o Judiciário – seria o menos dramático, por seus efeitos potenciais a longo prazo, do que as formidáveis carências que a tudo resistem nas áreas de educação e saúde, as quais completam o tripé das obrigações fundamentais que justificam o ativismo do Estado. O que o poder público está devendo à sociedade em matéria de segurança não é mais do que devia em outros campos. A diferença é que, no primeiro caso, a cobrança da dívida irrompe em surtos estrepitosos porque se traduz em bárbaras exhibições da força do crime organizado, como essa que traumatizou São Paulo.

Mas quantas vidas se perdem ou se debilitam em silêncio devido às deficiências do sistema de saúde pública? E quantas vidas deixam de desenvolver as suas possíveis aptidões devido a um desastroso sistema de ensino que despeja no mercado legiões de brasileiros sem as qualificações básicas – técnicas e culturais – para integrar a vida econômica nos moldes das sociedades contemporâneas adiantadas? O gritante paradoxo é que o Estado não é omissivo: atende a tudo e a todos: há cada vez mais alunos nas escolas, a mortalidade infantil diminuiu (e a expectativa de vida aumenta) e as estatísticas em São Paulo, apesar das aparências em contrário, indicam ganhos consistentes no combate às principais formas de criminalidade.

Acrescente-se a isso que, visto em perspectiva histórica, o Brasil foi muito mais longe do que se supunha há questão de um século, quando os estudiosos começaram o mito confortável da “terra dadivosa e boa” e outras construções idílicas do gênero, ou passaram a empilhar no outro prato da balança os tremendos obstáculos que precisariam ser vencidos para a ruptura com o atraso secular. Ocorre que o próprio desempenho do País nestes 20 anos de democracia – a mais longa experiência democrática brasileira com participação ampliada – formou uma agenda de problemas a resolver mais complexa que a daqueles que mal ou bem foram enfrentados com resultados à época aceitáveis. Evidentemente, somente um ritmo de crescimento econômico – e, portanto, da capacidade da economia de sustentar o Estado – que supere o ritmo de crescimento das exigências sociais em saúde, educação e segurança é que acenderia a luz no fim desse túnel. E somente uma política fiscal judiciosamente conduzida, que contemple não apenas as necessidades da Administração, mas

sobretudo as do investimento, da produção e do trabalho, criará as condições para a aceleração sustentada do ritmo de crescimento e que, portanto, produziria recursos à altura das demandas sociais.

4.3.2.3 – LEITOR: Leão Machado Neto (19/05/2006)

O presidente Lula disse o óbvio: a falta de investimentos em educação – que é função dos homens públicos – está na raiz da criminalidade. Mas não é só isso. Há também um importante componente da índole das pessoas nessa história. Senão, vejamos: a imensa maioria do povo brasileiro é pobre, carente, sofrida e com baixa instrução. Mas é honesta, trabalhadora, não mata nem rouba. Por outro lado, alguns políticos e empresários, com boa formação escolar e intelectual e, sobretudo, ricos, roubam, enganam, mentem e sonégam. Alguns têm o descaramento de desviar até a verba para a compra de ambulâncias, enquanto o povo morre na fila do SUS. A esta singela diferença se dá o nome de caráter. Estes meliantes do dinheiro público são tão nocivos à sociedade quanto o PCC.

FECHAMENTO

Não há dúvidas de que o enquadramento realizado pelos jornais Folha e Estado de S. Paulo apoiou a manutenção da “ordem” em detrimento das garantias individuais, uma vez que apoiou incondicionalmente a provação de leis penais mais severas como forma de coibir a criminalidade organizada dentro do sistema carcerário. Além do endurecimento das penas, demonstramos como os dois jornais também apontaram que a solução do problema estava relacionada ao desempenho econômico do País, não sendo, portanto, um reflexo de injustiças sociais agravadas ao longo da história brasileira.

Além dos temas especificados acima, vários outros poderiam ser os exemplos dessa tendência que entende a prisão como lugar de punição e não de reabilitação. Vale citar outros dois: a notícia de um ato ecumênico na catedral da Sé onde representantes de entidades religiosas e de direitos humanos manifestaram solidariedade à polícia e afirmaram que não seriam um obstáculo para as “ações rigorosas e eficientes em defesa da sociedade”. “A prioridade hoje tem de ser a defesa dos direitos humanos das pessoas de bem. Aquelas que são vítimas dos atos criminosos”, afirmou o rabino Henry Sobel (FSP, 16/05/2006: C10). Da mesma forma, o presidente da Câmara Federal, Aldo Rebelo (PCdoB) defendendo “o uso da força” e criticando a “concepção humanista de segurança”, que teria subtraído do Estado o poder de repressão ao crime (OESP, 16/05/2006: A3) e, por

isso, condenou uma visão de direitos humanos que deixava em segundo plano “os direitos de ir, vir e viver da sociedade em geral” (Idem).

Além disso, em mais de uma circunstância, percebemos como o jornalismo atual, ao mesmo tempo que registra tão bem o drama social, a tônica do discurso sobre as causas da tragédia acabou reforçando-a na medida em que defende a manutenção de uma ordem que ele mesmo considera injusta para uma parcela da população. Evidente que os jornais procuraram amenizar essa tendência, que em outros meios de comunicação, especialmente a mídia eletrônica, chegou ao extremo do sensacionalismo. Tanto o Estadão quanto a Folha, e esta em maior intensidade, foram honestos em publicar especialmente nos cadernos dominicais, Aliás e A+, outros pontos de vistas que deram ao leitor condições necessárias de formar a sua opinião sobre esta questão tão complexa.

Foi o caso, também, do jornalista Gilberto Dimenstein, principal articulista da Folha, que dois meses após a semana dos ataques chamou a atenção para a vulnerabilidade da periferia paulistana aos apelos do PCC, onde vivem 65% da população com idade entre 15 e 19 anos. Trata-se de um contingente potencial para recrutamento às facções, como foi o caso de um jovem de 16 anos, preso em flagrante enquanto se preparava para atear fogo em mais um ônibus. Em seu depoimento a uma emissora de tevê, a mãe, resignada, explicou que o pagamento seria consumado após o término da ação.

No artigo “Escola do crime”, Dimenstein revelou estatísticas aterradoras: a taxa de desemprego em diversos bairros da periferia chegava a 70%. Aproximadamente 500 mil jovens entre 15 e 24 anos – “o suficiente para lotar cerca de oito estádios do Morumbi” – nem estudam nem trabalham. Somando a desestruturação familiar, o jovem nessas condições vê o caminho para um crime como uma “linha reta” (FSP: 14/07/2006).

Passados três anos daquela onda de violência que traumatizou São Paulo, lamentamos apenas que a tônica dos discursos assumiu um enquadramento maniqueísta (“mocinhos vs. bandidos”) que não exige explicações mais aprofundadas. Em relação ao endurecimento das políticas penitenciárias, os resultados ainda estão aí, apesar de não mais denominarem o PCC, preferindo atribuir à “uma facção criminosa” as recorrentes ações criminosas: mortes, reféns, desespero dos familiares, angústia e impotência dos funcionários, dominação da população carcerária. Tanto presos, como agentes de

segurança, carcereiros e familiares, a sociedade em geral, acabamos arcando com o ônus dessa representação distorcida que os jornais fazem do sistema prisional.

Mesmo com o endurecimento das políticas penitenciárias, os chefes do PCC ainda continuam arregimentando cada vez mais gente que não tem nada a perder, presos foragidos, indultados, a maioria jovens, sem perspectiva de ser absorvidos pela sociedade. Enquanto isso, a imprensa ainda procura os culpados pela ineficiência do sistema carcerário, ignorando que a origem da violência, primeiramente banalizada e, em seguida, organizada e centralizada nos presídios, situa-se bem mais próximo de nós do que se imagina.

No entanto, percebemos algumas pistas animadoras em relação ao comportamento da imprensa em nível mundial. Ressaltamos, por exemplo, o esforço empreendido por Dov Shinar¹⁹⁴, decano fundador da Escola de Comunicação e da Faculdade de Administração de Israel, onde coordena o curso de Graduação e o “*Fair Media*” (o centro israelita de Estudos de Conflito, Guerra e Paz, na Escola de Comunicação da Faculdade de Netanya). Seus conceitos baseiam-se na premissa de que uma estrutura democrática do jornalismo deve procurar atingir um equilíbrio viável entre os anseios sociais públicos por informação contextualizada e transparente, desvinculada, tanto quanto possível, de interesses particulares. Shinar defende que a estrutura democrática e a orientação jornalística para a paz estão intimamente ligadas e que “o jornalismo para a paz é uma estratégia que visa à melhoria das representações da mídia, da construção da realidade e da consciência crítica” (Shinar, 2008: 42).

Face a situações de conflitos permanentes, como ocorre em Israel, com a “questão palestina” e em São Paulo com a “questão carcerária”, *mutatis mutandis*, os jornalistas precisam se conscientizar das consequências das histórias que contam, mas que podem assumir um caráter libertário caso seja preservado o mesmo direito de expressão às partes envolvidas e introduzido o discurso da não-violência nesses relatos. Concordamos com Shinar que o jornalismo voltado para a paz pode sim ajudar a reduzir o desnível socioeconômico e a exploração humana, mas isso apenas se incentivar o respeito social pelos elementos mais frágeis das sociedades em desenvolvimento:

¹⁹⁴ O Programa de Pós-Graduação na Faculdade Cásper Líbero, em conjunto com a Coordenadoria de Jornalismo, promoveu o “Seminário com Dov Shinar”, em duas conferências distintas: “Jornalismo de Paz em Tempo de Conflitos” e “Mídia, Arte e Memória: o Holocausto” (21 e 22/08/2009).

Análises de estatísticas do Terceiro Mundo demonstram um espantoso aumento dos índices de pobreza, fome, doenças fatais, mortalidade infantil, destruição física e cultural, analfabetismo e outros problemas (Relatório Anual UNDP 2005). Presumindo-se que as cifras estão corretas, não se pode senão concluir que, no geral, as políticas de desenvolvimento fracassaram quanto a atingir seus objetivos (SHINAR, 2008, 40).

Eis, portanto, um novo olhar sobre o papel da imprensa como agente do desenvolvimento sócio-econômico quando ela promove a consciência crítica e de uma melhor compreensão do eu e do outro. Dependendo do comportamento que adote, os jornalistas podem contribuir para a guerra, o genocídio, o terrorismo, opressão e a repressão, bem como para a segurança, a dignidade, o crescimento e o poder de decisão por cidadãos, com base em informações responsáveis. Para tanto, Shinar destaca um série de atuações que podem:

1. Elevar os padrões profissionais e a consciência social de jornalistas e de suas organizações;
2. Encorajar uma transição nas práticas de transmissão de mídia mobilizada, hegemônica e hierárquica, para processos de transmissão-recepção mais equilibrados e negociados;
3. Apresentar visões da realidade honestas, confiáveis e autônomas, considerando cada sociedade e cultura;
4. Empenhar-se em produzir mudança humana e social e em desenvolver consciência crítica de uma melhor compreensão do eu e do outro.

Com base nessas premissas, concluímos que o jornalismo pode sim desenvolver regras básicas para ajudar a comunidades na solução de conflitos, ilustrando diversidades, espontaneidades e flexibilidades. Pode também ampliar debates e contextos demonstrando que um conflito é contornável pela busca de esclarecimento. Pode refazer perguntas essenciais, focar assuntos centrais, enfatizar fatos contraditórios e articular a opinião pública enfocando os aspectos positivos mais que as controvérsias. Pode ainda acalmar emoções dirigindo posições antagônicas para discussões de interesse comum. Mas para não ficar apenas no sonho, Shinar nos apresenta algumas estratégias possíveis e práticas para facilitar a atividade jornalística orientada para a paz. Entre as várias atividades sugeridas, destacamos algumas:

Treinar etnicamente, ou de outra forma, diversas equipes de jornalistas para atuarem juntas, apresentando uma visão equilibrada de fatos com redução de reportagens partidárias; proporcionar treinamento prático para repórteres e editores, visando desenvolver suas capacidades profissionais

sobre as bases do bom jornalismo: padrões de reportagem, controle de boatos, verificação de fatos e validade das fontes, redução de preconceito, reconhecimento da necessidade de apresentar mais do que um lado da questão, etc; engajar jornalistas em exercícios focalizados em evitar estereótipos e preconceitos, ao fazer cobertura “do outro”; desenvolver seminários sobre cobrir a “outra parte”, nos quais jornalistas e editores possam discutir problemas e soluções ao cobrir tópicos sensíveis e a serviço de sua audiência específica; estimular a redução do controle governamental sobre a comunicação, assim como regular o controle comercial; estabelecer e apoiar instituições locais de monitoramento da mídia (SHINAR, 2008: 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lembrai-vos dos encarcerados, como se presos com eles.
Dos que sofrem maus tratos, como se, com efeito, vós mesmos em pessoa fôsseis os maltratados.
Epístola aos Hebreus

INCONCLUSAS ESPERANÇAS

Em 1993, N. Christie qualificou a prisão da atualidade como um “novo holocausto”¹⁹⁵. Ele chegou a esta conclusão ao observar o sistema carcerário dos Estados Unidos, onde vários milhões de pessoas “viviam” em situações subumanas (seja nos corredores da morte, nas penitenciárias públicas e privadas, nos campos e colônia de trabalho forçado, nos regimes de semi-liberdade ou nos centros psiquiátricos).

Conhecendo de perto a realidade carcerária brasileira, só nos resta lamentar que as conclusões dos debates sobre a questão carcerária paulista se pautem na experiência norte-americana, resumida em dois pilares fundamentais sobre os quais se assentam as campanhas de *law and order*, “tolerância zero”, etc: a eliminação (física) e/ou a neutralização (arquitetônica, mecânica, etc) dos transgressores.

Interessante ressaltar que concluímos esta dissertação justamente num momento em que o STF (Supremo Tribunal Federal) achou por bem derrubar a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Digno de registro o parecer do

¹⁹⁵ CHRISTIE, N. (1993), *La industria del control del delito. ¿La nueva forma del holocausto?*. Buenos Aires: Ediciones del Puerto. Citado por Iñaki Rivera Beiras, in: “Lineamientos garantistas para una transformación radical y reduccionista de la cárcel (una visión desde España)”. Universitat de Barcelona, 2000.

presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, relator do caso, de que o diploma de jornalista não garante que não haverá danos irreparáveis ou prejudicar direitos alheios:

Quando uma notícia não é verdadeira ela não será evitada pela exigência de que os jornalistas frequentem um curso de formação. É diferente de um motorista que coloca em risco a coletividade. A profissão de jornalista não oferece perigo de dano à coletividade tais como medicina, engenharia, advocacia nesse sentido por não implicar tais riscos não poderia exigir um diploma para exercer a profissão. Não há razão para se acreditar que a exigência do diploma seja a forma mais adequada para evitar o exercício abusivo da profissão (FSP, 17/06/2009).

É no mínimo irresponsável achar que a profissão de jornalista não oferece perigo de dano à coletividade, haja vista que as conclusões a que chegamos nesta dissertação demonstram justamente o contrário do que pensa o presidente do Supremo. A decisão do STF vai na contramão inclusive de esforços em nível internacional sobre a importância do jornalista na superação de conflitos mais diversos. Ao derrubar a obrigatoriedade do diploma, o Supremo acabou forçando um grande retrocesso para a recente democracia brasileira.

De fato, esta dissertação demonstrou a relevância do papel dos jornais para a sociedade democrática, que melhora na medida na mesma medida em que o discurso jornalístico equilibra os anseios sociais públicos aos interesses particulares. Jornalismo e democracia caminham tão próximos que é imaginável pensar um sem o outro. Por isso, insistimos que saídas para as precariedades do sistema carcerário que geraram e têm fortalecido facções perigosíssimas como o Primeiro Comando da Capital dependem completamente do retrato que o jornal faz da prisão para a sociedade.

A Folha e o Estadão reconhecidamente tiveram um papel importante na redemocratização do país. Também ofereceram contribuições importantes em momentos delicados da história recente. São reconhecidas as suas ações na defesa dos direitos das minorias oprimidas e na denúncia dos vários escândalos de corrupção que envolvem os principais escalões governamentais. Se o Brasil é um pouco melhor neste ano de 2009, não podemos negar contribuição da imprensa brasileira, em especial a Folha e o Estado.

Infelizmente esse mesmo empenho não se reflete na relação dos jornais com o sistema prisional. No entanto, concluimos essa dissertação na esperança de que a imprensa se liberte e ajude a libertar a sociedade dos preconceitos em relação ao sistema prisional,

percebendo que problema de preso acaba se ligando com todos os grandes problemas humanos, com todos os absurdos contra a humanidade, com todas as injustiças e opressões.

Esperamos, portanto, que os jornais ajudem a mudar a mentalidade que considera a prisão como uma forma de segregação social, que faz do aprisionamento o expediente de reafirmação inconsciente da exclusão social refletida na população carcerária, formada em sua maioria por jovens provenientes dos berços da pobreza; que ajude a combater a superlotação nos cárceres, demonstrando que a agilidade da polícia e do Poder Judiciário em prender é inversamente proporcional aos esforços envidados à soltura dos presos; que ajude a superar as oposições no âmbito municipal, que empurram para longe dos olhos a desgraça humana; que denuncie as precárias condições de trabalho nas penitenciárias, agravadas por funcionários que sequer têm uma noção mínima sobre direitos humanos para o sistema prisional, como ocorre na Grã-Bretanha; que pressione juízes, Ministério Público e conselhos penitenciários a cumprirem o que determina a Lei de Execução Penal em relação às visitas regulares nos locais de detenção; que faça a Assembleia Legislativa entender que enquanto não se aprova a Lei Penitenciária Local, o sistema fica dependente da conveniência da direção de cada unidade em praticar ou não os princípios do Estado de Direito; que ajude a pressionar o governador do Estado a instituir em definitivo a Ouvidoria Penitenciária.

Poderíamos enumerar várias outras possibilidades de como a imprensa pode ajudar na humanização do cárcere, mas nos contentamos se os jornalistas percebessem que as lacunas abertas acabam fortalecendo ainda mais os “ideais” das facções criminosas, quando estas se reafirmam supridoras, a seu modo, das carências da população carcerária, transformando a “filiação” muitas vezes a única possibilidade de sobrevivência. De fato, a imprensa conhece de perto as irregularidades do sistema bem como as violações do princípio constitucional da dignidade humana.

Seria um bom começo se ela reconhecesse a sua parcela de culpa nas crueldades nele cometidas particularmente quando contribui para estigmatizar o preso na sua inglória luta para se reintegrar à sociedade. Também ajudaria se os jornais ajudassem a pressionar o Congresso Nacional a ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, o que certamente coibirá em muito a violação da dignidade humano no interior do cárcere. Isso seria um bom começo, e como seria.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. IN ZIZEK, Slavoj. Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AMORIM, C. *CV-PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- _____. *Comando Vermelho: A história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro, Record, 1994.
- BARBOSA, Maria C. Bicudo. *Tudo como dantes no quartel de Abrantes: Práticas de produção do espaço na cidade de São Paulo*. São Paulo, USP, 1987. (Tese de doutoramento).
- BARROS, Laan M. *Para que pesquisar? Comunicação: Uma ciência social aplicada*. In: Epistemologia da Comunicação. São Paulo, Edições Loyola, 2003.
- BAUDRILLARD, Jean. *Esquecer Foucault*. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.
- BATISTA, N. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, edição 43, Rio de Janeiro, Editora Revista dos Tribunais, 2003.
- BUCCI, E. & KEHL, M. R. *Videologias*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, EDUSP, 1997.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Arte de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- COELHO, C. N. P. & CASTRO, V. J. *Comunicação e Sociedade do Espetáculo*. São Paulo, Paulus, 2006.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Gramsci*. Porto Alegre, LP&M, 1981.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

- DE LIMA, V. A. *Mídia - Teoria e Política*. São Paulo, 2004.
- DURKHEIM, Émile. *Suicídio: O estudo da Sociologia*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ECO, U. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- ENTMAN, R. *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm*. Journal of Comunicacion, vol 43, n. 4 (Autum), 1993.
- _____. *Domocracy without citizens: Media and the Decay of American Politics*. NY, Osford.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Coord. e pref. à ed. bras. I. Magalhães. Trad. I. Magalhães et al. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em SP (1880-1924)*. SP, Edusp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense / Universitária, 1972.
- FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- _____. *Comunicação ou Extensão?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada: As Ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2002.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre, L&PM, 1987.
- GUARESCHI, P. *Comunicação e controle social*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Edditora UFMG, 2003.
- IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- JOSGRILBERG, Fábio B. *Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau*. São Paulo, Escrituras Editora, 2005.
- JOZINO, Josimar. *Cobras e lagartos*. São Paulo, Objetiva, 2005.
- KELLNER, D. *A cultura da mídia - Estudos culturais: Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, EDUSC, 2001.
- LASWELL, Harold. *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. In: COHN, Gabriel (org). *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, EDUSP, 1971.
- LIMA, Venício A. *Mídia: Teoria e política*. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2004.
- MADIO, Telma C. *A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do século*

- XX: *O Estado de S. Paulo*. Tese de Doutorado / ECA - USP, São Paulo, 2005.
- MALCOLM, Janet. *O jornalista e o assassino: Uma questão de ética*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MANSO, Bruno Paes. *O homem X: Uma reportagem sobre a alma do assassino em SP*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo, Summus, 2003.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. SP, Cortez; Unesco, 2007.
- _____. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- NORRIS, P. *News of the World*. In: NORRIS, P. (ed). *Politics and the Press: The News Media and their influences*. Boulder, CO, Lynne Rienner Publishers.
- PASTORINI, A. *A categoria questão social em debate*. São Paulo, Cortez, 2004.
- RAMOS, Sílvia & PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- SHINAR, Dov. *Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz*. In: Líbero (revista do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero): Ano XI – Nº 21, Junho de 2008.
- SODRÉ, Muniz. *Sociedade, mídia e violência*. Porto Alegre, Sulina: Edipucrs, 2006.
- SOUZA, Fátima. *PCC, a facção*. Rio de Janeiro, Record, 2007.
- SOUZA, Percival. *O sindicato do crime: PCC e outros grupos*. São Paulo, Ediouro, 2006.
- _____. *O prisioneiro da grade de ferro*. São Paulo, Traço, 1983.
- STALLYBRASS, Peter & WHITE, Allon. *The Politics and Poetics of Transgression*. Ithaca, NY, Cornell, 1986.
- TRAQUINA, N. *O paradigma do “agenda setting”: redescoberta do poder do jornalismo*. In: Comunicação & Linguagens, Nº 21-22. São Paulo, 1995.
- TREVISAN, Carlos H. Miguel & CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar de. *Controle externo do Poder Judiciário*. São Paulo, in: Revista dos Tribunais, 1993 (volume 693).
- WOLF, M. *Los efectos sociales de los medias*. Barcelona, Paidós, 1987.

Bibliografia complementar (sobre a prisão)

- ADORNO, Sérgio & SALLA, Fernando. *Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC*. São Paulo, in: Revista Estudos Avançados, Nº 21 (61), USP, 2007.
- ADORNO, Sérgio. *A prisão sob a ótica de seus protagonistas - itinerário de uma pesquisa*. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 1991.
- _____. *Prisões, violência e direitos humanos no Brasil*. IN: PINHEIRO, P. S. & GUIMARÃES, S. P. (orgs.): *Direitos Humanos no século XXI*. Brasília, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

- _____. *Sistema Penitenciário no Brasil: problemas e desafios*. Revista USP nº 9, 1991.
- ALVIM, Rui Carlos Machado. *O Trabalho Penitenciário e os Direitos Sociais*. São Paulo, Atlas, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização, as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zанhar, 1999.
- BIERRENACH, Maria Inês. *A Mulher Presa*. Revista do Ilanud nº 12, 1998.
- BRANT, Vinicius Caldeira. *O Trabalho Encarcerado*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.
- CARVALHO FILHO, Luís Francisco. *A Prisão*. São Paulo, Publifolha, 2002.
- CHRISTIE, N. *La industria del control del delito. ¿La nueva forma del holocausto?*. Buenos Aires: Ediciones del Puerto. Citado por Iñaki Rivera Beiras, in: “Lineamientos garantistas para una transformación radical y reduccionista de la cárcel (una visión desde España)”. Universitat de Barcelona, 2000.
- COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo: crises e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.
- FICHER, Rosa Maria. *Poder e cultura em organizações penitenciárias*. São Paulo, Tese de Livredocência apresentada à Faculdade de Economia e Administração da USP, 1989.
- GARLAND, David. *Castigo y sociedad moderna: un estudio de teoría social*. México: Siglo XXI, 1999.
- GOFFMAN, Irving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- JOCENIR. *Diário de um Detento*. São Paulo, Labortexto Editorial, 2001.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos Vivos. Análise Sociológica de uma Prisão de Mulheres*. Rio de Janeiro, Forense, 2º ed, 1998.
- MACHADO, L. Azevedo. *História de um Massacre: A Casa de Detenção em São Paulo*. Cortez, 1993.
- MENDEZ, Luiz Alberto. *Memórias de um Sobrevivente*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.
- MINHOTO, Laurindo Dias. *Privatização dos Presídios e Criminalidade*. Max Limonad, 2000.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo, Cortez, 1987.
- RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- SALLA, Fernando. *Prisões em São Paulo 1822 – 1940*. Annablume, 1999.
- VARELA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zанhar, 2001.

ANEXOS

TABELA I: ORGANOGRAMA DA POLÍCIA PAULISTA



Fonte: portal da Secretaria de Segurança Pública: www.ssp.sp.gov.br.

1. Conselho Estadual de Trânsito (Constran)

Entre outras atribuições, compete ao Constran zelar pelo cumprimento da legislação de trânsito; resolver ou encaminhar ao Conselho Nacional de Trânsito – Contran consultas de autoridades e de particulares, relativas à aplicação da legislação de Trânsito, bem como propor medidas para aperfeiçoamento dessa legislação; regulamentar a expedição da autorização para condução de veículos; propor ao Constran a fixação do valor das multas que devem ser aplicadas no Estado; organizar a estatística geral do trânsito, especialmente dos acidentes e infrações; etc.

2. Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG

Através do Decreto no. 23.455, de 10 de maio de 1985, regulamentado pela Resolução SSP 37, de 16 de maio do mesmo ano, no governo Franco Montoro, foram criados os Conselhos Comunitários de Segurança, os quais são constituídos de autoridades policiais e grupos de pessoas do mesmo bairro ou do mesmo município que se reúnem para discutir e analisar seus problemas de segurança, propondo as soluções e acompanhando sua aplicação.

3. Administração Superior e Sede da Secretaria (ASSS)

O Decreto no. 25.366, de 11 de junho de 1986, criou na Administração Superior e da Sede a função de Coordenador para assuntos dos Conselhos Comunitários de Segurança. Antes disso, o Decreto nº 6.918, de 28 de outubro de 1975, reorganizou a Administração Superior e da Sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, determinando que sua estrutura básica ficasse constituída da seguinte forma, diretamente subordinada ao Secretário: I - Gabinete do Secretário; II - Assessoria Técnica; III - Coordenadoria de Informações e Operações (CIOP); IV - Corregedoria Geral de Polícia; V - Conselho Superior de Polícia. Vincula-se ao Secretário da Segurança Pública o Conselho Estadual de Trânsito. Com o decorrer dos anos, e a evolução e modernização da sociedade, ocorreu a necessidade de se reformular e aprimorar os trabalhos policiais, como por exemplo, a transformação da Coordenadoria de Informações e Operações-CIOP, em Coordenadoria de Análise e Planejamento - CAP (Decr. 21.414/83), dentre outras, culminando com a atual organização.

4. Polícia Civil do Estado de São Paulo

Instituição integrante da estrutura da Secretaria de Estado dos negócios da Segurança Pública, que tem por atribuição precípua o desenvolvimento das atividades de Polícia Judiciária (investigação dos crimes e preparação dos respectivos procedimentos legais) e Administrativa. A apuração de ilícitos penais, indicados no Código Penal Brasileiro e legislação complementar, obedecem os dispositivos do Código de Processo Penal Brasileiro, bem como outros diplomas legais que tratam do assunto (p. ex. Lei nº 9.099/95). As atividades Administrativas são desempenhadas com base na legislação pertencente ao ramo das Ciências Jurídicas denominado Direito Administrativo. Para a realização de suas tarefas, possui estrutura hierarquizada em carreiras e classes, conforme quadro abaixo:

Direção	Unidade	Atividade Desenvolvida
Órgão	Delegacia Geral de Polícia – DGP	Responsável pela macro estrutura da Polícia Civil, é dirigida pelo Delegado Geral de Polícia.
Consultivo	Conselho da Polícia Civil – CPC	Órgão colegiado, composto pelo Delegado Geral de Polícia, Diretores dos Departamentos da Polícia Civil e Delegado Chefe da Assistência Policial Civil do Gabinete do Secretário da Segurança Pública, que se manifesta acerca dos “elevados” assuntos Institucionais.
Apoio	A. T. P. C.	Assessora o Delegado Geral de Polícia nos assuntos em que deve se manifestar.
Apoio	D. A. P.	Cuida dos assuntos de natureza administrativa - recursos humanos e materiais transportes, protocolo e arquivo, execução policial, finanças, entre outros.
Apoio	DIPOL	É o Departamento encarregado da denominada inteligência policial, tecnologia de informação e comunicações.
Apoio e Execução	Corregedoria	Trata da apuração de infrações disciplinares e penais cometidas por policiais civis.
Execução	DECAP	Dirige as Delegacias Seccionais, Delegacias de Defesa da Mulher, Delegacia de Polícia de proteção ao idoso, Delegacias de Polícia da Infância e da Juventude e Distritos Policiais da Capital.
Execução	DEMACRO	Comanda todas as Unidades da Polícia Civil da Macro São Paulo (Distritos, GARRA, Delegacias de Município etc).
Execução	DEINTER (1 a 9)	É responsável pela estrutura da Polícia Civil nas 9 regiões distribuídas pelo Estado de São Paulo.
Execução	DEIC	Tem por atribuição a investigação do crime organizado, através das Divisões de Investigação sobre Crimes Contra o Patrimônio, Investigações sobre Furtos e Roubos de Veículo e Cargas, Anti-sequestro e Investigações Gerais.
Execução	D. H. P. P.	Investigação dos crimes de Homicídio, Latrocínio, tentativa de homicídio (roubo seguido de morte), bem como atividades de proteção à pessoa (P. ex.: Delegacia de Pessoas Desaparecidas).
Execução	DENARC	É o Departamento de Investigações sobre Narcóticos. É composto pelas Divisões de Investigações sobre Entorpecentes, Prevenção e Educação, bem como a de Inteligência e Apoio Policial.

5. Polícia Militar do Estado de São Paulo

Instituição também integrante da Secretaria de Segurança Pública, a quem compete executar o policiamento ostensivo fardado, “a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos”; atuar de maneira preventiva como força de dissuasão em locais ou áreas específicas onde se presume ser possível a perturbação da ordem; atuar de maneira repressiva, em casos de perturbação da ordem, precedendo ao eventual emprego das Forças Armadas; proceder ao policiamento do tráfego urbano, das vias de comunicação ferroviárias, rodoviárias e fluvial, assim como das respectivas instalações de uso público, das florestas, dos locais e recintos destinados à prática de desportos ou a diversões públicas, dos portos e aeroportos, em colaboração com a União, das vias e logradouros públicos, das

repartições públicas e dos recintos fechados de frequência pública, das partes externas dos estabelecimentos carcerários ou penais e dos prédios e recintos particulares; prevenir e extinguir incêndios; prestar socorro públicos e proceder à operação de salvamento; auxiliar a população nos casos de emergência ou de calamidade pública; prestar honras e dar guarda e assistência a militares e autoridades; atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando da Região Militar para encargo em atribuições específicas de polícia e guarda territorial.

6. Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

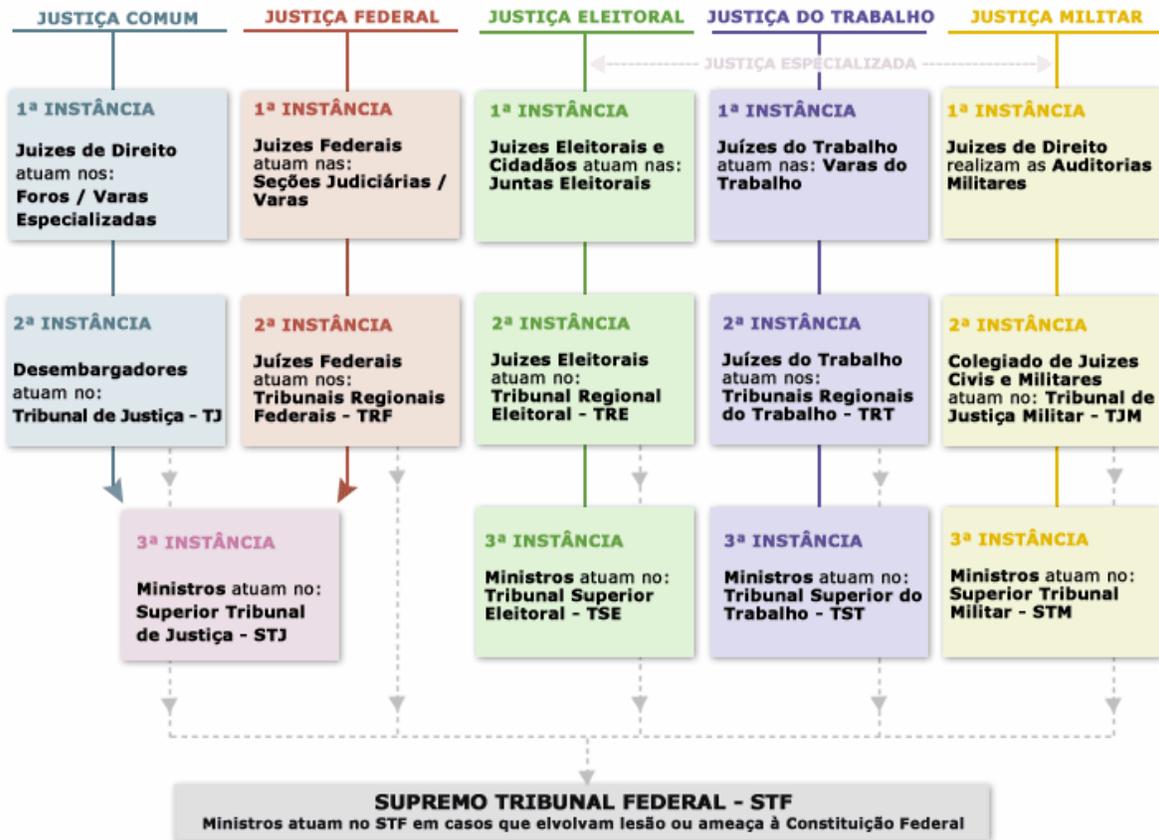
É órgão subordinado diretamente ao Secretário da Segurança Pública, sendo de sua competência, dentre outras, planejar, executar e controlar os serviços de engenharia de tráfego; registro e licenciamento de veículos; Habilitação de condutores; fiscalização e policiamento de trânsito; segurança e prevenção de acidentes; exames médico e psicotécnico necessários à habilitação de condutores; aprendizagem para conduzir; cursos e campanhas educativas de trânsito; investigação e apuração de delitos e contravenções de trânsito de autoria desconhecida.

7. Superintendência da Polícia Técnico-Científica

Através do Decreto no. 42.847, de 09 de fevereiro de 1998, o qual normatizou a Lei Complementar no. 756, de 27 de julho de 1994, foi criada a Superintendência da Polícia Técnico-Científica, órgão técnico-científico auxiliar da atividade de polícia judiciária e do sistema judiciário, responsável pelas perícias criminalísticas e médico-legais no Estado, com nível de Coordenadoria. Anteriormente, tanto os Institutos Médico Legal e de Criminalística eram subordinados ao extinto Departamento Estadual de Polícia Científica-DEPC, da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Tem por finalidade: coordenar e supervisionar os trabalhos de pesquisas nos campos da Criminalística e da Medicina Legal; proceder a estudos técnicos no âmbito de suas atividades específicas; prestar orientação técnica às unidades subordinadas; manter intercâmbio com entidades ligadas às áreas científicas correspondentes; exercer as atividades inerentes aos sistemas de administração geral e zelar pela regularidade das atividades exercidas nas unidades subordinadas.

TABELA 2: ORGANOGRAMA DO PODER JUDICIÁRIO

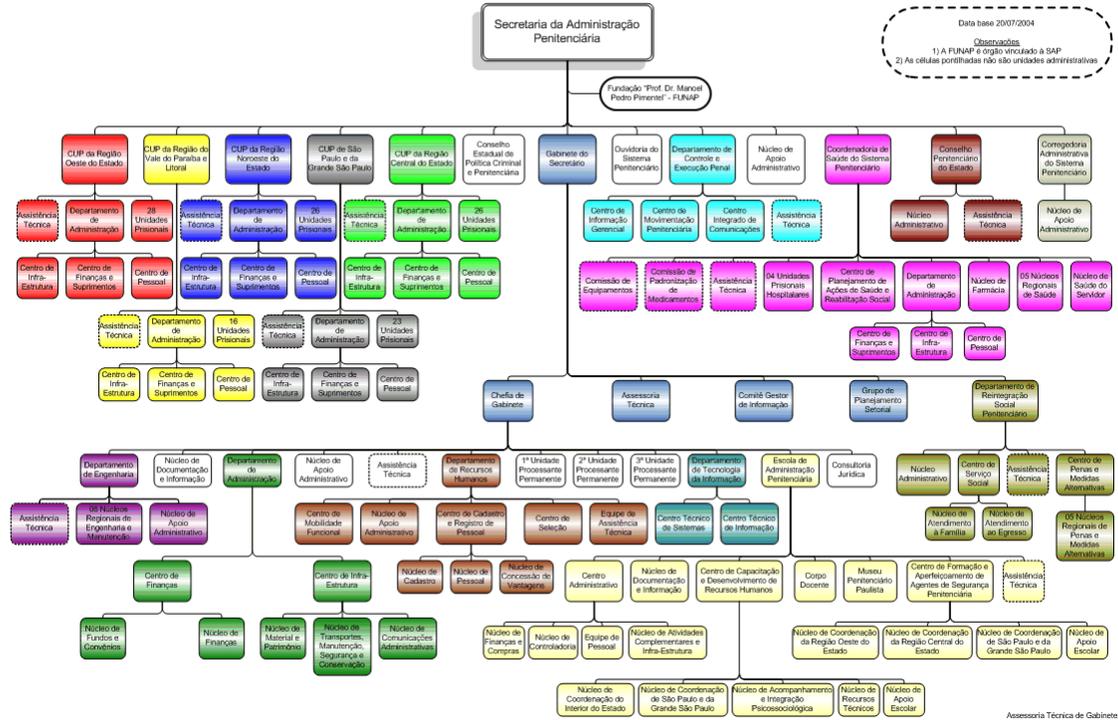
ORGANOGRAMA DO PODER JUDICIÁRIO



Informações obtidas no portal www.nev.incubadora.fapesp.br, acessado em 10/07/2009: <http://nev.incubadora.fapesp.br/portal/segurancajustica/judiciario/organogramadojudiciario>.

TABELA 3: ORGANOGRAMA DO SISTEMA CARCERÁRIO PAULISTA

- SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA -
 :: ORGANOGRAMA GERAL ::



Informações obtidas no portal da Secretaria de Assistência Penitenciária, acessado em 10/07/2009:
http://www.sap.sp.gov.br/download_files/image_files/fotos/organograma/organograma.gif

OBS: O Estado de São Paulo possui 147 Unidades Prisionais, sendo 1 de Segurança Máxima, em Presidente Bernardes; 74 Penitenciárias; 36 Centros de Detenção Provisória – CDPs, mais um anexo com essa mesma função; 22 Centros de Ressocialização; 7 Centros de Progressão Penitenciária; 2 Institutos Penais Agrícolas; 6 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

MODELOS ARQUITETÔNICOS

1. Penitenciária Compacta

Capacidade: 768 presos; regime fechado; oferece mais condições de recuperação; possui oficinas, salas de aula, parlatório, cozinha, ambulatório médico, local adequado para banho de sol; geração de empregos diretos: 367.



2. Ala de Progressão Penitenciária

Capacidade 108 presos: regime semi-aberto; unidades construídas junto a estabelecimento de regime fechado.



3. Centro de Ressocialização

Capacidade: 210 presos; unidade mista (regimes fechado, semi-aberto e provisório); administrado em parceria com ONG; participação “efetiva” da comunidade; serviços assistenciais, saúde, odontológico, psicológico, jurídico, social, educativo, religioso, laborterápico, etc; manutenção do reeducando (custo reduzido); baixo índice de reincidência; geração de empregos diretos: 61 cargos.



4. Centro de Detenção Provisória

Capacidade: 768 presos; estabelecimentos para presos que aguardam julgamento; construído p/ abrigar a população dos DPs e cadeias; oferece atendimento médico e odontológico; parlatório e sala de audiência; celas reforçadas com chapas de aço; detector de metais e sistema de alarme e TV; geração de empregos diretos: 293; presos provisórios (regime fechado).



5. Centro de Progressão Penitenciária

Capacidade: 672 presos; regime semi-aberto; mais facilidade de ressocialização; oficinas de trabalho; salas de aula; o preso trabalha dentro e fora do CPP; geração de empregos diretos: 233.



6. Centro de Readaptação Penitenciária

Capacidade: 160 presos; celas individuais (segurança máxima); segurança: sistema interno de TV, detectores de metais, equipamento de alarme e bloqueador de celular; RDD - Regime Disciplinar Diferenciado; número de tentativas/fugas: ZERO; Geração de empregos diretos: 207.



ESTRUTURA DOS JORNAIS FOLHA E O ESTADO DE S. PAULO

1. Conheça a Folha:¹⁹⁶ “O jornal mais influente do Brasil”

Fundada em 1921, a Folha é, desde a década de 80, o jornal mais vendido no país (no ano passado, a circulação média foi de 302 mil exemplares em dias úteis e 365 mil aos domingos). O crescimento foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Organizado em cadernos temáticos diários e suplementos, tem circulação nacional. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do ombudsman e a oferecer conteúdo on-line a seus leitores.

Endereço: al. Barão de Limeira, 425, CEP 01202-900, Campos Elíseos, São Paulo, SP, Brasil.

Linha editorial: “A marca da Folha”

A Folha estabelece como premissa de sua linha editorial a busca por um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Essas características, que norteiam o trabalho dos profissionais do Grupo Folha, foram detalhadas a partir de 1981 em diferentes projetos editoriais. Desde então, foram produzidos seis textos que procuram traduzir na prática os princípios que constituem, no seu conjunto, o Projeto Folha.



Novo Manual da Redação

A fim de traduzir em normas a sua concepção de jornalismo, a Folha criou em 1984 o Manual Geral da Redação. O texto não se limitava a impor regras gramaticais e padronizar a linguagem. Dava ao jornalista noções de produção gráfica, definia conceitos e servia como base para discussões no dia-a-dia da Redação. Esse manual teve uma segunda edição, revista e ampliada, em 1987. Em 1992, a Folha editou o Novo Manual da Redação e, em 2001, o Manual da Redação que está em vigor até hoje. Nele, as regras anteriores se flexibilizavam, admitindo nuances, deixando de lado uma padronização considerada intransigente. Como afirma sua introdução, as normas do novo manual "apostam na iniciativa e no discernimento individuais, na inventividades das soluções em cada caso e na disposição para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante".

Cadernos diários



Folha Brasil

No primeiro caderno da Folha, a editoria se dedica à vida política, institucional e aos movimentos sociais. Procura oferecer ao leitor informações pluralistas e apartidárias, para que ele exerça sua cidadania. É, ao mesmo tempo, um instrumento fundamental para os formadores de opinião, que nele encontram análises sobre os últimos acontecimentos.

¹⁹⁶ Informações da própria Folha (www.folha.com.br), acessado em 10 de outubro de 2009.



Folha Ciência

Notícias sobre as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes no Brasil e no mundo, com especial atenção para o didatismo e para o uso de recursos visuais na explicação de assuntos complexos. (Aos domingos, é publicado junto ao caderno Mais!)



Folha Cotidiano

Oferece ao leitor informações úteis ao seu dia-a-dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país. Na edição São Paulo, concentra sua cobertura na capital paulista. Procura prestar serviço ao leitor sobre temas como direito do consumidor, saúde, trânsito e meteorologia.



Folha Dinheiro

A conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios são o principal alvo do caderno Folha Dinheiro. A seção Opinião Econômica tem como objetivo manter o pluralismo de opiniões. Com informações precisas, linguagem clara e elucidativa, o caderno orienta quanto a investimentos, traz indicadores econômicos e faz a cobertura de temas que mereçam atenção especial em função da conjuntura econômica.



Folha Esporte

O Folha Esporte trata o esporte como espetáculo e fenômeno empresarial. É atualmente um dos cadernos mais lidos da Folha. Aborda o tema de forma diferenciada. Além de acompanhar os principais campeonatos, traz assuntos relacionados a política, marketing, legislação e moda. Foi o primeiro a usar estatísticas, preparadas pelo Datafolha, na análise esportiva.



Folha Ilustrada

A Folha Ilustrada traz a melhor cobertura do que há de mais original e relevante nas áreas de cultura e entretenimento. Crítica e ousada, a Ilustrada fala sobre discos, gastronomia e muito mais. Seus colunistas garantem análise, humor e diversidade de pontos de vista. Na Grande São Paulo, traz encartado o suplemento Acontece, guia de programação da região.



Folha Mundo

Folha Mundo publica diariamente as principais notícias internacionais, sempre acompanhadas de análises precisas e enfoque didático. O leitor também tem acesso ao que é publicado nos mais influentes meios de comunicação do planeta.



Folha Informática

(Circula às quartas-feiras)

O Folha Informática auxilia os leitores a entender e a usar melhor a internet e os computadores. Tem como grande diferencial a prestação de serviço. Procura orientar o leitor para comprar melhor, gastar menos, ganhar tempo e obter melhores resultados ao navegar na internet. Com linguagem simplificada e objetiva, dirige-se tanto ao leitor iniciante quanto ao mais experiente.



Folha Equilíbrio

(Circula às quintas-feiras)

Um caderno dedicado à busca da saúde e da qualidade de vida. Traz as últimas técnicas e terapias para quem quer viver mais e melhor, além de dicas precisas sobre cuidados com o corpo e a mente.



Folha Turismo

(Circula às quintas-feiras)

O Folha Turismo traz os principais destinos do Brasil e do mundo com coberturas exclusivas, fotos e muito serviço. Seções com quadros informativos e dicas de preços e lugares fazem deste caderno um roteiro útil para quem gosta de viajar.



Folhinha

(Circula aos sábados)

Todo sábado, a Folhinha publica reportagens e fotos em sintonia com os interesses das crianças, além de seus personagens preferidos, quadrinhos, passatempos, brincadeiras e promoções.



Folhateen

(Circula às segundas-feiras)

Toda semana os adolescentes encontram no Folhateen os principais assuntos de seu interesse: música, cultura, ensino, comportamento, sexo e muito mais. Colunistas especializados respondem às dúvidas e incentivam o adolescente a buscar informação.



Mais!

(Circula aos domingos)

Um caderno especial para os leitores que procuram literatura, sociologia, filosofia e artes. Com autores e colunistas conceituados, o caderno Mais! é referência internacional como caderno cultural.



Revista da Folha

(Circula aos domingos)

Só circula na Grande São Paulo. É uma revista semanal de moda, decoração, família, comportamento, atualidades e consumo.



Folha Veículos

(Circula aos domingos)

O Folha Veículos é uma fonte de consulta para o leitor na hora de vender, comprar, fazer a manutenção e tirar as dúvidas a respeito dos automóveis. A cargo do Datafolha, a tabela de preços publicada no caderno é a mais atualizada do mercado. Além de testes, produzidos pelo Instituto Mauá de Tecnologia, são temas do caderno comparativos entre vários modelos, motocicletas, questões comportamentais, legislação e novidades da indústria automobilística.



Folha Construção

(Circula aos domingos)

Além de dicas sobre materiais e técnicas construtivas, o caderno engloba temas relacionados à decoração. Para permitir que o leitor converse com os profissionais da área, há a preocupação de "traduzir" a linguagem técnica em temas como eletricidade, hidráulica, acabamento e legislação, por exemplo. Três seções se revezam semanalmente: uma que dá dicas para reformas, outra com exemplos práticos de bricolagem e uma que vasculha produtos diferenciados nas lojas paulistanas de construção e decoração.



Empregos

(Circula aos domingos)

O caderno reúne reportagens e serviços direcionados aos profissionais que querem ampliar suas chances no mercado e aos que pretendem dar um impulso maior à carreira. Dá sugestões de aperfeiçoamento, orienta sobre elaboração de currículo e processos de seleção, indica oportunidades de emprego, cursos e bolsas de estudo.



Folha Negócios

(Circula aos domingos)

O caderno orienta quem quer entrar no mundo dos negócios, abrir o próprio empreendimento e crescer. Seções internas _como Gestão, Finanças, Feiras e Congressos_ municiam o leitor de informações para administrar com eficiência. Reportagens deixam o empreendedor bem atualizado sobre as tendências de mercado, os setores em alta e a conjuntura econômica.



Folha Imóveis

(Circula aos domingos)

O caderno Imóveis é voltado não somente para quem está à procura da casa própria, mas também a todos que querem atualizar-se sobre assuntos desse mercado. Financiamento bancário à classe média, mercado de compra, venda e locação, e investimento em imóveis residenciais e comerciais, legislação e tendências do setor são alguns dos temas apresentados. Há ainda duas seções semanais por meio das quais o leitor pode ficar por dentro dos lançamentos e das soluções para problemas da vida em condomínio.



Guia da Folha

(Circula às sextas-feiras)

Criado em março de 97 o Guia cobre a programação de cultura e entretenimento da Grande São Paulo, região onde circula. Inclui roteiros de restaurantes, bares, cinema, teatro, shows, concertos, dança, exposições, casas noturnas e dicas para as crianças, além de seções como Fuja no Fim de Semana, É Grátis, Meu Sábado e Palavras Cruzadas.



Moda

(revista trimestral)

A revista traz reportagens sobre os desfiles brasileiros e internacionais e apresenta as principais tendências em moda, beleza e assessórios. Seções variadas abordam também a moda masculina, estilos de vida e de comportamento. O projeto visual da revista foi criado pelo design Karim Rashid, um dos principais do mundo.

Quem faz

Lalo de Almeida/Folha Imagem



Jornalistas trabalham, no final da tarde, na Redação da Folha de S.Paulo

Expediente

Presidente: Luiz Frias

Diretor Editorial: Otavio Frias Filho

Superintendentes: Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

Editora-executiva: Eleonora de Lucena

Conselho Editorial: Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Janio de Freitas, Gilberto Dimenstein, Clóvis Rossi, Carlos Heitor Cony, Celso Pinto, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Otavio Frias Filho (secretário)

Diretoria-executiva: Antonio Carlos de Moura (comercial), Adalberto Fernandes (industrial/tecnologia), Murilo Bussab (circulação), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Miguel Longo Junior (planejamento)

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elíseos, CEP

01202-900 Tel.: 0/xx/11/3224-3222, Fax: 11/3223-1644

www.folha.com.br - folha@uol.com.br

Sucursais

Brasília (DF) - Setor de Rádio e TV Norte, quadra 701, cj. C, Bloco A, salas 821 a 831, CEP 70719-000. Tel. 0/xx/61/3426-6600

Belém (PA) - R. Pariquis, 3001 - sala 701 (Edifício Village Medial Center) Bairro: Cremação / cep: 68440-000 Tel. 0/xx/91/3224-0082

Rio de Janeiro (RJ) - R. Santa Luzia, 651, 19º andar, CEP 20030-040. Tel. 0/xx/21/3231-9300

Belo Horizonte (MG) - R. Fernandes Tourinho, 470, sala 612 Bairro: Funcionários / CEP: 30112-000 Tel. 0/xx/31/ 3223-2984 e

0/xx/31/3223-1734

Porto Alegre (RS) - R. Jerônimo Coelho, 85, sala 703 Bairro: Centro

CEP: 90010-241 Tel. 0/xx/51/ 3228-5778

Curitiba (PR) - Avenida Cândido de Abreu, 526 - sala 704 - torre A Bairro: Centro Cívico / CEP: 80530-000

Tel. 0/xx/41/ 3352-3327

Cuiabá (MT) - Avenida Rubens Mendonça, 1856, sala 409 Bairro: Bosque da Saúde / CEP: 78050-000 Tel.

0/xx/65/ 3642-5651

Recife (PE) - Da Aurora, 325, sala 809 Bairro: Boa Vista / cep: 50050-020 Tel. 0/xx/81/ 3421-5016

Fortaleza (CE) - R. Dr. José Lourenço, 870, sala 710, bairro Aldeota, CEP 60115-280. Tel. 0/xx/85/3242-3168

Salvador (BA) - R. Leonor Calmon, 44, sala 1504 Empresarial Cidade Jardim Bairro: Candeal / cep: 40296-210 Tel. 0/xx/71/ 3359-7872

Campo Grande (MS) - R. Marechal Candido Mariano Rondon, 2.083, sala 302, Centro. CEP 79002-204. Tel. 0/xx/67/3325-8330

São José dos Campos (SP) - R. Euclides Miragaia, 394, sala 409 Bairro: Centro / CEP: 12245-550 Tel.

0/xx/12/3941-7464

Campinas (SP) - R. César Bierrembach, 77 sala 26 (Edifício Ouro Negro) Bairro: Centro / cep: 13015-020

Tel. 0/xx/19/3235-2379

Ribeirão Preto (SP) - R. Visconde de Inhaúma, 580, 3º andar, sala 306, Centro, CEP 14010-100. Tel.

0/xx/16/3964-7478

Agência Folha - 0/xx/11/3224-3344

Centro Tecnológico Gráfico - Folha - 0/xx/11/4152-9447. Av. Marco Penteado de Ulhoa Rodrigues, 700, Tamboré, CEP 06500-000, Santana de Parnaíba, SP

Folhapress 0/xx/11/3224-3123 (imagens) e 0/xx/11/3224-3554 (serviços jornalísticos).

www.folhapress.com.br, e-mail: pesquisa@folhapress.com.br e comercial@folhapress.com.br

Banco de Dados 0/xx/11/3224-3700 para compra de material ou consultas com hora marcada.

<http://bd.folha.com.br>, e-mail: bd@uol.com.br

Folha Informações - 3471-4000 Serviço telefônico 24h. Fora da cidade de São Paulo 0/xx/11. Custo: só o preço da ligação telefônica. Sugestões: 0/xx/11/3224-3317. e-mail: finfo@uol.com.br Site:

www.folhainformacoes.com.br

Folha Emergência 0/xx/11/3224-3505, de segunda a sexta, das 8h às 22h, e sábados, das 8h30 às 15h30. Fora desses horários, ligue para 0/xx/11/3224-3344; e-mail: folhaemergencia@uol.com.br

Ombudsman: 0800-015-9000 (de segunda a sexta, das 14h às 18h). Cartas para a al. Barão de Limeira, 425, 8º andar, CEP 01202-900, fax: 0/xx/11/3224-3895, ou pelo e-mail: ombudsman@uol.com.br;

www.folha.com.br/ombudsman

Publicidade

Classifolha - 0/xx/11/3224-4000 ou www.publicidade.folha.com.br

Publicidade - www.publicidade.folha.com.br - 0/xx/11/3224-4000 (SP) e 0/xx/11/3224-3663 (outros Estados)

Assinaturas

Vendas - 0800-15-8000 (diariamente das 7h às 20h)

Atendimento ao assinante - 0/xx/11/3224-3090 (Grande São Paulo) e 0800-775-8080 (de seg. a sex. das 7h às 20h; sáb., dom. e feriados das 7h às 15h) - saa@grupofolha.com.br

Atendimento ao distribuidor/jornaleiro - 0/xx/11/3224-3070 (Grande SP) e 0800-775-3070

Cronologia:

1921: Em 19 de fevereiro, Olival Costa e Pedro Cunha fundam o jornal "Folha da Noite". Em julho de 1925, é criada a "Folha da Manhã", edição matutina da "Folha da Noite". A "Folha da Tarde" é fundada 24 anos depois.

1960: Em 1º de janeiro, os três títulos da empresa ("Folha da Manhã", "Folha da Tarde" e "Folha da Noite") se fundem e surge o jornal Folha de S.Paulo.

1962: Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle da empresa Folha da Manhã.

1967: O jornal é pioneiro na impressão offset em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no Brasil. Em 1971, a Folha abandona a composição a chumbo e se torna o primeiro jornal a usar o sistema eletrônico de fotocomposição.

1976: É criada a seção "Tendências/Debates", pautada pelo princípio da pluralidade. A publicação de artigos de todos os matizes ideológicos desempenha papel importante no processo de redemocratização do Brasil.

1981: Em junho, documento de circulação interna surge como a primeira sistematização de um projeto editorial. O texto fixa três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões.

1983: A Folha se torna a primeira Redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador. O jornal passa a economizar 40 minutos no processo de produção.

1984: É publicado o primeiro Projeto Editorial, que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, a Folha implanta o Manual da Redação, editado em livro.

1991: O noticiário é reorganizado em cadernos temáticos. A Folha é o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que renuncia no ano seguinte. A Primeira Página passa a circular colorida todos os dias.

1992: O empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da companhia. A Folha se consolida como o jornal com a maior circulação paga aos domingos (média de 522.215 exemplares).

1994: Com o lançamento do "Atlas Folha/The New York Times" em fascículos, a Folha bate recorde de tiragem e de vendas na história de jornais e revistas do país no dia de lançamento (1.117.802 exemplares) e nas semanas subsequentes.

1995: Começa a funcionar o Centro Tecnológico Gráfico-Folha, em Tamboré. O jornal passa a circular com a maioria das páginas coloridas.

1996: É lançado pelo Grupo Folha o Universo Online, primeiro serviço on line de grande porte no país. No mesmo ano, o Universo Online e o Brasil Online, do Grupo Abril, se fundem em nova empresa, o Universo Online S.A.

1997: O jornal publica a versão mais recente de seu projeto editorial, que propõe seleção criteriosa dos fatos a ser tratados jornalisticamente, abordagem aprofundada, crítica e pluralista, texto didático e interessante.

2001: É lançada a quarta edição do novo Manual da Redação, versão revista e ampliada das edições anteriores (publicadas em 1984, 1987 e 1992).

Circulação

Lalo de Almeida/Folha Imagem



Fardos de jornal em depósito da Folha na Barra Funda, São Paulo

O maior jornal brasileiro

A Folha é hoje o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação. Os números auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) podem ser conferidos abaixo.

Circulação Paga - Agosto/2009:

Domingos: 344.353 exemplares

Dias úteis: 288.884 exemplares

Média Seg. a Dom.: 296.808 exemplares

O jornal se consolidou nessa posição durante a campanha pela redemocratização do país, em 1984, quando empunhou a bandeira das eleições diretas para presidente.



População

Cidade de São Paulo - 10.886.518

Estado de São Paulo - 39.827.570

Brasil - [Veja a previsão da população](#)

Centro Tecnológico Gráfico Folha

Lalo de Almeida/Folha Imagem



Caminhão carregado deixa o Centro Tecnológico Gráfico Folha, em Tamboré, São Paulo

É o maior e mais moderno parque gráfico da América Latina, com 25 mil metros quadrados e capacidade de imprimir 16.640.000 páginas por hora. As páginas da Folha de S.Paulo, produzidas na Redação, são digitalizadas e transmitidas por fibra ótica ao CTG-F. O sistema de contagem, empacotamento e expedição dos jornais é totalmente automatizado.



Gráfico acompanha impressão em rotativa do CTG-F

Folha Online: “O primeiro jornal brasileiro online”

É o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa. Com uma equipe de reportagem própria, tem por objetivo a criação, produção e desenvolvimento de conteúdo jornalístico on-line, além de serviços com destaques para áreas de interatividade. Seu compromisso é o de produzir conteúdo on-line com a mesma qualidade editorial e seguindo os princípios de pluralidade, independência e criticismo da Folha.

Folha Explica



Exemplares da coleção Folha Explica

Como o nome indica, essa série de livros breves ambiciona explicar temas de todas as áreas do conhecimento em um contexto brasileiro.

Cada livro oferece ao leitor condições não só para que fique bem informado, mas para que possa refletir sobre o assunto de uma perspectiva atual e consciente das circunstâncias do país.

Cada volume é escrito por um autor reconhecido na área, que fala com seu próprio estilo, resumindo, em linguagem acessível, o que de mais importante se sabe hoje sobre determinado assunto.

Treinamento

O programa de treinamento é um curso intensivo de jornalismo diário que dura cerca de quatro meses, em período integral. É uma das melhores maneiras de aprender a fazer jornal, conhecer a rotina e os profissionais da Folha e capacitar-se a trabalhar na Redação. O jornal promove em geral duas turmas de treinamento por ano.

A seleção para o programa passa por três fases: preenchimento de ficha de inscrição, prova de conhecimentos gerais, palestras e entrevistas. Anualmente, vários trainees acabam sendo aproveitados pela redação do jornal.

Além disso, há uma constante preocupação com a capacitação dos profissionais que já trabalham na Folha. A editoria de Treinamento seleciona e organiza cursos e extensões curriculares que possam ser úteis para os jornalistas da Folha.

Arquivo e copyright

Como comprar textos e fotos publicados pela Folha

Textos, fotos, colunas, ilustrações e infográficos da Folha e do Agora são comercializados por meio da Folhapress e estão protegidos pelas leis de copyright. Os telefones para se obter informações a respeito são: 0800-552499; 0/xx/11/3224-3123; O e-mail é pesquisa@folhapress.com.br.

Diariamente, centenas de jornais brasileiros utilizam os serviços noticiosos da Folhapress.

No site da agência [www.folhapress.com.br] há um acervo de fotografias que reúne mais de uma década de produção jornalística diária: o primeiro banco de imagens online de fotojornalismo do Brasil, hoje já com mais de 300 mil fotos indexadas. Tudo disponível para reproduções em jornais, revistas e livros, para uso em exposições, em campanhas publicitárias e em produtos comerciais.

Um Banco de Dados a serviço do leitor

O Banco de Dados Folha é um grande acervo jornalístico que contém mais de oito décadas da história do Brasil. Além da coleção da Folha desde 1921, o acervo do Banco de Dados Folha possui mais de 100 mil pastas temáticas com recortes dos principais jornais e revistas do país e mais de 20 milhões de fotos em arquivos físico e digital.

Para encomendar pesquisas

Envie um e-mail ao Banco de Dados Folha solicitando sua pesquisa. Detalhe ao máximo as informações de que precisa. Se o assunto for muito amplo, especifique alguns aspectos que deseje destacar e mencione o período que a pesquisa deve englobar. O orçamento será feito e enviado para sua aprovação. Em caso positivo, após o pagamento a pesquisa será encaminhada a você. Se preferir, encomende a pesquisa por telefone (0/xx/11/3224-3985/4577) no horário de 9h às 18h, de segunda a sexta; fax (0/xx/11/3224-7744), 24h/dia; e-mail: bd@uol.com.br.

Para consultar o acervo do jornal

O interessado que deseja pesquisar pessoalmente os acervos de jornais e/ou pastas temáticas pode agendar um horário com antecedência. O serviço é pago.

Banco de Dados Folha

Endereço: Al. Barão de Limeira, 425 - 7º andar

2. O Estado de S. Paulo:¹⁹⁷ “O jornal mais influente do Brasil”



Neste espaço queremos mostrar todo o conteúdo do Estadão a fim de tornar sua leitura ainda mais agradável e interessante.

Diariamente



Primeiro caderno

Atual e dinâmico, traz acontecimentos políticos nas seções Nacional e Internacional. E traz também o Vida& que aborda ciência e tecnologia, medicina, saúde, educação, meio ambiente, religião.



Metrôpole*

Relata a vida de São Paulo – noticiário policial, comportamento, curiosidades, cidadania e voluntariado.

** O Metrôpole circula na capital e Grande São Paulo, nas demais regiões, circula o Cidade.*



Negócios

Esta seção do caderno Economia coloca você no mundo dos negócios, com reportagens especiais, entrevistas exclusivas e muito mais.

¹⁹⁷ Informações do próprio Estadão (www.estadao.com.br), acessado em 10 de outubro de 2009.



Esportes

Fotos, histórias, perfis, cobertura dos principais esportes, seus heróis e vilões, além de tabelas e serviços diferenciados.



Caderno 2

Traz os acontecimentos culturais de São Paulo, do Brasil e do mundo, os grandes nomes da arte e abre espaço para o jovem e o seu ponto de vista.

Domingo



Aliás

Uma visão geral dos principais acontecimentos da semana, de uma forma rápida e objetiva. E uma prévia do que pode acontecer na próxima semana.



Feminino

Assuntos ligados à família, sob o ponto de vista feminino, com matérias sobre comportamento, trabalho, saúde e moda.



TV&Lazer

Roteiro completo da TV, além de dicas e lançamentos de vídeos e DVDs, games, sites e equipamentos de áudio e vídeo para a diversão de todos em casa.



Casa&*

As melhores dicas de decoração, paisagismo, manutenção, acessórios e serviços.

** Casa& só circulam na capital e Grande São Paulo.*

Segunda-feira



Link

A tecnologia ganha uma linguagem simples e dinâmica, com boletins diários nas rádios Eldorado AM e FM. Você interage com o caderno via www.link.estadao.com.br uma comunidade virtual com blogs, álbuns e os últimos lançamentos, além das notícias do jornal, links para dowload e compras.

Terça-feira



Viagem & Aventura

Dia de viajar pelos melhores roteiros do Brasil e do mundo. Aqui, você encontra todas as dicas para fazer a melhor viagem.

Quarta-feira



Agrícola

Serviços, tabelas de insumos, artigos, infográficos, reportagens e informações sobre leilões, feiras e exposições. Tudo sobre o segmento agrícola.

Quinta-feira



Paladar

Reportagens exclusivas, entrevistas com chefes, bastidores e suas combinações, acessórios, livros e receitas ilustradas que vão aguçar sua imaginação.

Sexta-feira



Guia Estadão*

Uma cobertura completa, profunda e diferenciada do que está acontecendo e vai acontecer no circuito cultural da cidade, além de informações sobre bares, restaurantes, cinema e muito mais. Aqui, sua diversão é garantida.

** Guia só circula na capital e Grande São Paulo.*



Serviços e Construção*

O caderno Construção em novo formato, agora é muito mais prático na hora de consultar e levar com você em suas compras. E mais, circulará toda sexta, para você planejar o seu roteiro para o final de semana.

** Serviços e Construção circula só na capital e Grande São Paulo.*

Sábado



Estadinho

Um caderno especial para crianças de 7 a 9 anos com assuntos ligados a livros, comportamento, moda, divertimento e matérias que podem ser utilizadas nos trabalhos escolares.

Classificados



Organizados em cadernos separados e divididos por cores que facilitam sua busca. Aqui, você vai comprar ou vender.

Obs: O Estadão se reserva o direito de mudar a periodicidade, conteúdo, veiculação e locais de distribuição de seus cadernos e seções a qualquer tempo, sem necessidade de aviso prévio.

Cronologia histórica do Grupo Estado¹⁹⁸

1873 - 79

1873: 18 de abril - A maioria dos participantes da Convenção Republicana de Itú concorda acerca da necessidade de ter um órgão de imprensa na capital para defender os ideais republicanos.

1874: Outubro, Após um trabalho de arregimentação efetuado por Américo Brasiliense e Manuel Ferraz de Campos Salles é constituída uma sociedade em comandita com 19 cotistas com o nome de Pestana, Campos & Cia. Este nome deve-se ao fato de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, escolhidos para redatores, terem as maiores cotas. A administração foi confiada a José Maria Lisboa.

1875: Sai o 1º número de "A Província de S. Paulo", no dia 4 de janeiro. Mesmo sem assumir explicitamente seu propósito republicano, consta uma extensa declaração de princípios afinada com o republicanismo e com os pressupostos da cidadania. Além disso é estabelecida a sua linha mestra, que caracteriza o jornal até hoje : "conta a Província de S. Paulo fazer da sua independência o apanágio de sua força". A redação, administração e oficinas foram instaladas num prédio da rua do Palácio, no. 14 (atual do Tesouro), esquina com a rua do Comércio (atual Álvares Penteado), onde ficariam até abril de 1877. Neste mês houve uma mudança para a rua da Imperatriz, no. 44 (hoje XV de Novembro). A impressora era uma máquina manual "Alauzet", acionada por negros libertos contratados por tarefas. O jornal começou com 5 colunas largas, em 4 páginas. O logotipo era em letra de forma. Os títulos sempre em apenas 1 coluna. O tipo (corpo) variava entre o 8 e o 10.

1876: O jornal inova a venda de exemplares avulsos : o francês Bernard Gregoire, montado num burro, oferecia o jornal em todos os recantos da cidade, indo até suas extremidades da época : da Luz à Liberdade e de Santa Ifigênia ao Brás.

1878: O logotipo no cabeçalho passa a ser escrito em letras góticas.

1879: A sociedade foi reorganizada, passando a contar com apenas 11 comanditários.

1880 - 89

1880: A diagramação muda para 6 colunas.

1881: Em 2 de setembro deste ano ocorre uma nova mudança de sede, desta vez da então rua da Imperatriz (hoje XV de Novembro) para a rua João Brícola, esquina com a mesma rua da Imperatriz.

1882: No dia 18 de janeiro ocorria nova alteração societária : Rangel Pestana passa a ser o maior cotista.

1884: Alberto Salles, irmão de Manuel Campos Salles, entra na sociedade injetando capital, tornando-se diretor-gerente. Américo de Campos e José Maria Lisboa saem contrariados com a campanha anti-lusitana empreendida pelo novo sócio e fundam o Diário Popular.

1885: Um talentoso jornalista campineiro é trazido por Alberto Salles : Júlio Mesquita, então com 23 anos, torna-se redator ao lado de Rangel Pestana. Sua primeira colaboração é uma série de artigos intitulada "Os partidos políticos e as transações". De outro lado, o anti-lusitanismo de Alberto Salles quase leva o jornal à falência : todos os anunciantes portugueses boicotam a empresa. Alberto Salles retira-se e o jornal é salvo por Júlio Mesquita : filho de portugueses, o jovem redator habilmente traz de volta os enfurecidos clientes.

1886: O logotipo diminuiu de tamanho. O formato foi aumentado, como também o número de colunas, que passa a ser oito. Os títulos de matérias aumentaram de tamanho. Adotado a partir de então somente o tipo 8.

1888: "A Província" passa a pertencer à firma Rangel Pestana & Cia. Júlio Mesquita, além de redator, torna-se gerente. O formato do jornal foi aumentado mais uma vez. Durante uma crise de fornecimento de papel, o jornal passou a ter 7 colunas, temporariamente. A tiragem atinge 4.000 exemplares.

1889: No dia 16 de novembro, excepcionalmente, a 1ª página foi publicada sem colunas, apenas com o título : "Viva a República". Júlio Mesquita participa do governo estadual provisório.

1890 - 1898

1890: O logotipo foi modificado para "O Estado de S. Paulo", em letras góticas. Raul Pompéia assume a representação no Rio de Janeiro.

¹⁹⁸ Por José Alfredo Vidigal Pontes, cf www.estadao.com.br, acessado em 10/10/2009.

1891: Júlio Mesquita é eleito deputado para o Congresso Constituinte Estadual, com a maior votação. Rangel Pestana, doente e desgostoso com a república, afasta-se do jornal, cedendo sua participação à Cia. Imprensa Paulista, controlada pelo Cel. Teixeira de Carvalho.

1892: O logotipo passa a ser em letra de forma, semelhante ao atual, porém maior e na cor preta. A tiragem alcança 7.500 exemplares. Euclides da Cunha inicia sua colaboração com versos. Júlio Mesquita é eleito deputado federal. Seus primeiros discursos são publicados nos dias 6 e 7 de julho.

1894: No 2º semestre passa-se a publicar um título em 2 colunas, recurso usado antes só para colaborações em versos.

1895: A propriedade do jornal passa da Cia. Imprensa Paulista para J. Filinto & Cia.. José Filinto da Silva é o gerente e Júlio Mesquita o redator.

1896: O jornal passa a sair com 9 colunas. O título passa do 8 para o 6, enquanto a tiragem atinge 10.000 exemplares. Sai o primeiro "Almanaque do Estado". Júlio Mesquita abre um escritório de advocacia com Alfredo Pujol, Eugênio Egas e Augusto Loiola.

1897: Francisco Mesquita, pai de Júlio Mesquita, se associa à firma J. Filinto & Cia. Euclides da Cunha passa a colaborar como correspondente da guerra de Canudos. A tiragem atinge 18.000 exemplares, bem acima do normal, devido ao grande interesse que o assunto despertava no público leitor.

1898: Falece Francisco Mesquita.

1901 - 09

1901: Excepcionalmente, no dia 1º de janeiro, foi publicado na primeira página um editorial sobre o novo século, com 5 colunas e meia. A partir de julho, Júlio Mesquita, José Alves de Cerqueira César e Prudente de Moraes rompem com o presidente da república Manuel Ferraz de Campos Salles e o governador Rodrigues Alves : é a 1ª dissidência republicana. Os dissidentes contestam a "política de governadores", que esvaziava a independência dos parlamentos estaduais e do próprio Congresso Nacional, fortalecendo excessivamente o poder executivo.

1902: Júlio Mesquita torna-se o único proprietário do jornal. José Filinto da Silva permanece como gerente.

1903: Morre Francisco Rangel Pestana no dia 17 de março. Pouco antes, em fevereiro, o jornal passa a ser diagramado com 10 colunas.

1905: A Dissidência apoia a candidatura de Afonso Pena à presidência da república, em oposição à candidatura de Bernardino de Campos, correligionário de Campos Salles e Rodrigues Alves.

1906: Em junho, o jornal muda da rua XV de Novembro para a praça Antonio Prado (antigo largo do Rosário), onde ficaria até 1929. Em julho, Jorge Tibiriçá promove a reconciliação dos republicanos paulistas, durante a ausência de Júlio Mesquita do país. O jornalista estava em Portugal com a família, logo após a morte da filha Ruth. Em outubro regressa e é homenageado com um banquete de 100 talheres. Ainda neste ano é reeleito deputado estadual. Os tipos usados pelo jornal foram modificados. Nestor Pestana entra para o jornal e começa a trabalhar como redator.

1907: A diagramação passa a ser feita com 8 colunas a partir de junho. A empresa proprietária do jornal passa a ser uma sociedade anônima em 27 de dezembro.

1908: É feito um lançamento de debêntures para financiar a expansão do jornal, o qual se encontrava em franca prosperidade. Com o financiamento foi importada uma máquina "Albert" : o jornal passa a ter 16 páginas e a composição passa a ser feita com linotipos, abandonando-se o antigo processo manual feito por 40 tipógrafos. A tiragem passa para 18.000 exemplares, regularmente (para uma capacidade de 23.500 p/hora). Aberta uma sucursal em Lisboa.

1909: Júlio Mesquita é um dos articuladores da candidatura de Rui Barbosa à presidência da república, em oposição à candidatura de um militar, o Marechal Hermes. Iniciava-se a Campanha Civilista, à qual "O Estado de S. Paulo" dará todo o apoio a partir de agosto.

1910 - 19

1910: Prossegue a "Campanha Civilista". Entretanto, nas eleições de 1º de março Rui Barbosa é derrotado em um pleito fraudulento. No dia 27 o jornal publica o manifesto de Rui denunciando as irregularidades. Amadeu Amaral, grande jornalista e poeta, passa a trabalhar no jornal.

1911: Abertura de uma sucursal em Roma, dirigida por Nicolau Ancona Lopes. Morre José Alves de Cerqueira César, sogro de Júlio Mesquita e ex-governador do estado.

1912: Novo lançamento de debêntures, totalmente integralizado. Com este financiamento a S/A O Estado de S. Paulo adquire terrenos nas ruas Boa Vista e 25 de março para as novas instalações. É comprada uma máquina "Marinoni". O novo equipamento permite uma tiragem de 35.000 exemplares. Neste ano Júlio Mesquita adoce e embarca para a Europa para fazer um tratamento de saúde. Mesmo assim é escolhido para substituir Cerqueira César no senado estadual. Nestor Pestana, então secretário, assume interinamente a chefia da redação. José Filinto da Silva, também doente, se aposenta, sendo substituído temporariamente na gerência por Armando de Salles Oliveira, genro de Júlio Mesquita, e em seguida por Ricardo Figueiredo.

1913: Desgostoso com a infidelidade de antigos companheiros da Campanha Civilista, Júlio Mesquita envia uma carta da Europa renunciando à cadeira no senado estadual, a qual é ocultada pelos correligionários, na esperança de que ele voltasse atrás. Em outubro completa-se a mudança para as instalações da rua Boa Vista e 25 de março, interligadas por tubos pneumáticos. Neste mesmo mês Júlio Mesquita retorna de sua longa permanência na Europa, dirigindo-se diretamente para sua fazenda em Louveira por recomendação médica. Mesmo assim dirige o jornal através de cartas aos seus principais auxiliares.

1914: A partir de agosto, ainda em Louveira, Júlio Mesquita começa a escrever artigos sobre a 1ª guerra mundial que se iniciava, adotando uma posição contrária ao militarismo alemão, coerente com sua postura na Campanha Civilista. Inicia-se então um boicote da poderosa comunidade comercial alemã em São Paulo retirando os anúncios no jornal, que passa a enfrentar dificuldades financeiras. Apesar das pressões, o jornal mantém sua posição contrária ao militarismo. Neste mesmo ano, no dia 12 de novembro, "o Estado" publica o artigo "Velha Praga" do leitor José Bento Monteiro Lobato. Na verdade, tratava-se originalmente de uma carta para a seção Queixas e Reclamações, a qual foi publicada como artigo assinado tal a sua qualidade. A partir de então Monteiro Lobato passa a colaborar regularmente com o jornal, iniciando sua brilhante carreira literária.

1915: Em maio é lançada a edição vespertina de "O Estado de S. Paulo", que passa a ser conhecida pelo nome de "Estadinho", quando Júlio de Mesquita Filho inicia sua carreira de jornalista como colaborador. O jornal passa a apoiar a Campanha Nacionalista lançada pelo poeta Olavo Bilac, a qual propunha o serviço militar obrigatório, por acreditar que assim o militarismo se enfraqueceria com a entrada de civis na tropa, diluindo o corporativismo do Exército, além de despertar o civismo nos jovens.

1916: Sai o 2º "Almanaque do Estado". A tiragem média do jornal atinge 35.000 exemplares, com edições diárias oscilando de 16 a 20 páginas. Morre Dna. Lucila Cerqueira César Mesquita, esposa de Júlio Mesquita.

1917: Durante a grande greve na cidade de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho; convidado pelos operários para ser o mediador entre estes e seus intransigentes patrões nas suas justas reivindicações : jornada de oito horas, proibição do trabalho noturno para mulheres e crianças e melhores salários.

1918: A gripe espanhola, que assolava o mundo todo, faz duas vítimas entre inúmeros doentes no jornal : Adalgiso Pereira e Francisco Novo.

1919: "O Estado" apoia novamente a candidatura de Rui Barbosa à presidência da república, que viria a ser derrotado por Epitácio Pessoa.

1920 - 29

1920: Falece Arnaldo Vieira de Carvalho, sogro de Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita.

1921: Em fevereiro deixa de circular "O Estadinho". Três meses depois Júlio de Mesquita Filho assume a secretaria de "O Estado". Os amigos organizam uma festa para homenageá-lo, quando Monteiro Lobato faz uma saudação em nome de todos.

1922: O jornal simpatiza com o levante do Forte de Copacabana, tentativa de golpe por dezoito jovens oficiais contra as arbitrariedades do governo federal.

1923: Júlio Mesquita apoia a revolta no Rio Grande do Sul contra os desmandos de Borges de Medeiros. O jornal faz outra emissão de debêntures, no valor de 6.500 contos, totalmente colocadas no dia do lançamento. O cabeçalho é mudado por exigência legal : passa a ser obrigatório constar o nome do diretor responsável.

1924: No dia 5 de julho ocorre a revolução comandada pelo general Isidoro Dias Lopes que ocupa a cidade de São Paulo por 23 dias. Apesar da neutralidade de "O Estado" - concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal mas discordante da sublevação militar - no dia 29 Júlio Mesquita é preso e o jornal proibido de circular até o dia 16 de agosto. Ao deixar a cidade no dia 28, sem que houvesse uma derrota dos ocupantes, um grupo comandado por Miguel Costa dirige-se ao Paraná para encontrar-se com os

revoltosos gauchos liderados por Luís Carlos Prestes. Tinha início a célebre coluna que durante anos faria uma pregação democrática por todo o país.

1925: As edições dominicais passam a repetir o cabeçalho na última página.

1926: Fundação do Partido Democrático por membros da Dissidência e políticos independentes, em oposição frontal ao PRP-Partido Republicano Paulista, detentor do governo estadual e federal. Depois de 25 anos de oposição aos "carcomidos", Júlio Mesquita formaliza seu combate aos caciques do PRP através da via partidária. O Conselheiro Antonio Prado foi eleito seu primeiro presidente em reunião na qual se destacou o pronunciamento do então jovem Francisco Mesquita, nesta época já trabalhando no jornal com o gerente Ricardo Figueiredo. O novo partido defendia reformas no viciado sistema eleitoral, dentre elas o advento do voto secreto e do voto feminino.

1927: Aos 65 anos de idade falece Júlio Mesquita, no dia 15 de março. A partir de então Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita assumem a liderança do jornal. Seus auxiliares diretos são Nestor Pestana, Plínio Barreto, Leo Vaz e Ricardo Figueiredo. O cabeçalho é novamente alterado.

1929: Em março, a redação e a administração são transferidas para a rua Boa Vista, nº 30, esquina da ladeira Porto Geral. As oficinas passam a operar na rua Barão de Duprat, com novas rotativas especialmente construídas. Começa a grande crise econômica recessiva originada pela quebra da Bolsa de Nova York. O jornal ganha uma ação por perdas e danos contra a União pela suspensão temporária de sua circulação logo após a revolução de 24 em São Paulo.

1930 - 39

1930: "O Estado" e o Partido Democrático apoiam a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em oposição a Júlio Prestes, candidato do PRP apoiado pelo presidente Washington Luís. Júlio Prestes ganha as eleições, mais uma vez marcadas pelas fraudes. Em outubro estoura a revolução de 30, que depôs Washington Luís e colocou Getúlio Vargas no poder. O jornal alcança a tiragem de 100 mil exemplares e lança aos domingos um suplemento em rotogravura, com grande destaque às ilustrações fotográficas.

1932: Inconformados com o autoritarismo e o tratamento hostil de Getúlio Vargas e os "tenentes" a São Paulo, o "Estado" e o Partido Democrático se indispõem com a ditadura e formam uma aliança com alguns setores do PRP contra o governo federal. No dia 9 de julho estoura a revolução constitucionalista em defesa de eleições livres e de uma constituição. Francisco Mesquita vai para a frente de batalha enquanto Júlio de Mesquita Filho permanece em São Paulo na liderança civil do movimento. Mesmo derrotados militarmente em outubro, os constitucionalistas alcançarão seus objetivos políticos em 34. Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita são presos e posteriormente exilados em Lisboa.

1933: Em abril falece Nestor Pestana. No mês seguinte Plínio Barreto é promovido a diretor. Em agosto, Armando de Salles Oliveira - casado com Dna. Raquel Mesquita de Salles Oliveira, irmã de Júlio Mesquita Fº e de Francisco Mesquita - foi indicado interventor por Getúlio Vargas. Armando Salles só aceitou o posto sob a condição do ditador conceder anistia aos revolucionários de 32 e convocar eleições para o ano seguinte, o que acabou sendo feito. Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita retornam ao país, reassumindo suas funções no jornal.

1934: Francisco Mesquita é eleito deputado estadual pelo recém criado Partido Constitucionalista e Armando Salles é eleito governador do estado pela Assembléia Legislativa. No dia 25 de janeiro, ainda como interventor federal, Armando de Salles Oliveira baixa o decreto 6283 criando a Universidade de São Paulo, concretizando uma idéia de Júlio de Mesquita Fº defendida em campanha de "O Estado". Foi Júlio de Mesquita Fº quem se incumbiu de convidar professores franceses, italianos e alemães para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o auxílio dos professores George Dumas e Theodoro Ramos.

1935: Morre Ricardo Figueiredo.

1937: No dia 10 de novembro iniciava-se um período dramático para o Brasil : era o começo do "Estado Novo" (1937-1945), nome pelo qual foi chamada eufemisticamente a fase mais tirânica da longa ditadura de Getúlio Vargas (1930-45). Na véspera, Armando de Salles Oliveira, candidato à presidência da república pela União Democrática Brasileira, partido formado pelos constitucionalistas, havia feito um manifesto aos chefes militares do Brasil alertando-os para um golpe que estava sendo programado para o dia 15. Diante da notoriedade da conspiração, Vargas e seus generais Dutra e Góes Monteiro anteciparam a quartelada : o Congresso foi dissolvido e uma nova constituição autoritária, inspirada no fascismo italiano, foi imposta ao país pela força. Júlio de Mesquita Fº e Armando Salles foram presos.

1938: No dia 3 de novembro, Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e outros foram expatriados à força pela ditadura, iniciando um longo exílio. Sem visto de entrada para países da América do Sul foram obrigados a partir em um navio para a França.

1939: No mês de abril, dada a iminência da 2ª guerra mundial, prestes a se iniciar, Júlio de Mesquita Filho e Armando Salles embarcam para os Estados Unidos. Em julho, após ter obtido um visto de entrada para a Argentina, Júlio de Mesquita Filho embarca para Santiago do Chile, de onde atingiu Buenos Aires por terra. Impedido de sair, Armando permanece nos Estados Unidos mais alguns meses.

1940 - 47

1940: No dia 25 de março tropas invadem a redação de "O Estado" sob a falsa acusação de uma conspiração armada. Armas são colocadas no forro do prédio pela própria polícia política para forjar provas. Francisco Mesquita é preso e levado para o Rio de Janeiro onde fica por 40 dias. Nada provado contra ele, é solto. Entretanto, ficou impedido de reassumir suas funções no jornal, o qual passa a ser gerido pela ditadura.

1943: Em abril, Júlio de Mesquita Filho e sua esposa Dna. Marina retornam ao Brasil. Alguns meses depois Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita são presos novamente quando se iniciam os protestos de estudantes de Direito contra a ditadura. Em seguida Júlio de Mesquita Filho é confinado em Louveira, em prisão domiciliar na fazenda da família.

1944: Logo no início do ano Armando de Salles Oliveira é operado de um câncer em Buenos Aires.

1945: Armando Salles volta no início de maio para São Paulo. No dia 17 do mesmo mês morre em um leito de hospital cercado pela família e por correligionários. No dia 29 de outubro Getúlio Vargas é deposto pelos mesmos generais que o haviam colocado no poder.

Pouco mais de um mês depois, no dia 6 de dezembro, Júlio de Mesquita Fº e Francisco Mesquita reassumiam seus postos no jornal : "O Estado" recuperava o espírito crítico e independente que o caracterizava desde sua fundação.

1947: Em março é iniciada a construção do edifício da rua Major Quedinho.

1950 - 58

1950: Léo Vaz se aposenta e Marcelino Ritter é promovido ao cargo de redator-chefe no lugar de Paulo Duarte.

1951: No dia 31 de dezembro "O Estado" inicia a mudança para o prédio da rua Major Quedinho.

1953

No dia 18 de agosto é inaugurada oficialmente a nova sede. É criado o Suplemento Feminino em setembro.

1954: Edição especial comemorativa do IVº Centenário da cidade de São Paulo, no dia 25 de janeiro.

1955: Em janeiro é criado o Suplemento Agrícola.

1956: No dia 24 de agosto a sucursal de "O Estado" no Rio é invadida pela polícia e exemplares do jornal são apreendidos em razão da publicação de um manifesto de Carlos Lacerda. Júlio de Mesquita Fº denuncia a arbitrariedade à Associação Interamericana de Imprensa (AII).

1958: Inauguração da Rádio Eldorado, no dia 4 de janeiro.

1960 - 68

1960: Maria Cecília Vieira de Carvalho Mesquita torna-se Diretora do Suplemento Feminino, quando promove sua reformulação gráfica e editorial.

1964: "O Estado" apoia o movimento militar que depôs o presidente João Goulart, ao constatar que o mesmo já não tinha autoridade para governar. No entanto, entendia que a intervenção militar deveria ser transitória. Quando se evidencia que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, retira seu apoio e passa a fazer oposição.

1966: No dia 4 de janeiro, sob a direção de Ruy Mesquita, sai o 1º número do "Jornal da Tarde", marco de uma revolução gráfica e editorial no jornalismo brasileiro.

1967: Em fevereiro a tiragem de "O Estado" ultrapassa 340.000 exemplares. No dia 25 de setembro a AII (Associação Interamericana de Imprensa) protesta contra a censura sofrida pelo "Estado" ao comentar a morte do ex-presidente Castello Branco.

1968: No dia 13 de dezembro "O Estado" é impedido de circular por ordem da ditadura militar. O editorial "Instituições em frangalhos" escrito por Júlio de Mesquita Filho é o motivo da arbitrariedade. A partir de então começa a censura dentro da redação dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde".

1969: Falece Júlio de Mesquita Filho no dia 12 de julho e Francisco Mesquita em 8 de novembro. Júlio de Mesquita Neto passa a ser o Diretor-Responsável de "O Estado" e José Vieira de Carvalho Mesquita o Diretor Administrativo.

1970 - 77

1970: Apesar das dificuldades enfrentadas com a ditadura militar, o Grupo Estado continua se diversificando: no dia 4 de janeiro nasce a "Agência Estado". Em 28 de agosto falece prematuramente Luiz Carlos Mesquita, idealizador e implantador da Edição de Esportes e responsável pelo desenvolvimento inicial da Rádio Eldorado.

1972: O "Estúdio Eldorado" inicia suas atividades.

1973: Os dois jornais passam a publicar assuntos não usuais na 1ª página em lugar dos textos censurados : poemas de Camões no "Estado" e receitas culinárias no "Jornal da Tarde".

1974: Em Copenhague, no dia 03/09, o jornalista Júlio de Mesquita Neto recebe em nome dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde" o prêmio Pena de Ouro da Liberdade outorgado pela Federação Internacional de Editores de Jornais.

1975: No dia 4 de janeiro o jornal "O Estado de S. Paulo" completa 100 anos de existência e comemora apenas 95 de vida, ignorando os cinco anos em que foi dirigido pela ditadura de Getúlio Vargas (1940-45). Neste mesmo dia é suspensa a censura nas redações de "O Estado" e "Jornal da Tarde".

1976: No dia 12 de junho completava-se a mudança de "O Estado de S. Paulo", "Jornal da Tarde" e "Agência Estado" para o bairro do Limão.

1977: A 1ª e última páginas de "O Estado", além da Seção de Artes, passam a ser diagramadas em 6 colunas.

1980 - 88

1980: No início de junho todo o jornal "O Estado de S. Paulo" passa para 6 colunas.

1981: Em agosto "O Estado de S. Paulo" e o "Jornal da Tarde" ganham em última instância uma ação contra a União pela perdas sofridas com a apreensão das edições de 10 e 11 de maio de 1973, quando apenas os dois jornais foram proibidos de noticiar a renúncia de Cirne Lima, ministro da Agricultura durante o governo Médici.

1983: É constituída a OESP Gráfica, no dia 13/05.

1985: Ruy Mesquita Fº torna-se Diretor do "Jornal da Tarde" e Júlio César Ferreira de Mesquita e Francisco Mesquita Neto tornam-se Diretores de "O Estado". João Lara Mesquita assume como Diretor da Rádio Eldorado. Constituída a Pisa-Papel de Imprensa S/A, em sociedade com o Grupo Fletcher, da Noruega.

1988: Neste ano ocorre uma grande reforma administrativa, quando são criadas as unidades de negócios. Fernão Lara Mesquita torna-se Diretor do "Jornal da Tarde" e Rodrigo Lara Mesquita da "Agência Estado". No dia 5 de julho são abolidos os fios verticais para separar as colunas de "O Estado". Estas, por sua vez, tiveram a largura reduzida. Foram também introduzidos na composição de texto variações mais suaves da família de tipos "Bodoni", historicamente usados no jornal. Falece José Vieira de Carvalho Mesquita, Diretor-Superintendente da S/A O Estado de S. Paulo, no dia 26 de julho. Francisco Mesquita Neto é o sucessor. Luiz Vieira de Carvalho Mesquita é o Presidente do Conselho de Administração, Júlio de Mesquita Neto o Diretor-Responsável de "O Estado" e Ruy Mesquita Diretor-Responsável do "Jornal da Tarde".

1991 - 1999

1991: Em abril, Roberto Crissiuma Mesquita assume como Diretor. A "Agência Estado" adquire a Broadcast (incorporada oficialmente em 06/01/92).

1992: Fernando Crissiuma Mesquita torna-se Diretor da OESP/Gráfica em setembro.

1993: No dia 12 de setembro, a cor do logotipo do cabeçalho de "O Estado" passa a ser azul, com aprovação dos leitores consultados em pesquisa (85%). Além disso outras mudanças na 1ª página como a coluna da esquerda orientando a leitura e realçando a variedade de assuntos; o texto abaixo da manchete, resumindo o fato e destacando sua importância; e a data dentro de uma tarja cinza, logo abaixo do logotipo.

1994: Iniciado em agosto o projeto educacional "Estadão na escola".

1996: Falece Júlio de Mesquita Neto, no dia 5 de junho. Ruy Mesquita torna-se o Diretor Responsável de "O Estado".

1997: No dia 3 de março de 1997 falece Luiz Vieira de Carvalho Mesquita. Em junho, Ruy Mesquita assumiu a Presidência do Conselho de Administração.

1998: No dia 27/05/98 Francisco Mesquita Neto foi eleito Presidente do Conselho de Administração.

1999: É constituída no dia 18/02 a OESP Mídia.

2000 - ...

2000: Em 25 de março ocorre a fusão dos "sites" da Agência Estado, O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde resultando no portal Estadao.com.br, veículo informativo em tempo real.

2001: No mês de dezembro o Grupo Estado adquiriu uma concessionária de televisão, o Canal 10, TV Santa Inês, no Maranhão.

2002: No dia 4 de janeiro o canal passa a ser denominado TV Eldorado, afiliado à TV Cultura de São Paulo, com produção própria de jornalismo local. Neste mesmo ano o Grupo Estado obtém a concessão de retransmissoras em São Paulo, São José dos Campos, Campinas, Santos e Mogi das Cruzes.

2003: Em janeiro deste ano o portal Estadao.com.br supera a marca de um milhão de visitas mensais, consolidando sua posição de liderança em consultas a veículos de jornalismo em tempo real no Brasil.

Cronologia das sedes

(redação e administração) de O Estado

1ª) Rua do Palácio, no. 14 (atual rua do Tesouro), esquina com a rua do Comércio (atual Álvares Penteado). (04/01/1875- 17/04/1877).

2ª) Rua da Imperatriz, 44 (atual XV de Novembro) (17/04/1877-02/09/1881).

3ª) Rua João Bricola, 53, esq. com rua da Imperatriz (hoje XV de Novembro) (02/09/1881-18/06/1906).

4ª) Praça Antonio Prado/Casa Martinico (nome do edifício). No mesmo prédio hoje se encontra a BM&F (Bolsa Mercantil & Futuros). (18/06/1906-18/03/1929).

5ª) Rua Boa Vista, 30, esq. c/ Ladeira Porto Geral (18/03/1929-26/05/1947).

6ª) Rua Barão de Duprat, 41 (26/05/1947-31/12/1951) (obs.: no mesmo local funcionaram as oficinas entre 10/11/1927 e 31/12/1951).

7ª) Major Quedinho, 28 (31/12/1951-13/01/1976)

8ª) Av. Engo. Caetano Álvares, 55 (13/01/1976-...)